

No início dos anos setenta o conjunto de Pedras d’el Rei é integrado na rede internacional do *Club Med*²⁰⁷, que obtém, em 1973, um segundo alvará de construção, para a ampliação das instalações existentes e a criação de um novo Aldeamento mais a nascente, em Cabanas de Tavira. Novo pólo turístico que se viria a chamar Pedras da Rainha, ou Pedras II. Dez anos depois, a gestão de ambos os empreendimentos está de volta às mãos de investidores portugueses.

Pelo meio, toda a área da Ria Formosa, numa extensão de sessenta quilómetros, desde o rio Ancão até à Praia da Manta Rota, é classificada como Reserva Natural, pelo Decreto N.º 45/78 de 2 de Maio, medida que vinha condicionar futuras intervenções nesta zona e garantir, por essa via, a sua integridade física e sócio-cultural.

“Na verdade, são grandes as pressões da urbanização, da indústria e do turismo, que têm vindo a acentuar a degradação de todo o litoral algarvio, pondo em risco a sua integridade e equilíbrio ecológico, ao ponto de comprometer a utilização correcta e, portanto, de perigar a função social que, potencialmente, está implícita em todas as zonas costeiras, em especial com as características do Algarve.

*Há, portanto, a necessidade urgente de uma intervenção na ria de Faro, harmonizando as diferentes intervenções na área, o que impõe um estudo interdisciplinar, sistémico e o respectivo ordenamento.”*²⁰⁸

Pedras d’el Rei, Tavira
Vista Aérea, 2005
(imagem www.crcarmo.com)



²⁰⁷ Que explora turisticamente o empreendimento sob o nome de “Maheva”, que em taitiano (maeva) significa bem-vindo. (Cf. Idem)

²⁰⁸ Decreto N.º 45/78, *Diário do Governo*, I Série, N.º 100, 2 Maio 1978, p. 798.

Situada, agora, em plena Reserva Natural, a Aldeia Turística de Pedras d’el Rei iria beneficiar desta política, vendo reforçada a sua vocação - a oferta de férias no meio da Natureza - e constituindo-se como um pequeno oásis, artificial, na paisagem protegida da Ria. Já a Aldeia das Açoteias, em Albufeira, não teria a mesma sorte.

Iniciativa da Sociedade Urbanizadora da Praia da Falésia, (SURFAL), uma das empresas integradas no Grupo Touring Club de Portugal²⁰⁹, a encomenda original feita à dupla de arquitectos Victor Palla (1922-2006) e Joaquim Bento d’Almeida (1918-1997) foi de projectar o Complexo Turístico da Praia da Falésia, uma intervenção urbanística à grande escala apostada em responder, num único empreendimento, a todas as necessidades do turista moderno. Com esse objectivo e na linha das mais recentes tendências de desenvolvimento turístico, cuja orientação se voltava, então, “para a formação de núcleos (...) em que além do repouso em ambientes de ‘regresso à natureza’ se encontram também todos os prazeres do convívio, dos divertimentos e das facilidades da vida cidadina”²¹⁰, a par “dos estabelecimentos hoteleiros tradicionais o complexo turístico permit[ia, ainda, aos hóspedes] fazer turismo através de habitações próprias em locais escolhidos, usufruindo das vantagens de um equipamento generalizado, na independência da sua casa”.

Para a elaboração do projecto, os dois arquitectos viajam, a convite do Crédito Predial Português, até Tanger²¹¹, para visitar as instalações do *Club Méditerranée* aí existentes e colher ensinamentos para o empreendimento do Algarve.

²⁰⁹ Herdeiro da Sociedade Propaganda de Portugal e do qual faziam, também, parte: a COPTA - Companhia Portuguesa de Turismo do Algarve, SARL; a FERIATUR - Empreendimentos Turísticos Internacionais, SARL; a FOPRA - Financiamentos Prediais Agrícolas; a FORURBANA - Fomento Rústico e Urbano, SARL; a ILTA - Urbanizadora da Ilha de Tavira, SARL; e a PRINTE - Promotora Internacional de Financiamentos. (Cf. Resolução N.º 556/77, que determina a desintervenção do Estado português no Grupo Touring de Portugal, disponível em www.legislacao.org)

²¹⁰ LOURO, José, *Praia da Falésia. Albufeira. Portugal*, s.l., Edição SURFAL, Maio 1967. (Catálogo promocional citado em D’ALMEIDA, Patrícia Beirão da Veiga Bento, *Victor Palla e Bento d’Almeida: Obras e projectos de um Atelier de Arquitectura, 1946-1973*, Volume I, dissertação de mestrado em História da Arte Contemporânea, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2006, p. 274)

²¹¹ Acompanhado pelo administrador do Banco, o engenheiro Quinhones-Levy, o que deixa subentendido que esta instituição estaria também envolvida na promoção do empreendimento da Praia da Falésia.

Complexo Turístico da
Praia da Falésia, Albufeira
Planta de Zonas
1967

(imagem LOURO, José, *Praia da Falésia. Albufeira. Portugal*, s.l.,
Edição SURFAL, Maio 1967)



Com uma oferta variada, o programa do complexo turístico é organizado em nove zonas, resultado, não “*de uma abstracção do espírito, mas da humanização de uma paisagem natural que se impôs pela sua riqueza em valores florestais e marítimos*”²¹²: A - Zona Desportiva; B - Zona Residencial de Apartamentos; C - Hotel de Luxo; D - Hotel Médio; E - Aldeamento; F - Zona Residencial de Moradias; G - Aldeamento Comercial e Administrativo; H - Hotel da Falésia; e I - Aldeamento e Hotel Turístico.

“*Apoiado por um complexo onde funciona um snack-bar-restaurante, uma dicoteca, etc., o parque desportivo [da Zona A] que servirá todo o conjunto urbanístico, compõem-se essencialmente de um conjunto de piscinas ligadas entre si por espelhos de água, de campos de ténis, de um picadeiro e, em local apropriado, de um campo de golfe*”. Na Zona B, “*os apartamentos [seriam] dotados de todo o mobiliário e equipamento doméstico (...) comportando 1 a 5 divisões assoalhadas, cozinha e casa de banho*”, num total de 486 apartamentos, “*distribuídos por edifícios de 2 a 5 pisos, constituindo autênticas unidades hoteleiras*”. “*Junto à praia e integrado no pinhal, o hotel [de Luxo da Zona C]*

desfruta de excepcionais panorâmicas. Com 200 quartos e possuindo todos os requisitos de conforto que o moderno turismo exige, ser[ia] equipado com zonas próprias de recreio interno e externo, nomeadamente amplas salas de convívio, cinema, piscinas, campos de ténis, etc.”. De dimensão mais reduzida, também o hotel do tipo médio da Zona D, “de elevado ‘standing’ e enquadrado em zona privilegiada, proporciona[ria] cómodo e atraente alojamento para 200 hóspedes, te[ndo] como apoio externo a zona desportiva comum do complexo”. Quanto ao Aldeamento da Zona E, este era “constituído por 192 apartamentos, dispondo de áreas que variam entre 41 e 90m², distribuídos por edifícios em banda contínua, com 2 pisos”. Na Zona F, “as moradias tipo-luxo ser[iam] implantadas em local especialmente privilegiado, sendo identificadas em estreita colaboração com os interessados, embora enquadradas harmoniosamente na paisagem local”. Naturalmente, “o elevado volume tornou indispensável a criação de um complexo destinado a satisfazer as múltiplas necessidades de ordem espiritual e material dos seus utentes”, para o que seria criada a Zona G, composta “por uma capela com serviços paroquiais, correios, edifício administrativo, mercado, salão de chá, uma estalagem e ainda um serviço de 116 apartamentos”. Na Zona H, o Hotel da Falésia, “directamente ligad[o] à vida na praia, ter[ia] além da sua função hoteleira, uma série de serviços para-turísticos - cabeleireiro, barbearia, farmácia, lavandaria, supermercado e lojas diversas”. Por fim, o Aldeamento da Zona I dispunha “de instalações turísticas tipo ‘pavilhão’ para uma população de 1000 camas, sendo análogas às já instaladas em zonas igualmente favorecidas no ponto-de-vista climático, em outras regiões do mundo”.

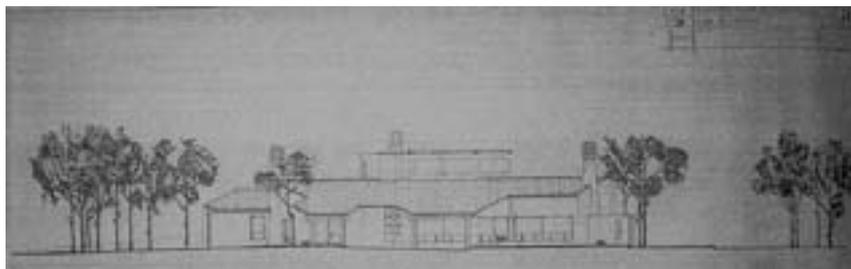
No final, apenas uma pequena parte do vasto complexo idealizado viria a ser construído, o chamado Touring Club de Portugal - Aldeia das Açoteias, implantado, sensivelmente, na Zona A do plano de conjunto inicial, ocupando uma área de nove hectares.

Touring Club de Portugal -
Aldeia das Açoteias, Albufeira
Planta Geral
Victor Palla e
Joaquim Bento d'Almeida,
1967
(imagem LOURO, José, *Aldeamento
Turístico do Touring Club de Portugal.*
Algarve, s.l., s.n., s.d.)

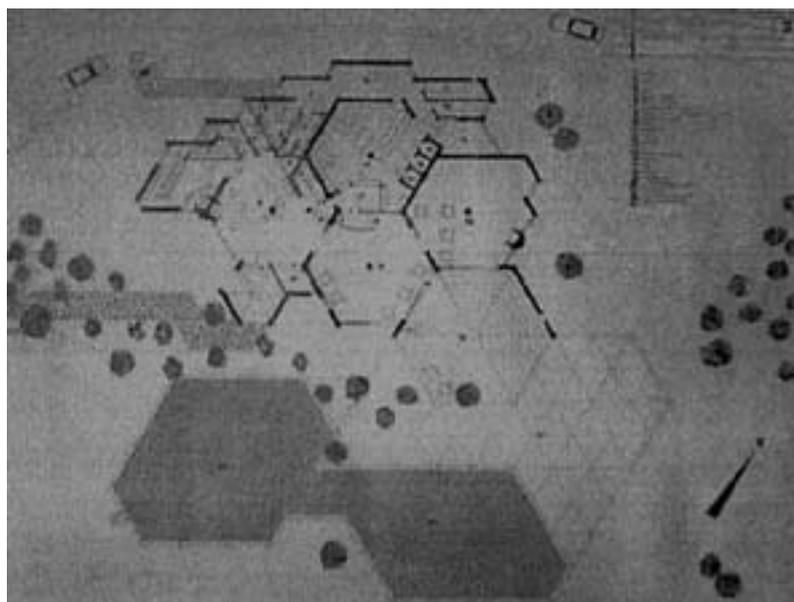


Amputado na sua grande maioria, o programa original é revisto e adaptado à nova situação, acabando por se optar pela construção de um Aldeamento constituído por apartamentos e moradias em banda, com tipologias do T1 ao T4, e apetrechado com um edifício de Recepção, Administração e Cabeleireiro, junto da entrada do complexo, e um núcleo cultural, comercial e recreativo, próximo desse ponto, dispondo de Sala de Congressos, Mesquita, Lojas, Bares, Restaurante, Discoteca, Anfiteatro ao Ar Livre e Piscina.

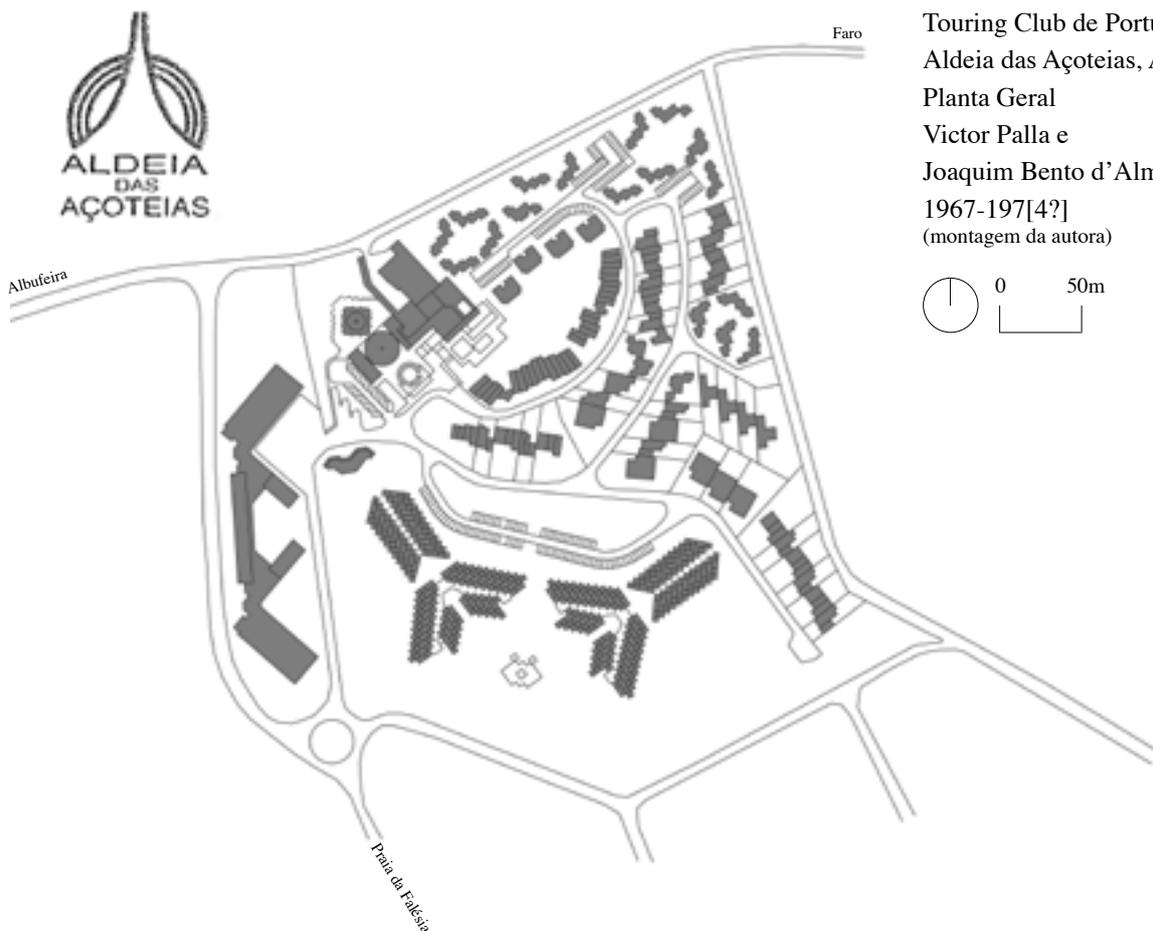
Num primeiro estudo, datado de 1967, este núcleo central de apoio dispunha apenas de um Restaurante, Salas de Convívio e Piscinas, dispostos numa composição planimétrica hexagonal, típica desta época, que vem, de alguma forma, completar as experiências espaciais ensaiadas, desde os anos cinquenta, pelos autores no âmbito do tipo residencial, com os projectos para a “Casa Eva de Natal”.²¹³



Touring Club de Portugal -
Aldeia das Açoteias, Albufeira
Áreas de Apoio (Piscina/
Restaurante/Salas de Convívio)
Alçado Sul e
Planta
Victor Palla e
Joaquim Bento d'Almeida,
1968
(imagens D'ALMEIDA, Patrícia
Beirão da Veiga Bento, *Victor Palla e
Bento d'Almeida: Obras e projectos de
um Atelier de Arquitectura, 1946-1973,*
Volume II, dissertação de mestrado
em História da Arte Contemporânea,
Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais
e Humanas, Universidade Nova de
Lisboa, 2006, p. 378)



²¹³ Entre 1952 e 1972, Victor Palla e Joaquim Bento d'Almeida desenvolvem dezassete projectos diferentes de moradias para a revista *Eva* sortear, entre as suas leitoras, no seu número especial de Natal, concurso que, inicialmente, conta com a colaboração do arquitecto Luís Cristino da Silva



Touring Club de Portugal -
Aldeia das Açoteias, Albufeira
Planta Geral
Victor Palla e
Joaquim Bento d'Almeida,
1967-197[4?]
(montagem da autora)

Tal como em Pedras d'el Rei, também aqui se procura a integração arquitectónica da intervenção no meio local, recorrendo-se, para isso, ao uso de elementos, formais, espaciais e materiais característicos da região. Nesse sentido, para o núcleo central “*estudou-se um edifício adaptado ao terreno, respeitando a sua altimetria, a sua paisagem, e o aspecto geral das construções do aglomerado que já de si se integra nas características da arquitectura local. (...) [O] partido estético e construtivo é portanto baseado em paredes e pilares suportantes, rebocados e caiados, coberturas de telha da região, pavimentos em tijoleira*”.²¹⁴

(nos anos de 1933, 1934 e 1935) e do arquitecto João Simões (em 1936), tendo sido interrompido entre 1937 e 1950. Sem um cliente específico, estes projectos permitiram aos seus autores a liberdade de propor uma renovação ao nível dos conceitos estéticos e da organização tradicional do espaço de habitar e, simultaneamente, de ensaiar novos materiais e tecnologias de construção, acompanhando o surto modernista português da década de trinta e o debate, pós-I Congresso Nacional de Arquitectura, entre modernidade e tradição das décadas de cinquenta e sessenta. (Cf. LUÍS, Ana Leonor, *Eva: Reflexões sobre a domesticidade das casas Eva*, Prova Final de licenciatura em Arquitectura, Coimbra, Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra, 2008)

²¹⁴ PALLA, Victor, D'ALMEIDA, Joaquim Bento, *Memória Descritiva*, [Lisboa], Abril 1968. (Citado em D'ALMEIDA, Patrícia Beirão da Veiga Bento, op. cit., p. 277)

Touring Club de Portugal -
Aldeia das Açoteias, Albufeira
Bilhetes Postais, anos 1970
(imagens www.delcampe.net)



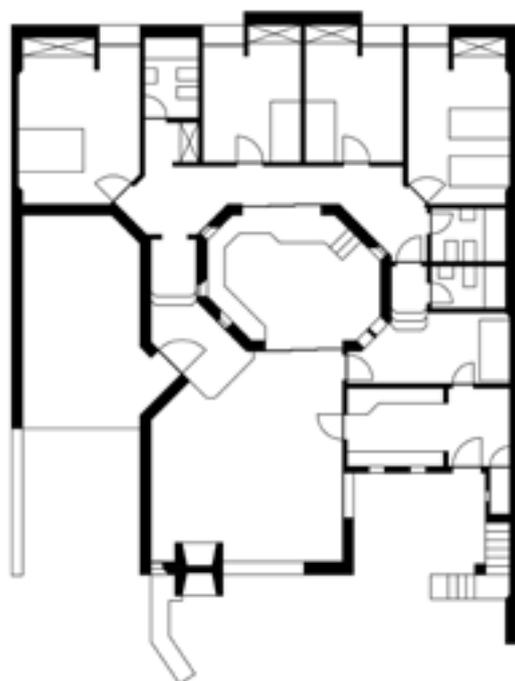


Aldeia das Açoteias



Aldeia das Açoteias



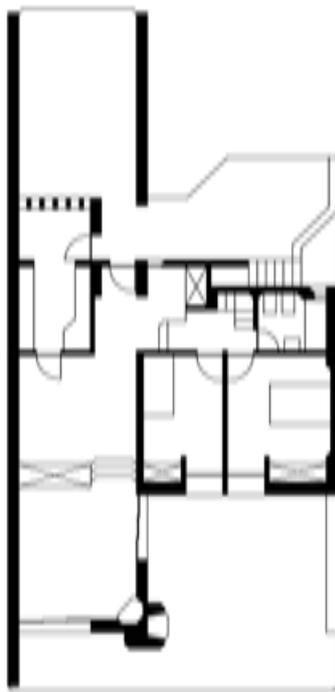


Touring Club de Portugal -
Aldeia das Açoteias, Albufeira
Moradias Tipo A, Tipo B,
Tipo C e Tipo D
Fotografias das Maquetas e
Plantas

Victor Palla e
Joaquim Bento d'Almeida,
1968

(imagens D'ALMEIDA, Patrícia
Beirão da Veiga Bento, *Victor Palla e
Bento d'Almeida: Obras e projectos de
um Atelier de Arquitectura, 1946-1973*,
Volume II, dissertação de mestrado
em História da Arte Contemporânea,
Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais
e Humanas, Universidade Nova de
Lisboa, 2006, p. 374,
e montagens da autora)

As moradias seguem a mesma orientação formal, organizadas em quatro tipologias, consoante o número de quartos de que dispõem (Tipo A - três quartos; Tipo B - quatro quartos; Tipo C - dois quartos; e Tipo D - um quarto), e todas elas oferecem espaços exteriores privativos para usufruto dos hóspedes, notando-se, em particular, a presença da açoteia, com acesso, por escadas, pelo exterior. As chaminés algarvias reforçam o carácter regional que



suporta a filosofia do projecto, assinalando, simbolicamente, a localização da lareira da sala de estar, associada, sempre, a uma lareira exterior que se relaciona com o pátio de convívio, mais intimista, ao ar livre. Curiosamente, para um empreendimento em que a circulação pedonal assume preferência, todas as moradias são equipadas com garagem privativa para o automóvel, o que não deixa de ser revelador do público alvo a que se destinam.

Touring Club de Portugal -
Aldeia das Açoteias, Albufeira
Combinação de Moradias
Tipo D com Tipo A
e
Tipo B com Tipo D,
Fotografias das Maquetas,
c. 1968

(imagens D'ALMEIDA, Patrícia
Beirão da Veiga Bento, *Victor Palla e
Bento d'Almeida: Obras e projectos de
um Atelier de Arquitectura, 1946-1973*,
Volume II, dissertação de mestrado
em História da Arte Contemporânea,
Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais
e Humanas, Universidade Nova
de Lisboa, 2006, p. 374)





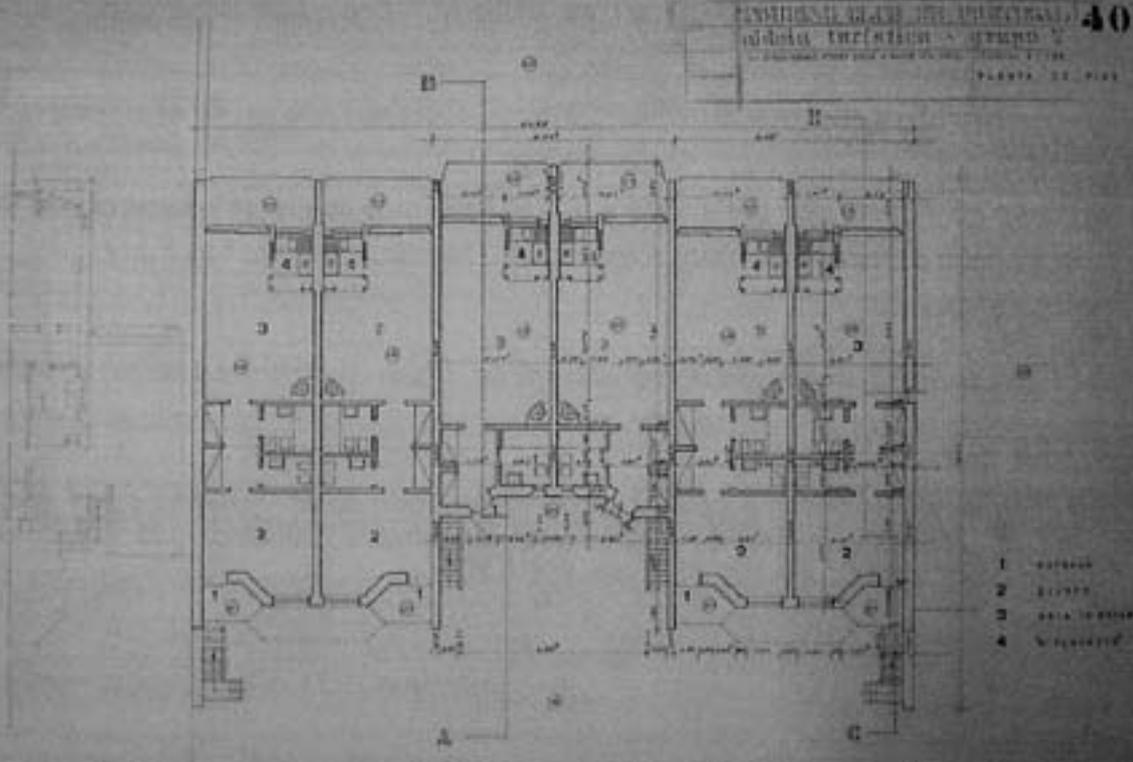
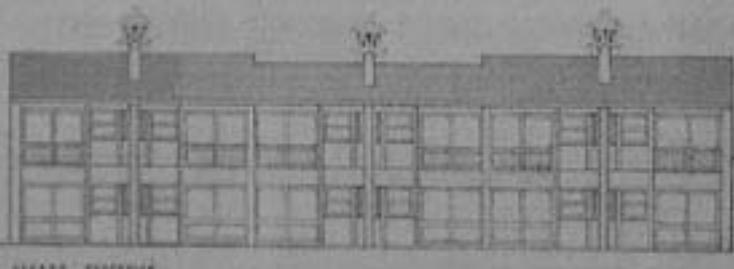
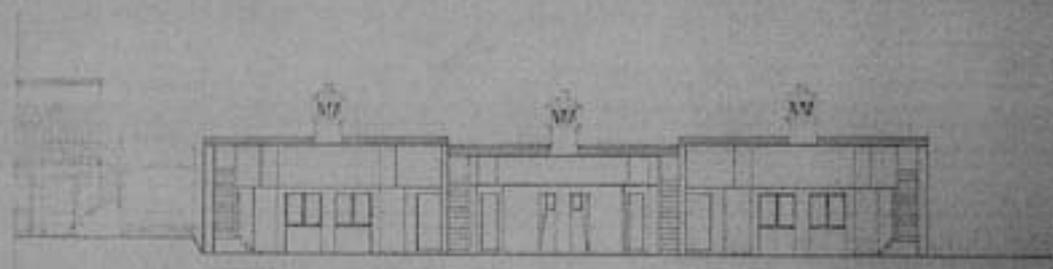
As diferentes tipologias possibilitam combinações variadas entre si, em conjuntos que são dispostos livremente no terreno. Não existem muros, “*apenas algumas sebes vivas marcam limites, permitindo um alongamento de paisagem*”²¹⁵. Também, aqui, houve o cuidado de manter, o mais possível, a florestação pré-existente, desenhando os novos arranjos paisagísticos em continuidade com esses elementos.

Por outro lado, a repetição, escalonada, de uma mesma tipologia permite fragmentar as massas de construção, imprimindo movimento às composições estudadas. Este artifício é explorado, com maior impacto, nos núcleos de apartamentos (com tipologias, essencialmente, T0 e T1), que, pela sua extensão e volumetria (em geral, dois pisos), ganham mais flexibilidade, adaptando-se melhor à topografia do terreno, ao mesmo tempo que se consegue garantir a privacidade das varandas que prolongam as zonas de estar para o exterior.

Aldeia das Açoteias, Albufeira
Perspectiva de Estudo
Victor Palla e
Joaquim Bento d’Almeida,
c. 1968

(imagem D’ALMEIDA, Patrícia Beirão da Veiga Bento, *Victor Palla e Bento d’Almeida: Obras e projectos de um Atelier de Arquitectura, 1946-1973*, Volume I, dissertação de mestrado em História da Arte Contemporânea, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2006, p. 278)

²¹⁵ LOURO, José, *Aldeamento Turístico do ‘Touring Club de Portugal. Algarve, s.l., s.n., s.d.*



A presença da *Kitchenette* e, em alguns casos, o acesso pelo espaço de dormir põem em evidência o estilo de vida mais descomprometido e descontraído que se propõe nos apartamentos, em contraste com as moradias, que nas tipologias T3 e T4 dispõem, mesmo, de quarto de empregada junto à Cozinha, sempre independente. O que não deixa de ser interessante, se considerarmos que estamos, já, no final dos anos sessenta. Nesse sentido, os apartamentos - um tipo de alojamento, essencialmente, urbano - aproximam-se mais de uma ideia de vida em férias do que as próprias “Casas de Férias”, privilegiando, sobretudo, o estar “fora de casa”.

Mas, o maior paradoxo da Aldeia das Açoteias, como o da grande parte dos Aldeamentos, é o de ser um recinto fechado. Ambicionando, na sua essência, recriar a fisionomia dos pequenos aglomerados tradicionais, por questões de controlo e de segurança dos hóspedes, face à crescente urbanização da envolvente próxima (o que não acontece em Pedras d’el Rei), todo o perímetro do complexo é vedado, deixando-se aberta, apenas, uma entrada formal. As relações ancestrais de continuidade que aqueles núcleos estabelecem, naturalmente, com o território onde se implantam são, aqui, quebradas, e a estrutura criada tem um fim em si própria.

Assim, de certa forma, o conceito de Aldeamento explorado em Albufeira, como na generalidade das experiências deste tipo que, ainda hoje, são promovidas, aproxima-se de modelos já ensaiados anteriormente, muito em particular do das Colónias de Férias, como a “Um Lugar ao Sol”, na Costa da Caparica, do final da década de trinta²¹⁶. A única diferença entre um e outro registo reside na lógica de ordem social que regula espacialmente a organização destes núcleos, porque os equipamentos colectivos de apoio àqueles complexos turísticos são, com as devidas actualizações, praticamente os mesmos: a Música passa a ser Discoteca, o Refeitório, Restaurante, a Capela, Mesquita, e o Teatro ao ar livre, Centro de Congressos. A Piscina será sempre a Piscina.

Touring Club de Portugal
Aldeia Turística

[Apartamentos]

Grupo 7

42 - Alçados Principal e Posterior

e

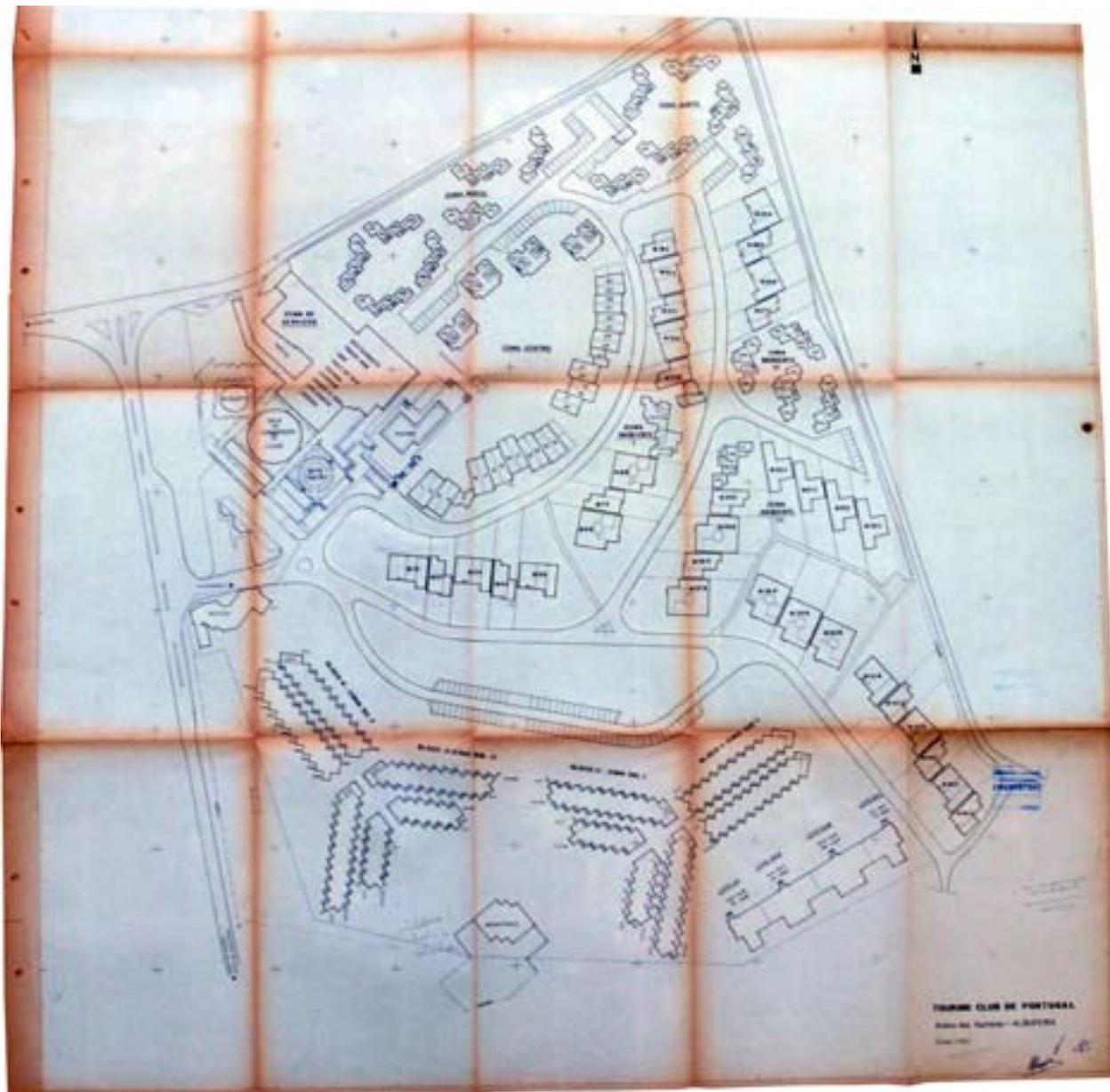
40 - Planta de Piso

Victor Palla e

Joaquim Bento d’Almeida,
1968

(imagens D’ALMEIDA, Patrícia Beirão da Veiga Bento, *Victor Palla e Bento d’Almeida: Obras e projectos de um Atelier de Arquitectura, 1946-1973*, Volume II, dissertação de mestrado em História da Arte Contemporânea, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2006, p. 372)

²¹⁶ Ver Capítulo 3.3..



*Touring Club de Portugal -
Aldeia das Açoteias - Albufeira*
Planta Geral, 1995
(imagem
Arquivo Turismo de Portugal)

No final, o complexo turístico da Aldeia das Açoteias acabaria por dispor de quatrocentos e dezasseis apartamentos e vilas, “*construídos no estilo Algarvio*”²¹⁷ e dispostos por quatro zonas - Zona Norte, Zona Centro, Zona Nascente e Zona Sul -, Restaurante para trezentas e cinquenta pessoas, *Snack-Bar*, Bar, Boite com capacidade para cento e vinte pessoas, Posto Médico, Mini-Mercado, Lojas, Sala de Conferências para quatrocentas pessoas, duas Piscinas (para adultos e crianças) e Infantário.

²¹⁷ Portugal - Algarve: Aldeia das Açoteias, Praia da Falésia, Brochura Desdobrável, s.l., s.n., s.d.. (Arquivo Turismo de Portugal)

Vilamoura

Do “Hotel de Praia”, à “Megaestrutura Hoteleira” e ao “Aldeamento Turístico”, a oferta turística, no litoral, iria evoluir para uma quarta categoria tipo-morfológica: as “Cidades de Lazer” ou de “Turismo”. Vilamoura é um dos dois exemplos, em Portugal, desta nova geração de empreendimentos, a par de Troia (1962-1974).

Como vimos²¹⁸, no Plano Regional do Algarve, Quarteira é considerada um dos cinco núcleos de concentração prioritária de novos investimentos turísticos na região²¹⁹, directriz que reflectia, já, a intenção de Cupertino de Miranda de aí criar uma estância balnear de raiz. Na verdade, ainda antes de adquirir, a 27 de Outubro de 1964, a antiga Quinta da Quarteira, este empresário requer às entidades competentes²²⁰ *“que lhe fossem oficialmente definidas as possibilidades e limitações do empreendimento pretendido”*²²¹, a fim de melhor *“se informar sobre a natureza e as dimensões do (...) que lhe seria autorizado”*.

“Assim, enquanto os outros quatro sectores de concentração de alojamento turístico estão sendo objecto de estudos de urbanização promovidos e custeados pelo Ministério das Obras Públicas (...), o sector da Quarteira está inteiramente a cargo de uma iniciativa privada, embora enquadrada na orientação oficial que se preconizou.”

Para acompanhar o desenvolvimento do projecto é constituída, em 1965, a Lusotur - Sociedade Financeira de Turismo, SARL, que a 23 de Novembro desse ano apresenta, para apreciação do Governo, o *Ante Plano de Urbanização de Vilamoura*, nome por que é baptizada a nova estância. Este estudo seria aprovado a 21 de Março de 1966, considerando-se que o mesmo estava em condições de ser aprofundado em planos parciais.

²¹⁸ Capítulo 4.1..

²¹⁹ Junto com as zonas de Meia-Praia, de Alvôr-Praia da Rocha, de Armação de Pêra e de Manta Rota-Monte Gordo.

²²⁰ A 5 de Outubro de 1964.

²²¹ CARVALHO, Raul Campos de, *Parecer N.º 3550: Vilamoura - Planeamento do conjunto turístico*, [Lisboa], CSOP, 5 Abril 1968, p. 588.

Face à dimensão e escala do empreendimento, “*envolvendo problemas em que não existe experiência nacional que sirva de base e que implica a mobilização de muitos avultados meios de financiamento*”, a empresa promotora cria um Gabinete de Estudos Urbanísticos (GEUR) no qual reúne uma equipa internacional de projectistas, associados a três gabinetes diferentes: João Caetano, Eduardo Medeiros e António Abrantes, do português GEFEL - Gabinete de Estudos e Empreendimentos Técnicos (Lisboa); Philippe Gennet (advogado), Jean Dimitrijevic, Henry Coulomb e J. M. Charuet, da francesa SETAP - Société pour l'Étude Technique d'Aménagements Planifiés (Paris); e Frank Sata e Bill O'Dowd, do americano Carver L. Baker & Associates (Los Angeles).

O Carver L. Baker & Associates encontrava-se a desenvolver o *Master Plan* de Rancho de los Palos Verdes, a sul de Los Angeles, na Califórnia, para a Great Lakes Carbon Company, empresa mineira que adquire, em 1953, os últimos 3.000 hectares, dos 6.500 hectares iniciais, do empreendimento turístico-residencial lançado, em 1913, por Frank Vanderlip²²². De resto, a parceria com o gabinete de arquitectura americano resulta do envolvimento financeiro da Great Lakes Company no empreendimento do Algarve²²³, que, juntamente com o Banco Português do Atlântico, constitui um dos principais accionistas da Lusotur.

A SETAP tinha ganho, em 1961, o Concurso Internacional de Ideias para Maspalomas Costa Canaria, realizado, com o apoio da *Union Internationale des Architectes* (UIA)²²⁴, por iniciativa de Alejandro de Castillo y Bravo de Laguna, Conde de Vega Grande, com vista à criação de um novo centro turístico com 40.000 camas, implantado numa área de cerca de 1.000 hectares.²²⁵

²²² Presidente do National City Bank of New York, que compra os terrenos na Península de Palos Verdes para exploração imobiliária e encomenda, em 1914, à firma de arquitectos paisagistas Olmsted Brothers o plano de desenvolvimento daquela área. Plano, da responsabilidade de Charles Cheney e Frederick Law Olmsted Jr., que incluía a construção de um Campo de Golfe, Piscina, Campos de Ténis e de Pólo, e de um *Yatch Club*, para além da zona residencial de luxo, concebida, segundo a visão do promotor, como uma “pequena” vila mediterrânica. (Cf. MEGOWAN, Maureen, “History of Palos Verdes Estates”, disponível em www.maureenmegowan.com)

²²³ Através da subsidiária Great Lakes Properties Inc..

²²⁴ Fundada em 1948.

²²⁵ Cf. LEÓN, Iván Alvarez, “The tourist project of the SETAP Group for the International Bid of Ideas for Maspalomas Costa Canaria”, disponível em www.commonsupc.edu.

E o GEFEL, na sequência de Vilamoura, vai envolver-se no empreendimento de Vale do Lobo, a nascente de Quarteira.²²⁶

Para a coordenação dos trabalhos técnicos e de engenharia é contratada a Hidrotécnica Portuguesa, Lda., e o projecto do Campo de Golfe é realizado por C. K. Cotton & Co., J.J.F. Pennik e José Sousa Melo. Já “o estudo do regime administrativo do empreendimento foi encomendado a Marcelo Caetano (professor catedrático de direito administrativo) segundo carta da Lusotur para o MOP de 1966”.²²⁷



Quinta da Quarteira, Quarteira
Vista Aérea, c. 1964
(imagem “Vilamoura”, *Arquitectura*,
Lisboa, N.º 96, Março-Abril 1967,
p. 53)



Vilamoura, Quarteira
Maqueta do conjunto, c. 1967
(imagem “Vilamoura”, *Arquitectura*,
Lisboa, N.º 96, Março-Abril 1967,
p. 54)

²²⁶ Para o qual elabora o *Ante Plano de Urbanização da Quinta de Nossa Senhora da Piedade*, aprovado, sob condição, pelo Comissariado do Turismo, a 27 de Dezembro de 1968.

²²⁷ BRIZ, Maria da Graça Gonzalez, *A Vilegiatura Balnear Marítima em Portugal (1870-1970): Sociedade, Arquitectura e Urbanismo*, Volume I, dissertação de doutoramento em História da Arte Contemporânea, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2003, p. 407.

O objectivo da Lusotur era o de criar um novo pólo turístico na região que dispusesse “*de vastos equipamentos desportivos e de recreio, tais como: porto de recreio, golfe de categoria internacional [e] múltiplos espaços verdes*”²²⁸, mas que conservasse “*na sua organização e na sua arquitectura, um certo carácter tradicional*”. Incidindo sobre uma área total de 1.631 hectares, o *Ante Plano de Urbanização de Vilamoura* previa o aproveitamento de 1.054 desses hectares para “*a instalação de um centro turístico de grande categoria*”, reservando-se os restantes 557 hectares “*para diferentes explorações agrícolas*”. “*Admitindo que se reserve perto de 30% da área a ordenar prevista, isto é, perto de 300 hectares, para a constituição de reservas naturais, espaços verdes e Golfe arranjados ou não, a área disponível para a urbanização atingiria perto de 750 hectares.*”

Aplicando a esta área a densidade média considerada de 100 habitantes por hectare, [aconselhada, no Plano Regional do Algarve, como valor genérico a adoptar naquela zona], a população que seria possível receber atingiria assim perto de 70.000 pessoas”. No entanto, “*foi considerado preferível limitar a 50.000 pessoas a capacidade de recepção teórica da futura estância*”, das quais 38.000 seriam turistas e 12.000 população complementar.²²⁹

Esse máximo de ocupação prevista representava a construção de “*cerca de 13.000 fogos turísticos e 5.000 fogos complementares (...) num total de 18.000 fogos*”, dos quais 4.700 correspondiam a quartos de hotel, 3.100 a alojamentos de baixa densidade, 8.200 a alojamentos de alta densidade e 2.000 a lugares em campos de férias. “*Aproximadamente 13.000 veículos terão possibilidades de se encontrar ao mesmo tempo na estância*”.

Naturalmente, a escala do empreendimento, implicava o seu faseamento por etapas, a concretizar num prazo de vinte anos, antecipando-se que, quando terminada, Vilamoura constituísse

²²⁸ Vilamoura: *Ante Plano de Urbanização: Relatórios Técnicos*, (s.l.), GEUR-Lusotur, s.d..

²²⁹ Considerando-se “população complementar”, de uma determinada população, o “conjunto dos habitantes cujas actividades são inteiramente consagradas à satisfação das múltiplas necessidades dessa mesma população de uma maneira directa ou indirecta”. (Idem)

“o maior aglomerado do ALGARVE e, possivelmente, uma das maiores estâncias de PORTUGAL”. Salienta-se, ainda, que *“uma realização como esta só se poderá fazer no quadro de: uma estrutura bem definida, uma infraestrutura à escala dos objectivos em vista, e uma superestrutura suficiente de equipamentos colectivos, públicos e privados”*, apontando-se como modelo a seguir as *New Towns* inglesas, *“construídas nos arredores de Londres depois da guerra [e] estudadas para acolher uma população de 50.000 a 100.000 habitantes”*.

De acordo com as características físicas do terreno - dividido em duas zonas distintas: uma zona de colinas, a norte, e uma zona baixa (a várzea), situada junto ao mar - e com o plano oficial do desenvolvimento turístico do Algarve, de que *“o projecto de ordenação de Vilamoura constituirá (...) o primeiro núcleo”*²³⁰, são definidos alguns critérios urbanísticos gerais orientadores da intervenção:

“A - A ordenação turística da propriedade não poderá cobrir totalmente a área desta última, mas somente cerca de dois terços, pelo menos nos primeiros anos. De qualquer modo, parte das melhores terras de cultura deverão ficar em regime de exploração agrícola.

B - A densidade desta urbanização não deverá igualmente ultrapassar uma densidade média de 100 pessoas por hectare.

C - O traçado das estradas de acesso ao Centro deverá ter em conta as disposições do esquema das futuras comunicações regionais.

D - De uma maneira geral, a estância não deverá constituir um elemento estranho ao meio regional circundante, mas pelo contrário, ser quanto possível um elemento de desenvolvimento económico e de evolução desse meio regional.”

Daqui resultam seis princípios base que informam o partido de ordenação preconizado:

“1. Localização preferencial dos alojamentos habitacionais na zona das colinas.

2. Necessidade de sanear e animar a planície a fim de aumentar a capacidade de recepção da zona de atracção balnear e aproximar de certa maneira as colinas do mar, permitindo igualmente criar boas condições

²³⁰ “Vilamoura”, *Arquitectura*, Lisboa, N.º 96, Março-Abril 1967, p. 56.

para receber a parte dos alojamentos que não tenha sido possível implantar nas colinas.

3. Vantagem em utilizar o vale principal, situado a NO, como passagem da via de acesso da serventia geral da estância.

4. Necessidade de prever na estância ou nas suas proximidades imediatas, os equipamentos colectivos de toda a espécie necessários a uma população permanente que deverá progressivamente atingir um total de 30 000 pessoas, das quais 15 000 complementares.

5. Necessidade de contar com a existência de Quarteira.

6. Necessidade de prever de qualquer modo, uma zona de extensão da estância, tanto para aumentar eventualmente a sua capacidade de recepção turística como para receber uma população complementar suplementar, não directamente ligada ao turismo mas beneficiando dele.”²³¹

Estes seis princípios são, por sua vez, traduzidos em nove linhas directrizes de actuação:

“1. Concentração de uma parte importante dos alojamentos e dos hotéis nos cumes e vertentes das colinas, acima da costa +20m, utilizando de preferência as encostas Sul e Sueste a fim de beneficiar da vista, da brisa marítima e da melhor exposição solar.

2. Animação e valorização da parte mais baixa da planície, pela criação de um porto interior e de um lago, transformando assim esta zona, sem grande interesse turístico, num local artificial de valor, em torno do qual será possível criar, em excelentes condições, um núcleo urbano importante.

3. Reservar o conjunto da orla costeira, numa profundidade superior a 200m, para a instalação de equipamentos colectivos, públicos e privados.

4. Utilização do pinhal mais importante, situado numa colina no centro da propriedade para a instalação de um Campo de Golfe, (...), que constituirá uma atracção comparável, em certa medida, à do porto.

5. Manter e acusar o carácter paisagístico, cultivado ou não, da zona da várzea, situado entre o porto e o sopé das colinas, a fim de: organizar perspectivas para os alojamentos situados nas colinas; quebrar a intensidade de urbanização; manter as características da paisagem.

6. Agrupar os alojamentos previstos em núcleos e zonas urbanizadas, dentro do espírito e da escala das aldeias existentes presentemente no Algarve.

7. Ligar o centro da zona a urbanizar tanto à actual estrada nacional como ao aerodromo de Faro e posteriormente à futura autoestrada regional por estradas de largas dimensões, fazendo passar: a primeira pelo vale principal, situado a Oeste da zona urbanizada; a segunda por uma depressão de menor importância, situada na extremidade Leste da propriedade.

8. Distribuir a maior parte dos equipamentos colectivos de toda a espécie, administrativos, económicos e sociais, necessários ao conjunto da população, por três centros principais, um no porto, dois sobre as colinas e deixar entre estas zonas de recreio ou núcleos predominantemente residenciais.

9. Concentrar na zona arborizada, os múltiplos equipamentos turísticos e de recreio, não forçosamente ligados à proximidade imediata do mar, a fim de diversificar geogràficamente os diferentes centros de interesse e criar assim motivos para deslocações entre os diversos centros do conjunto.”²³²

Com base nesta leitura de aproximação sucessiva à área em estudo, a estância é estruturada em oito sectores - sete urbanos e um, último, dedicado à exploração agrícola, para abastecimento e protecção natural do novo aglomerado - articulados por um eixo viário principal de atravessamento, ligando, a norte, à Estrada Nacional N.º 125 e, a nascente, a Quarteira, o qual distribui para um sistema mais apertado de vias secundárias, de acesso aos vários núcleos urbanos, que, por sua vez, é apoiado por uma rede de caminhos de circulação pedonal. Cada um desses núcleos é pensado como uma unidade independente, com identidade e vida próprias, complementando-se no seu conjunto.

Vilamoura, Quarteira
Planta de Zonamento Geral
GEUR-Lusotur, c.1967
(imagem “Vilamoura”, *Arquitectura*,
Lisboa, N.º 96, Março-Abril 1967,
p. 54)



²³² Idem, p. 57.

Com capacidades de recepção diferentes, o que se reflecte na distribuição dos serviços e equipamentos colectivos, estes sectores são caracterizados por um elemento central que lhes dá o nome:

Sector 1 - O Porto (17.000 pessoas)

Sector 2 - O Pinhal (7.000 pessoas)

Sector 3 - O Figueiral (7.000 pessoas)

Sector 4 - O Golfe (6.000 pessoas)

Sector 5 - O Lago (3.000 pessoas)

Sector 6 - O Olival (12.000 pessoas)

Sector 7 - A Praia (3.000 pessoas)

Sector 8 - Actividade Agrícola

Consideram-se, assim, “*três núcleos mais urbanizados e de maior densidade: o Porto, o Figueiral e o Olival; e três mais particularmente destinados a zonas de recreio: o sector da Praia, do Lago e do Golfe*”²³³. Já “*o sector do Pinhal é mais residencial do que urbano*”, para o que contribui a presença do Campo de Férias. De uma forma geral, as altas e médias densidades de ocupação do solo concentram-se em torno do Porto e no topo e vertentes das colinas, enquanto que as baixas densidades se situam na zona plana da várzea, nas zonas de recreio e junto ao Golfe.

No seu conjunto, as habitações turísticas e complementares ocupam uma área de 317,4 hectares, os equipamentos colectivos 412,99 hectares, os espaços verdes naturais 323,91 hectares, e a zona agrícola 576,70 hectares. Valores que, somados, perfazem os 1.631 hectares totais do perímetro de intervenção.

As zonas residenciais, nas quais se incluem algumas unidades hoteleiras, dividem-se em quatro tipos:

Tipo A - Zona Residencial de baixa Densidade

6 alojamentos/hectare, ou 60 quartos/hectare, e hotéis com 150 a 300 camas;

PLANO GERAL



- Tipo B - Zona Residencial de baixa Densidade
36 alojamentos/hectare, ou 100 quartos/hectare, e hotéis com 100 a 150 camas;
- Tipo C - Zona Residencial de média densidade
65 alojamentos/hectare, ou 150 quartos/hectare, e hotéis com 50 a 100 camas;
- Tipo D - Zona Residencial de alta densidade
106 alojamentos/hectare, ou 200 quartos/hectare, e hotéis com 20 a 50 camas;

Vilamoura, Quarteira
Plano Geral

Manuel da Costa-Lobo, c.1967
(imagem "Vilamoura", *Arquitectura*,
Lisboa, N.º 96, Março-Abril 1967,
p. 55)

Ou seja, a capacidade de alojamento dos hotéis é inversamente proporcional à densidade de ocupação do solo, privilegiando-se a construção de unidades de pequena dimensão nos núcleos mais urbanizados e de grande dimensão nos menos povoados.

Em termos da definição de uma “Política de Arquitectura”, coloca-se a questão de *“Como satisfazer a pressão da actividade turística nas regiões costeiras sem causar estragos ou perdas irreparáveis na paisagem natural? A resposta deverá ser dada pelo planeamento ligado à pesquisa sociológica, económica e ecológica. A investigação no campo da Arquitectura cingida a novas tipologias terá de ser objecto de estudos especiais”*.²³⁴

“Em estudos de investigação arquitectónica a realizar, será necessário igualmente ter presente que os tipos de aglomerados e de alojamentos, anteriormente existentes a uma pressão de actividade turística, em virtude de responderem às necessidades de uma população cuja principal actividade é a agricultura ou a pesca, dificilmente ofereceriam confronto com as necessidades de uma população de nível de vida mais elevado e que tem a sua actividade baseada num fenómeno social recente - o ‘tempo livre’ - principal gerador do actual turismo.

(...)

[A] arquitectura de uma dada região ou local poderá oferecer, eventualmente, do seu repositório, certas contribuições de interesse para a concepção dos novos tipos de alojamentos a criar. E estes dependerão ainda dos processos construtivos a adoptar, dos materiais a empregar e de uma real, e adequada investigação no campo da Arquitectura.

Em resumo, se não é possível nem desejável querer reproduzir exactamente as aldeias existentes num número dado de exemplares, poderá contudo, ser possível guardar o espírito e a escala dessas aldeias principalmente no que diz respeito: às alturas, intencionalmente limitadas, dos seus alojamentos, ao agrupamento desses alojamentos, ao desenho das ruas, praças e jardins, e na sobriedade dos materiais e harmonia das cores. O que implica por consequência: evitar toda a arquitectura incaracterística ou banalmente cosmopolita e evitar os edifícios altos e muito compridos, susceptíveis de constituir uma barreira que intercepe as vistas.”

Ficava, assim, explícito, logo no *Ante Plano de Urbanização*, o conceito arquitectónico que se pretendia vir a orientar os futuros estudos parcelares de cada sector e garantir uma certa unidade e harmonia entre as diversas intervenções. Mas isso não era suficiente. No ano seguinte à aprovação deste primeiro plano, o engenheiro Manuel da Costa Lobo (1929) é chamado a coordenar o desenvolvimento do *Plano Geral* da nova estância, ficando, também, responsável pela equipa de arquitectos, urbanistas

e engenheiros da Lusotur incumbida de acompanhar e de pré-aprovar todos os projectos realizados para as parcelas que fossem vendidas, antes de estes serem submetidos à apreciação das entidades oficiais, dando “*todas as indicações prévias respeitantes às possibilidades e modalidades de ocupação do solo (...) e os condicionamentos urbanísticos e arquitectónicos a respeitar*” e controlando “*as implantações e as condições de realização de todas e quaisquer obras efectuadas*”.²³⁵

A escolha de Costa Lobo para orientar o projecto de Vilamoura não é casual. Professor Catedrático do Instituto Superior Técnico e membro fundador da *Association Internationale des Urbanistes* (AIU), criada em 1965²³⁶, este engenheiro trabalhou, até 1963, para a Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, onde, em 1945, tem a oportunidade de frequentar “*durante alguns meses o curso de urbanismo da Universidade de Londres*”²³⁷. Relações institucionais que ajudavam ao mais fácil desenrolar dos estudos de pormenorização do *Plano Geral*.

Plano Geral que mantém as directrizes delineadas no *Ante Plano* aprovado, introduzindo modificações apenas no que respeita ao “*traçado da via central, agora mais adequada à sua função de penetração (...) e perdendo o carácter de atravessamento, que seria inconveniente*”²³⁸, ao limite “*do perímetro urbano do lado da Quarteira, por alteração da zona de tampão e reajustamento dos traçados envolventes, de forma a melhor rematar o próprio aglomerado de Quarteira e melhor individualizar a cidade turística de Vilamoura*”, e à “*definição do anel de protecção ao novo aglomerado*”.

²³⁵ Art.º 4.º do Capítulo I da *Proposta de Regulamento Geral (Urbanismo e Arquitectura)*, citado em BRIZ, Maria da Graça Gonzalez, op. cit., p. 419.

²³⁶ E da Sociedade Portuguesa de Urbanistas (SPU), fundada a 31 de Janeiro de 1983.

²³⁷ Com o engenheiro Matos Cardoso e os arquitectos Manuel Laginha, Ambrosina Gonçalves e Cabeça Padrão, e como, antes deles, o tinham feito, em 1944, os engenheiros Celestino da Costa e Pedro de Vasconcelos e o arquitecto Fernando Mesquita. Com esta prática, “*a partir de meados da década de quarenta começa a desenhar-se uma clivagem entre a formação anglo saxónica dos técnicos da administração e a influência francesa na preparação dos urbanistas trabalhando nas autarquias e na profissão liberal. Estes formulam um programa do plano de forma apriorística, aqueles exigem a sua fundamentação em extensos inquéritos e análises*”. (Cf. LÓBO, Margarida de Souza, *Planos de Urbanização: A Época de Duarte Pacheco*, Porto, FAUP Publicações/DGOTDU, 1995, p. 42)

²³⁸ *Desenvolvimento Urbanístico de Vilamoura*, [s.l., s.n. s.d.], documento do Arquivo da Lusotur citado em BRIZ, Maria da Graça Gonzalez, op. cit., p. 422.

De resto, a proposta de organização urbana avançada para Vilamoura tinha merecido apreciação positiva do próprio Gabinete Técnico do Plano Regional do Algarve, de que fazia parte o arquitecto Manuel Laginha, ex-colega do engenheiro Manuel da Costa Lobo na DGSU. Uma apreciação em que se reconhece a influência da experiência das *New Towns* inglesas²³⁹ na concepção do plano de conjunto elaborado pelo GEUR e se defende a adequação deste modelo de planeamento urbano à criação de novas estâncias turísticas, que, pela sua escala, se constituem, agora, como autênticas cidades.

*“Toda a estruturação geral gira em volta de um conceito actualizado de organização urbana que tem a melhor exemplificação nas Novas Cidades inglesas e que se adapta - quase diremos, melhor se aplica - a estâncias turísticas de grandes dimensões como Vilamoura. A necessidade, por um lado, de se conceber um organismo em que cada uma das células possa realizar-se e funcionar com relativa independência das restantes e em que à desejável variedade de ambiente dentro do todo se contraponha uma procurada unidade arquitectural de cada parcela, e, por outro lado, a indispensável criação dum conjunto integrado na natureza, em que esta predomine, como ambiente, contrastando com o clima urbano de onde se desloca a grande maioria dos seus futuros utentes, - estas e outras condições implicam a estruturação fragmentada que se adoptou, em que os espaços livres públicos arborizados, as lagoas, a bacia portuária, a própria praia e os campos desportivos, penetram e envolvem todas as áreas residenciais, constituindo um natural e desejável prolongamento.”*²⁴⁰

Privilegiando o contacto directo com o espaço natural e, pela sua orgânica celular, a oferta de ambientes diversificados, o modelo inglês respondia às necessidades do turista contemporâneo,

²³⁹ Instituídas pelo *New Towns Act* de 1 de Agosto de 1946, diploma criado na sequência da política de descentralização urbana preconizada no *Great London Plan*, elaborado, dois anos antes, por Leslie Patrick Abercrombie (1879-1957), e revisto pelos *New Towns Acts* de 1965 e de 1981. Herdeiras das teorias do *Garden City Movement* do início do século, que combinam com alguns dos paradigmas da cidade funcionalista (segregação entre circulação e construção e entre circulação mecânica e pedonal, definição formal de um centro cívico e integração de espaços verdes colectivos), as *New Towns* constituem-se como núcleos urbanos de dimensão controlada, circunscritos por uma cintura verde de contenção e divididos em diferentes zonas, ou bairros, com ambientes próprios, funcionalmente independentes e separadas, entre si, por espaços verdes intersticiais de utilização comum. As zonas residenciais, de baixa densidade, são dispostas em torno de um centro cívico, cultural e comercial principal, no qual se privilegia a circulação pedonal, que, em todo o conjunto, é segregada do traçado viário. Para promover esta nova visão urbana, o *Ministry of Town and Country Planning* lança, em 1948, o filme de animação “Charley in New Town” (disponível em www.nationalarchives.gov.uk), que põe em evidência as vantagens de um planeamento urbano racional e equilibrado em oposição ao crescimento descontrolado das grandes cidades. (Cf. ALEXANDER, Anthony, *Britain's New Towns: Garden Cities to Sustainable Communities*, Oxon, Routledge, 2009)

²⁴⁰ COSTA, A. Celestino da, *Informação do Gabinete do Plano Regional do Algarve*, [Lisboa], DGSU, 15 Março 1966, pp. 4-5, documento citado em BRIZ, Maria da Graça Gonzalez, op. cit., p. 420.

combinando a velha aspiração de reconciliação com a Natureza da sociedade moderna com o valor da “diferença” e da “experiência” na cultura de consumo pós-moderna.

O que é, no entanto, interessante constatar é como, em Portugal, o mesmo modelo é utilizado, simultaneamente, em realidades completamente diferentes, ainda que, em ambos os casos, se trate da criação de “cidade nova”: a urbanização de Olivais Sul (1960-1966), na periferia suburbana de Lisboa, operação a cargo do Gabinete Técnico da Habitação da Câmara Municipal (GTH)²⁴¹ que previa a criação de um nova unidade urbana dedicada à construção de habitação social de custos controlados, com uma área de 187 hectares para uma população de 38.250 habitantes e 8.000 fogos; e Vilamoura (1966), no Algarve, empreendimento turístico de iniciativa privada, com uma área de 1.631 hectares e uma população de 50.000 habitantes. Assim, se nos Olivais estava em causa a construção de “cidade nova” para acolher a população trabalhadora da capital, em Vilamoura propunha-se na criação de uma “nova cidade” dedicada exclusivamente ao tempo livre desses, e de outros, trabalhadores. Ou seja, se uma intervenção é abordada da perspectiva do “Trabalho” a outra é da do “Lazer”.

²⁴¹ Criado, em 1959, na sequência do Decreto-Lei N.º 42:454, de 18 de Agosto, que “*estabelece o plano para a construção na cidade de Lisboa de novas habitações com rendas acessíveis aos agregados familiares de mais fracos recursos*”. Deste plano faziam parte, para além dos Olivais-Sul, a urbanização dos Olivais-Norte, primeira intervenção do GTH lançada, ainda, nesse ano, com uma área de 40 hectares para 10.000 habitantes e 2.500 fogos, e a urbanização de Chelas, a mais ambiciosa das três intervenções, lançada em 1960, com uma área de 510 hectares para uma população de 53.300 habitantes e 11.500 fogos. Constituído-se como autênticos laboratórios para a experimentação tipo-morfológica na área da habitação social de promoção estatal, agora desenvolvida no âmbito municipal, de que o Plano de Alvalade, elaborado, por Faria da Costa, em 1945, representa o primeiro ensaio de ruptura com a política de Casas Económicas do início do Estado Novo, as operações de Olivais e Chelas espelham a evolução da prática urbanística portuguesa nos anos sessenta, no sentido de uma crítica, tardia em relação ao contexto internacional, ao desenho da cidade moderna. Assim, se em Olivais-Norte é, ainda, evidente a influência da Carta de Atenas, no plano de tendência racionalista e nas propostas tipológicas fundamentadas no bloco de habitação, em Olivais-Sul adopta-se o modelo da estrutura celular hierarquizada, desenvolvido com base no conceito de “unidade de vizinhança”, da primeira geração de *New Towns* inglesas, de que Harlow (1947) constitui o exemplo mais paradigmático. Já em Chelas, a solução proposta reporta para os grandes conjuntos urbano-arquitectónicos da experiência italiana do INA-Casa, como o projecto do Quartiere Tiburtino (1950-1956), em Roma, coordenado por Mario Ridolfi e Ludovico Quaroni, francesa, onde se destaca a proposta vencedora do concurso para Toulouse-le-Mirail (1961-1966), de Candilis, Josic & Woods, e inglesa, com o complexo dos Robin Hood Gardens (1966-1972), em Londres, da autoria de Alison e Peter Smithson, todas estas obras construídas por iniciativa pública e resultado do debate europeu sobre o problema da habitação, lançado no segundo pós-guerra. (Cf. BANDEIRINHA, José António, *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007; GRANDE, Nuno, *O Verdadeiro Mapa do Universo: Uma leitura diacrónica da cidade portuguesa*, Coimbra, eldlarq, 2002; e PORTAS, Nuno, MENDES, Manuel, *Arquitectura Portuguesa Contemporânea: Anos Sessenta/Anos Oitenta*, Porto, Fundação de Serralves, 1991)

Na prática, esta diferença reflecte-se, não só na localização escolhida para implantar cada um destes núcleos - a “periferia” e a “costa”, como no programa de equipamentos que apoia e anima a vida quotidiana dos seus habitantes - nos Olivais direccionado para a assistência social, a educação e distrações de índole cultural, enquanto que em Vilamoura é muito mais vocacionado para a realização de actividades desportivas e de recreio ao ar livre e para a oferta de diversão nocturna. Isto é evidente na caracterização dos centros funcionais de cada uma das células do plano, em que a Escola dá lugar ao Campo de Golfe ou ao Casino, mas também nas categorias de alojamento disponíveis, exclusivamente residenciais, nos Olivais, agregadas em unidades de habitação colectivas, e residenciais - quer unifamiliares, quer plurifamiliares -, hoteleiras e para-hoteleiras, em Vilamoura. Por outro lado, a relação dos espaços livres por habitante, embora considerável no primeiro destes planos, é muito mais significativa no segundo, privilegiando-se, claramente, os espaços de sociabilização aos espaços de individualização em qualquer uma das urbanizações consideradas.

Quanto ao “Centro Cívico Comercial Principal” ou “Centro Primário”, no caso de Vilamoura, para além dos naturais ajustes de programa entre uma circunstância e a outra, verifica-se que, no Algarve, este se concentra à volta da zona baixa do Sector 1, núcleo que apresenta a maior densidade de ocupação residencial do plano. Mas, apesar da sua importância no conjunto geral da nova estância, não é por este Sector que se inicia o desenvolvimento dos trabalhos, ainda que a Hidrotécnica Portuguesa se encontrasse já a elaborar os estudos técnicos da futura Marina. O mesmo acontece nos Olivais-Sul, que só na década de noventa vê aprovado o loteamento da Célula G, destinada ao “Centro Cívico e Comercial” e apenas em parte executado, com alterações ao projecto inicial. O que não deixa de ser curioso, se tivermos em consideração o papel de aglutinador social e de articulação entre as várias células que se atribuía a estes núcleos centrais.

Sem ele, sem o seu “coração”, os Olivais-Sul não ultrapassariam a condição de “cidade-dormitório”. Para além disso, o grande ecletismo das propostas tipológicas que são avançadas, revelador da vontade experimentar outros modelos de habitação que não o bloco racionalista, a somar ao traçado orgânico da rede viária, aparentemente sem uma lógica estruturadora que não a da própria topografia do terreno, dava a impressão geral de “*um amontoado de objectos ‘semeados em dias de vendaval’*”²⁴², perdendo-se qualquer leitura de conjunto que amarre toda a intervenção. Já em Vilamoura, o funcionamento da nova cidade não é posto em causa pela concretização posterior do seu Centro Primário, quer pela autonomia de significado que cada célula encerra em si, quer pelas particularidades espacio-temporais do fenómeno turístico: “*temporal, episódico, precário*”²⁴³. E, na verdade, na costa, o principal espaço de interacção social e o centro de toda a vivência quotidiana é a Praia, ou seja, o próprio contexto natural que dá origem ao novo aglomerado urbano.

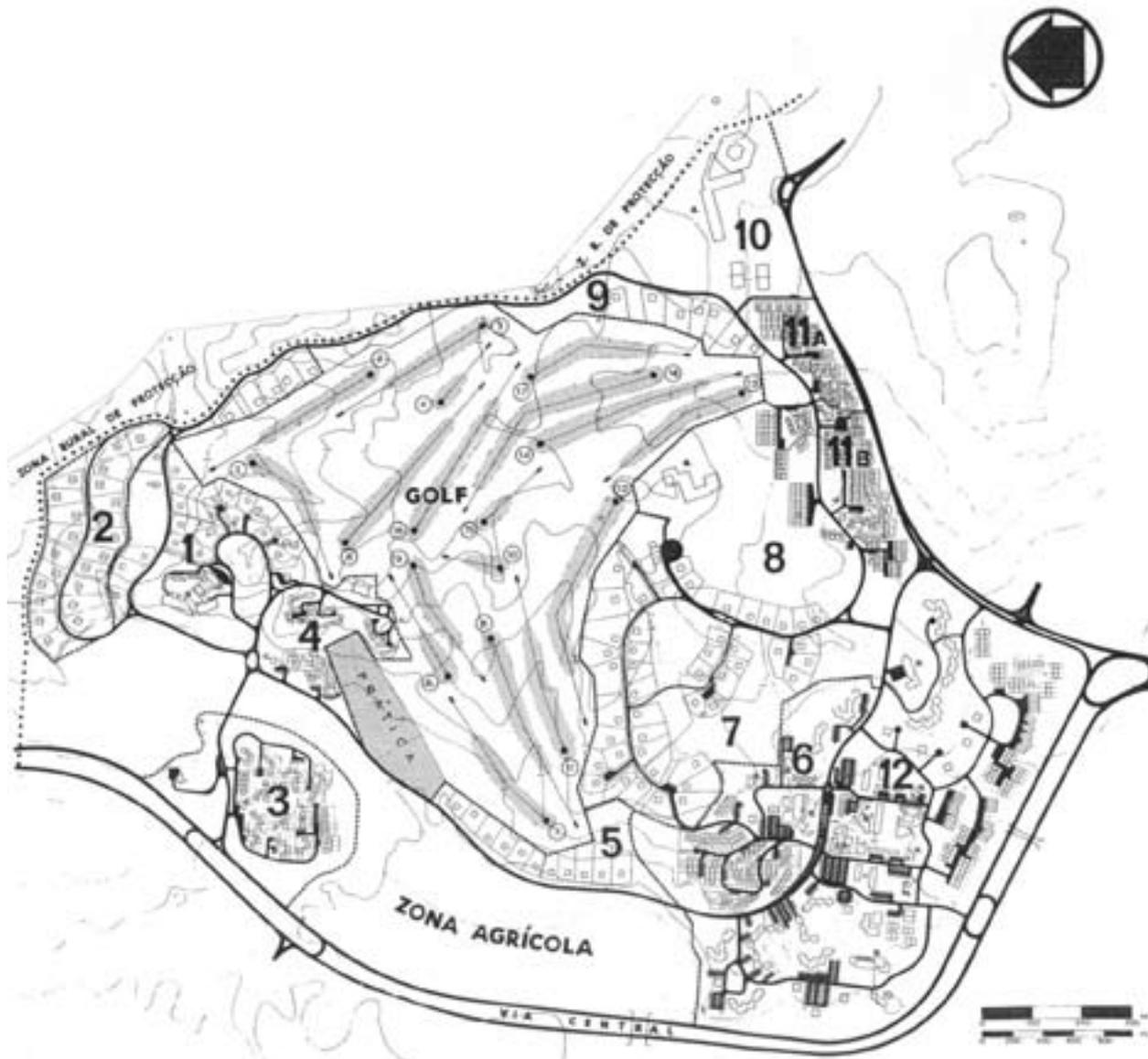
É este o grande factor diferenciador entre as duas urbanizações analisadas: na periferia o espaço natural é “complemento”, enquanto que na costa o espaço natural é “argumento”.

Em Vilamoura, os primeiros sectores a avançar seriam os do Golfe (Sector 4) e do Pinhal (Sector 2), decisão que só em parte tinha em consideração as indicações do Comissariado do Turismo e da DGSU, que aconselhavam “*dar prioridade ao desenvolvimento dos sectores 4 (sector do golfe) e 7 (sector da ribeira), seguidos imediatamente do desenvolvimento dos sectores 1 (sector da marina) e 5 (sector do lago)*”²⁴⁴. Os projectos urbanísticos para aqueles dois sectores seriam da responsabilidade do próprio engenheiro Costa Lobo e aprovados, respectivamente, a 28 de Abril e a 22 de Setembro de 1967.

²⁴² PORTAS, Nuno, *A Cidade como Arquitectura*, Lisboa, Livros Horizonte, 1969, p. 129, citado em BANDEIRINHA, José António, op. cit., p. 102.

²⁴³ GAUSA, Manuel, “Lazer e Turismo. O espaço turístico: paisagem no limite”, in COSTA, Xavier, LANDROVE, Susana (direcção), *Arquitectura do Movimento Moderno: Inventário DOCOMOMO Ibérico, 1925-1965*, Lisboa/Barcelona, Associação dos Arquitectos Portugueses/Fundação Mies van der Rohe/DOCOMOMO Ibérico, 1997, p. 294.

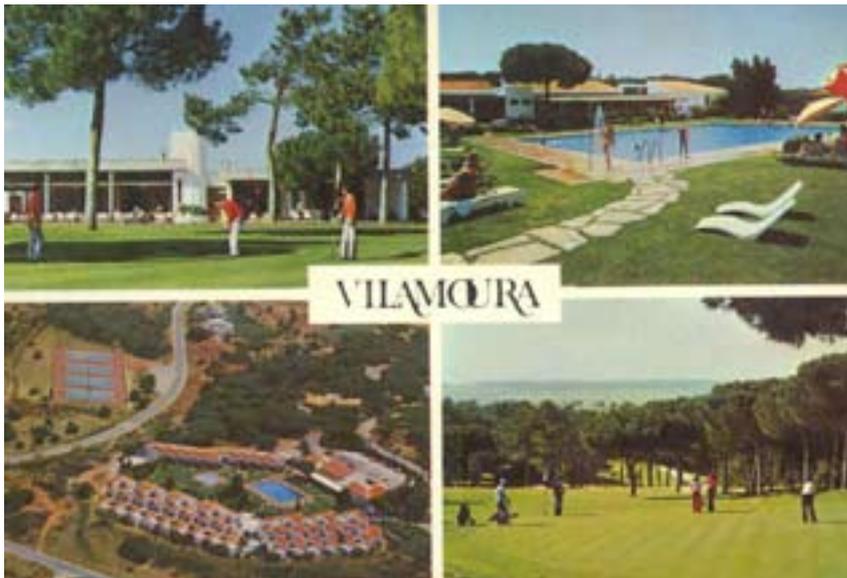
²⁴⁴ CARVALHO, Raul Campos de, op. cit., p. 586.



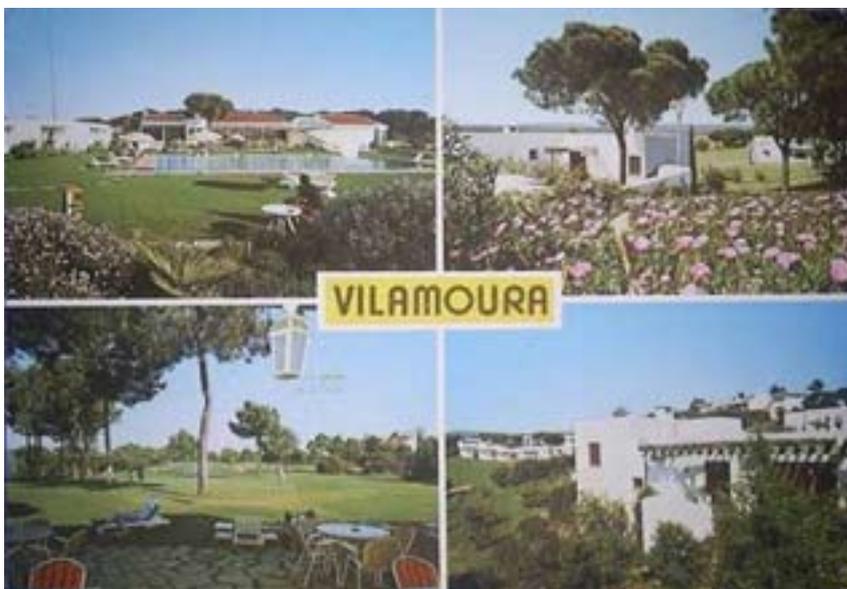
Sector 4
 Planta Geral
 Manuel da Costa-Lobo, 1967
 (imagem Vilamoura:
 Planos de Loteamento, s.l., s.n.,
 Maio 1968)

O Sector 4 começa pela construção do Motel, na sub-zona 1, e do Campo de Golfe, ambos inaugurados em 1969, trazendo os primeiros turistas a Vilamoura. É junto ao Clube de Golfe, nas sub-zonas 1 e 4, que são edificadas, numa primeira fase, as primeiras tipologias residenciais: cerca de quarenta *bungalows* e cinco moradias. Segue-se a urbanização da “Aldeia do Golfe”, na sub-zona 3, um dos primeiros Aldeamentos do Algarve (se não o primeiro), constituído por “casas típicas”, que procuram incorporar certas formas arquitectónicas resultantes da “civilização” e das condições climatéricas locais²⁴⁵. Em qualquer um dos casos,

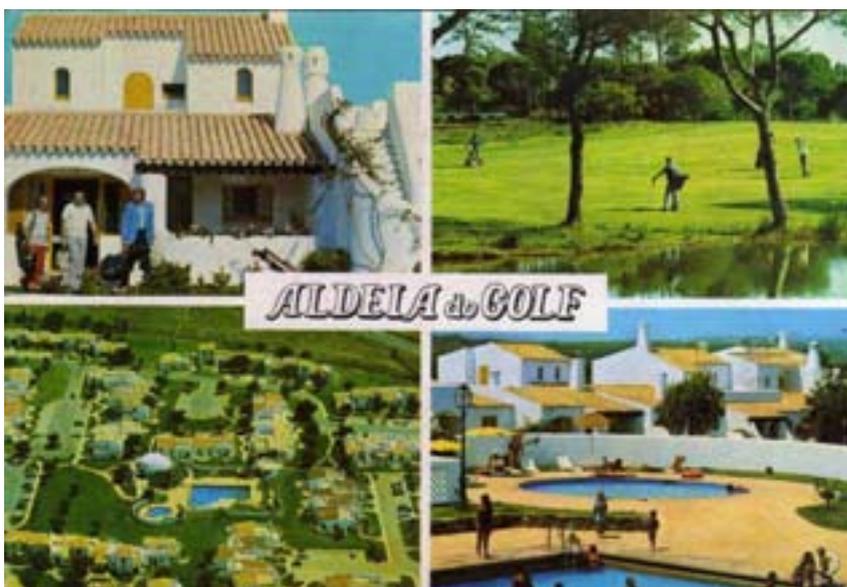
²⁴⁵ Como “pátios interiores, coberturas planas ou pouco inclinadas, vãos para o exterior reduzidos



Vilamoura
Sector 4 - Golfe
(com vista aérea do Motel)
Bilhete Postal, c. 1970
(imagem www.delcampe.net)



Vilamoura
Sector 4 - Golfe
(com fotografias de um dos
tipos de moradias e dos
bungalows)
Bilhete Postal, c. 1970
(imagem www.delcampe.net)



Aldeia do Golfe
Bilhete Postal, c. 1970
(imagem www.delcampe.net)

a sua construção podia ser encarada como um “*investimento de repouso pessoal ou como unidade de exploração em regime de aluguer*”²⁴⁶. Além das tipologias unifamiliares são, também, estudadas algumas soluções funcionais para apartamentos do tipo T0, T1 e T2.

Da autoria dos arquitectos J. Dimitrijevic e J.M. Charuet, da SETAP, são, ainda, publicados, na revista *Arquitectura*, três exemplos possíveis de conjuntos residenciais para este sector.

Conjunto residencial de alta densidade (70/130 aloj/ha) em banda contínua variando entre 5 e 7 pisos

J. Dimitrijevic e J.M. Charuet,
c.1967
(imagem “Vilamoura”, *Arquitectura*,
Lisboa, N.º 96, Março-Abril 1967,
p. 60)



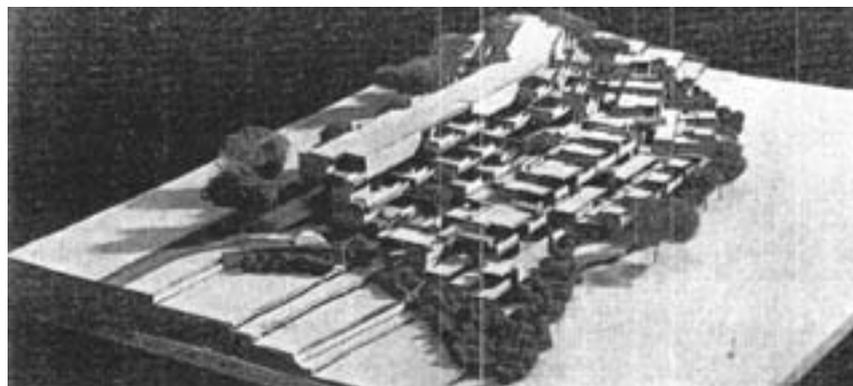
Conjunto de média densidade (30/70 aloj/ha) de habitações individuais agrupadas num terreno de pequena ou média inclinação

J. Dimitrijevic e J.M. Charuet,
c.1967
(imagem “Vilamoura”, *Arquitectura*,
Lisboa, N.º 96, Março-Abril 1967,
p. 61)



Conjunto residencial de média densidade (30/70 aloj/ha) de habitações colectivas em banda contínua e individuais agrupadas variando entre 1 e 4 pisos

J. Dimitrijevic e J.M. Charuet,
c.1967
(imagem “Vilamoura”, *Arquitectura*,
Lisboa, N.º 96, Março-Abril 1967,
p. 62)



ou devidamente defendidos de uma forte insolação e intensa luminosidade”. (Cit. “Vilamoura”, *Arquitectura*, op. cit., p. 59)

²⁴⁶ *Vilamoura. Algarve. Portugal*, s.l., Lusotur, s.d., p. 18.

Como acontece com o “Hotel de Praia”, também o bloco de apartamentos tradicional sofre, na sua adaptação ao espaço litoral, uma fragmentação volumétrica, resultando em estruturas, escalonadas (vertical e/ou horizontalmente), que procuram tirar o melhor partido das vistas, da exposição solar e, ao mesmo tempo, minimizar o impacto das massas construídas na paisagem.

Do arquitecto Bill O’Dowd, do Carver L. Baker & Associates, são apresentados, na mesma publicação, os modelos de Moradias tipo F e H, ambos inspirados nas formas e nas técnicas de construção da arquitectura local.

Bastante pormenorizadas, estas soluções iriam servir como modelos indicativos para a empresa promotora orientar os projectos dos diferentes proprietários privados que vão comprando os lotes.

Já no Sector 2, “*os principais focos de interesse são a praia e a proximidade da Quarteira*”²⁴⁷, para a qual é planeado um novo perímetro de expansão (sub-zonas Q1 e Q2). A separar os dois aglomerados, “*sem total quebra de íntima relação ainda que haja forte diferenciação da ocupação do solo*”, é sugerida a delimitação de uma Zona Tampão, estrategicamente situada fora da área de actuação da Lusotur. O Pinhal existente, que dá o nome a este Sector, é mantido, dividindo-se em quatro sub-zonas com uma caracterização muito idêntica ao do Sector do Golfe. Em contraste, nas sub-zonas mais próximas do Porto e do futuro centro urbano é proposta uma maior densidade de ocupação do solo. De resto, é para aqui que se projectam “*muitos dos equipamentos previstos para o conjunto da ‘cidade’, desde o casino aos cinemas, escritórios e dependências bancárias, etc.*”, concentrados, na parte nascente da sub-zona 5, num núcleo comercial que seria projectado por Francisco Keil do Amaral, por encomenda directa da própria Lusotur. Na parte a poente é construída a “Aldeia do Mar”, zona de moradias e de blocos de apartamentos organizados em torno de Piscinas colectivas exteriores.

²⁴⁷ BRIZ, Maria da Graça Gonzalez, op. cit., p. 427.

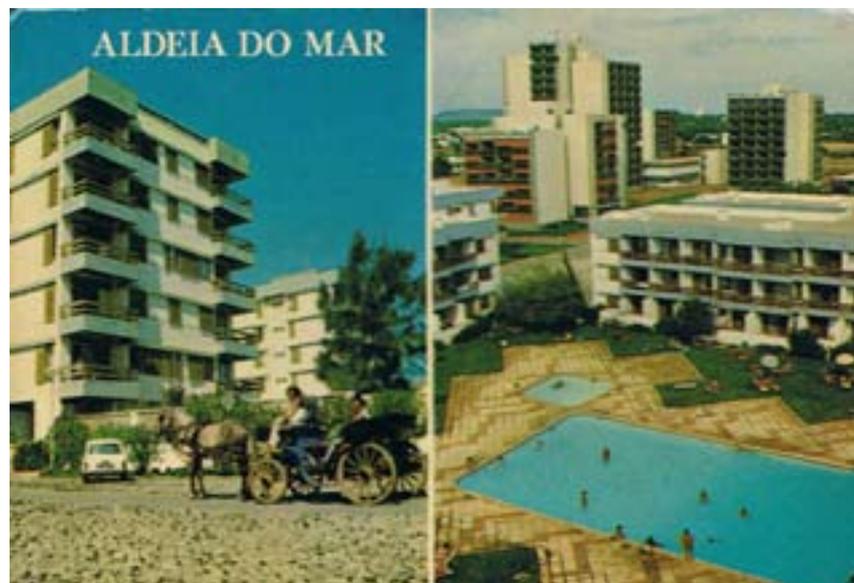
Vilamoura - Algarve - Portugal
Sector 2 - Pinhal
Bilhete Postal, c. 1980
(imagem www.delcampe.net)



Aldeia do Mar
Bilhete Postal, c. 1980
(imagem www.delcampe.net)



Aldeia do Mar
Bilhete Postal, c. 1980
(imagem www.delcampe.net)





O projecto de Keil do Amaral para o Centro Comercial de Vilamoura inclui o Casino Provisório, uma vez revistas as condições de exploração do Jogo na Zona Permanente do Algarve²⁴⁸, os escritórios da Lusotur, uma Igreja e alguns blocos de apartamentos apoiados por uma pequena zona de comércio local e por um Cinema. Todos estes projectos são desenvolvidos entre 1971 e 1974, vindo alguns a ser concretizados, já na década de oitenta, sob a orientação do arquitecto José Antunes da Silva, que assume a responsabilidade da obra depois da morte de Keil, em 1975.

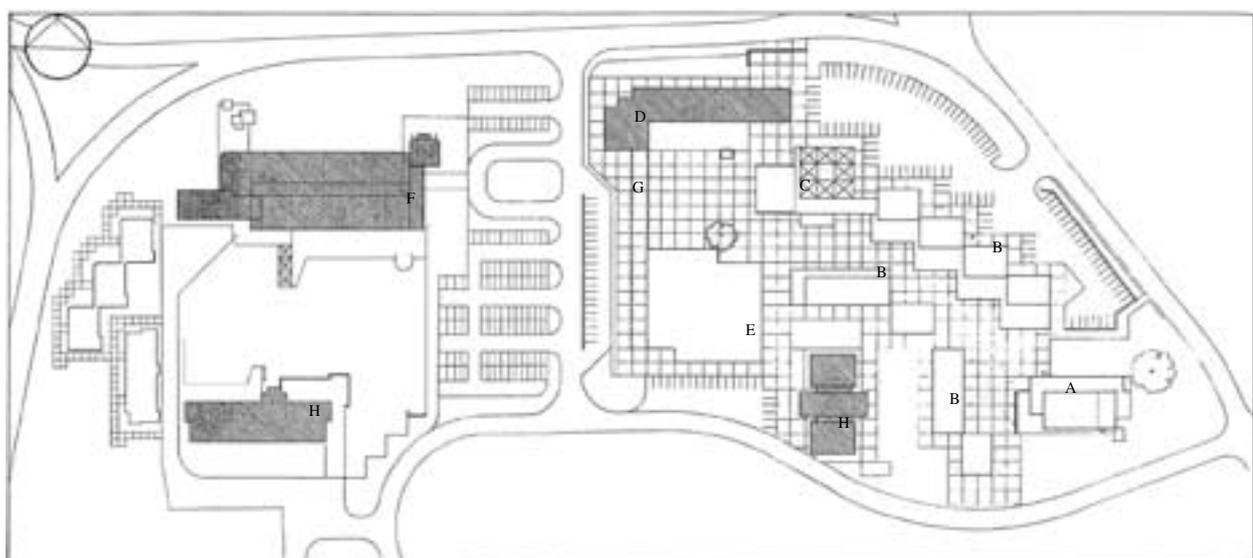
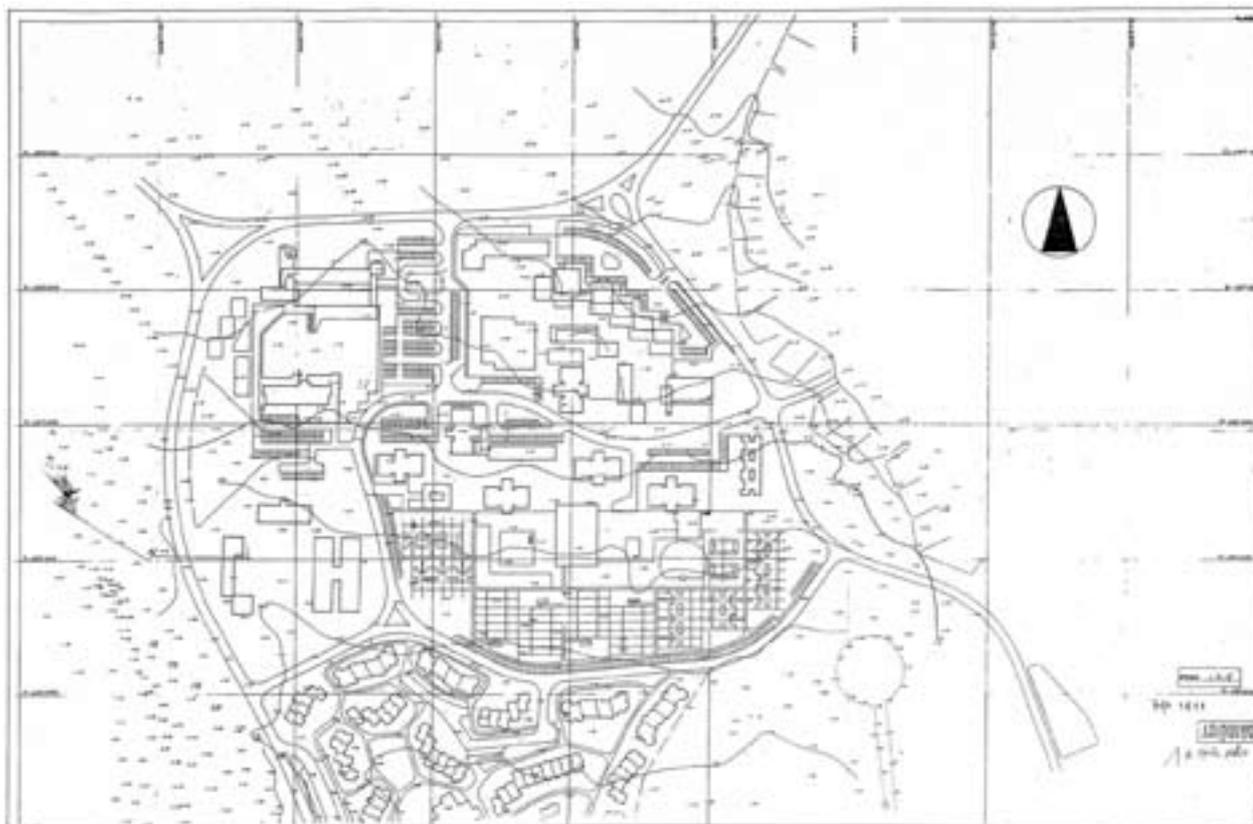
Sector 2

Planta Geral

Manuel da Costa-Lobo, 1967

(imagem Vilamoura:
Planos de Loteamento, s.l., s.n.,
Maio 1968)

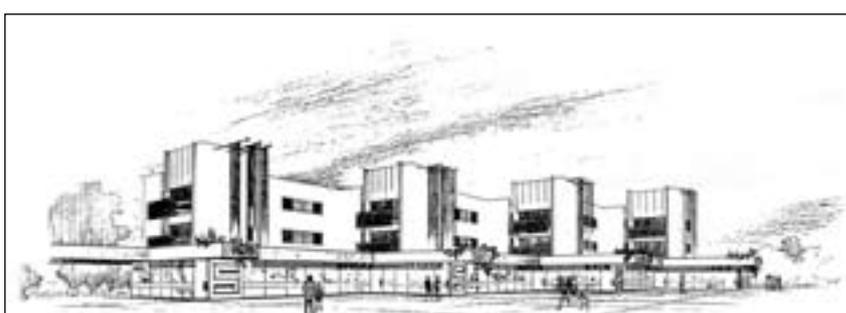
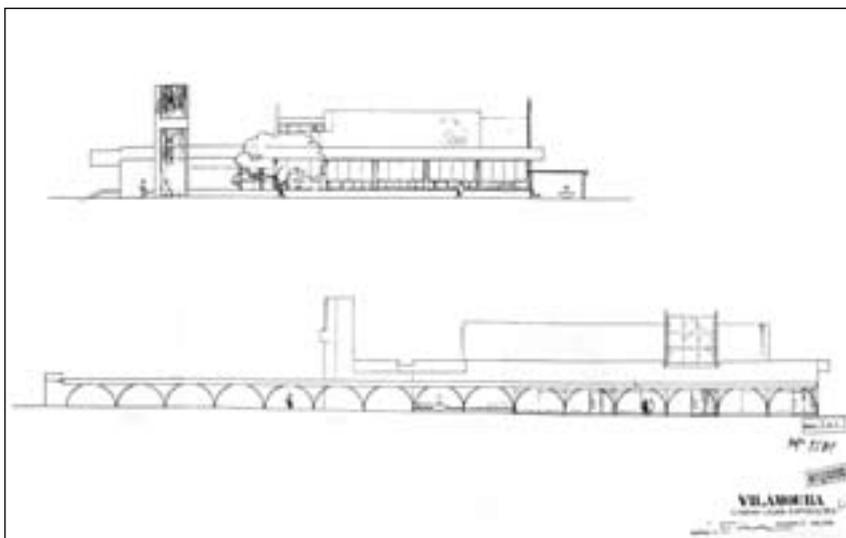
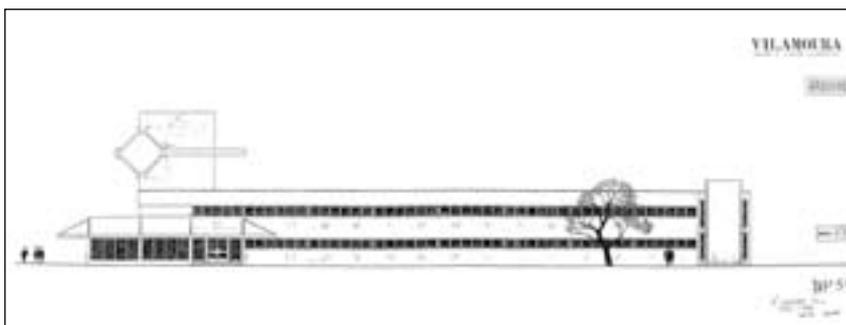
²⁴⁸ Pelo Decreto N.º 134/71, de 8 de Abril, que estipula que esta “*poderá efectuar-se em três casinos, situados em concelhos diferentes*”, ficando o Algarve equipado com instalações deste tipo no Alvor, Monte Gordo e, agora, Vilamoura. (Cf. Decreto N.º 134/71, *Diário do Governo*, I Série, N.º 83, 8 Abril 1971, p. 493)



- Legenda:
- A - Igreja
 - B - Habitação e Comércio
 - C - Comércio
 - D - Escritórios da Lusotur
 - E - Cinema
 - F - Casino Provisório
 - G - Passadiço Pedonal
 - H - Apartamentos

Respeitando o plano de conjunto realizado por Costa Lobo, os diferentes programas são dispostos de maneira a conformar pequenos largos ou praças interiores de circulação exclusivamente pedonal, relegando o trânsito e o estacionamento automóvel para a periferia dos quarteirões. Os edifícios adoptam uma implantação mais orgânica, ensaiando novas soluções tipo-morfológicas que

procuram recuperar a espacialidade da cidade pré-moderna e uma relação mais próxima com a escala humana. Nesta aproximação, a Arquitectura é o elemento que garante a unidade do conjunto, numa composição pensada, à partida, como um todo coerente dentro do somatório de parcelas que, aqui como nos Olivais-Sul, desenha o território urbanizado.



Vilamoura
 Planta do Sector 2 - Zona 5
 e
 Planta Centro Comercial
 [Francisco Keil do Amaral?],
 1972
 (imagens HENRIQUES, Susana Maria
 Tavares dos Santos, *Keil do Amaral:
 Urbanista. Tradição e Modernidade
 na sua obra*, dissertação de mestrado
 em Desenho Urbano, Lisboa, Instituto
 Superior das Ciências do Trabalho e
 da Empresa, Janeiro 2000, Desenhos
 V7 e V5)

Vilamoura
 Sector 2 - Centro Comercial
 [Escritórios da Lusotur]
 Alçado Sul
 e

Vilamoura
 Cinema - Lojas - Exposições
 Alçados
 Francisco Keil do Amaral,
 1972
 (imagens HENRIQUES, Susana Maria
 Tavares dos Santos, *Keil do Amaral:
 Urbanista. Tradição e Modernidade
 na sua obra*, dissertação de mestrado
 em Desenho Urbano, Lisboa, ISCTE,
 Janeiro 2000, Desenho V9 e Desenho
 V10)

Vilamoura
 Cinema e Escritórios da
 Lusotur (ao fundo)
 Bilhete Postal, c. 1980
 (imagem www.delcampe.net)

Vilamoura
 Blocos de Habitação e Comércio
 Perspectiva
 c. 1972
 (imagem HENRIQUES, Susana Maria
 Tavares dos Santos, *Keil do Amaral:
 Urbanista. Tradição e Modernidade na
 sua obra*, dissertação de mestrado em
 Desenho Urbano, Lisboa,
 ISCTE, Janeiro 2000,
 Desenho V11)

Vilamoura

Igreja

Fotografia, c. 1980

(imagem AMARAL, Francisco
Pires Keil Amaral (coordenação),
Keil Amaral Arquitecto: 1910-1975,
Lisboa, Associação dos Arquitectos
Portugueses, 1992, p. 37)



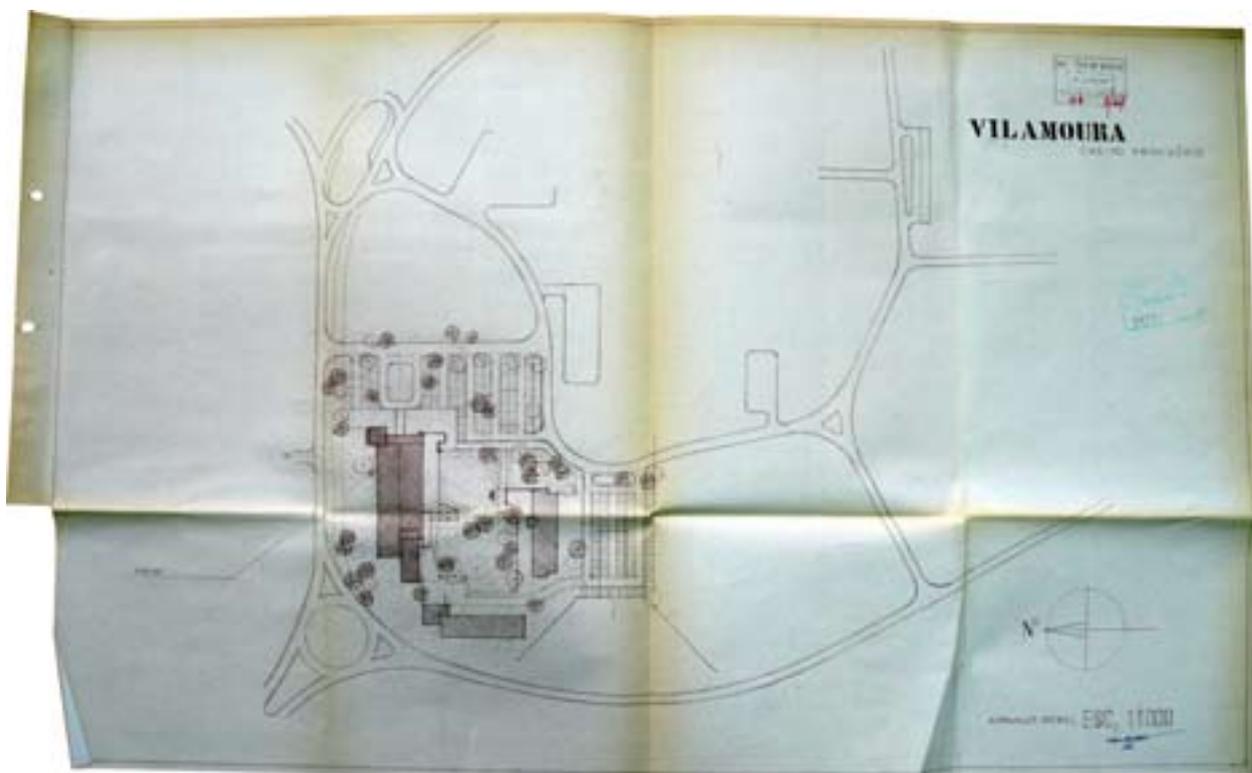
“Esteticamente pouco haverá a dizer (...). Os volumes serão simples, naturalmente decorrentes do partido arquitectónico interno, mas com certo movimento e uma sensível harmonia de proporções. Pretende-se (...) que o[s] edifício[s] se integre[m] num ambiente já localmente esboçado e caracterizado - como que um estilo de edificar sem carácter urbano, nem solenidade. Alegre, sóbrio, destinado a ser enquadrado por arvoredos, relvas e flores. Uma feição especial da arquitectura que acentue a ideia de férias numa região especial do nosso país (...) sem cair numa utilização directa de motivos da arquitectura tradicional algarvia, ou tidos agora como tais; antes numa adequação ao ambiente geral, à benignidade do clima, à composição geral dos conjuntos de Vilamoura e ao espírito que a arquitectura dos nossos dias vem tomando naquela parcela do nosso território.”²⁴⁹

Interessante é, no entanto, perceberem-se algumas influências da arquitectura moderna norte europeia neste conjunto, via Dudok e Alvar Aalto, sobretudo na caracterização da Igreja e do Casino Provisório, que nos reportam para as obras mais expressionistas de Keil, de início de carreira, para a Secil e a UEP.

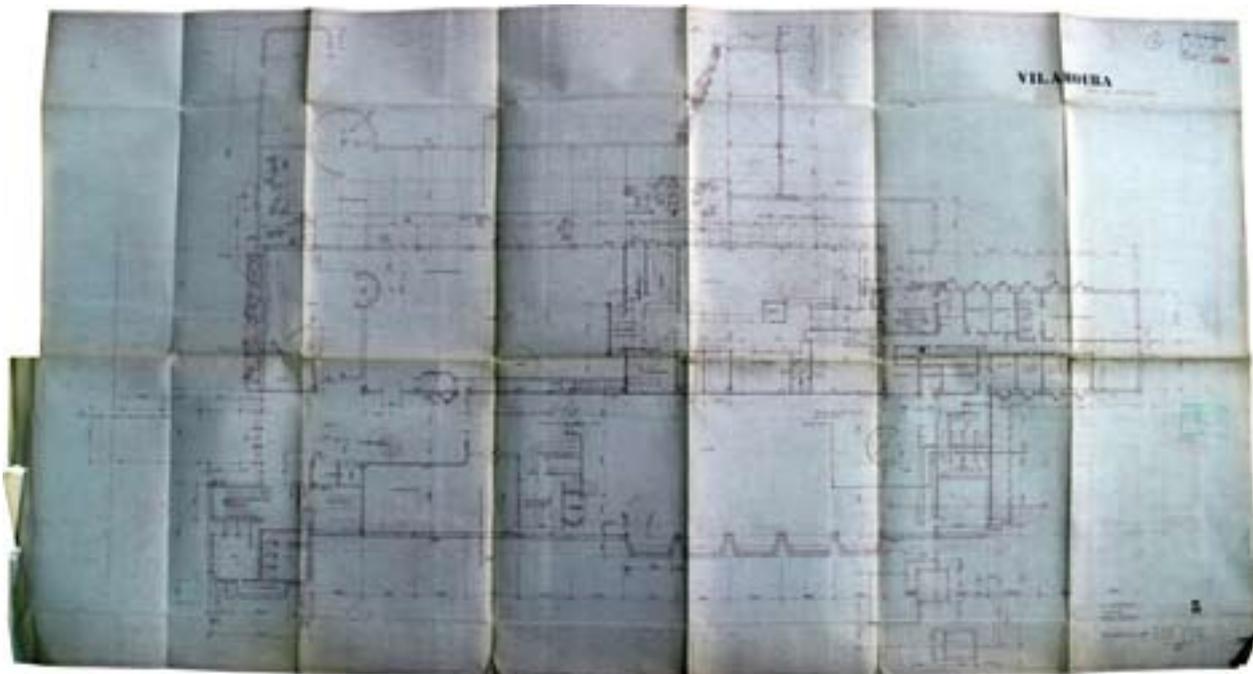
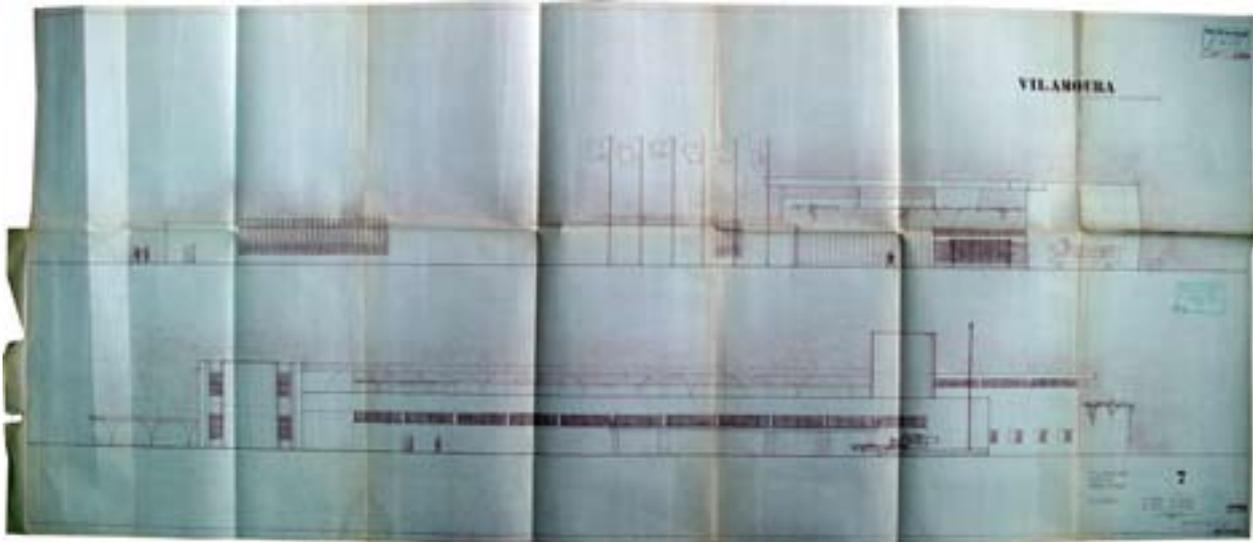
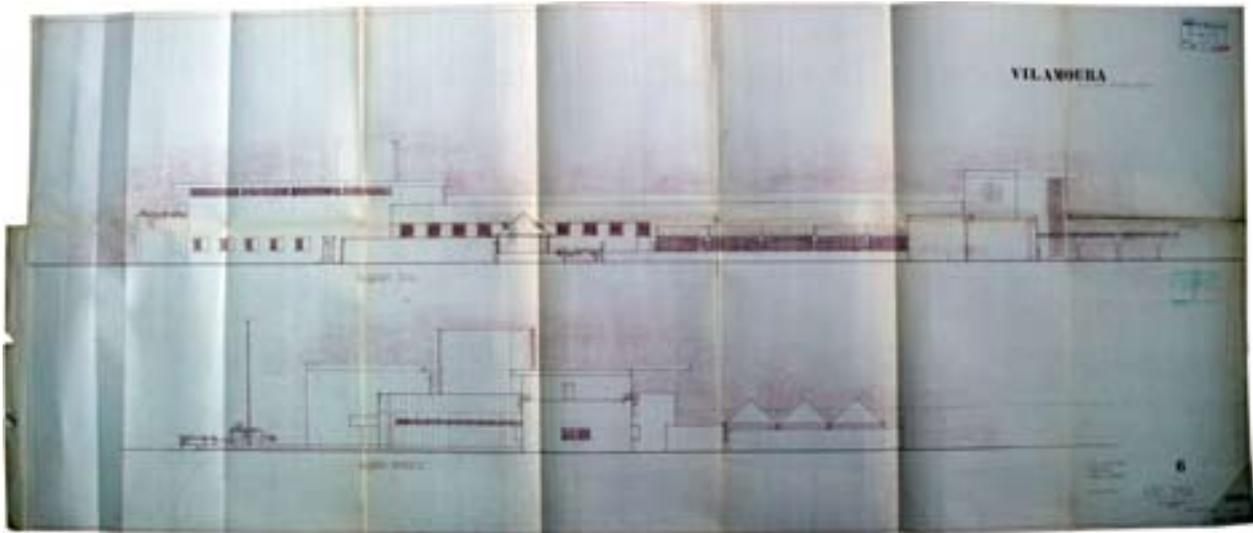
O Casino Provisório de Vilamoura, realizado para a Sociedade de Iniciativas Turísticas Algarvias (SOINTAL), vencedora da nova concessão de exploração do Jogo no Algarve e empresa associada da Lusotur, vai implantar-se no limite norte do Sector 2, junto ao Sector 1, onde se previa a construção de um edifício definitivo, passando aquele, depois, a albergar, para além do Restaurante já incluído no programa inicial, o Supermercado e a Boîte da Lusotur. Contrariamente ao que se poderia pensar, “o carácter ‘provisório’ conferido a este casino de modo algum pressupõe umas instalações menos cuidadas, quer do ponto de vista funcional, quer da qualidade arquitectónica. O edifício será feito de raiz e segundo um programa previamente estabelecido com bastante pormenor. É amplo, digno e arquitectonicamente cuidado. Embora sem monumentalidade, tem um volume que já marca presença sensível numa estância balnear”.²⁵⁰

Com uma organização interna relativamente simples, o Casino divide-se em dois núcleos fundamentais - o do Restaurante e o do Jogo - ambos com acesso directo desde o Hall de entrada e

Vilamoura
Casino Provisório
Arranjo Geral
Francisco Keil do Amaral,
1971
(imagem
Arquivo Turismo de Portugal)



²⁵⁰ Idem, p. 1.



equipados com zona própria de Bar. Como complemento da área de refeições do Restaurante, o edifício é provido de uma ampla esplanada exterior, virada a sul e aberta para a área ajardinada no interior do quarteirão. E, embora “provisório”, só vinte anos depois de iniciada a sua construção, em Outubro de 1971, esta estrutura seria substituída por uma definitiva, inaugurando-se o Casino de Vilamoura em Outubro de 1991.²⁵¹

Os projectos finais para o Supermercado, Sala de Exposições, Cinema, Lojas, Pastelaria, Café e Self-Service são realizados em 1974, em colaboração com o arquitecto José Antunes da Silva²⁵², com quem Keil do Amaral desenvolve, em simultâneo, um dos empreendimentos turísticos construídos na área do Pinhal - a *Urbanização Turística do Pinhal da Marina* - para um promotor privado.

Vilamoura
Casino Provisório
3 - Planta do R/C,
6 - Alçados [Sul e Poente]
e
7 - Alçados [Nascente e Norte]
Francisco Keil do Amaral,
1972
(imagens
Arquivo Turismo de Portugal)

Vilamoura
Casino Provisório
Fotografia, c.1974
(imagem
Arquivo Turismo de Portugal)



²⁵¹ Actualmente, o antigo Casino pertence à Junta de Freguesia de Quarteira, funcionando como Salão de Festas. (Cf. HENRIQUES, Susana Maria Tavares dos Santos, *Keil do Amaral: Urbanista. Tradição e Modernidade na sua obra*, dissertação de mestrado em Desenho Urbano, Lisboa, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa, Janeiro 2000, p.139)

²⁵² AMARAL, Francisco Pires Keil Amaral (coordenação), *Keil Amaral Arquitecto: 1910-1975*, Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses, 1992, p. 104.

Vilamoura
Casino Provisório
Hall de Entrada,
Sala de Jogo
e
Bar da Sala de Jogo
Fotografias, c.1974
(imagens
Arquivo Turismo de Portugal)





Vilamoura
Casino Provisório
Bar da Sala de Jogo,
Restaurante
e
Bar do Restaurante
Fotografias, c.1974
(imagens
Arquivo Turismo de Portugal)



Em Junho de 1971 a Lusotur anuncia a realização de um concurso internacional para o projecto da zona da Marina, “o primeiro [concurso deste tipo a ser realizado em Portugal] em cerca de duas décadas”²⁵³. No regulamento informa-se que este equipamento ocuparia 17 hectares dos 137 do Sector 1, o “Centro Primário” de Vilamoura, estando previsto ter uma capacidade para 1.000 embarcações e acesso por um ante-porto, delimitado por molhes, onde podiam acostar os barcos, de recreio e de pesca, de maiores dimensões.

Segundo um relatório do XXI Congresso Internacional de Navegação, as Marinas, para “além de oferecerem um número importante de postos de amarração, são verdadeiros supermarkets sobre o mar, capazes de fornecer tudo o que possa ser útil à segurança, ao conforto e ao recreio do navegante que as procura”²⁵⁴, e, por isso, “devem (...) estar aptas a satisfazer todas as eventuais necessidades derivadas das exigências sociais e recreativas da vida de família e estar também tècnicamente equipadas para a segurança da navegação”, oferecendo “estaleiros completamente equipados para os trabalhos exigidos pelas embarcações, (...) [e os] necessários operários especializados”. Em 1968, existiam, no Mediterrâneo, apenas dois portos projectados de raiz como Marinas: Cannes 2, no sul de França, e Porto Cervo, na Sardenha, servindo, estes, de modelo para a intervenção em Vilamoura.

O concurso tem o apoio da União Internacional dos Arquitectos (UIA) e da sua Secção Portuguesa, prevendo-se uma única fase de entrega de propostas. As inscrições estariam abertas até ao final de Junho e os trabalhos de cada equipa ou projectista submetidos até Dezembro, estando agendada a leitura dos resultados para Fevereiro de 1972. “A presença de ateliers estrangeiros resulta de convites feitos, a cerca de meia centena de profissionais, pela Lusotur”²⁵⁵.

²⁵³ BRIZ, Maria da Graça Gonzalez, op. cit., p. 428.

²⁵⁴ CARVALHO, Raul Campos de, *Parecer N.º 3550: Vilamoura - Planeamento do conjunto turístico*, op. cit., pp. 598-599.

²⁵⁵ BRIZ, Maria da Graça Gonzalez, op. cit., p. 429.

O júri do concurso reúne um grupo destacado de arquitectos, entre elementos efectivos e suplentes. Segundo Maria da Graça Briz, os efectivos são os ingleses Sir Leslie Martin e Percy Johnson Marshall, o espanhol Oriol Bohigas, o italiano Giancarlo de Carlo, e os portugueses José Rafael Botelho, engenheiro Celestino da Costa (da DGSU), e engenheiro Sá e Melo. Como suplentes, são nomeados o dinamarquês John Allpass e o português Nuno Portas, este em representação da Secção Portuguesa da UIA²⁵⁶. A estes nomes, Ana Tostões acrescenta, ainda, Ralph Rapson, Jean Guyton e Carlos Ramos²⁵⁷. Sem voto, o engenheiro Manuel Costa Lobo assume o papel de conselheiro, representante da Lusotur.

Ao primeiro classificado seria atribuído o prémio de 14.000 dólares americanos, prevendo-se idêntico valor pecuniário para os segundos classificados e recompensas para as menções honrosas. Uma vez seleccionada a proposta vencedora, os seus autores tinham até Outubro de 1972 para apresentar o projecto final da primeira fase de intervenção, que correspondia à construção de a 50.000 m² de área coberta e respectivos espaços exteriores, estando prevista a conclusão destas obras para Abril de 1974.

De acordo com o programa inicial, o Sector 1, do Porto, comportava uma população total de 17.000 habitantes, entre residentes permanentes (20% do total) e temporários (estes últimos pertencentes a estratos sociais médios e elevados). Para além das 4.000 camas previstas, distribuídas por diversas categorias de instalações hoteleiras, entre elas “*três unidades de grande capacidade e de nível de qualidade, 10 a 20% da área edificada dever[ia] ser destinada a [programas ligados à] alimentação, comércio e diversão*”, complementados por espaços de função cultural, como Biblioteca, Museu²⁵⁸ e Sala de Espectáculos.

²⁵⁶ Idem, pp. 429-430.

²⁵⁷ Cf. TOSTÕES, Ana, “Estilo internacional, turismo e transformação do território ou as ‘nuvens negras’ profetizadas por Keil do Amaral”, CONGRESO FUNDACIÓN DOCOMOMO IBÉRICO, IV, Valencia, 2003. *Arquitectura Moderna y Turismo 1925-1965: Actas*, [s.l.], Fundación DOCOMOMO Ibérico, 2004, p. 208.

²⁵⁸ Associado à Estação Arqueológica do Cerro da Vila, localizada na zona do Porto, onde, desde 1963, e até hoje, se têm procedido a diversos trabalhos de escavação, que puseram a descoberto uma

Mais próximo da Marina, seriam implantados o Clube Náutico e os diversos serviços e estruturas de apoio necessárias ao abrigo, abastecimento e reparação das embarcações residentes e visitantes. Nesta primeira fase é exigido aos concorrentes o estudo pormenorizado do plano geral da intervenção, acompanhado de uma maquete à escala 1:500, de forma a clarificar “a distribuição dos tipos de edifícios, o tratamento dos espaços livres, as áreas de circulação de veículos e/ou peões, e ainda as características (...) arquitectónicas dos edifícios”.²⁵⁹

Cumprindo com os prazos estipulados, em Março de 1972 são divulgados os resultados do concurso e os trabalhos premiados expostos ao público. O primeiro prémio não é atribuído, sendo os projectos do arquitecto português Pedro Vieira de Almeida e do escritório inglês Eric Lyons, Cunningham & Partners classificados, em *ex-aequo*, no segundo lugar.

Sector 1 - Marina

Planta Geral

Manuel da Costa-Lobo, c.1967
(imagem Vilamoura. Algarve. Portugal,
s.l., Lusotur, s.d., p. 15)



villa romana, “um complexo de balneários públicos, outras casas menores com mosaicos, diversos tipos de tanques de salga de peixe e uma necrópole”. (Cit. Briz, Maria da Graça Gonzalez, op. cit., p. 405)

²⁵⁹ Concurso Internacional para a Planificação da Área Central de Vilamoura: Programa do Concurso, s.l., Lusotur, [1971], p. 5, citado em Briz, Maria da Graça Gonzalez, op. cit., p. 430.

Crítico em relação aos processos de urbanização vertical, então em voga na expansão residencial das grandes cidades e na concepção de outros empreendimentos turísticos, a que se associava a utilização de linguagens arquitectónicas com um sentido mais comercial, na perspectiva da sua vontade de comunicação, Pedro Vieira de Almeida (1933-2011) “*não queria fazer corresponder as tipologias ensaiadas nas periferias urbanas a implantações em contextos naturais fortes com programas de lazer. Ao contrário, defendia que era preciso inventar essa ‘implantação’*”. Por outro lado, “*considerava que o plano de borda para a faixa costeira era o menos adequado à situação, contrapondo (...) um plano de penetração para colonizar o interior*” do território. “*Tratava-se de pensar novos modelos, de recusar [tanto a forma da “cidade-subúrbio”, como] o ambiente de opereta das aldeias turísticas [que começavam a proliferar por todo o litoral,] e propor um outro sentido de turismo que se baseava em primeiro lugar no espírito despreocupado, num ambiente de cidade alegre, mas viva. Em segundo lugar num espaço que permitia um grande grau de abertura à apropriação e iniciativa*”.

A partir da ideia já esboçada no Plano Geral de Costa Lobo, que propunha a ligação do Porto de Recreio ao Lago do Sector 5, situado a norte, por dois canais que criavam uma ilha, o arquitecto explora ao limite a intenção de “*integrar a água como elemento organizador do espaço (...) [e] da paisagem urbana*”²⁶⁰ numa intervenção que se apresenta como uma autêntica “cidade lacustre”. Estruturada por uma rede ortogonal de canais que se estende por toda a área central do sector, a solução apresentada articulava-se a dois níveis, resolvendo o sistema de circulação viária e os parques de estacionamento a uma cota inferior. “*Com os automóveis e transporte de mercadorias passando sob os canais*”²⁶¹, ganhava-se maior liberdade para distribuir as massas construídas à superfície do terreno.

²⁶⁰ TOSTÕES, Ana, “Estilo internacional, turismo e transformação do território ou as ‘nuvens negras’ profetizadas por Keil do Amaral” op. cit., p. 209.

²⁶¹ BRIZ, Maria da Graça Gonzalez, op. cit., p. 431.



Concurso Internacional para a
Planificação da Área Central de
Vilamoura
Perspectiva
Pedro Vieira de Almeida, 1971
(imagem
Estúdio Mário Novais/Biblioteca de
Arte FCG)



Contra os princípios do zonamento funcionalista, os edifícios residenciais misturavam-se com os restantes programas, dispostos “centralmente, em socalcos, junto aos canais”.²⁶²

“Por outras palavras, [procurava-se] fazer uma cidade com urbanismo de lazer introduzindo a água como elemento privilegiado de fruição, levando a marina até à cidade, integrando as ruínas romanas no contexto e propondo, na sua utopia, um museu do mar com túneis transparentes”.

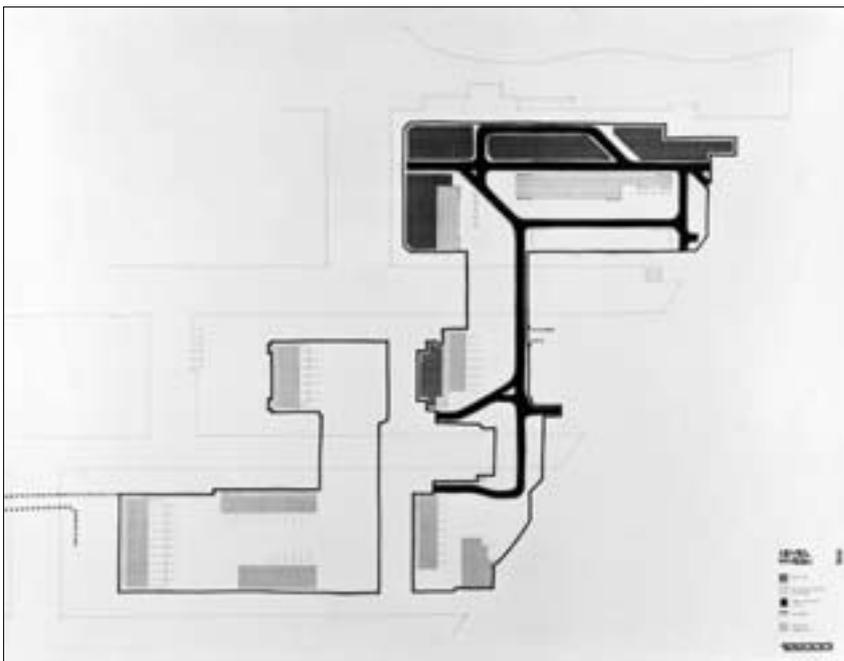
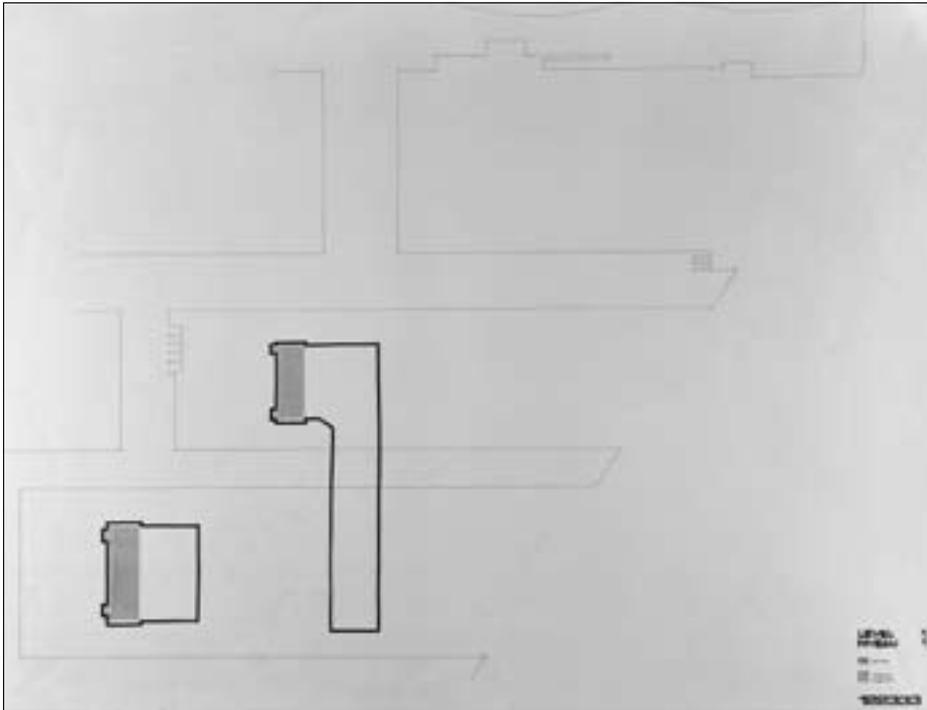
A complexidade da proposta, com implicações técnicas e financeiras difíceis de resolver, levaria a que a Lusotur decidisse pela sua não realização, preferindo o projecto da firma inglesa. Keil do Amaral, numa entrevista à revista *Arquitectura*, levanta uma outra questão pertinente para esta decisão, ao sublinhar que “ao recente concurso internacional para a urbanização do centro de Vilamoura concorreram várias empresas importantes, nacionais e estrangeiras. Pois ganhou um ‘outsider’ do sistema, o Pedro Vieira de Almeida, trabalhando praticamente sózinho. (...)”

Concurso Internacional para a
Planificação da Área Central de
Vilamoura
General Plan

Pedro Vieira de Almeida, 1971
(imagem
TOSTÕES, Ana, “Estilo internacional,
turismo e transformação do território
ou as ‘nuvens negras’ profetizadas
por Keil do Amaral”, CONGRESO
FUNDACIÓN DOCOMOMO
IBÉRICO, IV, Valencia, 2003.
*Arquitectura Moderna y Turismo
1925-1965: Actas*, [s.l.], Fundación
DOCOMOMO Ibérico, 2004, p. 209)



²⁶² TOSTÕES, Ana, “Estilo internacional, turismo e transformação do território ou as ‘nuvens negras’ profetizadas por Keil do Amaral” op. cit., ibidem.



Concurso Internacional para a
Planificação da Área Central de
Vilamoura

Level 1

e

Level 2

Pedro Vieira de Almeida, 1971

(imagens

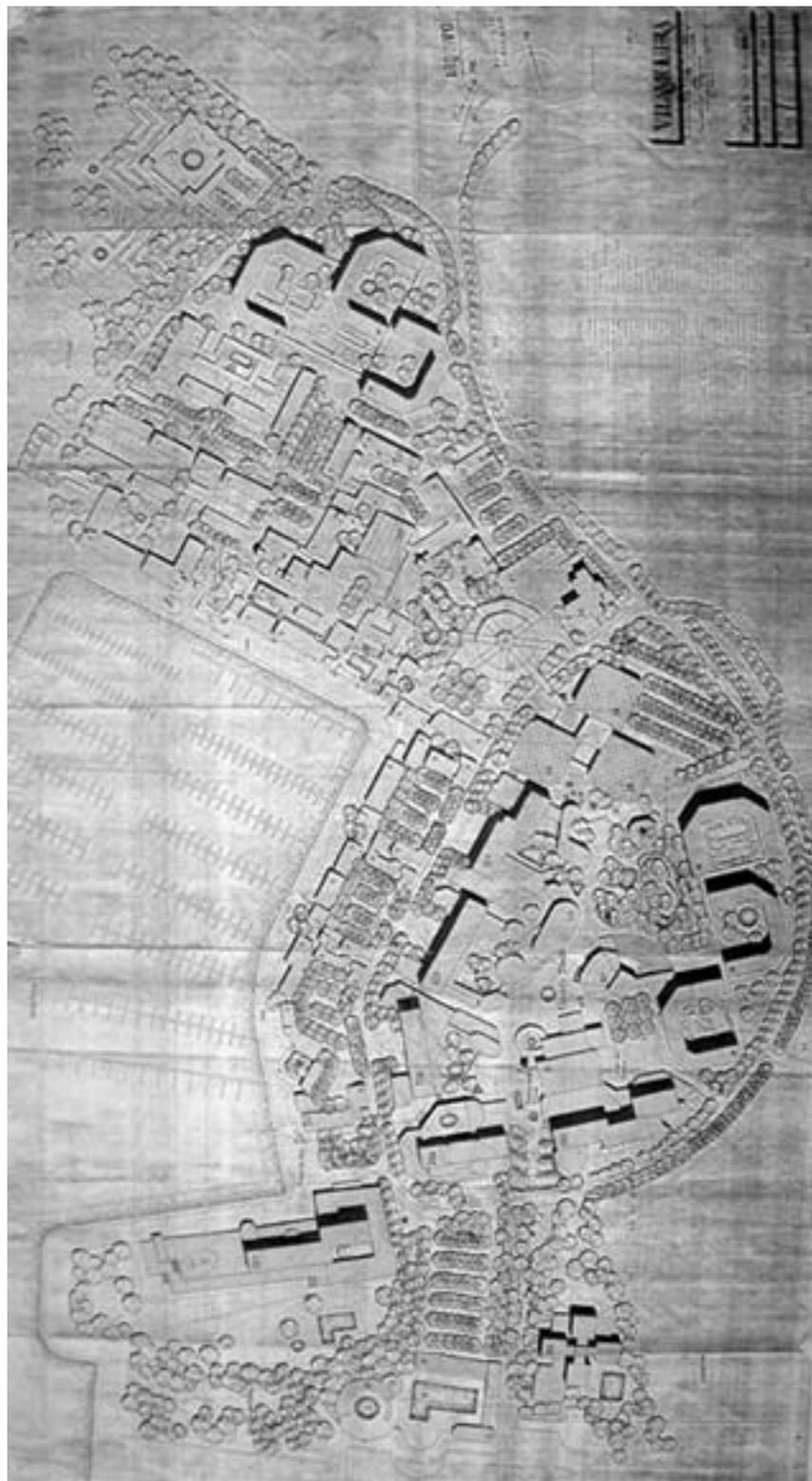
Estúdio Mário Novais/Biblioteca de

Arte FCG)

É natural que (...), se vier a realizar o seu plano, tenha de organizar o seu 'atelier' para o efeito, com uma outra colaboração. Mas não precisará de o transformar numa empresa comercial”²⁶³. Ora, num investimento que, na altura, se previa chegar a cerca de 260 mil contos, estas condições não eram as que davam as melhores garantias à sociedade promotora.

²⁶³ “Entrevista com o Arquitecto Francisco Keil Amaral”, *Arquitectura*, 3.ª Série, N.º 125, Agosto 1972, p. 79.

Vilamoura
Planta Geral da Sub-Fase A
Eric Lyons e Ivor Cunningham,
1973
(imagem
BRIZ, Maria da Graça Gonzalez, *A
Vilegiatura Balnear Marítima em
Portugal (1870-1970): Sociedade,
Arquitectura e Urbanismo*, Volume II,
dissertação de doutoramento em
História da Arte Contemporânea,
Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais
e Humanas, Universidade Nova de
Lisboa, 2003, p. 277)



A trabalhar em conjunto desde 1955 e com uma já vasta experiência na construção de “comunidades” residenciais para a empresa imobiliária *Span Developments* de Geoffrey Townsend²⁶⁴, a dupla Eric Lyons (1912-1980) e Ivor Cunningham (1928-2007) seria, no final, a escolhida para avançar com o projecto da Marina. O Ante-Projecto que apresentam para o sector divide-se em três sub-fases de concretização - A, B e C, das quais a primeira, correspondente às zonas situadas a norte e a nascente da Marina, é a que desenvolvem com maior pormenor e, por isso, pela qual se vão iniciar as obras. O programa delineado para este núcleo compreendia:

“1 - Casas sobrepostas, do lado ocidental, contidas em dois blocos (1 e 2) intimamente ligados. Basicamente, estes são edifícios de quatro andares, utilizando a forma ‘duplex’ de maneira a fornecer apartamentos familiares de dois andares que se denominam ‘moradias’ (VA e VB) devido à sua semelhança com moradias em banda.

2 - O Clube da Marina [que] funcionará como clube naval provisório enquanto não estiver construído o Clube Naval definitivo, previsto para uma fase posterior da evolução da Marina. (...)

3 - Lojas, encimadas por habitações (...), [e] mais algumas construções menores, tais como um café e um mercado ao ar livre na Praça da Marina.”²⁶⁵

Na *Memória Descritiva relativa à Sub-fase A*, finalizada em Junho de 1973, clarificam-se outros aspectos importantes do projecto de conjunto:

“A construção habitacional será na sua maior parte composta de apartamentos de 1, 2 ou 3 divisões assoalhadas (SA, SB e SC) dando blocos com alturas variando entre 3 e 4 pisos.

O sector das lojas é flexível e está concebido de maneira a facilitar uma grande variedade de lojas, prevendo muitas mudanças nos primeiros tempos de crescimento do Centro. As lojas serão quase todas de um piso, dando as traseiras para parques de automóveis ou pátios de serventia, aproveitando assim a possibilidade de terem entradas ou vitrinas dos dois lados.

²⁶⁴ Com a qual Eric Lyons colabora desde a sua criação em 1948. (Cf. www.weymede.co.uk e SIMMS, Barbara, *Eric Lyons and Span*, London, RIBA Publishing, 2012)

²⁶⁵ LYONS, Eric, *Vilamoura: Primeira Fase do Centro da Cidade: Memória Descritiva relativa à Sub-fase “A”*, s.l., Junho 1973, p.4, citado em BRIZ, Maria da Graça Gonzalez, op. cit., p. 432.

Chama-se a atenção para os blocos 7 e 8 onde estão previstas lojas de dois andares, havendo a possibilidade de comunicação interna entre o 1.º e o 2.º piso ou utilização independente entre os dois níveis. Daqui resulta do lado da Marina uma colunata sobreposta dando ligação ao nível superior da Praça da Marina e Clube da Marina; no nível inferior (nível do cais) há ligação com o beco traseiro onde estão projectadas boutiques e lojas pequenas de artesanato e outras atracções turísticas.

É de notar a previsão de estacionamento adequada para os carros cujo acesso deriva da Avenida da Marina. O estacionamento para os blocos 6 e 7 é previsto provisoriamente no terreno traseiro; mais tarde, quando da construção das sub-fases 'B' e 'C', serão criados parques de automóveis definitivos.

A notável vantagem desta concepção de estacionamento é que liberta o lado da Marina de carros. O cais será totalmente reservado aos peões, fora uns acessos de emergência especialmente controlados (...)."²⁶⁶

O objectivo dos arquitectos ingleses, tal como o de Keil do Amaral no projecto para o Centro Comercial da zona 5 do Sector 2, era o de alcançar um “*ambiente de escala humana e um total sentido de identificação do conjunto das construções*”²⁶⁷, numa composição que procura, acima de tudo, explorar a “*variedade de relações espaciais com as diferentes silhuetas dos edifícios*”. Nesse sentido, defende-se a maior simplicidade nos acabamentos dos volumes, que “*limitar-se-ão a tijoleira tradicional e tintas de cor*”.

*Vilamoura - Algarve
Portugal
Bilhete Postal, c. 1980
(imagem
www.delcampe.net)*



²⁶⁶ Idem, pp. 4-5.

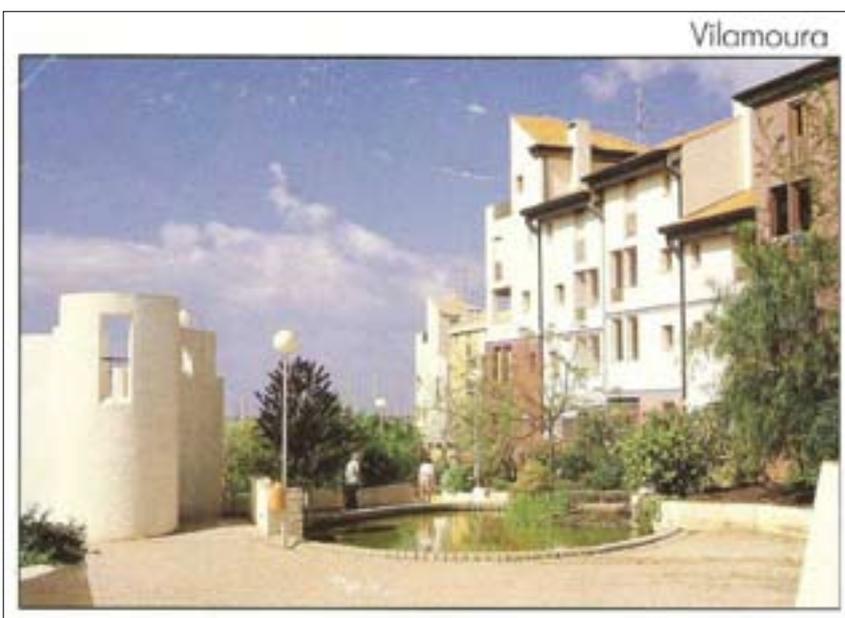
²⁶⁷ Idem, p. 5.



Marina Vilamoura
Bilhete Postal, c. 1980
(imagem
www.delcampe.net)

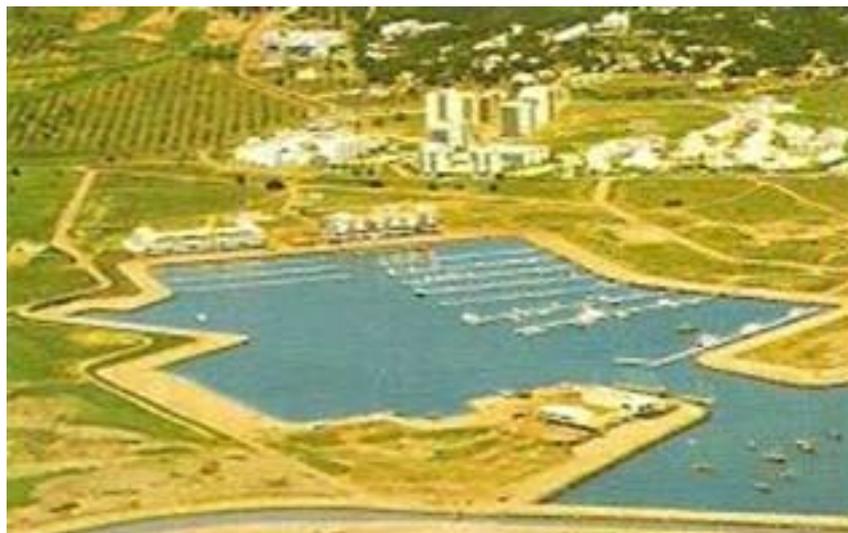


Vilamoura
Algarve - Marina
Bilhete Postal, c. 1980
(imagem
www.delcampe.net)



Vilamoura
Bilhete Postal, c. 1980
(imagem
www.delcampe.net)

Vilamoura
Marina
(com a sub-zona 5 do Sector 2
ao fundo)
Bilhete Postal, c. 1974
(imagem
www.delcampe.net)



Vilamoura
Apartamentos da Marina
Eric Lyons e Ivor Cunninham,
1971-1974
(imagens www.ribapix.com)

“De maneira a cercar a Marina, criando, assim, um ambiente interessante e animado” estava “prevista a construção rápida da sub-fase ‘A’”, iniciando-se, logo em 1972, a edificação dos primeiros conjuntos de apartamentos e lojas situados na frente de cais, primeiro os do lado norte, seguindo-se os do lado nascente. A consolidação da envolvente próxima do Porto de Recreio permitiu a continuação dos trabalhos para o interior sem perturbar a vida junto à água. É, assim, que em 1974, poucos dias antes do 25 de Abril, se inaugura oficialmente a Marina, sendo o iate do Conde de Barcelona a primeira embarcação a estrear o novo equipamento.

Ultrapassados os tempos difíceis que se vivem, em Portugal, no contexto económico e político dos anos setenta e concluído o prazo de vinte anos da primeira fase de urbanização de Vilamoura, a Lusotur avança com um novo ciclo de construção, que, como estava previsto, propõe “*lotear parte do sector agrícola, entretanto esvaziado de interesse económico, (...) bem como completar os programas já aprovados para os sectores 5 e 7*”, do Lago e da Praia.

No entanto, a implementação deste novo plano, conhecido como “Vilamoura XXI”, iria encontrar alguma resistência por parte das autoridades oficiais e só a ameaça da densificação das áreas já concluídas, que apresentavam uma percentagem de ocupação muito abaixo da permitida por lei, levaria à sua aprovação pela

Assembleia Municipal de Loulé, a 27 de Março de 1998. Decisão que é ratificada, um ano depois, pelo Conselho de Ministros.

Entretanto a Lusotur havia sido adquirida, em 1995, pelo Grupo André Jordan, responsável pelo lançamento, em 1972, do empreendimento da Quinta do Lago, a nascente do Vale do Lobo.²⁶⁸

A segunda fase de urbanização de Vilamoura, ocupando uma extensão de 860 hectares, prevê uma série de novas intervenções, promovendo a expansão do núcleo existente para poente, ocupando, sobretudo, os Sectores 5, 6 e 8 do Plano Geral elaborado pelo GEUR. O Sector 7, da Praia, mantém-se desocupado, o que não deixa de ser interessante, privilegiando-se a colonização do território interior à ocupação da faixa costeira.

Algarve
Vilamoura
Bilhete Postal, c. 1980
(imagem
www.delcampe.net)



²⁶⁸ A sociedade promotora da Quinta do Lago chamava-se, então, Planal, e é sob a sua administração que se inicia a urbanização dos 550 hectares da antiga Quinta dos Ramalhos, comprada a 1 de Novembro de 1971. Com o 25 de Abril, André Jordan abandona o país para se refugiar no Brasil, sendo a empresa intervencionada pelo Estado português. Só em 1981 a gestão do empreendimento volta a ser confiada àquela sociedade. Em 2004, o Grupo André Jordan vende a Lusotur ao consórcio espanhol Prasa e Caixa da Catalunya, que cria a Lusort, empresa que administra actualmente o complexo turístico de Vilamoura. (Cf. www.algarvecoast-countryhomes.com)

Tal como no plano dos anos sessenta, também esta segunda fase é dividida em oito sectores²⁶⁹, entre os quais o mais mediático, é sem dúvida, o projecto da “Cidade Lacustre”, de 2005, realizado, para a Lusort, pelo arquitecto espanhol Rafael de la Hoz (1955). Numa área de 30 hectares, desenham-se três lagos artificiais ligados entre si por canais navegáveis, em torno dos quais são organizadas zonas de habitação, comércio e recreio, prevendo-se, nesta última, uma capacidade de alojamento de 3.000 camas, distribuídas por duas unidades hoteleiras de cinco estrelas e dois aldeamentos turísticos. As áreas residenciais oferecem uma grande variedade de ambientes, desde o mais reservado ao mais cosmopolita, a que correspondem arquitecturas de diferentes estilos, do “mediterrânico” ao “moderno”. Por fim, na zona comercial, mais próximo da Marina, projecta-se a construção de um grande palco no meio do lago, junto ao qual existirão postos de amarração para 150 embarcações.

Vilamoura XXI
Cidade Lacustre
Montagem digital sobre
fotografia aérea
Rafael de la Hoz, 2005
(imagem
www.rafaeldelahoz.com)

No total são mais de oito quilómetros de margens e passeios em contacto permanente com a água, num investimento que ascende aos 750 milhões de euros, quando, mesmo ali ao lado, temos a



²⁶⁹ Sector 1 - Aldeia Típica; Sectores 2 e 3 - Vilas do Pinhal Velho; Sector 4 - associado à Estação Arqueológica do Cerro da Vila; Sector 5 - zona de hotéis na Fonte do Ulme; Sector 6 - Colinas do Golfe; Sector 7 - Canais do Golfe; e Sector 8 - Cidade Lacustre. (Cf. www.skyscrapercity.com)

Vilamoura XXI
Cidade Lacustre
Maqueta
(vista de nascente e de poente)
Rafael de la Hoz, 2005
(imagens adaptadas de
www.skyscrapercity.com)



Praia da Falésia, um dos mais extensos areais do Algarve, mas onde a vigência do Domínio Público Marítimo não permite construir directamente sobre a água. E quem não sonha com uma casa ou com umas férias em que podemos sair da cama e molhar, logo, os pés no azul do Mar (ou, neste caso, do Lago). Basta lembrar a “Casa Branca”, de Raul Lino, nas Azenhas do Mar, ou a “Casa Aiola”, de Eduardo Anahory, na Arrábida.

Curioso é que, trinta anos depois, a visão de Pedro Vieira de Almeida para Vilamoura deixou de ser uma utopia para, eventualmente²⁷⁰, se tornar realidade. E se, pela apresentação do projecto na página da Lusort, “*a Cidade Lacustre é uma cidade que se adianta ao futuro*”²⁷¹, então a seguir ao “futuro” vem o “passado”, porque a ideia de construir uma “Cidade de Turismo” sobre a água vem já dos anos setenta.

Não podíamos encontrar melhor legitimação que esta para a reflexão que propomos com este trabalho.

²⁷⁰ Devido à crise económica que se vive actualmente, tanto em Portugal como em Espanha, e que tem afectado fortemente o sector da construção, a Lusort adiou a concretização do projecto da “Cidade Lacustre”.

²⁷¹ “Cidade Lacustre: Projecto”, em www.lusort.com.

Francisco Conceição Silva: o arquitecto do Turismo

Falar de Arquitectura e Turismo, em Portugal, é falar da obra de Francisco Conceição Silva. Entre 1950 e 1974 o seu atelier produziu cerca de duzentos projectos relacionados com o Turismo, quase metade deles efectivamente construídos. Este número não inclui “Casas de Férias” para clientes privados, outra área em que o arquitecto seria bastante requisitado. Para além do mais, a grande maioria destas encomendas pode ser reduzida aos últimos nove anos desse arco temporal, testemunhando a marcha acelerada da moderna sociedade capitalista “*vers une civilization du loisir*”, a partir dos anos sessenta. E, num país onde a costa representa mais de quarenta por cento da sua fronteira continental, não é surpreendente que apenas uma parte negligenciável dos projectos desenvolvidos não sejam relacionados com a Praia.

A dedicação a este tipo específico de programa arquitectónico, que representa um terço da produção do atelier, e a quantidade de trabalho realizado num tão curto espaço de tempo, pouco comum, ainda hoje, para os padrões da prática profissional corrente, seja no contexto nacional ou internacional, surge, aparentemente, “fora de tempo”. Num momento em que a maioria dos arquitectos portugueses estava empenhada no aspecto social do seu papel na sociedade, reivindicando, dos seus ateliers de “vão de escada”, o direito a “Habitações para o maior número”, alinhar com os interesses das grandes empresas capitalistas não era visto favoravelmente dentro da classe profissional. Mesmo que sob o pretexto de garantir o direito ao “Lazer para o maior número”.

Esta divergência de pontos de vista, sobre a forma como os arquitectos deviam agir e quais deviam ser as suas prioridades, conduziu a uma fractura profunda no interior do discurso disciplinar português. Pela primeira vez desde o pioneiro Congresso Nacional de Arquitectura de 1948, em que a classe profissional assumiu, como um todo, uma posição de força contra o poder político e os seus valores, havia uma clara demarcação de posições entre os que eram contra e os que abraçavam uma comercialização da Arquitectura. Uns em nome da isenção do papel do arquitecto como agente social e cultural e, portanto, independente dos interesses do capital, e os outros na perspectiva de uma desejada convergência entre as estruturas de produção e as de execução. Uma fractura exposta de forma mais contundente no Encontro Nacional de Arquitectos de 1969, onde os dois “Franciscos” - Keil do Amaral e Conceição Silva - incorporam os dois lados desse debate.

E se Keil do Amaral foi o arquitecto português que mais contribuiu para uma reflexão séria sobre o impacto do Turismo no território e na produção arquitectónica nacionais, através de uma intervenção activa junto da opinião pública e dos serviços oficiais, Conceição Silva promove essa reflexão a partir da sua própria obra, ou seja, a partir da própria Arquitectura. Nesse sentido, se um “pensa” a relação entre a Arquitectura e o Turismo, o outro “constrói” essa relação. Teoria e prática.

Na quase ausência de escritos ou publicações suas sobre o tema, é através dos projectos que realiza que podemos ter uma ideia do pensamento de Francisco Conceição Silva sobre Arquitectura, Território e Turismo. Três obras sintetizam essa relação: o Hotel do Mar (1960-1963/1964-1966), em Sesimbra, o Hotel da Balaia (1964-1968), em Albufeira, e a Urbanização da Península de Tróia (1970-1974), em Setúbal. Três obras que testemunham, também, uma evolução de conceitos na definição de uma Arquitectura e Urbanismo do Turismo: o “Hotel de Praia”, a “Megaestrutura Hoteleira” e a “Cidade de Turismo”.

O Hotel do Mar

Na periferia do pequeno aglomerado piscatório que lhe dá origem - Sesimbra -, o Hotel do Mar marca um importante ponto de viragem na concepção dos “Hotéis de Praia”, afastando-se da rigidez tipológica dos primeiros modelos, verdadeiras frentes monolíticas construídas sobre a Marginal, para encontrar a sua forma na adaptação orgânica do programa hoteleiro à topografia do terreno. Encomenda da Casa Jalco, empresa do decorador João Carlos Alcobia e de Emídio Gonçalves, o Hotel seria inaugurado em 1963 e objecto de diversas ampliações nos três anos seguintes, processo indicativo da forma, ainda, experimental como esta obra é entendida, quer da parte do cliente, quer da parte do projectista, avançando à medida das necessidades e disponibilidades de cada uma das partes.

Francisco Conceição Silva (1922-1982) inicia a sua colaboração com a Casa Jalco em 1951, para a qual organiza, com José Bastos e Carlos Ribeiro, uma secção de mobiliário moderno, importado dos Estados Unidos da América e da Europa, aberta ao público a 14 de Janeiro, na loja da Rua Ivens. No ano seguinte realiza, neste mesmo espaço, uma exposição de móveis da sua autoria.¹



¹ A Jalco dedicava-se à importação e venda de mobiliário, tapeçarias e artigos de decoração, importados e de produção própria. João Alcobia é o seu fundador e sócio, tendo gerido, antes, a empresa da sua família - a Companhia dos Grandes Armazéns Alcobia, Lda - fundada em 1914, uma

“Não tinha trabalho, e há uma coisa curiosa que acontece e que para mim serve hoje como lição: é que, sem se ter trabalho, se trabalha! Comecei por desenhar objectos, móveis... desenhava tudo. (...) Estar sem fazer nada não estava, preferia utilizar o meu tempo. E, caso curioso, até fazia serões... A esse trabalho, numa fase de arranque, aderiu um outro colega mais jovem, o Santa Rita, que comigo passou muitos serões desenhando mobiliário, objectos, os mais variados, que não tinham uma aplicação imediata. Isto deu-nos um treino extraordinário. Sinto que para mim essa foi uma época importante, que me deu até a possibilidade de experimentar muitos outros tipos de actuação, que não eram aqueles propriamente dirigidos ao que convencionalmente se chama Arquitectura.”

*“Entrevista com o Arquitecto Francisco Conceição Silva”, *Arquitectura*, 3.ª Série, N.º 120, Março/Abril, 1971, p. 44.*

Secção de Mobiliário Moderno
da Casa Jalco
Fotografia, 1951
(imagem NEVES, José
Manuel, *Cadeiras Portuguesas
Contemporâneas*, Porto, ASA Editores,
2003, p. 29)

Quando, nos finais dos anos cinquenta, a empresa decide aplicar os lucros do seu negócio na construção de um equipamento hoteleiro, naturalmente, é a este arquitecto que recorre para realizar o projecto. Segundo Inês Leite², terá sido a filha de Emídio Gonçalves a sugerir esse investimento e a propor a Praia de Sesimbra como localização para o novo Hotel. Sesimbra que ia ficar bem mais perto de Lisboa com o anúncio da construção da nova ponte sobre o Tejo³, decidida pelo governo português em 1958. No jornal *O Sesimbrense* faz-se, no entanto, referência a que “a ideia inicial não era a de construir um hotel, mas sim uma grande vivenda unifamiliar, para férias de uma família alargada e de amigos, no antigo vale do ribeiro de Telheiros, a poente da vila de Sesimbra, na encosta sobranceira ao arraial das armações da empresa Loureiro & Filhos. Mas a ideia de João Alcobia (...) evolui depois para a construção de uma unidade hoteleira, cuja necessidade há muito se fazia sentir, pois o Hotel Espadarte⁴ era insuficiente para a procura turística então existente”.⁵

A encomenda dava total liberdade ao arquitecto, desafiando-o “a projectar desde a arquitectura ao equipamento, mobiliário, arranjo paisagístico e escolha de obras de arte [a integrar no edifício, introduzindo,] em Portugal[,] o princípio (...) de obra global”.⁶

das principais fornecedoras de adereços para a produção cinematográfica portuguesa dos anos quarenta, colaborando em filmes como *Costa do Castelo* (1943), *Menina da Rádio* (1944) ou *Leão da Estrela* (1947). A 5 de Janeiro de 1952, a Jalco inaugura as suas “Primeiras exposições individuais”, com obras de Fernando de Azevedo, Marcelino Vespeira e Fernando Lemos, evento surrealista, organizado, também, com a colaboração de Conceição Silva, que causa grande impacto no meio intelectual lisboeta da época e a que, mais tarde, o arquitecto iria dar sequência noutras mostras de pintura realizadas nessas mesmas instalações da loja Jalco na Rua Ivens N.º 44, um prédio de cinco andares mobilados como se fossem uma residência particular. (Cf. “Entrevista com o Arquitecto Francisco Conceição Silva”, *Arquitectura*, 3.ª Série, N.º 120, Março/Abril, 1971, p. 44, e www.restosdecoleccion.blogspot.com)

² Cf. LEITE, Inês de Sousa Gonçalves de Almeida, *Francisco da Conceição Silva: Para uma compreensão da obra e do grande atelier/empresa - 1946/1975*, Volume I, dissertação de mestrado em História da Arte Contemporânea, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2007, p. 132.

³ Em 1951, havia sido inaugurada a Ponte Marechal Carmona, em Vila Franca de Xira, obra projectada ainda no tempo de Duarte Pacheco.

⁴ O Hotel Espadarte tinha sido inaugurado, ainda como Pensão, em 1957, passando a hotel de três estrelas com as obras de ampliação realizadas em 1961. Para além deste estabelecimento existia apenas a Pensão-Restaurante Náutico e o projecto de António Lino, de 1957, para a adaptação a unidade hoteleira da Fortaleza de Santiago (nunca realizado). (Cf. LEITE, Inês de Sousa Gonçalves de Almeida, op. cit., *ibidem*)

⁵ “Edifícios com História (VI): Hotel do Mar”, *O Sesimbrense*, Ano LXXXVI, N.º 1163, 1 Julho 2012, p. 9.

⁶ LEITE, Inês de Sousa Gonçalves de Almeida, op. cit., *ibidem*.

Com anteprojecto de 1960, o projecto final seria aprovado a 8 de Julho de 1961, pelo SNI, assinando-se o contracto de construção, a 29 de Março de 1962, com a empresa ERG, de Vasconcellos e Melo, Virgílio Lopes e José Lampreia.⁷

Curiosamente, ao contrário do previsto no *Plano Geral de Urbanização de Sesimbra*, realizado em 1950, por Carlos Negrão⁸, e revisto, em 1959, no *Esboço da Remodelação do Antepiano de Urbanização de Sesimbra*, elaborado pela DGSU, que localizava a zona de desenvolvimento turístico no extremo nascente do aglomerado, o Hotel do Mar vai implantar-se para poente, junto à zona residencial de expansão da vila. O terreno escolhido localiza-se a meia encosta, acima da recém-aberta Avenida Marginal de ligação ao Porto de Abrigo, com acesso pelo topo superior, a norte, e amplas panorâmicas sobre a baía, a sul. Como factores determinantes para a concepção do edifício, consideraram-se “a vista existente ao longo da estrada que lhe dará acesso, a integração da construção no terreno e no ambiente característico da região e uma solução racional que se adaptasse perfeitamente ao terreno, não lhe destruindo a sua actual forma”.⁹

Assim, ficava definido que “o edifício será composto por dois corpos francamente caracterizados não só interior como exteriormente. Num localizam-se a zona de convívio e apoio dos hóspedes constituída por salas de estar e de comer e ainda por um bar. Neste mesmo corpo e desenvolvendo-se em dois pisos, os serviços constituídos por cozinha, copa, despensas, economato, tratamento de roupas, quartos para o pessoal, etc..

⁷ Empresa ERG que tinha construído, em Sesimbra, a Colónia de Férias de Rio Frio (1957), na herdade, com o mesmo nome, a norte do Hotel do Mar, propriedade do Sr. Santos Jorge, o Bairro Económico Infante D. Henrique, para pescadores, e o Cine-Teatro João Mota (1958-1962), edifício moderno da autoria do engenheiro civil António José d’Ávila Amaral. Ainda em Sesimbra, a partir de 1965, a ERG ocupa-se dos Apartamentos do Porto de Abrigo e dos Apartamentos do Moinho, ambos projecto do mesmo Conceição Silva. Como vimos, é também esta empresa que vai ser responsável pela construção do Casino Park Hotel do Funchal, de Oscar Niemeyer e Viana de Lima. (Ver Capítulo 4.2.)

⁸ Estudo que vem substituir o anterior *Plano de Arranjo e Extensão da Vila* realizado, por Paulo Cunha, para a Câmara Municipal de Sesimbra, em 1945, e que propunha a demolição integral do núcleo piscatório existente.

⁹ SILVA, Francisco Conceição, *Hotel em Sesimbra*, Anteprojecto: *Memória Descritiva*, Lisboa, 17 Dezembro 1960, p. 1.



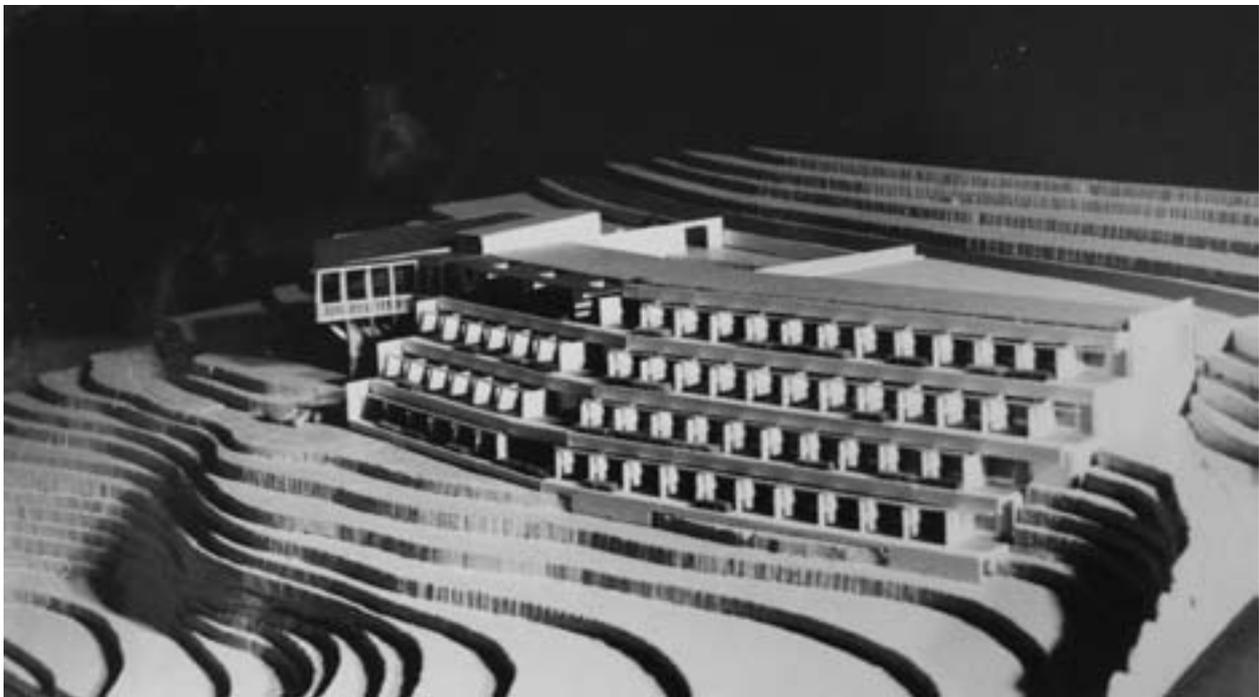
*Plano Geral de Urbanização
de Sesimbra*

*Planta de Urbanização e de
Trabalho*

Carlos Negrão, 1950
(imagem Arquivo DGOTDU)

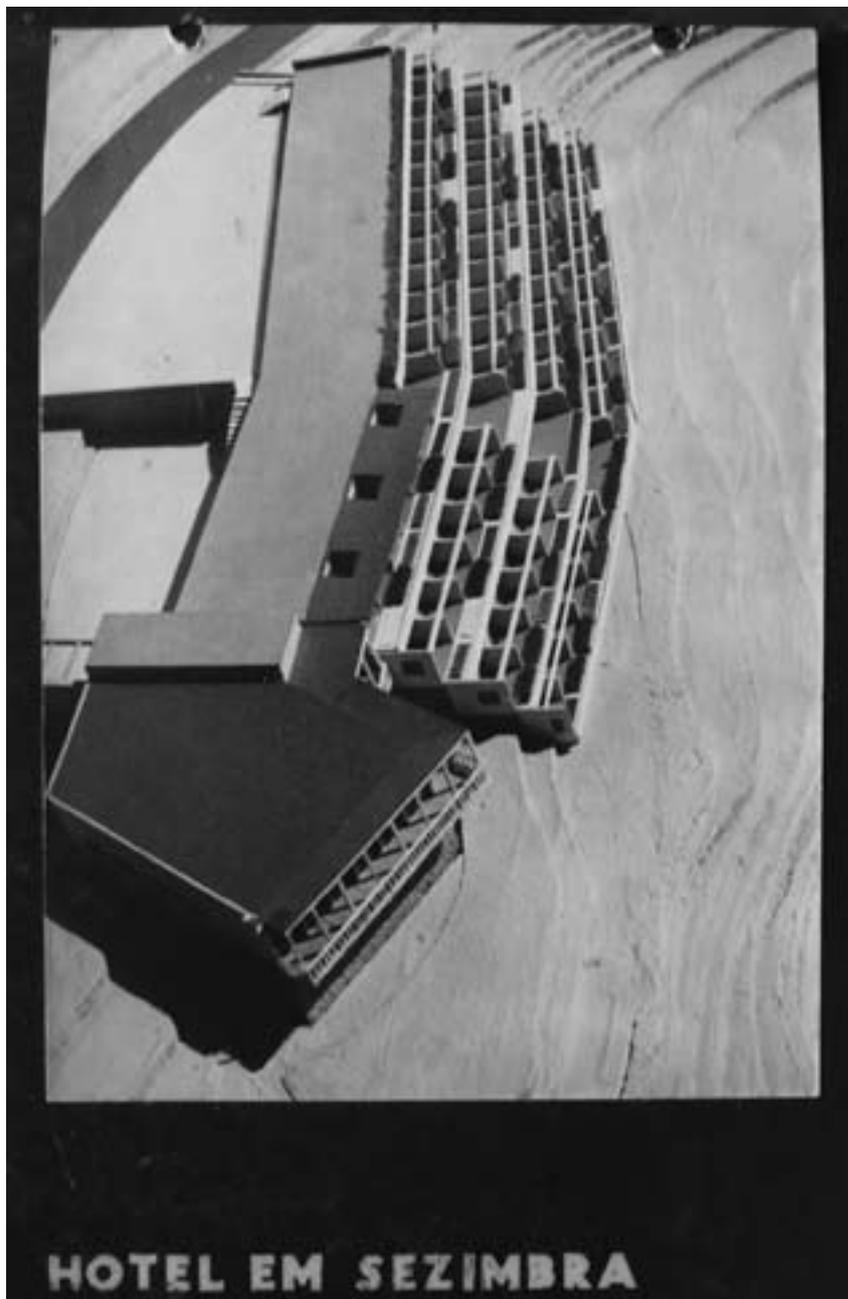
URBANIZAÇÃO DE SESIMBRA





Noutro corpo do edifício, desenvolvido ao longo do terreno, toda a zona de quartos e respectivas casas de banho. (...)

Os quartos em número de 70 possuirão (...) um amplo terraço devidamente protegido de molde a permitir a vida ao ar livre em perfeita intimidade.”¹⁰



Hotel do Mar, Sesimbra
Anteprojecto e Projecto
Fotografias da Maqueta, 1960
(imagens
Arquivo Turismo de Portugal)

Juntamente com o anteprojecto são apresentadas fotografias da maqueta do edifício, clarificando a solução adoptada, tal como do interior de um dos quartos e respectiva varanda.

¹⁰ Idem, pp. 1-2.

Hotel do Mar, Sesimbra
Anteprojecto e Projecto
Fotografias da Maqueta dos
Quartos, 1960
(imagens
Arquivo Turismo de Portugal)



Na *Memória Descritiva* do projecto definitivo, datada de 12 de Maio de 1961, é acrescentada, ao texto anterior, uma “Síntese Construtiva”, onde, mais uma vez, se salienta que “*as características arquitectónicas do local e a preocupação dominante da integração do edifício no ambiente determinaram o sistema (...) adoptado*”.¹¹

¹¹ SILVA, Francisco Conceição, *Hotel em Sesimbra: Memória Descritiva*, Lisboa, 12 Maio 1961, p. 2.

Nesta aproximação ao contexto local, Conceição Silva começa por desconstruir o modelo tradicional de “Hotel de Praia”, reduzindo-o ao seu mais pequeno componente - o Quarto de Hotel -, que, depois, recombina, pelo somatório e justaposição de módulos, numa nova volumetria. Este sistema de composição celular, inspirado na própria estrutura do aglomerado piscatório, permite adaptar a massa de construção à topografia do terreno e criar uma série de socalcos para recreio dos hóspedes, divididos em varandas individuais que ampliam o espaço mais reservado de cada quarto para o exterior, abrindo-o à vista sobre o Mar e a Praia. Apenas o terraço da cobertura é deixado desimpedido, para utilização pública.

Este corpo mais orgânico dos quartos fragmenta-se em dois tramos, adaptados às curvas de nível, e articula-se, a poente, com as áreas de utilização pública e de serviços, organizados num único corpo, rodado em relação ao resto da composição e animado por uma ampla varanda em madeira que envolve a Sala de Refeições.

Páginas seguintes:

Hotel em Sezimbra

Planta do 1.º Piso,

Planta do 2.º Piso,

Planta do 3.º Piso

e

Planta do 4.º Piso

Francisco Conceição Silva,

1961

(imagens

Arquivo Turismo de Portugal)

Hotel em Sezimbra

Alçado Poente e Sul

e

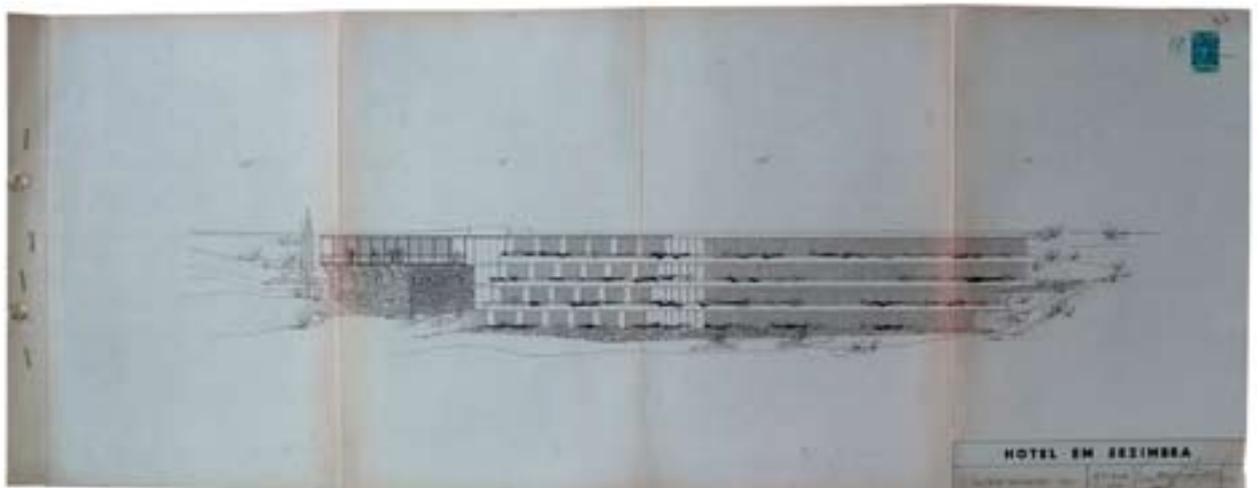
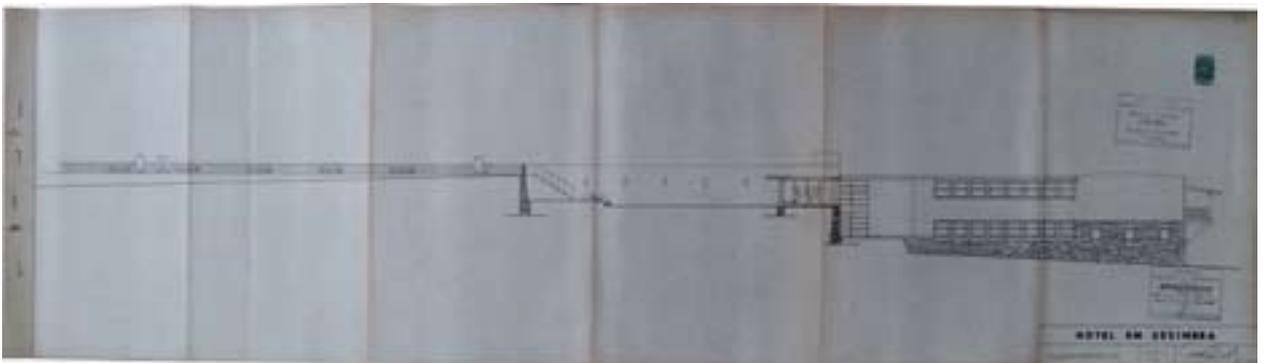
Alçado Nascente - Sul

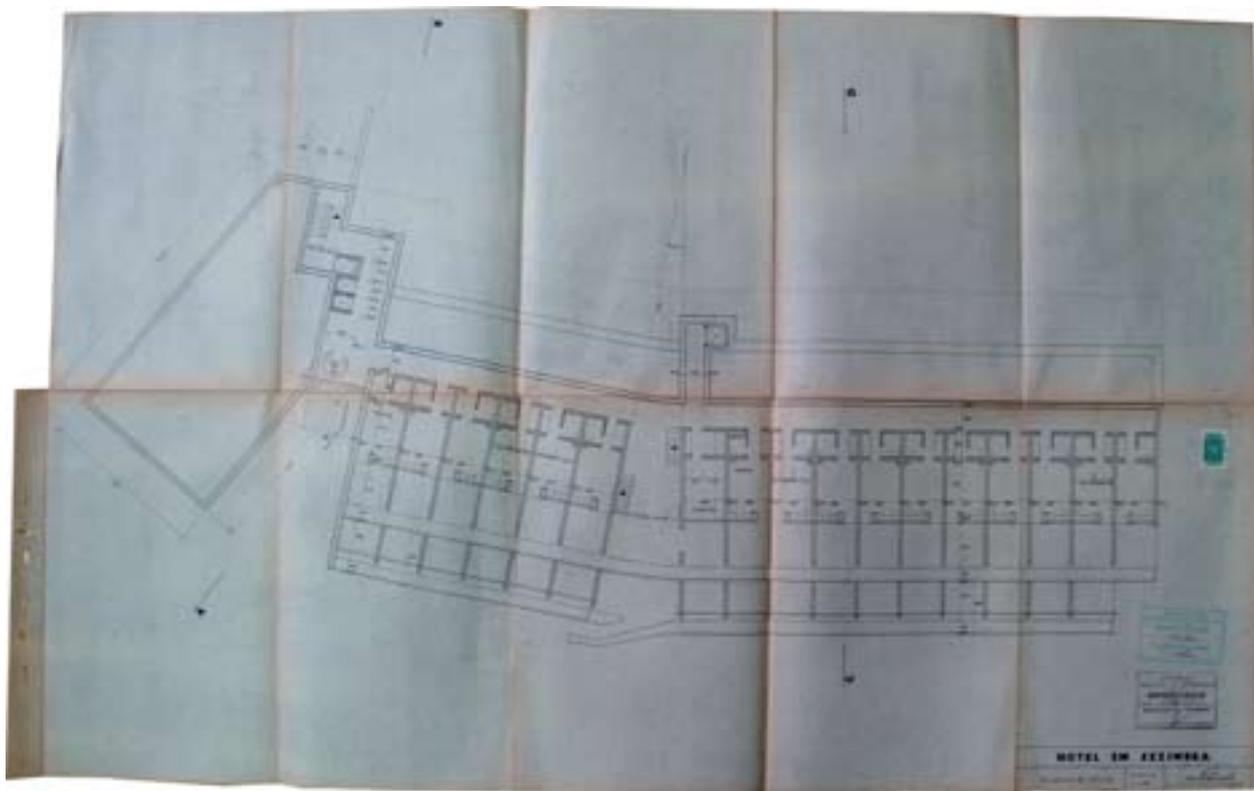
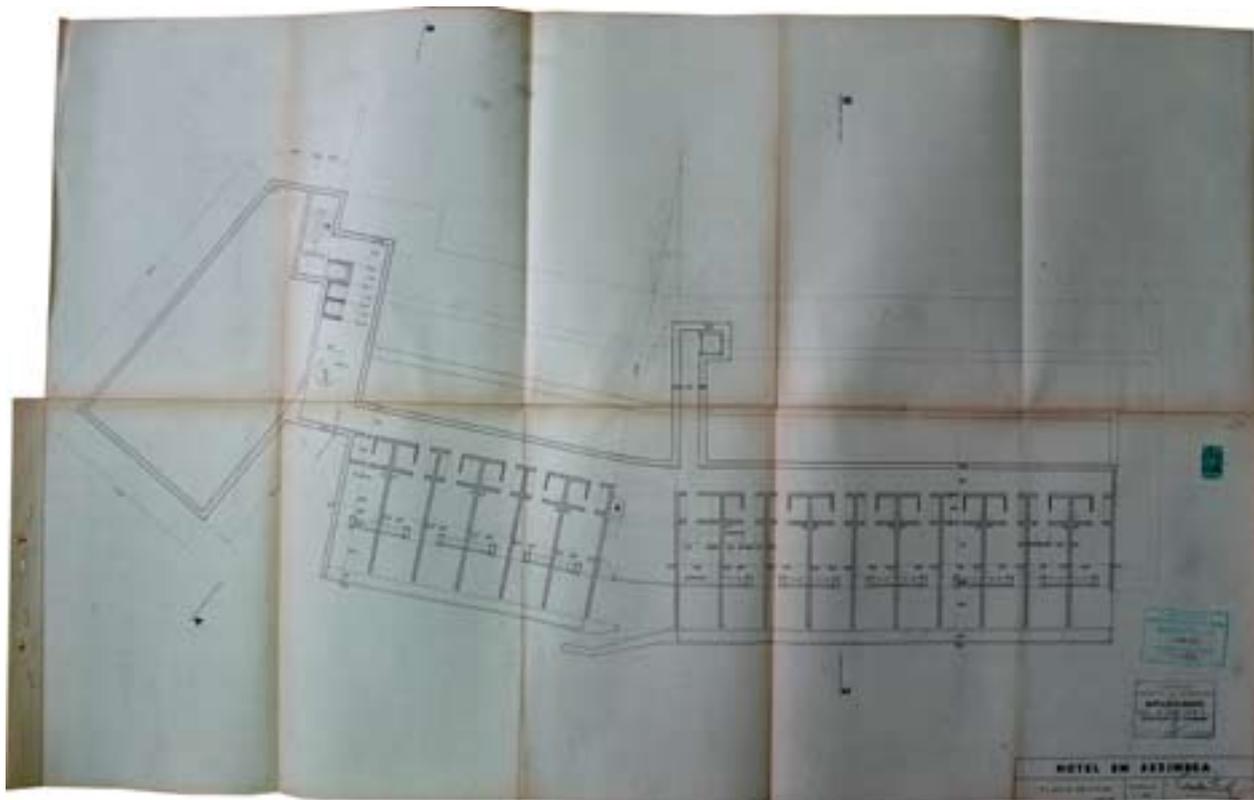
Francisco Conceição Silva,

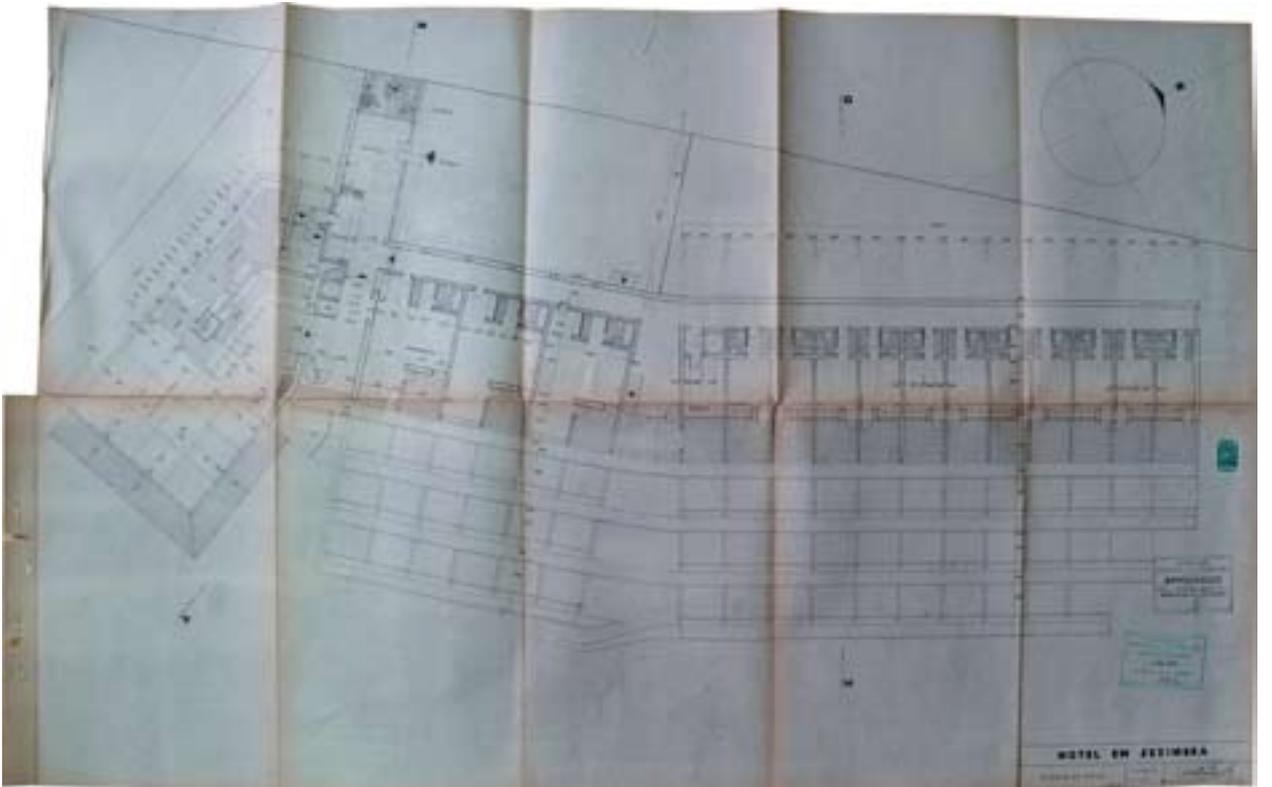
1961

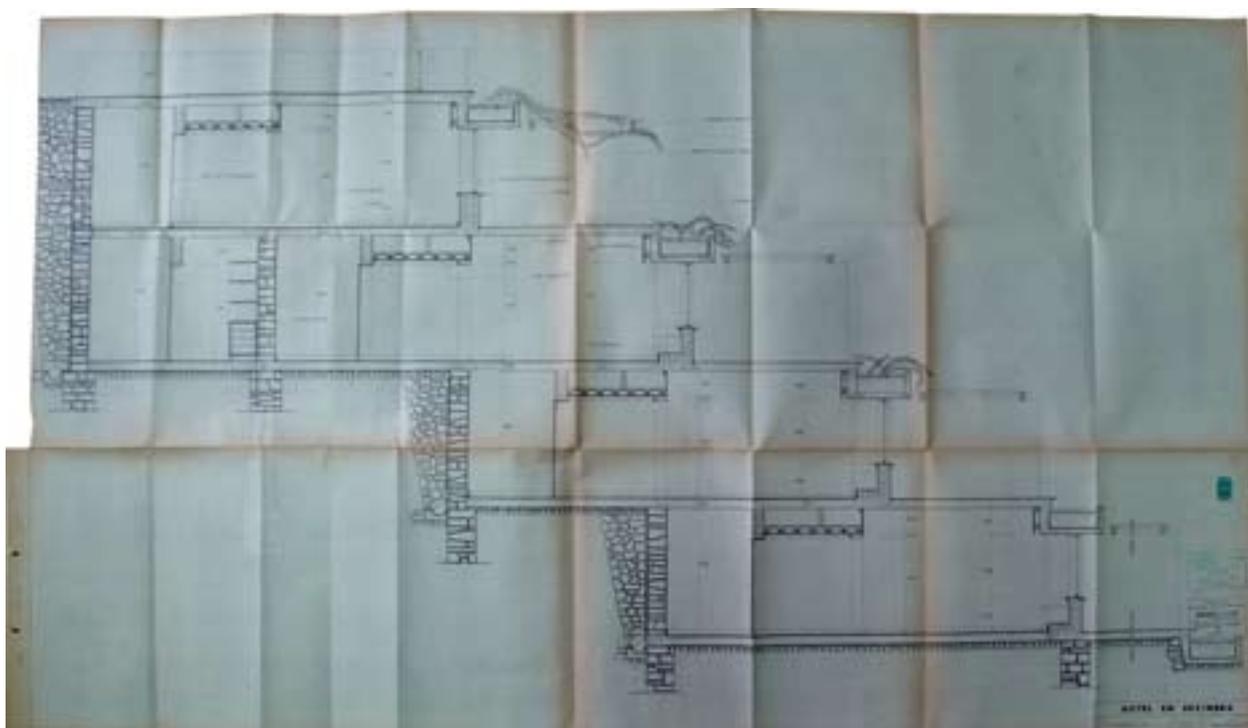
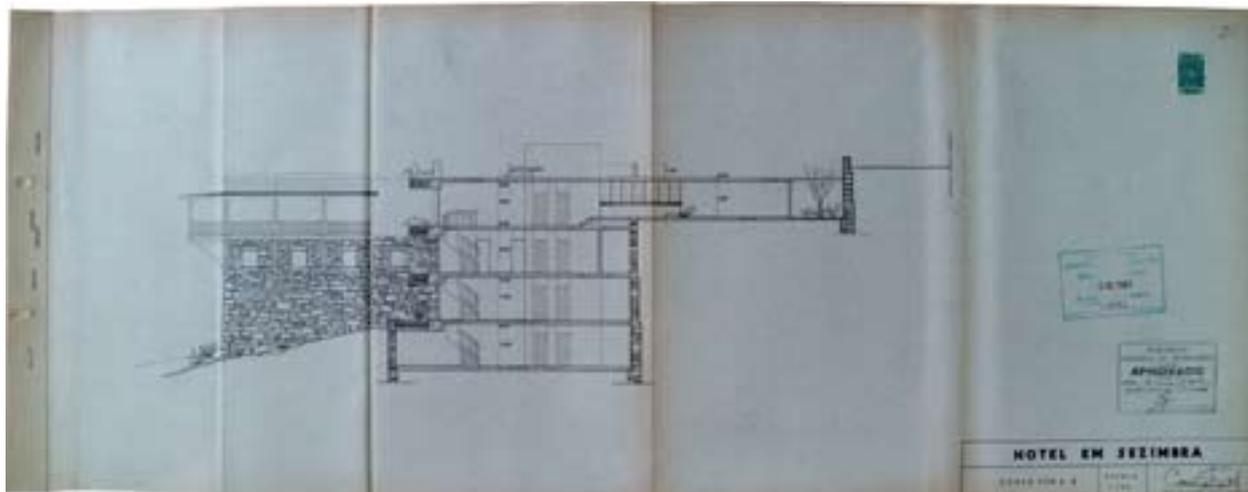
(imagens

Arquivo Turismo de Portugal)









Hotel em Sesimbra
Corte por A-B
 e
Corte C-D
 Francisco Conceição Silva,
 1961
 (imagens
 Arquivo Turismo de Portugal)

Espécie de baluarte fortificado que domina a paisagem, são, aqui, evidentes as relações materiais com o Castelo de Sesimbra, implantado mais acima, no topo da encosta, sobretudo na estereotomia do pódio em pedra que suporta esta construção.

A entrada faz-se a norte, por um pequeno volume colocado a uma cota inferior à da estrada de acesso ao Hotel e a partir da qual o edifício se desenvolve no sentido descendente, libertando a leitura da linha do horizonte. No interior, os espaços são fluídos e a caracterização dos ambientes é pensada “*dentro do princípio estabelecido neste projecto de que Arquitectura e Decoração*

formam um só conjunto”¹². Nesse sentido, procura-se “*tirar todo o partido estético da (...) beleza natural*” dos materiais empregues - pedra, caiações, madeiras e tijoleiras -, trabalhados com diferentes acabamentos e texturas de modo a conferir uma certa “*rusticidade*” à intervenção. O facto de o proprietário ser uma empresa ligada à venda e produção de mobiliário, permite ao arquitecto controlar a qualidade dos arranjos interiores, conjugando artigos mais modernos, fabricados em série, com peças desenhadas exclusivamente para esta obra e algumas antiguidades.¹³

As influências do *Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa*¹⁴ estão presentes em vários momentos, como na lareira da Sala de Convívio, “*constituíd[a] por uma verga de madeira trabalhada à enchó e por uma chaminé em cobre martelado*”, ou nos quartos dos hóspedes, onde, junto à janela, se projectam “*bancos laterais integrados na construção*”¹⁵, inspirados nas “*conversadeiras*” da arquitectura tradicional. Uma “*pequena mesa rebatível*” completa esta zona de estar privada, “*proporcio[nando] as mais diversas utilizações*”.

Hotel do Mar, Sesimbra
Perspectiva da Sala de
Convívio
Francisco Conceição Silva,
1961
(imagem
Arquivo Turismo de Portugal)



¹² SILVA, Francisco Conceição, *Estimativa do custo da construção*, s.l., 16 Junho 1961, p.2.

¹³ Gosto por conjugar o “novo” com o “antigo” que tinha orientado o projecto para a exposição “A Rainha D. Leonor”, realizada, em 1958, no Convento da Madre de Deus, em Lisboa, por iniciativa da recém-constituída Fundação Calouste Gulbenkian, onde o arquitecto, com a colaboração do decorador Manuel Rodrigues, introduz, em Portugal, uma nova abordagem à concepção do espaço expositivo pela introdução do *design* contemporâneo no desenho de suportes e de vitrines, numa aproximação às intervenções museológicas do italiano Carlo Scarpa.

¹⁴ Que Conceição Silva acompanha de perto, enquanto membro da direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos, entre 1954 e 1967, e de que esteve para fazer parte, integrado numa das equipas de trabalho. (Cf. SILVA, João Pedro Conceição, SILVA, Francisco Manuel Conceição, Francisco da Conceição (organização e coordenação), *Conceição Silva arquitecto: 1922/1982*, Lisboa, SNBA, 1987)

¹⁵ Idem, p. 3.

Hotel do Mar, Sesimbra
Perspectiva de um dos Quartos
Francisco Conceição Silva,
1961
(imagem
Arquivo Turismo de Portugal)



Hotel do Mar, Sesimbra
Perspectiva do Vestíbulo
Francisco Conceição Silva,
1961
(imagem
Arquivo Turismo de Portugal)

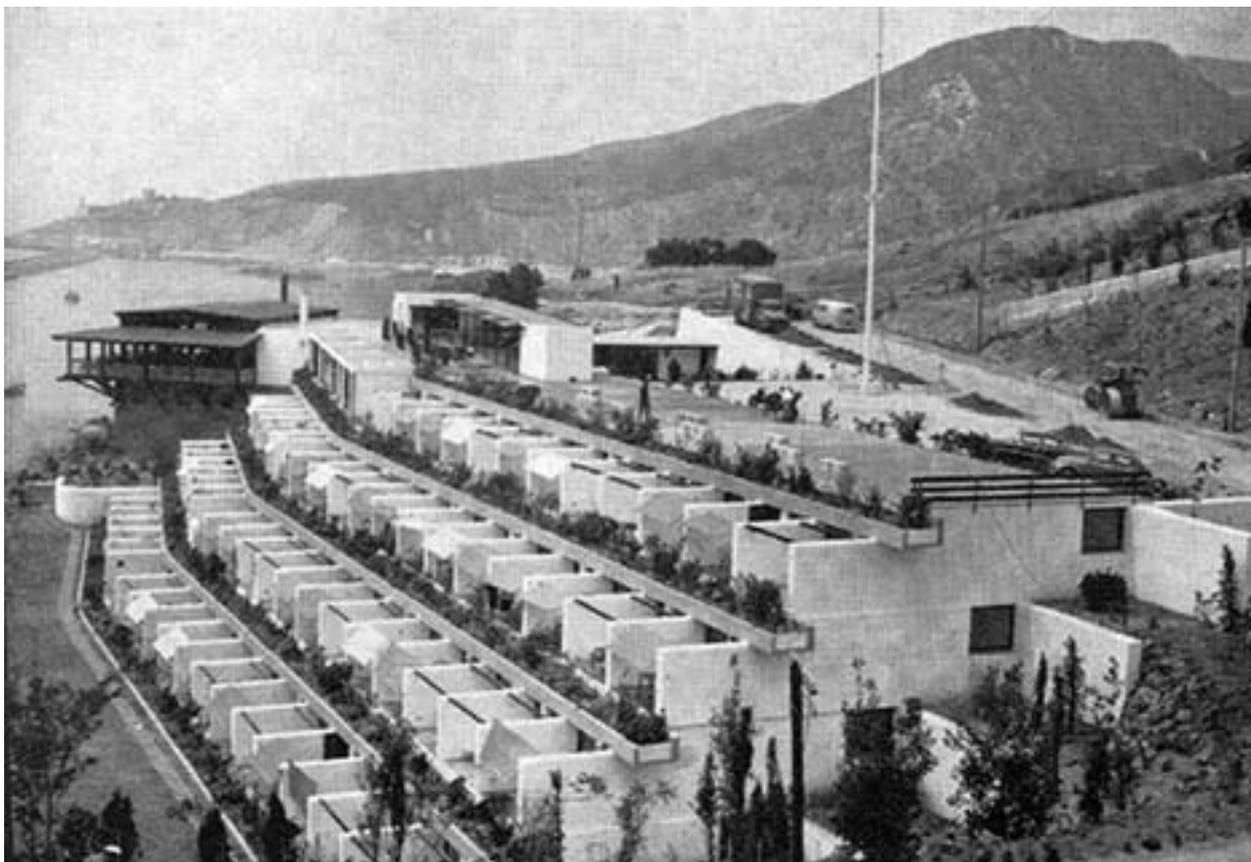


No Vestíbulo, um pequeno aviário fazia as delícias dos hóspedes, trazendo, literalmente, a Natureza para dentro do edifício.

A completar a sua visão para o edifício, o arquitecto conta apenas com a colaboração de Querubim Lapa (1925), numa série de baixos-relevos cerâmicos integrados na construção, lamentando-se pelo facto de não ter possibilidade financeira de investir em outras obras de arte. No final, estimava-se que o custo total do edifício rondasse os 5.000.000\$00 e o do mobiliário e equipamento os 2.000.000\$00.¹⁶

¹⁶ Valor que, para além do mobiliário, equipamento, iluminação e obras de arte, incluía roupas de quarto, atalhados e serviço de talheres e o arranjo paisagístico dos espaços exteriores, no que José-Augusto França considera ser o “primeiro hotel português projectado na sua totalidade”. (Cit. FRANÇA, José-Augusto, *A Arte em Portugal no Século XX: 1911-1961*, 2.ª edição revista, Lisboa, Bertrand Editora, 1984, p. 461)

O Hotel do Mar, com sessenta e oito quartos, três deles “Apartamentos”, ou *suites*, localizados no 4.º Piso, junto à recepção, seria inaugurado em 1963, depois de realizada a inspecção dos Serviços do SNI¹⁷, pela qual a nova unidade hoteleira é classificada de 1.ª - B, sendo a impressão geral dos técnicos “muito boa”.



Tanto a revista *Arquitectura*, como a *Binário*, dedicam artigos relativos a esta obra¹⁸. Na primeira, Goulart de Medeiros aproveita a publicação do projecto de Conceição Silva para fazer uma crítica profunda à urbanização turística do nosso litoral e alertar para a responsabilidade dos arquitectos nesse processo.

Hotel do Mar, Sesimbra
Vista geral do conjunto
Fotografia, 1963
(imagem www.flickr.com)

“Exactamente no momento em que a construção civil em Lisboa e subúrbios começou a esgotar as possibilidades de bons e rápidos lucros, abriu-se inesperadamente o filão da urbanização, do loteamento, enfim, do engarrafamento de tudo quanto parecesse de futuro interesse para esse tio rico do turismo.

¹⁷ A 5 de Junho de 1963.

¹⁸ A revista *Arquitectura* no seu número de Dezembro de 1963 e a *Binário* no de Março de 1964. (Cf. “Hotel do Mar”, *Arquitectura: Revista de Arte e Construção*, 3.ª Série, N.º 80, Dezembro 1963, pp. 22-27 e “Hotel do Mar”, *Binário: Arquitectura, Construção, Equipamento*, N.º 66, Março 1964, pp. 155-162)

Hotel do Mar, Sesimbra

Entrada Principal

Fotografia, 1963

(imagem

“Hotel do Mar”, *Binário: Arquitectura, Construção, Equipamento*, N.º 66, Março 1964, p. 157)



Hotel do Mar, Sesimbra

Terraço-Solário

Fotografia, 1963

(imagem

“Hotel do Mar”, *Arquitectura: Revista de Arte e Construção*, 3.ª Série, N.º 80, Dezembro 1963, p. 27)



Hotel do Mar, Sesimbra

Corpo dos Quartos

Fotografia, 1963

(imagem

“Hotel do Mar”, *Arquitectura: Revista de Arte e Construção*, 3.ª Série, N.º 80, Dezembro 1963, p. 23)



Iniciou-se uma corrida desesperada a todos os locais de interesse, principalmente até àqueles privilegiados aglomerados da costa a Sul do Tejo, desde a Caparica a Vila Real de Santo António. O processo foi simples, já utilizado e experimentado na desgraçada Costa do Sol, com excelentes resultados. A princípio, timidamente, a moradia foi tomando conta pouco a pouco do terreno disponível, repartindo-o em bocadinhos cada vez mais pequenos à medida que o seu valor crescia. Mais tarde grandes extensões rústicas sofreram o mesmo descaminho em urbanizações privadas, desentranhando-se em lotes a prontos e a prestações, onde a imaginação dos ‘técnicos’ consegue encaixar a ‘moradia funcional’ reduzida ao mínimo. Finalmente, o próprio aglomerado já não vale o valor de si próprio, terá de se sacrificar à dinâmica do progresso e deixar-se substituir por outro mais amplo, mais arejado, mais moderno, onde não faltem os factores tradicionais e espectaculares do urbanismo nacional. As grandes marginais, as grandes praças públicas, os grandes edifícios oficiais que lhe garantem a presença a que se julga com direito. E, como golpe de misericórdia, o prédio de rendimento na segura linha arquitectónica de Moscovide e Amadora, preencherá os vazios ao longo do novo traçado das ruas.

Assim o velho aglomerado de pescadores cai inglòriamente sob os pesados golpes da visão renovadora do progresso, destruindo, paradoxalmente, o primeiro motivo desse mesmo progresso.

Neste processo lamentável, temos nós arquitectos a par das entidades oficiais, uma quota-parte de responsabilidade, e não a menor, nos resultados espantosos de inconsciência destes pseudo-planos de urbanização e nas realizações notáveis de arquitectura medíocre que com persistência vem sendo espalhada por todo este ‘jardim à beira mar plantado’.

Para além da insofrida ânsia dos modernos especuladores de terrenos as próprias necessidades das Câmaras locais que desta maneira vêem abrir-se novas perspectivas, e o desejo humaníssimo das populações de acesso rápido aos benefícios materiais desta movimentação, os resultados são de tal maneira surpreendentes que não podemos deixar de meditar na terrível ironia de se encontrarem os maiores obstáculos às realizações que, de qualquer forma, difiram para melhor dos produtos destes condicionalismos caseiros e muitas vezes inconfessos.”¹⁹

Quanto ao Hotel do Mar, aponta influências nórdicas no “pequeno fortim de madeira (...) balançando sobre um plinto forte de alvenaria de pedra”, e o “‘clima’ mais ou menos mediterrânico do conjunto que, de certo modo e à primeira vista, pode definir o carácter geral da nossa arquitectura costeira a Sul do Tejo”. É neste equilíbrio de valores, entre o norte e o sul, que a intervenção em Sesimbra encontra a sua razão e a sua expressão.

¹⁹ MEDEIROS, Goulart de, “Hotel do Mar”, *Arquitectura: Revista de Arte e Construção*, 3.ª Série, N.º 80, Dezembro 1963, p. 24.

Página seguinte:
294
Restaurante do Hotel do Mar
2 - *Planta Geral*
e
Corte Pormenorizado
Francisco Conceição Silva,
1964
(imagens
Arquivo Turismo de Portugal)

Hotel do Mar, Sesimbra
Vista geral do conjunto
(já com o novo pavilhão do
Restaurante)
Bilhete Postal, 1964
(imagem www.delcampe.net)

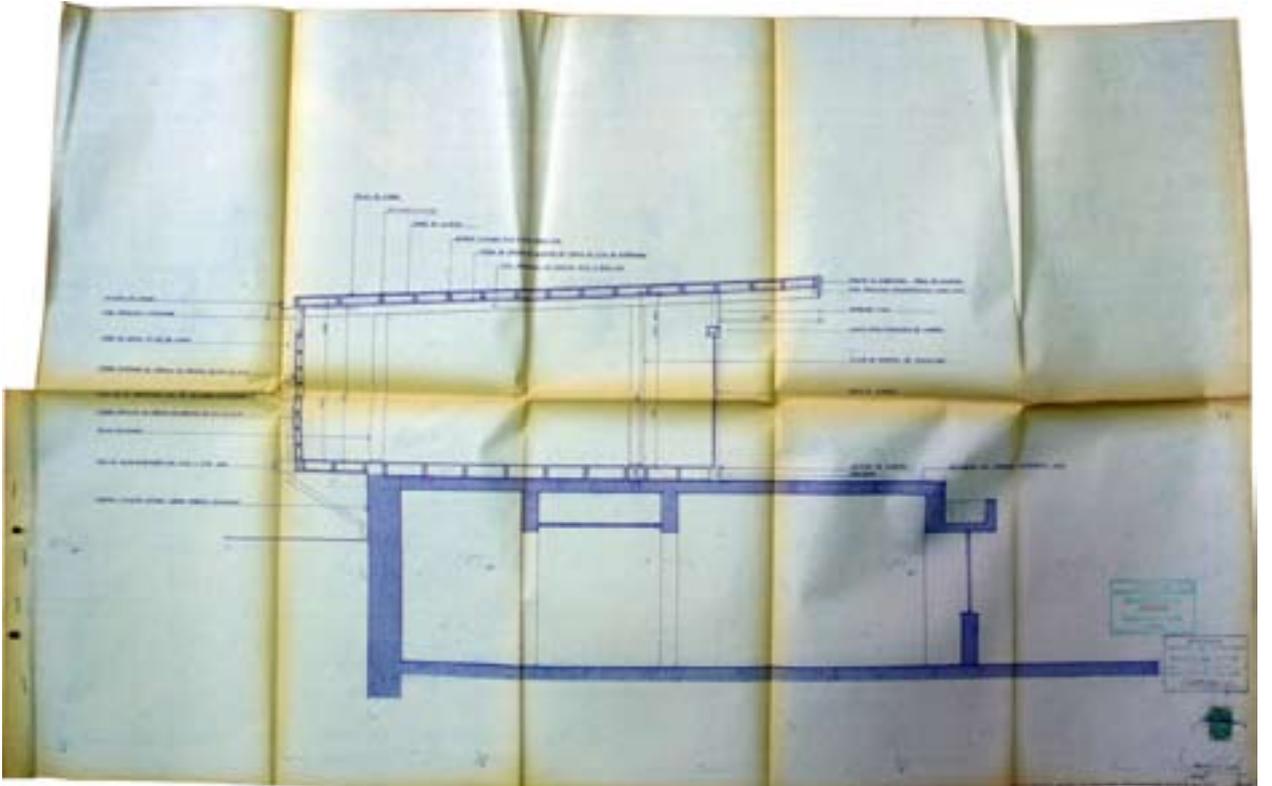
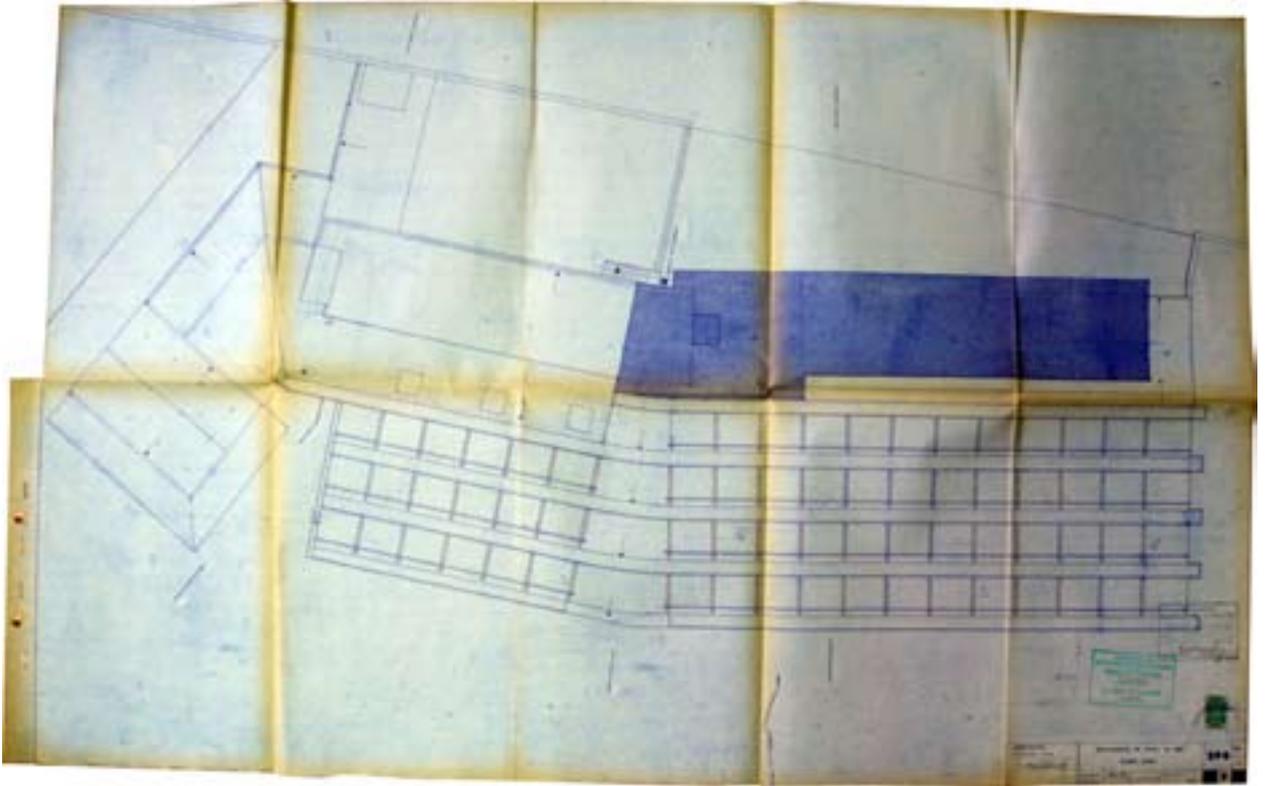
Em 1964, é adicionado ao núcleo inicial do Hotel um novo espaço de Restaurante, que vai ocupar o terraço-solário panorâmico sobre o corpo nascente de quartos. Com base na “*experiência colhida em outros hotéis de turismo realizados no País e também no estrangeiro*”²⁰, o arquitecto tinha previsto “*uma reduzida afluência de passantes, dado que a Vila de Sesimbra dispunha de outros centros típicos que naturalmente absorviam não só esses, mas a maioria dos hóspedes do hotel*”. No entanto, “*dadas as características das salas, e muito especialmente a sua localização favorável em relação à vista*”, o número de hóspedes e visitantes a utilizar estas instalações seria bastante superior ao esperado. No sentido de satisfazer as necessidades reais do Hotel, a administração decidiu ampliar a sua capacidade de resposta, embora com a preocupação de “*não destruir o aspecto arquitectónico do edifício*”.

Assim, o novo Restaurante, para cento e vinte pessoas, é projectado num pavilhão de madeira, autónomo, com acesso directo desde a rua e pelo interior do edifício existente, por meio de escadas situadas a meio da galeria de distribuição do corpo dos quartos.²¹



²⁰ SILVA, Francisco Conceição, [Ampliação Restaurante] *Memória Descritiva*, Lisboa, 20 Janeiro 1964, p. 1.

²¹ Embora esta solução não fosse do agrado do SNI, que aprova o projecto sob condição, a 28 de Agosto de 1964, aparentemente a implantação do volume do Restaurante mantém-se.





Encomenda anterior ao Restaurante, em 1963 Conceição Silva começa a estudar a possibilidade de se construir uma Piscina exterior para o Hotel, aproveitando a plataforma verde existente na base do lote de terreno. Com um diâmetro de quinze metros, “a forma da piscina será circular, (...) prevendo-se também a construção dum tanque com dimensões mais reduzidas, e destinado a crianças. Os vestiário e balneários, ficarão localizados num piso inferior”²², juntamente com as instalações técnicas do novo programa. A Piscina entra em funcionamento no Verão de 1965.



Mas, não é só ao nível do equipamento de restauração que a capacidade de recepção do Hotel do Mar se revela insuficiente. Logo a 19 de Outubro de 1964, a Jalco submete à Câmara Municipal de Sesimbra um pedido de ampliação do número de quartos existentes. Projecto do mesmo Conceição Silva, este estudo propunha a construção de um novo corpo, com vinte e quatro quartos distribuídos por dois pisos, no terreno imediatamente a norte do edifício principal, do outro lado da estrada de acesso, ligado a este por uma galeria subterrânea. Os Serviços Técnicos do SNI seriam, no entanto, do entender que “*não se deverá permitir*

Página anterior:
Projecto duma Piscina a construir em Sesimbra - Hotel do Mar
Fotografias do existente e do projectado, 1963
(imagens
Arquivo Turismo de Portugal)

Hotel do Mar, Sesimbra
Piscina em construção
Fotografia, c. 1964
(imagem “Edifícios com História (VI): Hotel do Mar”, *O Sesimbrense*, Ano LXXXVI, N.º 1163, 1 Julho 2012, p. 9)

²² SILVA, Francisco Conceição, *Projecto duma Piscina a construir em Sesimbra - Hotel do Mar: Memória Descritiva*, Lisboa, 7 Novembro 1963.

que uma unidade que dentro do seu tipo, resultou bem integrada e funcionalmente perfeita, venha a par e passo sendo prejudicada com a inclusão de obras que a estão disvirtuando. Considera-se ainda a impossibilidade do restaurante e seus serviços complementares poderem suportar a sobrecarga proveniente deste aumento”²³.
 Apreciações que determinam a reprovação do pedido.²⁴

Proposta de Ampliação do
 Hotel do Mar
 Planta Geral
 Francisco Conceição Silva,
 1964
 (imagem
 Arquivo Turismo de Portugal)



²³ COSTA, Jorge Santos, *Informação N.º 601*, s.l., SNI, 30 Novembro 1964.

²⁴ Decisão oficializada por carta do Comissário do Turismo, Álvaro Roquete, ao Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra, datada de 21 de Maio de 1965.

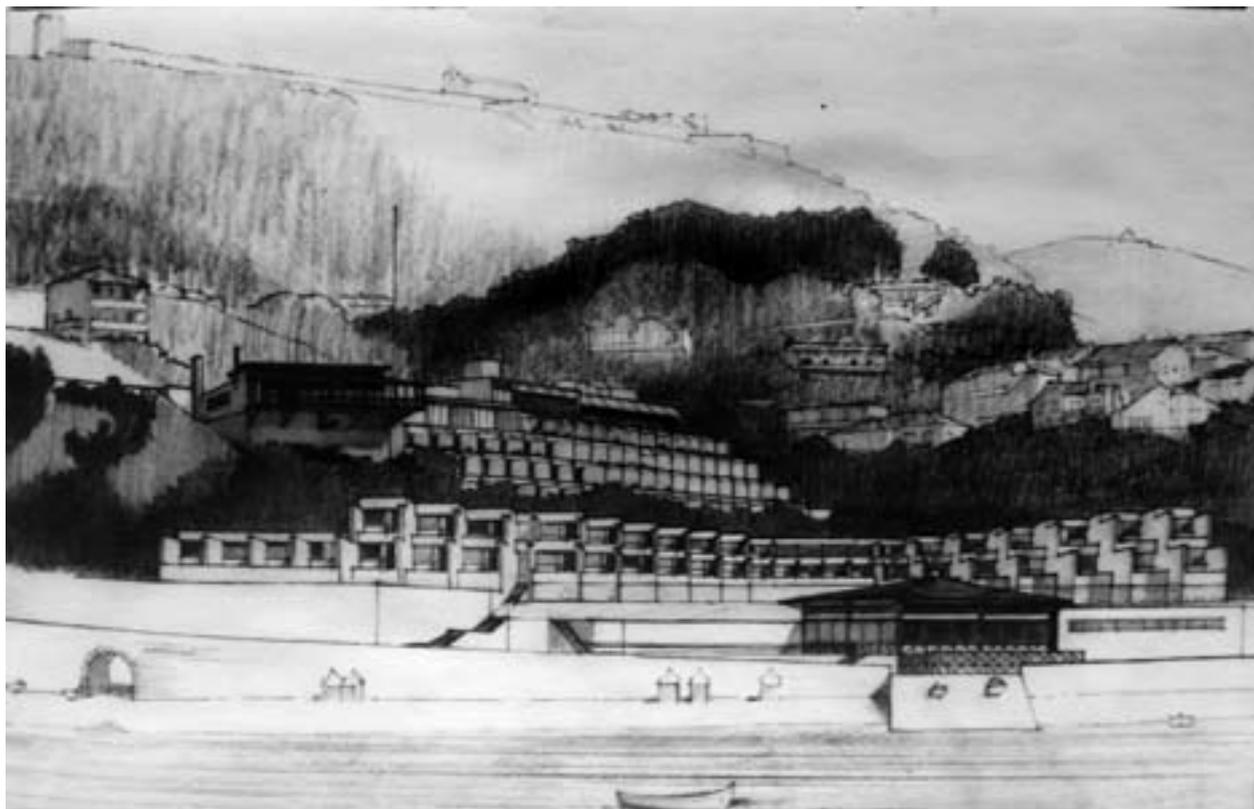
Em Agosto de 1965, um outro projecto de ampliação é submetido pela, agora, Jalgon - Sociedade de Investimentos Hoteleiros, SARL²⁵. É, ainda, o arquitecto Francisco Conceição Silva que se encarrega de elaborar esta proposta, a criação de um novo corpo de quarenta quartos implantado no terreno, entretanto adquirido, que se estendia desde a plataforma da Piscina até à Avenida Marginal, sobre a Praia. Tal como em intervenções anteriores, “*procurou-se que a nova construção se integrasse no edifício existente formando um só conjunto e que essa integração fosse igualmente extensiva à configuração do terreno mantendo-se as características locais*”.²⁶

Composto por duas alas, de quatro pisos, dispostas a 45° em relação ao alinhamento da Marginal, abertas para o mar, este corpo ganha uma maior liberdade de desenho na articulação com a encosta, acusando influências do projecto para o Hotel da Balaia, no Algarve, que então começava a ser desenvolvido no atelier do arquitecto. A fragmentação volumétrica a partir do módulo dos quartos é, aqui, explorada de uma forma mais evidente, pelo escalonamento das massas em planta, para além do corte.

Um novo Restaurante e *Snack-Bar* é instalado num pavilhão hexagonal, de dois pisos, no centro da composição, com acesso directo da Praia e de uma segunda zona de estacionamento criada à cota baixa. Sob a Piscina, aproveitando as fundações da cuba de água, é instalada uma *boîte*, espaço que é concebido como se tratasse de uma gruta junto ao mar, com as suas paredes pintadas de verde e alcatifa vermelha. O pilar central, que suporta o fundo da Piscina, é trabalhado plasticamente por Graça Costa Cabral, numa escultura-relevo feita com fragmentos de espelho e vidro. A presença deste elemento no meio do espaço obrigou à reconfiguração da disposição tradicional deste tipo de equipamentos, dando origem a pequenas pistas de dança servindo cada grupo de cinco mesas.

²⁵ De Jalco, de João Alcobia, e Gonçalves, dos herdeiros de Emídio Gonçalves, antigo sócio do decorador.

²⁶ SILVA, Francisco Conceição, *Projecto de ampliação do Hotel do Mar em Sesimbra*, Lisboa, 16 Agosto 1965, p. 1.



Projecto de Ampliação do
Hotel do Mar, em Sesimbra
Perspectiva
Francisco Conceição Silva,
1965
(imagem
Arquivo Turismo de Portugal)

No núcleo mais antigo, o pavilhão do Restaurante sobre o corpo de quartos é ampliado, aumentando-se a área da Sala de Refeições.

Desde a Marginal até ao topo do terreno, o conjunto final ficaria, assim, com onze pisos (seis mais cinco), acabando por dispor de “113 quartos e 6 suítes; 2 restaurantes com capacidade para 450 pessoas, tendo a apoiá-los duas cozinhas e respectivos serviços anexos; boíte com capacidade para 80 pessoas; piscina com a superfície de 200m²”²⁷. O projecto de ampliação seria aprovado pelo Comissariado do Turismo a 16 de Agosto de 1965, estando as obras prontas para se proceder, um ano depois, à inspecção geral das novas instalações²⁸, passando o Hotel do Mar à categoria de 1.^a - A.

As telas finais, com data de 14 de Dezembro de 1966, seriam enviadas à Direcção-Geral do Turismo, para apreciação final, em Abril de 1970.

²⁷ SILVA, Francisco Conceição, [Ampliação do Hotel do Mar:] *Memória Descritiva*, Lisboa, 27 Abril 1970.

²⁸ Realizada a 11 de Agosto de 1966.

411

Ampliação do Hotel do

Mar - Sesimbra

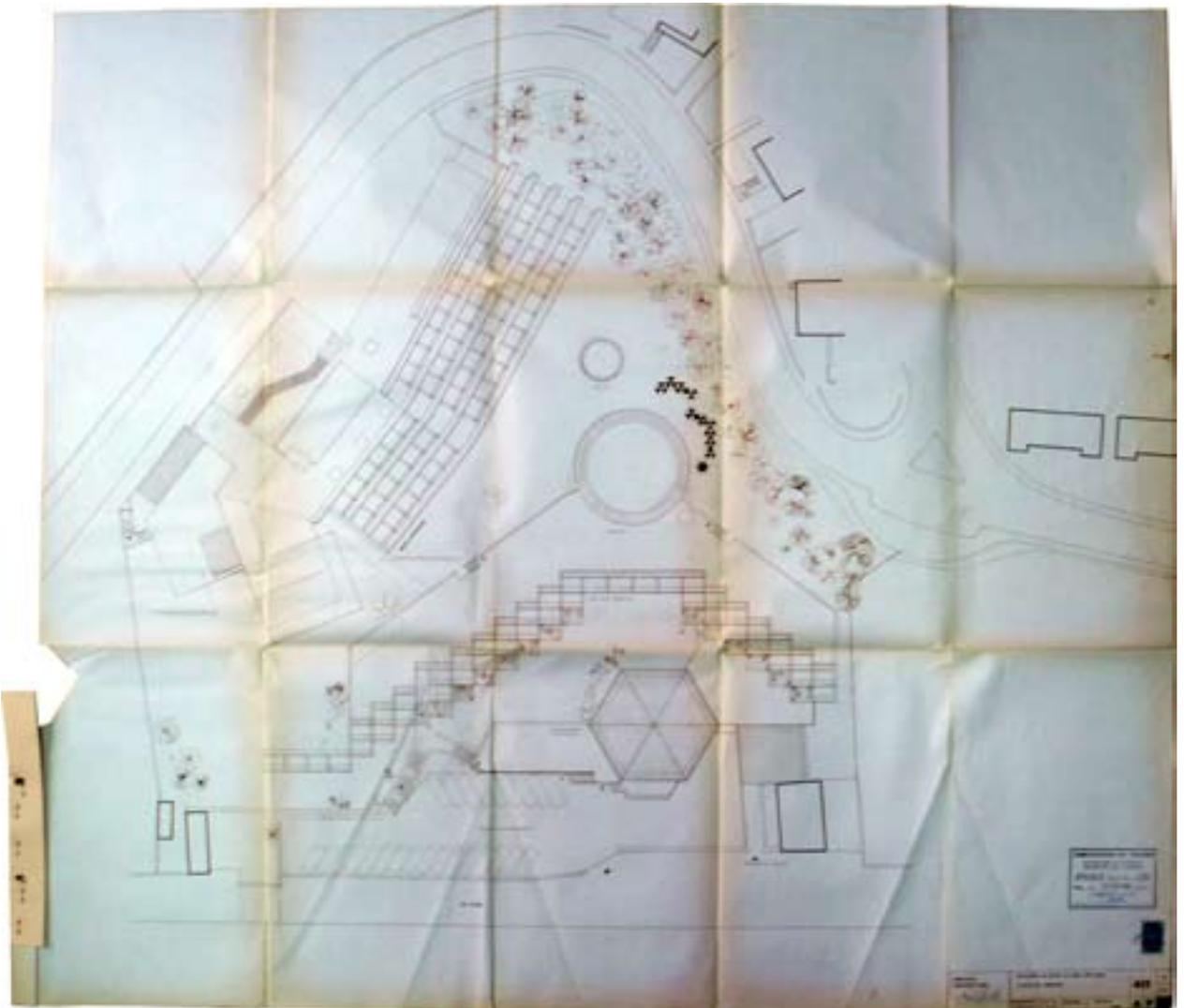
8 - Planta de Conjunto

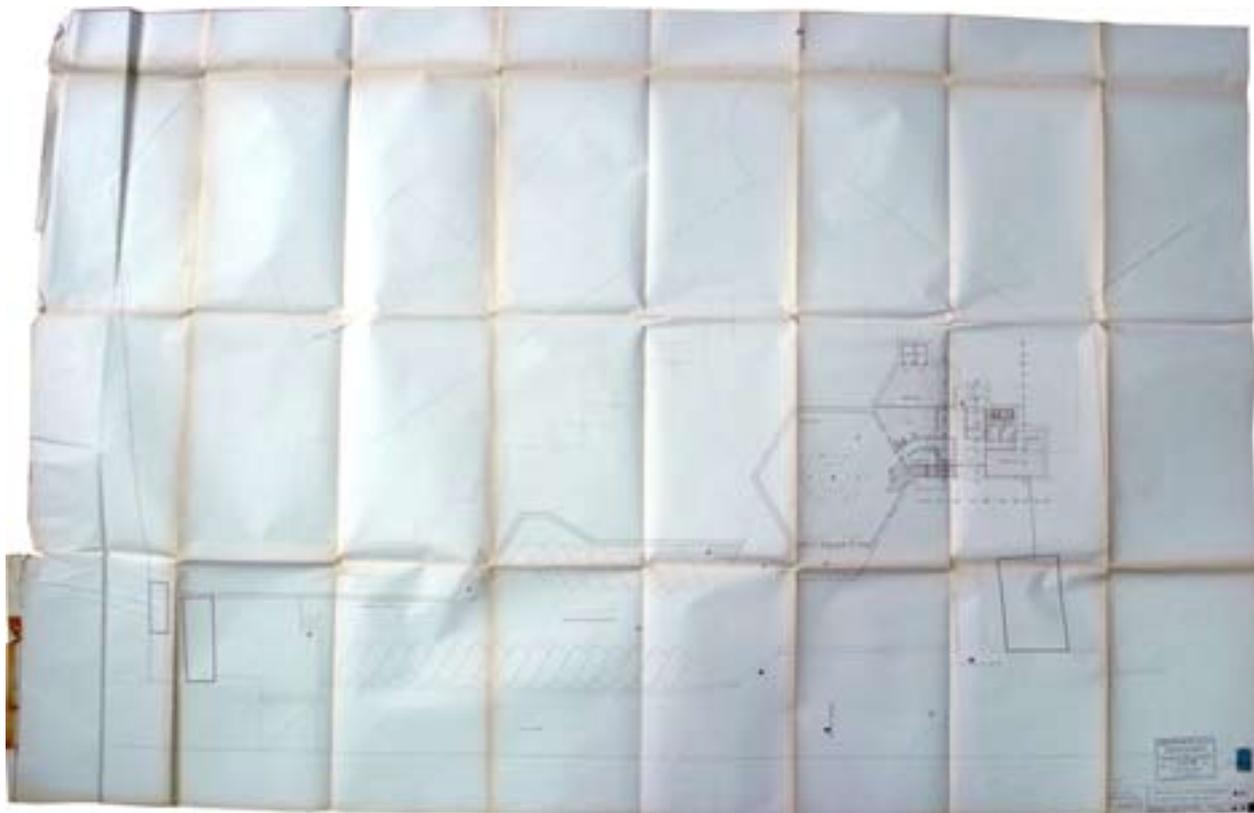
Francisco Conceição Silva,

1965

(imagem

Arquivo Turismo de Portugal)

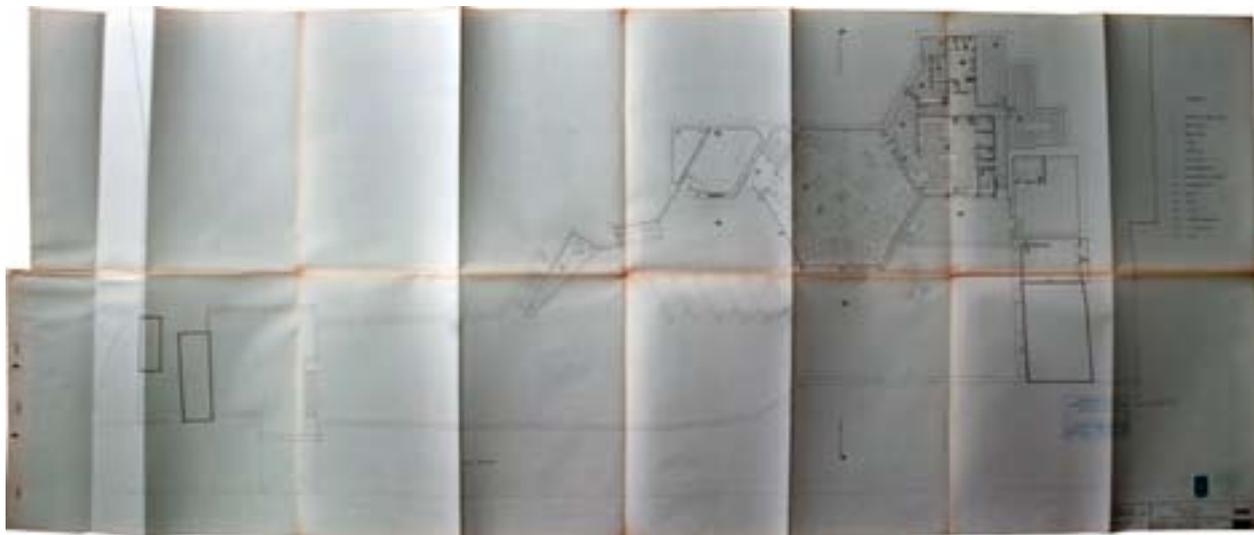


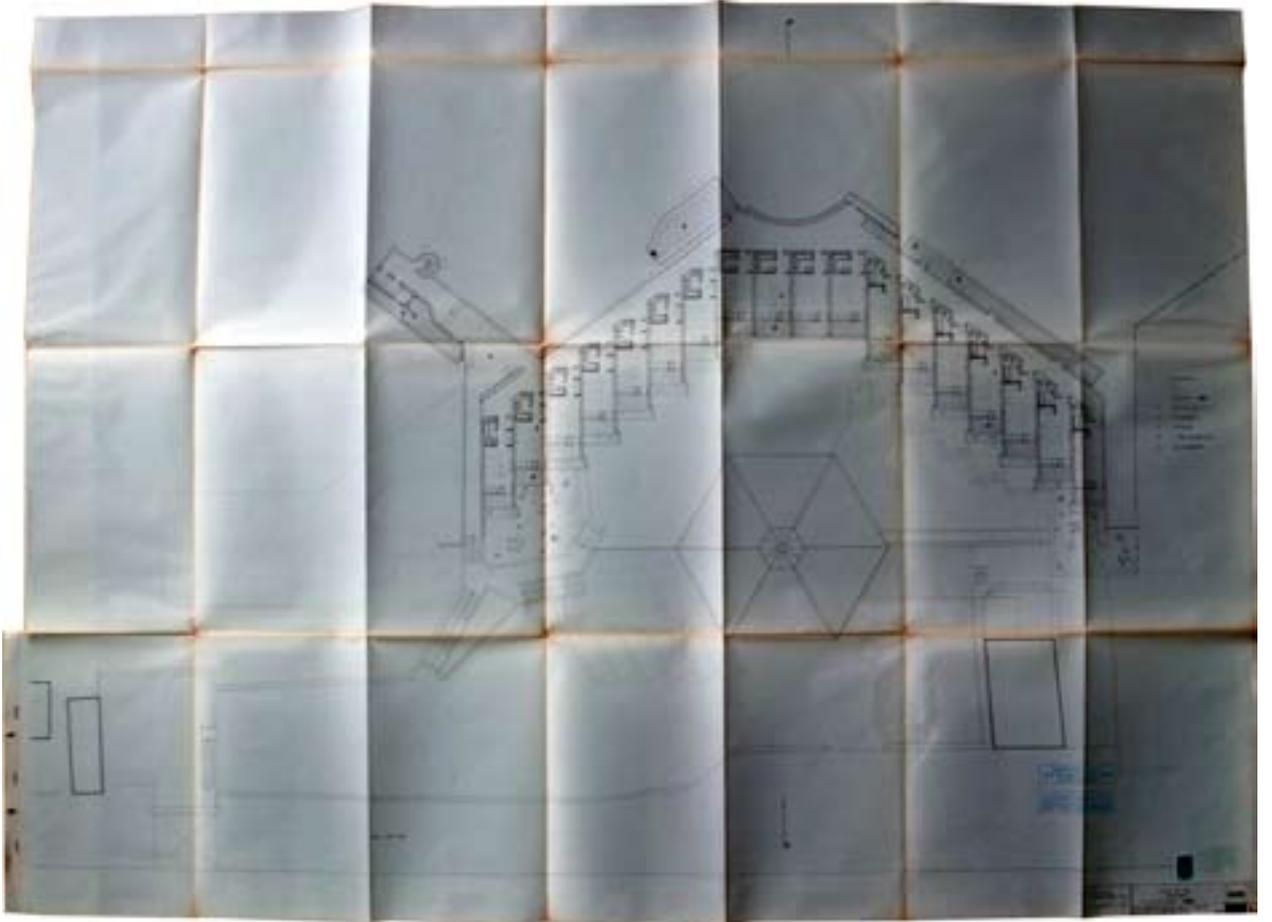
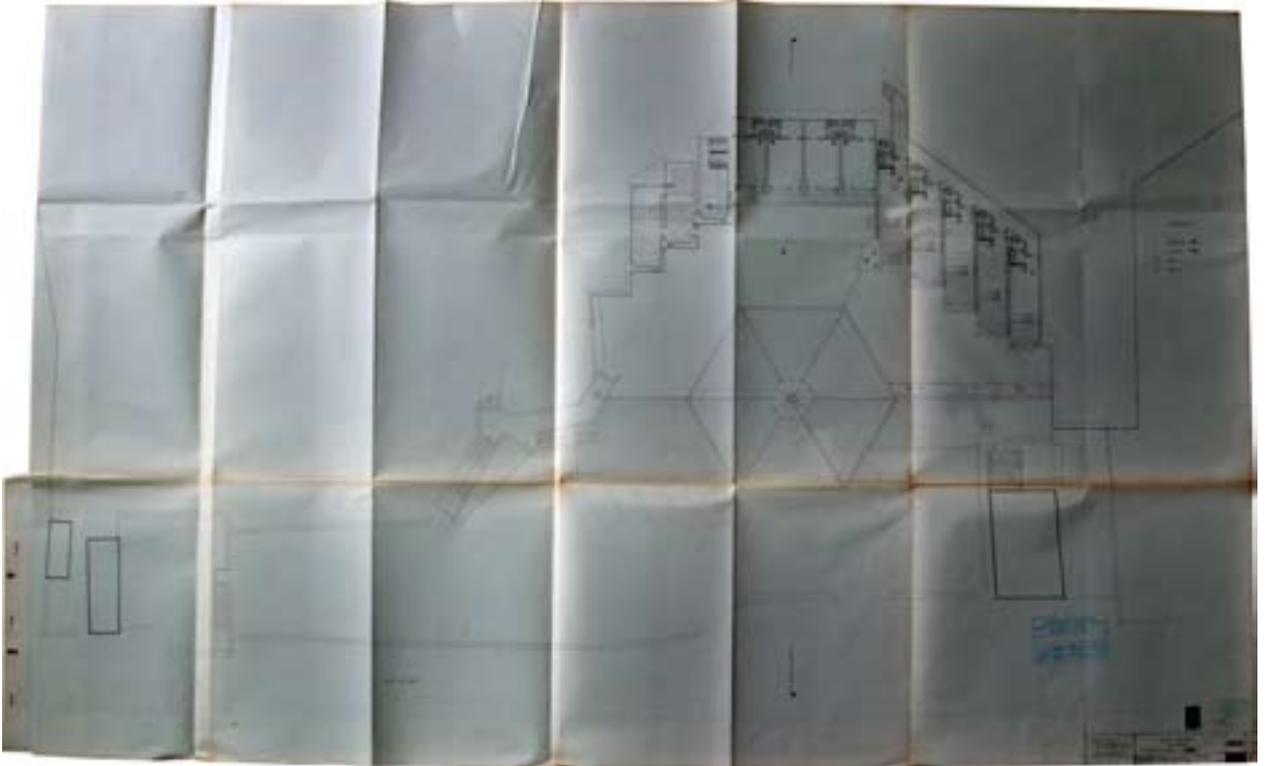


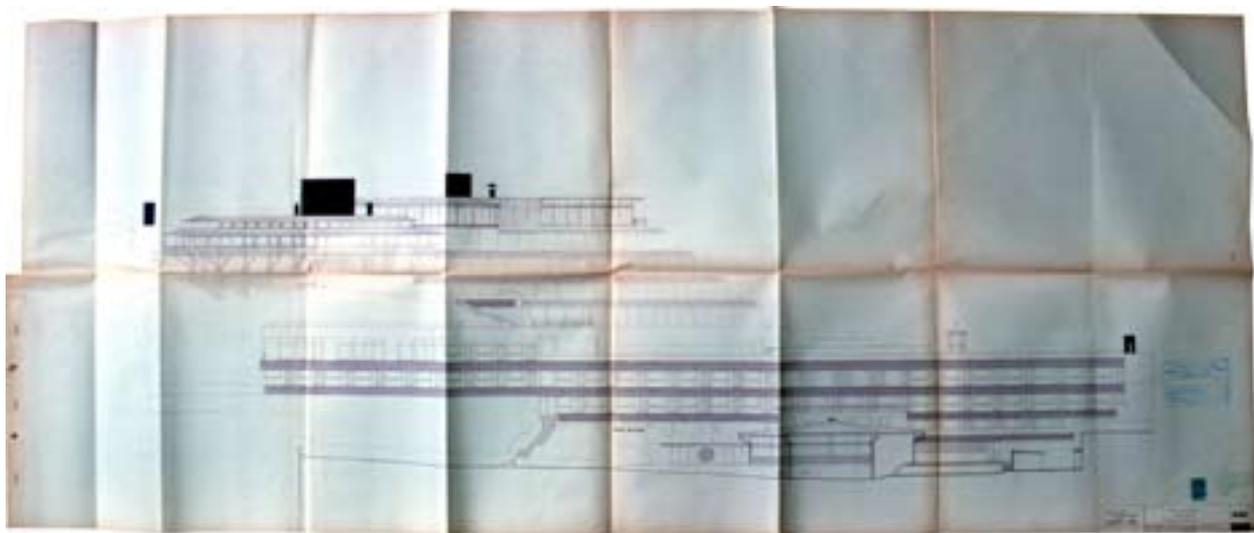
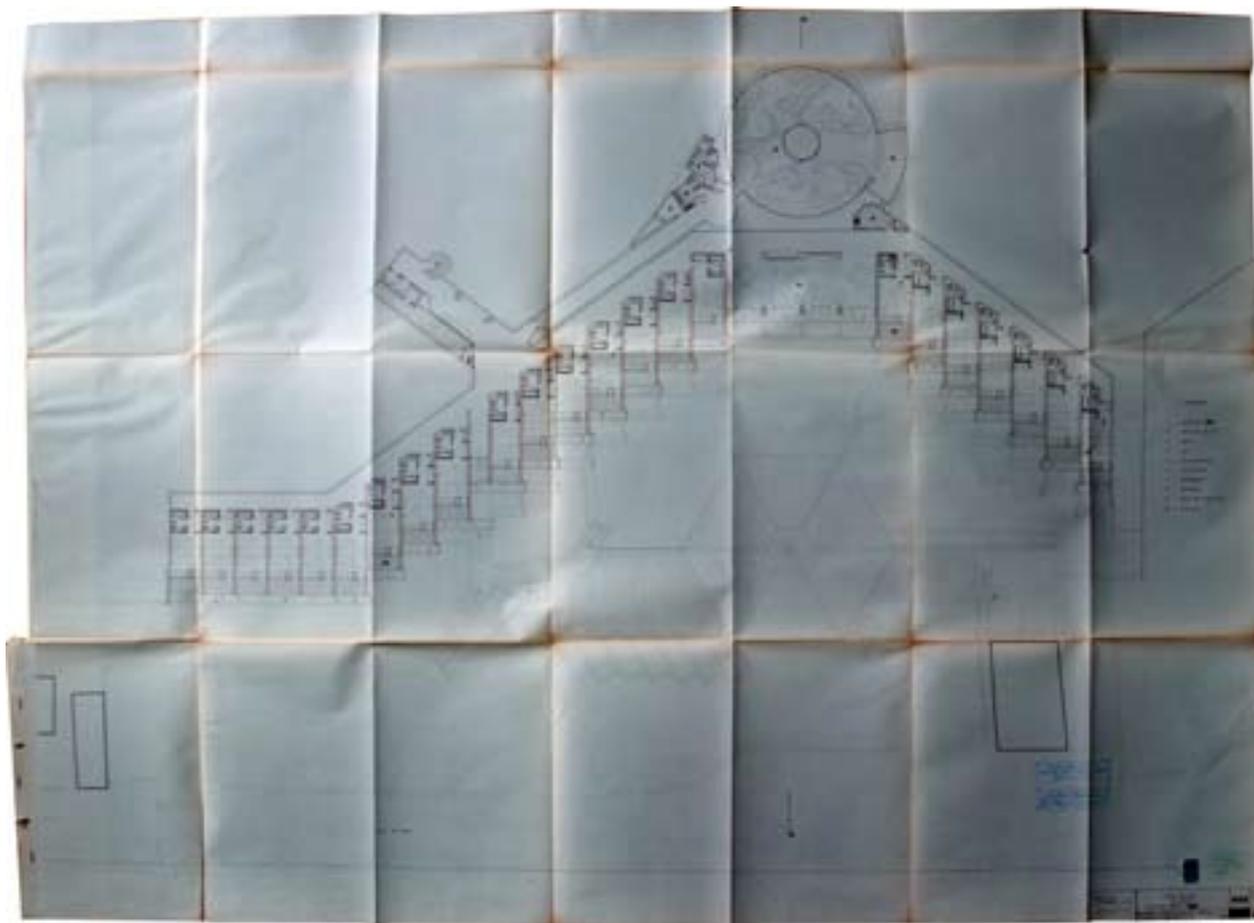
411
*Ampliação do Hotel do
 Mar - Sesimbra*
 9 - Planta do 1.º Piso
 à Cota 69-70
 Francisco Conceição Silva,
 1965
 (imagem
 Arquivo Turismo de Portugal)

445
Hotel do Mar Sesimbra
 3 - Planta do 2.º Piso
 (Restaurante e serviços)
 Francisco Conceição Silva,
 1966
 (imagem
 Arquivo Turismo de Portugal)

Página seguinte:
 445
Hotel do Mar Sesimbra
 4 - Planta do 3.º Piso (800)
 e
 5 - Planta do 4.º Piso (700)
 Francisco Conceição Silva,
 1966
 (imagem
 Arquivo Turismo de Portugal)







445

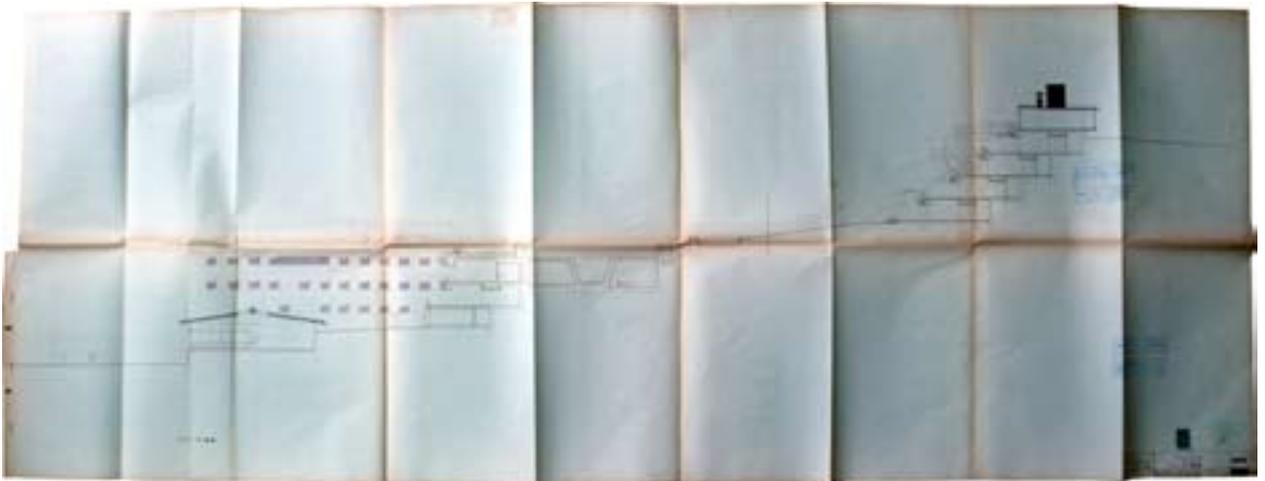
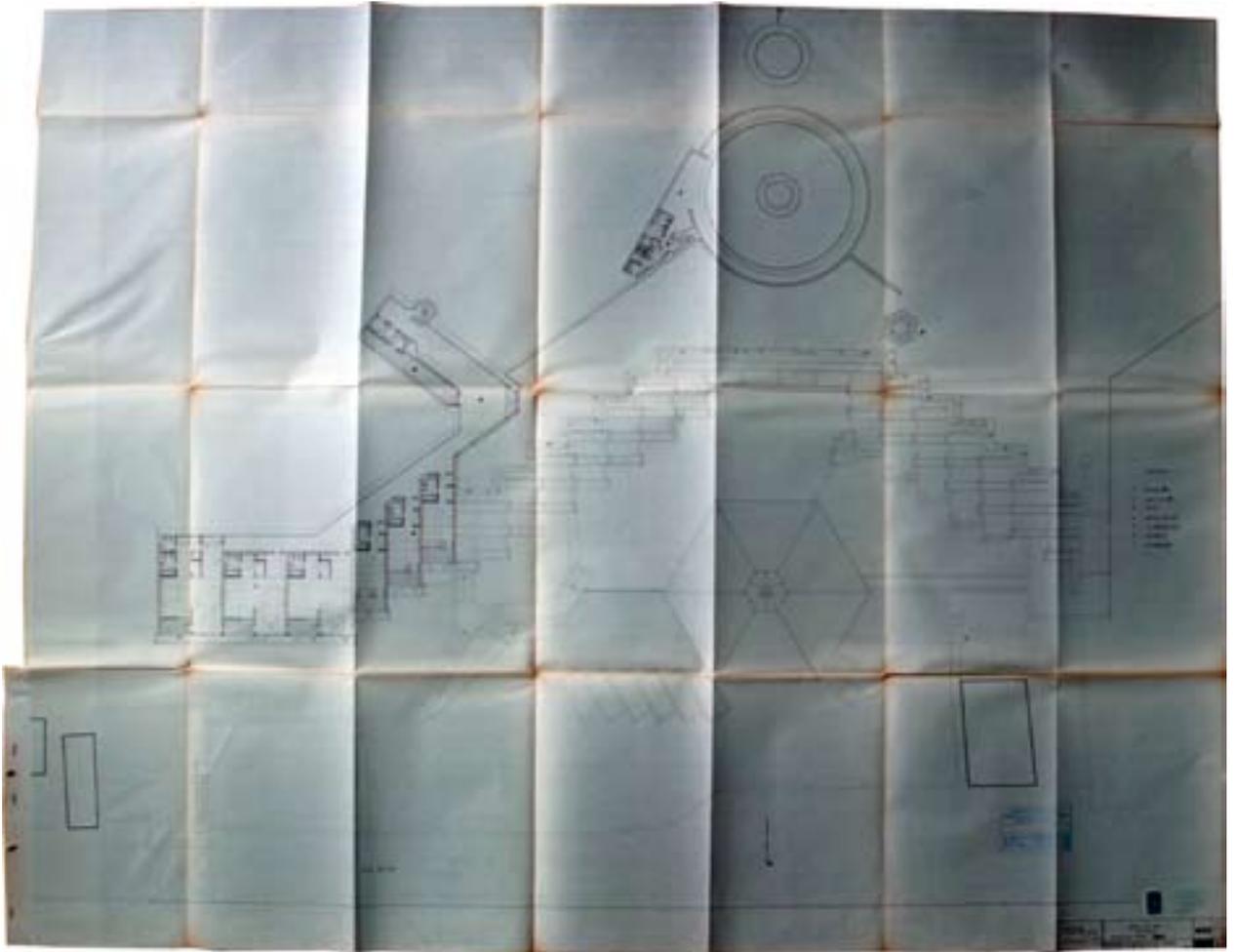
Hotel do Mar Sesimbra
6 - Planta do 5.º Piso (600)

e

14 - Alçado Principal
Francisco Conceição Silva,

1966

1408 (imagem
Arquivo Turismo de Portugal)



445

Hotel do Mar Sesimbra

6 - Planta do 5.º Piso (600)

e

15 - Corte por A-B

Francisco Conceição Silva,

1966

(imagem

Arquivo Turismo de Portugal)

1409

Com um processo que abarca, nas suas várias fases, cerca de uma década, o projecto do Hotel do Mar, em Sesimbra, assume especial relevância no contexto deste trabalho, não só porque acompanha as várias reformulações institucionais que são introduzidas no sector, ao longo dos anos sessenta, e que testemunham a crescente importância que o Turismo vai tendo no quadro da economia nacional (e internacional) - passando, dentro do Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo, de Repartição a Comissariado, acabando por se constituir como Direcção-Geral, sob a alçada da Secretaria de Estado da Informação e Turismo -, mas, sobretudo, porque, numa intervenção que, apesar dos seus diferentes momentos, resulta numa obra unitária e coerente, de um só arquitecto, é possível ter uma percepção da diversidade de caminhos que caracterizam o momento de revisão e de experimentação que se vive nesta década, em Portugal, alimentado pelo debate disciplinar internacional sobre a “continuidade” ou “crise” do projecto moderno, nos seus pressupostos ideológicos e formais.

Hotel do Mar, Sesimbra
Vista panorâmica
Fotografia, 1966
(imagem da autora realizada a partir da
fotografia existente no vestíbulo do
Hotel do Mar)





Assim, partindo da herança moderna, que tão bem interpreta nas suas primeiras encomendas para uma série de lojas em Lisboa²⁹, Conceição Silva procura, em Sesimbra, uma saída para o impasse que se coloca, informado pela multiplicidade de caminhos que se esboçam, lá fora, na “ressaca” dos CIAM. Caminhos que, apesar do laço comum entre eles - *“en su visión de la ciudad - intentando recuperar la vida urbana - de la tradición - contemplándola con respecto, pero con distancia, sin hacer nunca citas literales sino interpretando - de la arquitectura - sobre la que se plantea esencialmente una revisión formal - y del papel social del arquitecto”*³⁰ - resultam, agora, mais de reflexões individuais do que de uma posição de grupo com pretensões doutrinárias.³¹

Hotel do Mar, Sesimbra
Vista sobre a plataforma da
Piscina e o novo corpo de
quartos
Fotografia, 1966
(imagem
Arquivo Turismo de Portugal)

²⁹ Dos anos cinquenta e das quais se destaca a loja Rampa, *“onde ensaia plenamente o modelo de espaço comercial francamente aberto ao exterior e a multiplicidade de pavimentos a vários níveis unidos por uma rampa, tema central da proposta arquitectónica e do próprio nome”* da loja. (Cit. PEREIRA, Michel Toussaint Alves, “O Arquitecto”, in SILVA, João Pedro Conceição, SILVA, Francisco Manuel Conceição, Francisco da Conceição (organização e coordenação), op. cit., p. 22)

³⁰ MONTANER, Josep Maria, *Después del Movimiento Moderno: arquitectura de la segunda mitad del siglo XX*, 3.^a edición, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1997, p.34. (1.^a edición, 1993)

³¹ Mesmo dentro do Team X, cujos princípios ideológicos só se conseguem resumir pelo *“sumatorio de las ideas de cada miembro”*. (Cit. Idem, p. 31)

De resto, a liberdade com que cada um vai construindo o seu percurso é evidente na forma como o arquitecto português combina, nesta, e, mais tarde, noutras, obras, influências de diferentes esferas geográficas e, mesmo, temporais. No Hotel do Mar, sobre uma matriz de composição celular, que se adapta morfológicamente à encosta, Paulo Martins Barata reconhece, no torreão do restaurante, uma “*estilização trans-histórica próxima do ethos Neo-Liberty de BBPR, nomeadamente da metafórica Torre Velasca, em Milão*”³² (1950-1957), a par de uma vontade de “*mediterraneanização do moderno*”, evidente no corpo dos quartos e que “*encontra paralelo decisivo na trajectória de pós-guerra de Le Corbusier*”, quer na “*aglomeração orgânica de volumes*” do projecto Rob et Roq (1949) para Cap Martin, na Côte d’Azur, quer na “*estética vernacular da cal texturada que (...) utilizou em Ronchamp*” (1950-1955).

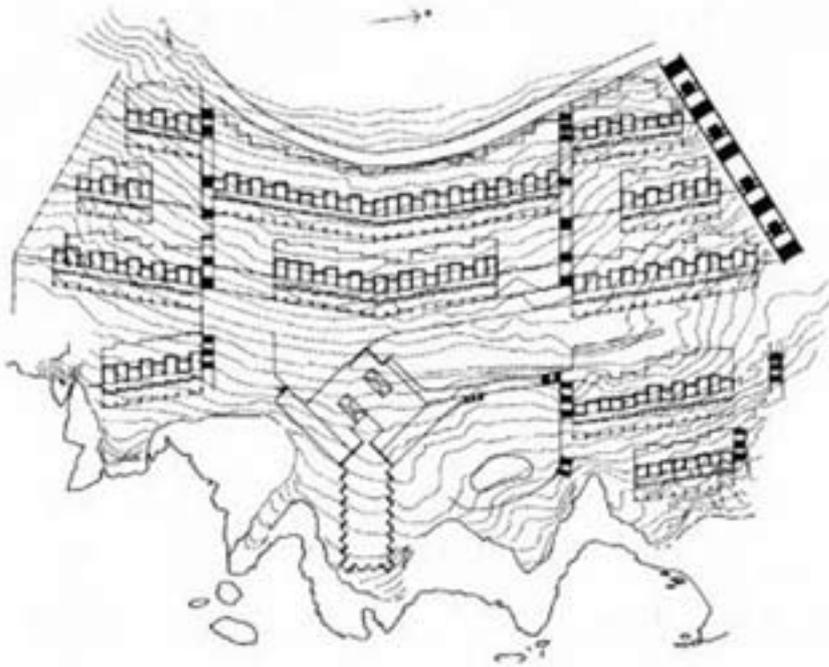
Mais próximo de nós, arriscamos, na linha de pensamento esboçada por Inês Leite³³, a influência da arquitectura espanhola contemporânea, em particular do projecto para o Hotel e Complexo Residencial Torre Valentina (1958-1959), na Costa Brava (Girona), da dupla José Antonio Coderch y Sentmenat (1913-1984) e Manuel Valls i Vergés (1912-2000).

Torre Valentina,
Sant Antoni de Calonge
Terceiro projecto
Planta Geral
José Antonio Coderch e
Manuel Valls, 1958-1959
(imagem www.picbox.biz)



³² BARATA, Paulo Martins, “Conceição Silva: Poética sem Retórica”, *Prototipo*, Lisboa, Ano II, N.º 4, Novembro 2000, p. 55.

³³ LEITE, Inês de Sousa Gonçalves de Almeida, op. cit., pp. 127-129.



Torre Valentina,
 Sant Antoni de Calonge
 Quarto projecto
 Planta Geral,
 Alçado Nascente e
 Alçado Norte
 José Antonio Coderch e
 Manuel Valls, 1959
 (imagens
www.estrelladuran.blogspot.pt)



Encomenda da HORESA - Hoteles y Restaurantes, S.A., o programa original previa, apenas, a construção de um Hotel de Luxo, evoluindo, num segundo estudo, para um Hotel e catorze moradias unifamiliares, cada uma delas com um jardim de 2.000 m², até se fixar, no quarto e último projecto, num complexo turístico-residencial com um Hotel de oitenta quartos, cento e trinta e uma “Casas de Férias” e uma garagem para duzentos e cinquenta automóveis.

Desde o primeiro projecto, o Hotel é estruturado em dois núcleos, separando as zonas comuns e de serviços da zona mais reservada de quartos, que é resolvida, inicialmente, num

corpo de três pisos escalonados, vertical e horizontalmente, de forma a melhor adaptar a extensa massa de construção à pendente do terreno e garantir a privacidade dos terraços individuais criados como prolongamento exterior de cada módulo de dormir. Todos os quartos têm a mesma vista e orientação, “*hasta el extremo de que sea prácticamente imposible preferir un[o] a otr[o]*”³⁴, e “*están en contacto directo con la naturaleza y desde ell[o]s no puede verse ningún cuerpo de edificio del hotel. Todos ell[o]s tienen acceso directo por el pasillo a la playa e al bosque sin necesidad de atravesar el vestíbulo del hotel ni otras dependencias del mismo*”.

Na segunda versão, o corpo de quartos assume maior presença, desenvolvendo-se na vertical, numa composição, que chega aos seis pisos, trabalhada em “espinha”, perpendicular à linha de costa, com os quartos colocados a 45° em relação à frente de mar.

Em ambos os casos, o acesso é feito à cota alta, por uma estrada aberta a meia encosta, articulando-se o edifício do Hotel desse ponto para baixo, até à falésia.

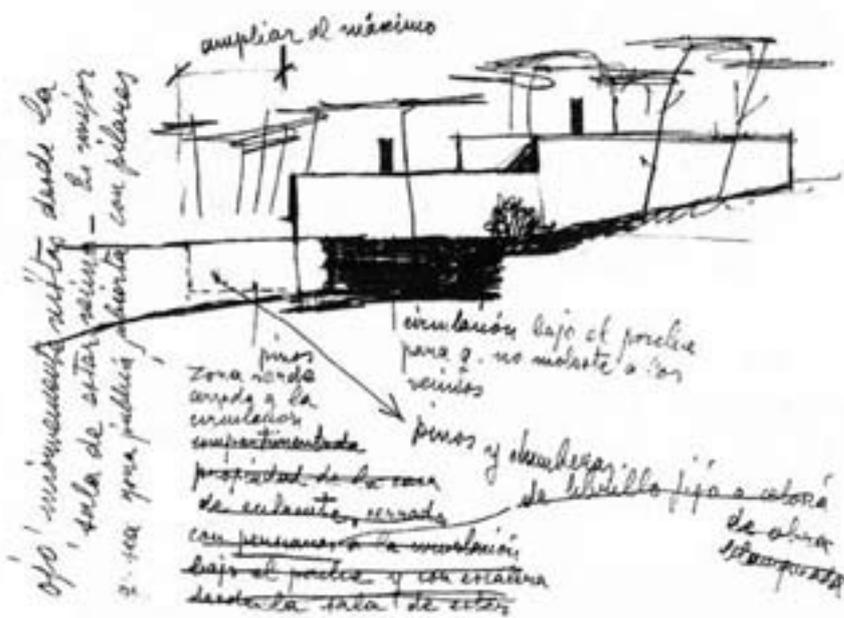


Torre Valentina,
Sant Antoni de Calonge
Quarto projecto
Fotografia da Maqueta, c.1980
(imagem
www.estrelladuran.blogspot.pt)

As moradias de férias ou de fim-de-semana seguem um esquema conceptual similar ao proposto para o núcleo de quartos

³⁴ [CODERCH, José Antonio, VALLS, Manuel], *Proyecto de Hotel en la Urbanización 'Torre-Valentina'. Término Municipal de Calonge, Provincia de Gerona. Memória*, Barcelona, Agosto 1958, transcrição publicada em J.A. Coderch: *Torre Valentina*, Barcelona, Edicions Escola Tècnica Superior D'Arquitectura del Vallés/UPS, 1999, p.27, (Textos i Documents D'Arquitectura, N.º 6), disponível em www.books.google.es.

do primeiro Hotel, dispostas em banda, formando pequenos grupos, paralelos ao mar, que se inserem em escada no terreno. A partir de uma tipologia mínima, são estudados, por adição de mais ou menos elementos (terraços, pátios, quartos, casas-de-banho e garagens), vinte e sete esquema diferentes de organização espacial interna, oferecendo ao comprador a hipótese de configurar a sua casa a seu gosto, mas sempre dentro de um módulo de quatro metros e meio de largura, que varia, apenas, em profundidade.

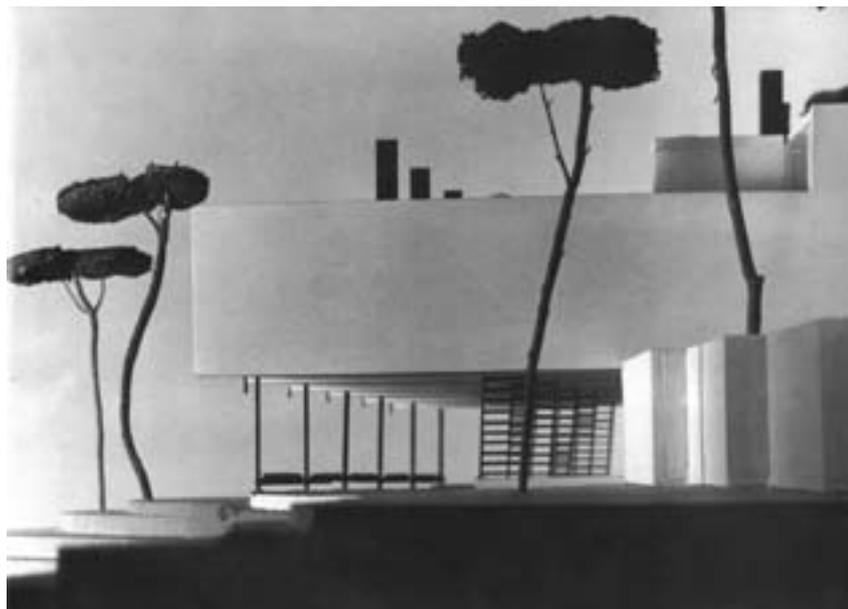


Torre Valentina,
 Sant Antoni de Calonge
 Quarto projecto
 Grupo de Moradias
 Alçado Nascente
 José Antonio Coderch e
 Manuel Valls, 1959
 (imagem
 FOCHS, Carles (editor), *Coderch
 1913-1984*, Barcelona, Editorial
 Gustavo Gili, 1989, p. 144)



Torre Valentina,
 Sant Antoni de Calonge
 Quarto projecto
 Grupo de Moradias
 Estudio tipológico
 José Antonio Coderch e
 Manuel Valls, 1959
 (imagem FOCHS, Carles (editor),
Coderch 1913-1984, Barcelona,
 Editorial Gustavo Gili, 1989, p. 147)

Torre Valentina,
Sant Antoni de Calonge
Quarto projecto
Grupo de Moradias
Maqueta, 1959
(imagem FOCHS, Carles (editor),
Coderch 1913-1984, Barcelona,
Editorial Gustavo Gili, 1989, p. 145)



Todas as casas se elevam do chão, libertando o piso térreo para aí criar percursos pedonais, cobertos, animados por algumas lojas. Solução que ia buscar inspiração às tradicionais arcadas de rua, que caracterizam os povoados de pescadores desta zona litoral. Procurava-se, assim, integrar a intervenção no ambiente local, recorrendo a elementos arquitectónicos da cultura popular. A própria estrutura urbanística do novo aglomerado apresenta “certa[s] semelhança[s] com as povoações brancas da Andaluzia ou das Costas da Itália e da Grécia”³⁵, reportando para uma condição “mediterrânica”.

Mas, este não era “*um retrocesso romântico*”. Todo o conjunto foi pensado numa perspectiva de produção industrial, “*porque [se] todos estamos de acordo em que o ‘racionalismo’ está a ser superado, que a arquitectura dos próximos anos prestará mais atenção aos valores psíquicos do homem*”, para “*realizar uma autêntica ‘superação’ (...)* temos que reter o positivo do racionalismo”, incorporando a “*fabricação em série à arquitectura*”. Ironicamente, com um valor de terreno e de construção, por metro quadrado, demasiado elevado, a Urbanização Torre Valentina nunca chegaria a ser concretizada.

³⁵ ECHAIDE, Rafael, “Espanha - os ‘pequenos congressos’”, *Binário: Arquitectura, Construção, Equipamento*, Lisboa, N.º 31, Abril 1961, p. 201.

Uma pequena nota sobre este projecto seria incluída no artigo de Rafael Echaide “Espanha - os ‘pequenos congressos’”, publicado, em Abril de 1961, na revista portuguesa *Binário*³⁶, a propósito do terceiro destes eventos, celebrado, em Outubro anterior, em San Sebastián, e no qual Coderch apresenta esta obra. Torre Velasca que, curiosamente, foi, também, um dos projectos discutidos no CIAM de Otterlo, em Setembro de 1959, juntamente com a Torre Velasca.³⁷



Torre Velasca, Milão
Vista panorâmica
Fotografia, c.1955
(imagem www.ftnbooks.com)

Com evidentes repercursões formais no Hotel do Mar, resumidamente, poderíamos afirmar que são estes dois exercícios de contextualização do moderno - um, no sentido de uma aproximação à cultura popular e, o outro, no da recuperação da História - que informam a proposta de Conceição Silva para Sesimbra.

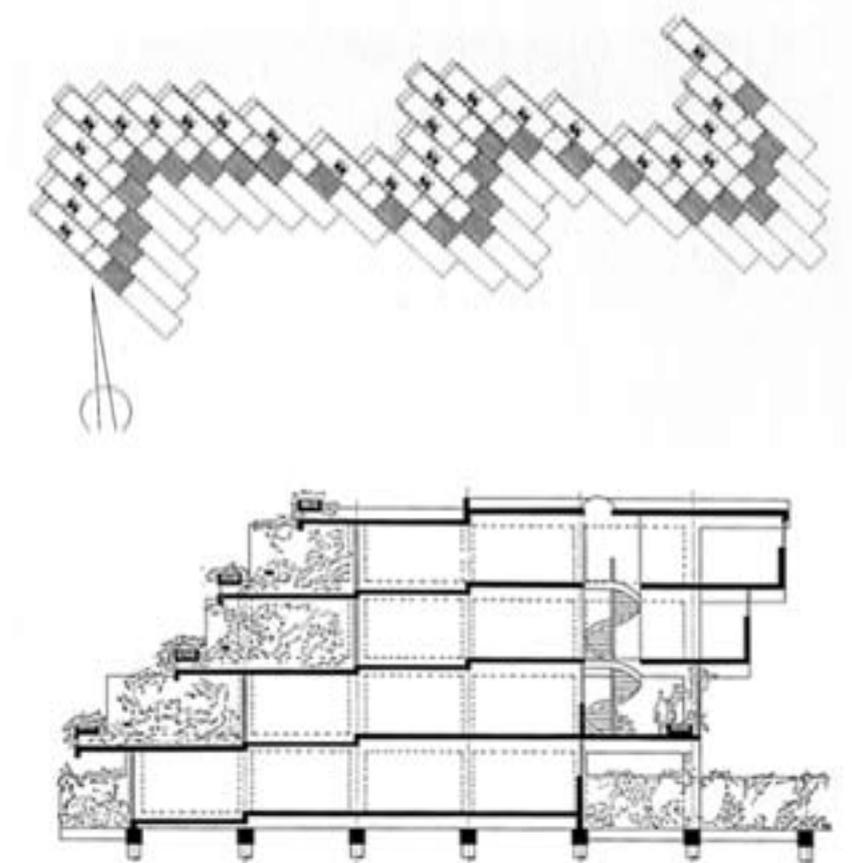
³⁶ Idem, pp. 200-201.

³⁷ Torre Velasca, de Gian Luigi Banfi, Ludovico di Belgiojoso, Enrico Peressutti e Ernesto Nathan Rogers (BBPR), que vai estar no centro da polémica aberta, poucos meses antes do Congresso, entre arquitectos britânicos e italianos, ou mais precisamente, entre a *Architectural Review* e a *Casabella-Continuitá*, sobre o papel da História na fundação de uma nova arquitectura, com os artigos “Neoliberty. The italian retreat from modern architecture”, de Reyner Banham (*Architectural Review*, Abril 1959), e “L'évoluzione del l'Architettura. Risposta al custode dei frigidaires” (*Casabella-Continuitá*, Junho 1959) de Ernesto Nathan Rogers. Por um lado, “Banham entiende que todo retorno a períodos anteriores a la ruptura propugnada por el Movimiento Moderno, constituye una actitud reaccionaria y deplorable”, por outro, Rogers defende que “sería absurdo que la mirada hacia al pasado próximo sólo se pudiera dirigir hacia el Movimiento Moderno y no hacia lo que se podría denominar la prehistoria de lo nuevo”. (Cf. Montaner, Josep Maria, op. cit., pp. 103-104)

Ciudad Blanca de Alcudia,
Mallorca
Vista das varandas
Fotografia, c.1963
(imagem
www.viviendacolectiva-upct.tumblr.com)



Ciudad Blanca de Alcudia,
Mallorca
Planta Geral
e
Secção vertical
Francisco Javier Sáenz de Oiza,
1961-1963
(imagens
www.architecturalmetabolism.blogspot.com)



Aproximação a uma cultura ou tradição popular que está, também, na base do projecto de Francisco Javier Sáenz de Oiza (1918-2000) para a Ciudad Blanca de Alcudia (1961-1963), em Mallorca, contemporâneo do Hotel do Mar e que se desenvolve segundo uma secção vertical semelhante ao primeiro corpo de quartos construído em Sesimbra, incluindo as expressivas floreiras em betão que delimitam os terraços exteriores.

Mera coincidência?

E recuperação da História que inclui o próprio legado da Arquitectura Moderna, na abordagem de espírito *bauhausiano* de “controlo total do ambiente”, que Conceição Silva defende no Hotel do Mar, com a “integração das (agora quatro) artes”³⁸. Abordagem que José Antonio Coderch também partilha, desenhando alguns equipamentos e mobiliário para as suas obras de arquitectura, como as lareiras “Capilla” (1952) e “Polo” (1955) ou o candeeiro Coderch (1957).

Coderch que, em 1960, integra, a convite de Jaap Bakema, o Team X e publica, pela primeira vez, no número de Novembro de 1961 da revista italiana *Domus* um importante ensaio-manifesto sobre a situação da arquitectura espanhola contemporânea, intitulado “No son genios lo que necesitamos ahora”. Uma declaração de princípios que encontra eco entre nós nas páginas da revista *Arquitectura*, com a reprodução da versão original do texto, junto com um comentário de Nuno Portas sobre “A obra de José A. Coderch e M. Valls Vergés”.

“No, no creo que sean genios lo que necesitamos ahora. Creo que los genios son acontecimientos, no metas o fines. Tampoco creo que necesitamos Pontífices de la Arquitectura, ni grandes doctrinarios. Algo de tradición viva está todavía a nuestro alcance, y muchas viejas doctrinas morales en relación con nuestro oficio (metier) de arquitecto y con nosotros mismos. Creo que necesitamos sobre todo, buenas escuelas y buenos profesores. Necesitamos aprovechar la escasa tradición constructiva y sobre todo la tradición moral, en esta época en que las más hermosas palabras han perdido su verdadera significación.

³⁸ Arquitectura, Pintura e Escultura a que se soma, nos anos sessenta, em Portugal, o *Design*, com a criação, em 1959, do Instituto Nacional de Investigação Industrial (INII) que, a partir de 1960, passa a integrar esta disciplina como unidade curricular autónoma. Já entre 1952 e 1954, Frederico George tinha ensaiado “a primeira experiência de ensino de design em Portugal”, na cadeira de Arquitectura de Interiores, Desenho de Mobiliário e Tecnologias de Pintura Decorativa que lecciona na Escola António Arroio, onde “a componente oficial é fortemente impulsionada”. Experiência que desenvolve, a partir de 1957, na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa. Em 1965, José-Augusto França promove na Sociedade Nacional de Belas-Artes de Lisboa, um Curso de Formação Artística, pré-universitário, “numa tentativa de melhorar o ensino das artes em Portugal” e “reflectir sobre as modernas práticas do design internacional”. Curso que conta com uma disciplina prática de *Design*, dirigida pelo arquitecto Manuel Tainha com a colaboração de Francisco Conceição Silva e Daciano Monteiro da Costa. No início dos anos setenta, mais precisamente em 1971 e 1973, são realizadas na FIL a I e a II Exposição de *Design* Português, eventos, promovidos pelo INII, que vêm confirmar a maturidade da produção nacional nas áreas do *design* industrial, do *design* de equipamento e *design* gráfico. (Ver SANTOS, Rui Afonso, “O *Design* e a Decoração em Portugal, 1900-1994”, in PEREIRA, Paulo (d direcção), *História da Arte Portuguesa: do Barroco à Contemporaneidade*, Volume III, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, pp. 485-499 e MONTEIRO, Mariana, “Dossier Cronologia do *Design* Português: do Desenho ao *Design*”, disponível em www.maximainteriores.xl.pt)

*Necesitamos que miles y miles de arquitectos que piensen menos en Arquitectura, en dinero, e en las ciudades del año 2000, y más en su oficio de arquitecto. Que trabajen con una cuerda atada al pié, para que no puedan ir demasiado lejos de la tierra en la que tienen raíces, y de los hombres que mejor conocen; siempre apoyándose en una base firme de dedicación, de buena voluntad y de honradez.”*³⁹

Mas não é só na “tradição” e no “passado” que Conceição Silva encontra inspiração, é também no “presente” e na emergência de uma economia e de uma sociedade de consumo de massas, sujeitas “às leis do mercado e a um gosto do viver urbano em que a moda e a novidade são valores estabelecidos”.⁴⁰

Com uma expressão formal mais próxima da cultura *pop*, o ambiente criado na discoteca do Hotel do Mar reflecte esse gosto, anunciando a adesão do arquitecto a uma estética pós-moderna. Superfícies espelhadas e formas ondulantes insinuam-se num espaço de grande fluidez e intensidade cromática, que aposta na imagem como meio de sedução e de comunicação. Arquitectura e decoração são, aqui, trabalhadas num gesto único, em perfeita simbiose, inspirado nas cenografias fantasiosas que marcam a produção cinematográfica da época, em filmes como os da série James Bond⁴¹ ou o *2001: A Space Odyssey*, de Stanley Kubrik, com estreia em 1968 e, até hoje, uma das mais aclamadas películas de ficção científica. No ano seguinte, em Julho de 1969, o Homem chegava à Lua.

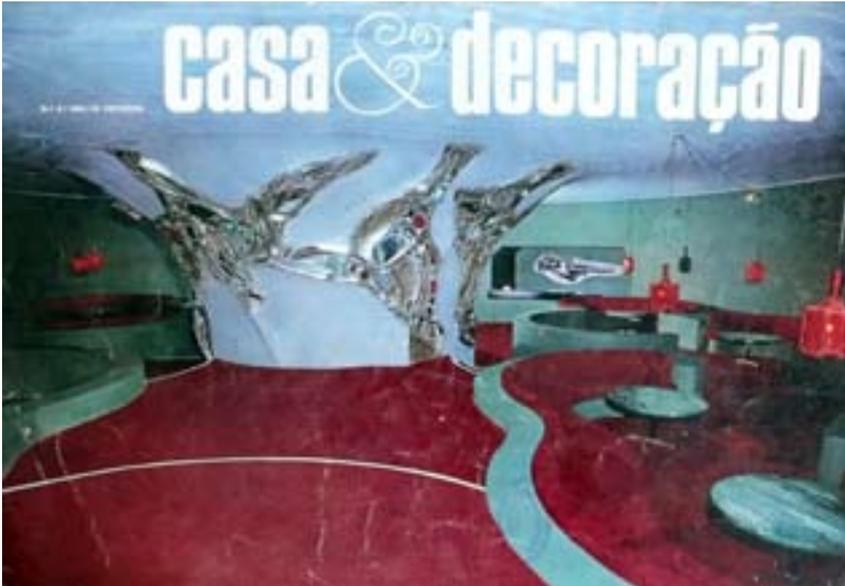
Em Sesimbra, não é o Espaço, mas o imaginário do fundo do mar que alimenta essa visão, numa reinterpretação das *20.000 Léguas Submarinas* de Júlio Verne⁴². O fundo da Piscina, sob a qual se instala a Discoteca, chegou a ser pensado ser em vidro, exponenciando a experiência “subaquática” dos hóspedes.

³⁹ CODERCH, José Antonio, “No son genios lo que necesitamos ahora”, *Arquitectura*, Lisboa, 3.^a Série, N.º 73, Dezembro 1961, p. 3.

⁴⁰ DUARTE, Carlos, “Design, Ambiente e Moda a propósito de duas obras de Conceição Silva”, *Arquitectura*, Lisboa, 3.^a Série, N.º 100, Novembro/Dezembro 1967, p. 263.

⁴¹ Entre 1962 e 1969 são lançados seis filmes desta série: *Dr. No* (1962), *From Russia with Love* (1963), *Goldfinger* (1964), *Thunderball* (1965), *You only live twice* (1967) e *On Her Majesty's Secret Service* (1969), este, último, o único interpretado por George Lazenby (que substitui Sean Connery no papel do agente 007) e filmado parcialmente em Portugal (com cenas passadas em Lisboa, no Hotel Estoril Palácio, na Praia do Guincho, Cascais e na Serra da Arrábida).

⁴² Livro, de 1870, adaptado várias vezes para cinema, sendo as versões mais emblemáticas a realizada por Georges Méliès, em 1907, e a produzida pela Walt Disney, em 1954, com Kirk Douglas e James Mason.



Hotel do Mar, Sesimbra
Discoteca,
Sala de Estar e
Sala de Jantar
Fotografias, 1969
(imagens
Casa & Decoração, Lisboa, N.º 6,
1969, Capa e pp. 19 e 20)



Mais “agarrado” à Terra é o documentário *...E era o Mar* realizado por José Fonseca e Costa, em 1966, por encomenda de Conceição Silva e estreado no Cinema Império em Lisboa. Centrada no Hotel do Mar, cuja segunda fase de construção inaugura nesse ano, “*esta filmagem pode ser entendida como uma abordagem ao processo e ao método projectual de Conceição Silva, onde a dimensão do lugar, materialidade e programa são factores fundadores da sua obra*”⁴³. Uma das cenas finais é, precisamente, filmada na Discoteca, mostrando uma série de jovens casais a conviver e a dançar ao som dos novos ritmos. Imagens que nos reportam para *Play Time*, de Jacques Tati.

Play Time
Cena do filme
Jacques Tati, 1967
(imagem
www.jonathanrosenbaum.com)

Lançado em 1967, nesta sua terceira longa metragem Tati dá sequência à sátira fixada em *Mon Oncle* (1958), centrada numa crítica ao estilo de vida moderno e seus valores, mas, aqui, “*he concentrates on public and corporate space rather than the Modernist house*”.⁴⁴



⁴³ Da nota de apresentação escrita por José Manuel Rodrigues publicada na capa da edição em DVD do documentário *...E Era o Mar*, de José Fonseca e Costa, promovida pela Direcção da Secção Regional Sul da Ordem dos Arquitectos Portugueses, com o apoio da Câmara Municipal de Sesimbra, a propósito do “Ciclo de Visitas Guiadas” dedicado à obra de Francisco Conceição Silva em Sesimbra, e que teve lugar a 13 de Março de 2010.

⁴⁴ HEATHCOTE, Edwin, “Modernism as Enemy: Film and the Portrayal of Modern Architecture”, in FEAR, Bob (Guest Editor), *Architecture + Film II*, Vol. 70, No. 1, London, Architectural Design/Wiley-Academy, January 2000, p.22.



Play Time
Cena do filme
Jacques Tati, 1967
(imagem
www.jonathanrosenbaum.com)



Play Time
Cena do filme
Jacques Tati, 1967
(imagem
www.daavidmoertl.blogspot.com)

E se em *Mon Oncle* é o quotidiano do Habitar e do Trabalho o veículo desse olhar, em *Play Time* é através do Turismo e de um dos seus principais personagens, ou estereótipos - o “turista americano” - que o realizador faz essa crítica.

Numa Paris futurista, conjuntos formalmente organizados de blocos monolíticos em aço e vidro, praticamente idênticos uns aos outros e dispostos perpendicularmente a ruas congestionadas de gente e automóveis, dão-nos uma imagem genérica da cidade moderna. Uma projecção de uniformidade e de ordem reproduzida por todo o mundo nos cartazes publicitários da agência de viagens retratada no filme e que anunciam diferentes destinos turísticos, mas sempre a mesma Arquitectura. A momentânea, e única, reflexão da Torre Eiffel no vidro da porta pivotante da agência, quando Barbara - uma das turistas americanas - entra, traduz o diálogo, não resolvido, da modernidade com o passado.

Como no *Plan Voisin* de Le Corbusier, os monumentos históricos de Paris são isolados, descontextualizados e rearranjados para se enquadrarem numa visão mais ampla.

Play Time
Cenas do filme
Jacques Tati, 1967
(imagem
www.branduponthebrain.tumblr.com)



Depois de uma série de desventuras que parodiam a condição moderna, na sua crença cega em ambientes minimalistas, altamente funcionais e tecnológicos, retratados por Tati, através das andanças e peripécias do seu alter ego Monsieur Hulot, como obstruções à

vida quotidiana e à interacção pessoal, na cena do Restaurante, quase no final do filme, o espectador redescobre o carácter imprevisível, espontâneo e alegre do comportamento humano quando confrontado com o inesperado. Uma espécie de metáfora para *playtime*, e, portanto, o Turismo, como um escape às regras e convenções culturalmente impostas. Ou, numa perspectiva mais acutilante, como uma “*libertação do formalismo*”⁴⁵ moderno.



E aqui reside um dos paradoxos estruturais mais interessantes do fenómeno turístico. Se, por um lado, é um aspecto inseparável da vida moderna, é um seu “produto”, por outro, é intrinsecamente pós-moderno, na crítica que encerra ao que é padrão, à rotina e ao redundante. Na verdade, se o Turismo gira em torno da expectativa de algum grau de “diferença”, a Arquitectura, para contribuir verdadeiramente para essa perspectiva, tem de ser capaz, como já sublinhámos⁴⁶, ou de se constituir como atracção turística - ser única, ou de criar um certo sentido de lugar, um ambiente - ser singular. Assim, como mecanismo de localização da experiência

Play Time
Cenas do filme
Jacques Tati, 1967
(imagem
www.brandupontnebrain.tumblr.com)

⁴⁵ VILHENA, Filipa, *Play Time: Guia sobre a Construção do Espaço Turístico*, Prova Final de licenciatura em Arquitectura, Coimbra, Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra, 2008, p. 77.

⁴⁶ Ver Capítulo 4.2..

turística, a Arquitectura depende dessa relação dialéctica entre “representação” e “diferenciação”, ou seja, depende da sua capacidade de transmitir um significado. Uma abordagem que nos reporta para noções como “memória” e “identidade” que o discurso moderno rejeita, à partida, no seu programa a-histórico e universal.

Entre o “Passado” ideal pré-moderno e o “Futuro” projectado pela modernidade, a questão, agora, estava em voltar ao “Presente”. E esse “Presente” implicava uma reconciliação com o “Lugar” e com a “História”, como enunciam, a partir de abordagens diferentes, Vittorio Gregotti, em *Il territorio dell'architettura*⁴⁷, e Aldo Rossi, em *L'architettura della città*⁴⁸, mas, também, uma aproximação ao “Visual”, ao “Simbólico” e ao “Comercial”, como defende Robert Venturi, em *Complexity and Contradiction in Architecture*⁴⁹ e, mais tarde, em *Learning from Las Vegas*⁵⁰. Nesta deslocação temporal, no sentido de uma recuperação do contacto com o real, assiste-se, necessariamente, a uma actualização metodológica no processo de projecto e na própria produção da Arquitectura, em termos de uma abordagem mais científica ou mais artística, da exploração formal e construtiva e da adesão, ou não, às lógicas de mercado. Vertentes que, de uma forma ou de outra, vão balizar o percurso de Conceição Silva a partir do Hotel do Mar.

Curiosamente, na sua passagem por Lisboa, para a estreia de *Play Time*, ou *A Vida Moderna* na sua versão portuguesa, no Cinema Monumental a 15 de Março de 1968, Jacques Tati fica hospedado no Hotel Ritz, edifício que podia muito bem figurar num dos cartazes publicitários pendurados na agência de viagens que Barbara e Monsieur Hulot visitam em Paris, a anunciar Portugal como destino turístico.

⁴⁷ GREGOTTI, Vittorio, *Il territorio dell'architettura*, Prima edizione, Milano, Feltrinelli, 1966. (Materiali 10)

⁴⁸ ROSSI, Aldo, *L'architettura della città*, Prima edizione, Padova, Masilio Editori, 1966. (Biblioteca di Architettura e di Urbanistica, n. 8)

⁴⁹ VENTURI, Robert, *Complexity and contradiction in architecture*, First Edition, New York, Museum of Modern Art, 1966. (MoMA Papers on Architecture, No. 1)

⁵⁰ VENTURI, Robert, BROWN, Denise Scott, IZENOUR, Steven, *Learning from Las Vegas*, First Edition, Cambridge Mass., The MIT Press, 1968.

O Hotel da Balaia

O Hotel da Balaia, em Albufeira, define a fronteira entre Conceição Silva o “Arquitecto” e Conceição Silva o “Atelier”. É este projecto, realizado para uma sociedade com a participação de capitais estrangeiros⁵¹, que vai proporcionar o “salto para a frente” do arquitecto e, com ele, da indústria hoteleira em Portugal. Salto com repercussões inevitáveis, e inadiáveis, para a cultura arquitectónica portuguesa.

Baseada no conceito revolucionário e inédito, em Portugal, de “chave na mão”, a encomenda exigia que o Hotel fosse entregue como produto acabado, pronto para exploração imediata. Isto implicava uma transformação estrutural no papel tradicional do arquitecto, de bem criativo a supervisor geral, responsável por gerir os diferentes aspectos do processo de produção da Arquitectura, desde o investimento à construção, ao *design* de interiores e de equipamento, e, mesmo, à concepção do logótipo e à publicidade. “Deixou de ser o ‘arquitecto de bengala’ e passou a ser um elemento de uma grande engrenagem”⁵². Engrenagem que compreendia, agora, diferentes áreas de actuação.

Para esse efeito, entre 1963 e 1969, são criadas a AC - Trabalhos de Arquitectura e Construção, a ARP - Agência de Realizações Publicitárias⁵³ e a SIURBE - Sociedade de Investimentos Imobiliários. Todas a operar sob a administração directa do arquitecto e a funcionar em estreita colaboração com o seu atelier de arquitectura. O próprio atelier seria realojado⁵⁴ e reestruturado para incorporar a parceria estabelecida, a partir do projecto da Balaia, com o arquitecto Maurício de Vasconcellos (entre 1965 e 1967) e uma mais vasta equipa de colaboradores, composta por *designers* gráficos e de equipamento, pintores e escultores.

“O Hotel da Balaia... Bom, acontece esta coisa a uma pessoa, um profissional, que já tem, a certa altura, passe a imodéstia, uma certa experiência do que é uma actuação profissional. É um empresário estrangeiro, uma grande companhia de navegação, que me põe o problema assim, depois do projecto realizado: ‘você pode construir este edifício e entregá-lo com chave na mão?’ E eu, numa atitude de atrevimento, disse: ‘Posso’. ‘Então, reponderam, queremos o edifício com chave na mão.’ E fazemos o contracto para entregar o edifício completo. É a primeira vez, não conheço outro exemplo no País - e note, haverá poucos exemplos mesmo, a este âmbito, no mundo, de se entregar o edifício com o guardanado, a carta de mesa, a jarra, totalmente equipado para abrir. Ora isso, como deve calcular, é uma experiência única (...), quer dizer, dominando uma totalidade, inclusivamente o investimento e a construção.”

⁵¹ A Sociedade Hoteleira da Balaia, composta pela Orey & Antunes Sociedade Comercial e pela *Köningklje Rotterdamische Lloyd*, empresa holandesa de navegação representada pela sociedade portuguesa.

⁵² “Entrevista com o Arquitecto Francisco Conceição Silva”, *Arquitectura*, op. cit., p. 44.

⁵³ Com um programa próprio no Rádio Clube Português, intitulado “Vector”, e transformada, em 1973, na Publital.

⁵⁴ Passando da Rua Nova da Trindade, ao Chiado, para a Rua D. Pedro V, junto ao Príncipe Real.

“Entrevista com o Arquitecto Francisco Conceição Silva”, *Arquitectura*, 3.ª Série, N.º 120, Março/Abril, 1971, p. 45.

Mas, “tomar as rédeas” de todo o processo significava ser menos “artista” e mais “homem de negócios”. Uma colagem ao mundo económico que coloca o arquitecto acima, em vez de à mercê, dos interesses do mercado e das mudanças nas exigências do consumidor. Na verdade, era convicção de Conceição Silva que este era o caminho para um maior envolvimento da profissão com a sociedade. Ao prever as reais necessidades do público e, assim, educar o seu gosto, o Atelier Conceição Silva consegue equilibrar preocupações comerciais com os valores da alta cultura, no que Jorge Figueira considera ser um passo precursor para a “*democratização do gosto*’, a *disponibilidade do erudito ao usufruto colectivo*”.⁵⁵

Para além disso, aliando eficiência técnica com inovação formal e tipológica, o arquitecto sabia como apelar, tanto a investidores, como a utilizadores, indo ao encontro dos apertados prazos da indústria e à dependência do consumidor no “visual”. O produto final resultaria, assim, numa “imagem” competitiva, capaz de transmitir uma “sensação” autêntica e singular. Por outras palavras, podemos dizer que o trabalho de Conceição Silva tem tudo a ver com “experiência”. A experiência profissional do arquitecto, a experiência pessoal do utilizador e o projeto como experiência conceptual. No caso de projectos relacionados com o Turismo, tem, também, a ver com a experiência turística e, por isso, com o ser fora do comum. Daí a diversidade de influências que informam o percurso do arquitecto e a pesquisa do seu atelier. Uma pesquisa que se centra na prática, mais do que na teoria, como a quase ausência de textos ou publicações da sua autoria confirma. É, então, através dos seus projectos que podemos traçar o pensamento de Conceição Silva sobre Arquitectura, Território e Turismo.

O Hotel da Balaia, pela particularidade da encomenda e por ser a primeira obra desenvolvida no Atelier Conceição Silva e Maurício de Vasconcellos, constitui um testemunho singular.

Na realidade, este Hotel começa por fazer parte de uma intervenção mais vasta - o *Anteplano de valorização da zona vizinha à praia da Maria Luíza*, desenvolvido para a Sociedade Hoteleira da Balaia, Lda., Bernard J. O'Connor e Daniel Vieira da Costa (em representação de Francisco Alambre dos Santos). Este estudo, organizado em dois núcleos independentes, mas complementares (A e B), seria aprovado pela Câmara Municipal de Albufeira, a 15 de Dezembro de 1964, e pela DGSU e pelo MOP, por despachos de 30 de Janeiro e de 1 de Fevereiro de 1965, respectivamente, “segundo os quais, foram aprovadas em princípio as iniciativas hoteleiras integradas no conjunto turístico proposto para os referidos terrenos”.⁵⁶

Na sequência deste primeiro plano, é realizado um segundo, agora englobando um outro conjunto de terrenos, situados a nascente do complexo original e estendendo-se até à povoação de Olhos de Água. Intitulado *Urbanização da Praia da Maria Luísa - Expansão Turística*, acrescentam-se, agora, aos três requerentes iniciais, os nomes de Maria da Graça Falcão Godinho dos Santos (esposa do psiquiatra Alhambre dos Santos), Álvaro Clemente da Luz, Francisco de Oliveira Santos e Nuno Lobo da Costa Azevedo, passando a urbanização a dispor de um novo núcleo turístico (C).

A intervenção ficava, assim, dividida em três grupos - A, B e C - constituídos por:

“Grupo A

- Hotel com 120 quartos e 8 moradias unifamiliares
 - Motel para 32 famílias e 9 moradias
 - 4 blocos com um total de 72 apartamentos
 - Hotel residencial com 60 quartos
- Neste grupo prevê-se ainda a construção dum pequeno núcleo comercial, 2 restaurant e campos de jogos.

Grupo B

- Hotel com 140 quartos
- Bloco com 15 apartamentos
- 6 moradias unifamiliares

⁵⁶ *Plano Orientador da Zona Marginal do Concelho de Albufeira: U-795-A-16*, s.l., DGSU, 7 Março 1966, p. 1.

Grupo C

- 1 bloco com 20 apartamentos com restaurant e centro comercial
- 1 estalagem com 20 quartos
- grupos de apartamentos e moradias num total de 80 habitações
- campos de jogos”⁵⁷

A área de incidência do plano estendia-se desde o Alto de Semina (a poente) até ao Alto da Medronheira (a nascente), compreendendo, por outro lado, a expansão da povoação de Olhos de Água para poente, sendo estruturada, no seu conjunto, a partir de quatro iniciativas hoteleiras: o Hotel Residencial, o Hotel da Balaia, o Hotel de Vale da Rosa (ou Hotel O’Connor) e a Estalagem Cooper Smith. Com um total de 340 quartos hoteleiros e 242 fogos, distribuídos por moradias e apartamentos, previa-se que o novo complexo turístico chegasse a um total de 968 habitantes.

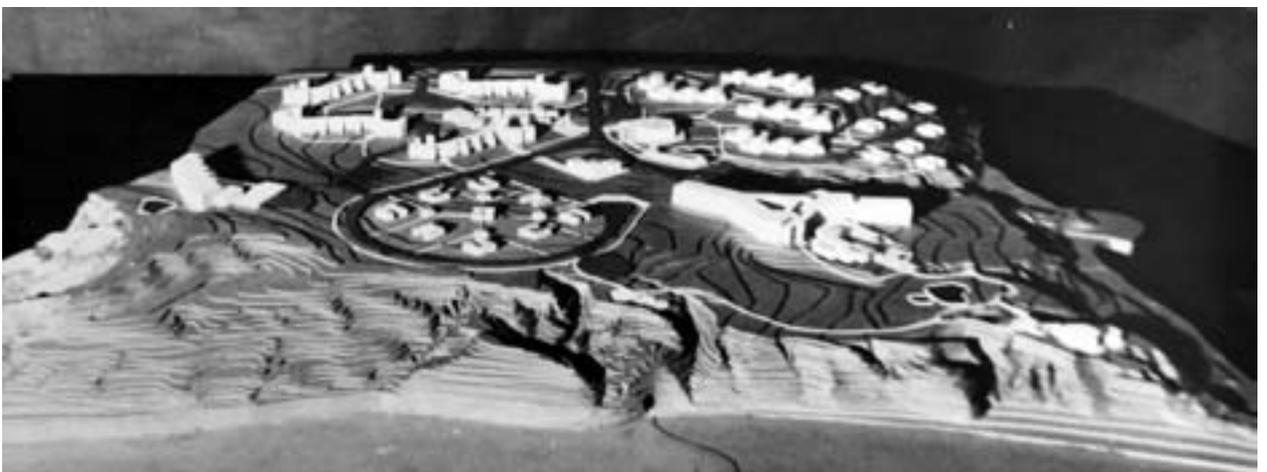
Com a *Memória Descritiva* deste segundo plano, datada de 18 de Fevereiro de 1966, são apresentados os anteprojectos de alguns dos edifícios propostos, “o que permitirá apreciar não só a preocupação dominante de integração mas também a expressão arquitectónica que se pretende imprimir a todo o conjunto”.⁵⁸

Urbanização da Praia da Maria
Luísa - Expansão Turística
Planta de Localização
Conceição Silva e
Maurício de Vasconcelos, 1966
(imagem
Arquivo Turismo de Portugal)



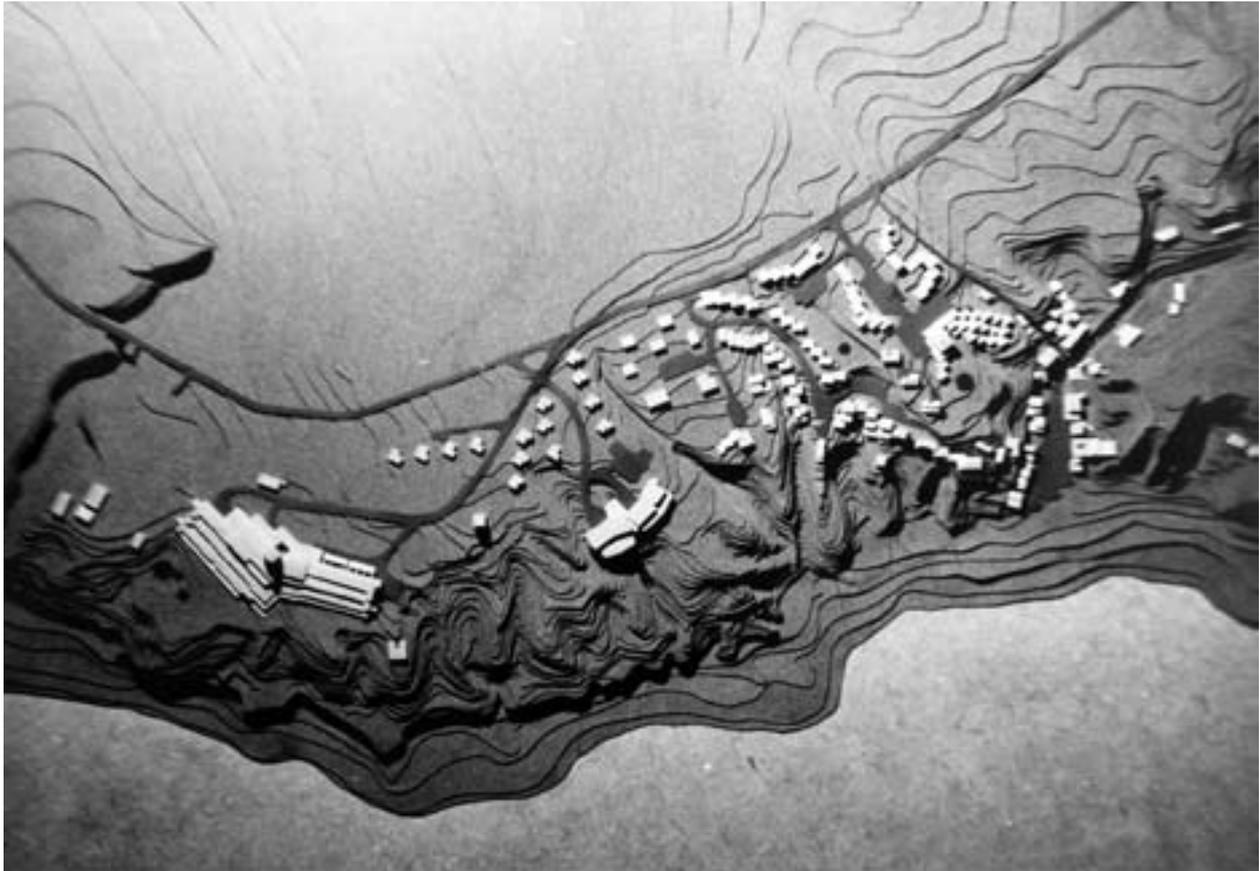
⁵⁷ SILVA, Conceição, VASCONCELLOS, Maurício de, [Urbanização da Praia da Maria Luísa - Expansão Turística]: *Memória Descritiva*, Lisboa, 18 Fevereiro 1966, p. 1.

⁵⁸ Idem, p. 2. (Esses anteprojectos não constam, no entanto, do processo consultado)

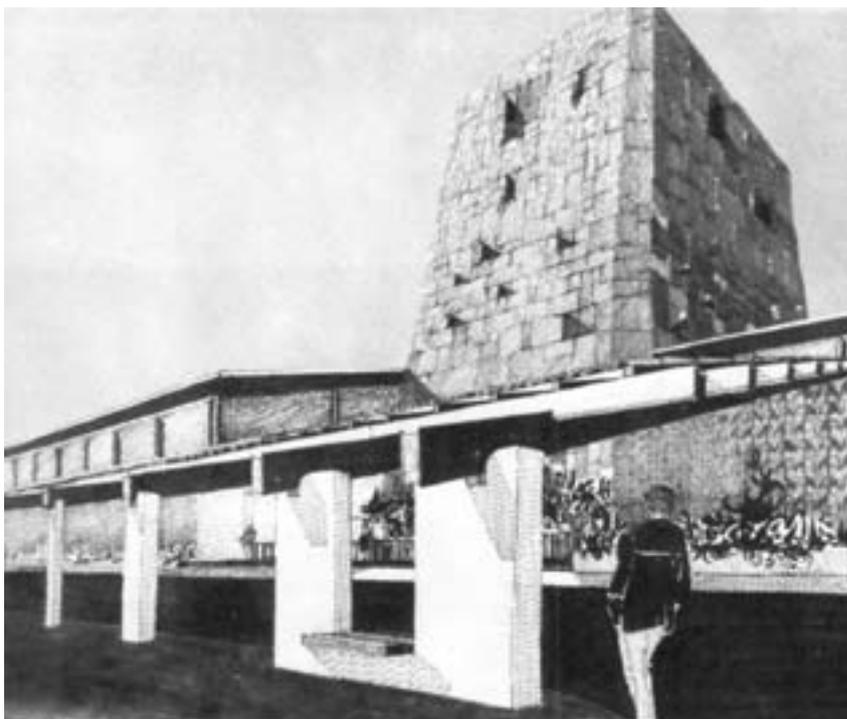


São também entregues fotografias das maquetas realizadas nesta fase, uma com o Grupo A, da Balaia, e outra com os Grupos B e C, da Praia da Maria Luísa e de Olhos de Água. É a partir destes elementos que podemos ter uma ideia do espírito geral da intervenção urbanística e das diferentes volumetrias projectadas, aparecendo as construções soltas no meio do espaço natural, organizadas em pequenos núcleos com carácter tipo-morfológico distinto. É de notar, no entanto, que, tanto na Planta de Localização

Urbanização da Praia da Maria Luísa - Expansão Turística
Maqueta do Grupo A
Fotografias, 1966
(imagens
Arquivo Turismo de Portugal)



como na maqueta, o Grupo B aparece reduzido ao Hotel do Vale da Rosa, ou Hotel O'Connor, o maior equipamento hoteleiro do conjunto turístico, desistindo-se do bloco de apartamentos e das moradias inicialmente previstos. De resto, deste segundo plano apenas seriam desenvolvidos os projectos desse Hotel e da Urbanização da Balaia, ficando as restantes intervenções pelo caminho.

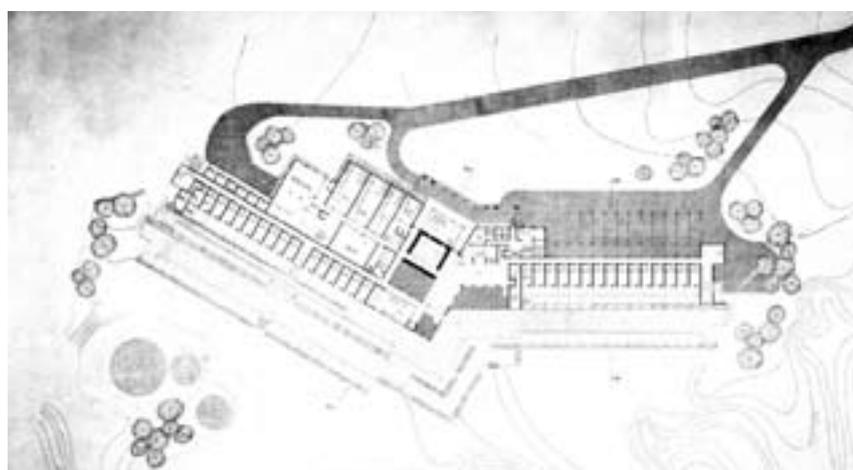


Para o Hotel do Vale da Rosa, também designado por Hotel O'Connor ou Hotel Maria Luísa, Francisco Conceição Silva e Maurício de Vasconcellos propõem uma solução muito próxima da do Hotel do Mar, em Sesimbra, mas, neste caso, o corpo dos espaços de estar e de serviço articula-se com duas alas de quartos, uma a nascente e outra a poente, assumindo, agora, uma posição central na composição. Inspirada na Torre da Medronheira, estrutura quinhentista situada junto de Olhos de Água, aquele corpo é animado por uma torre em pedra, que assinala a entrada, resolvida, também aqui, à cota superior, desenvolvendo-se os corpos dos quartos, em socalcos, pela encosta abaixo, com terraços privativos.

Urbanização da Praia da Maria Luísa - Expansão Turística
Maqueta dos Grupos B e C
Fotografias, 1966
(imagens
Arquivo Turismo de Portugal)

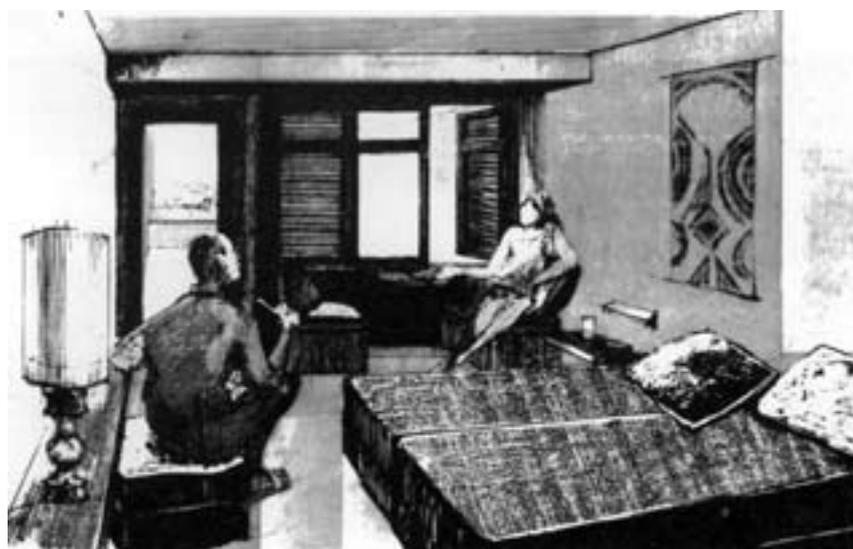
Hotel Maria Luísa
Perspectiva da Entrada
Conceição Silva e
Maurício de Vasconcellos,
1965-1966
(imagem SILVA, João Pedro
Conceição, SILVA, Francisco Manuel
Conceição, Francisco da Conceição
(organização e coordenação),
Conceição Silva arquitecto: 1922/1982,
Lisboa, SNBA, 1987, p. 95)

Hotel Maria Luísa
Planta de Coberturas
e
Planta do Piso de Entrada
Conceição Silva e
Maurício de Vasconcellos,
1965-1966
(imagem SILVA, João Pedro
Conceição, SILVA, Francisco Manuel
Conceição, Francisco da Conceição
(organização e coordenação),
Conceição Silva arquitecto: 1922/1982,
Lisboa, SNBA, 1987, p. 94)

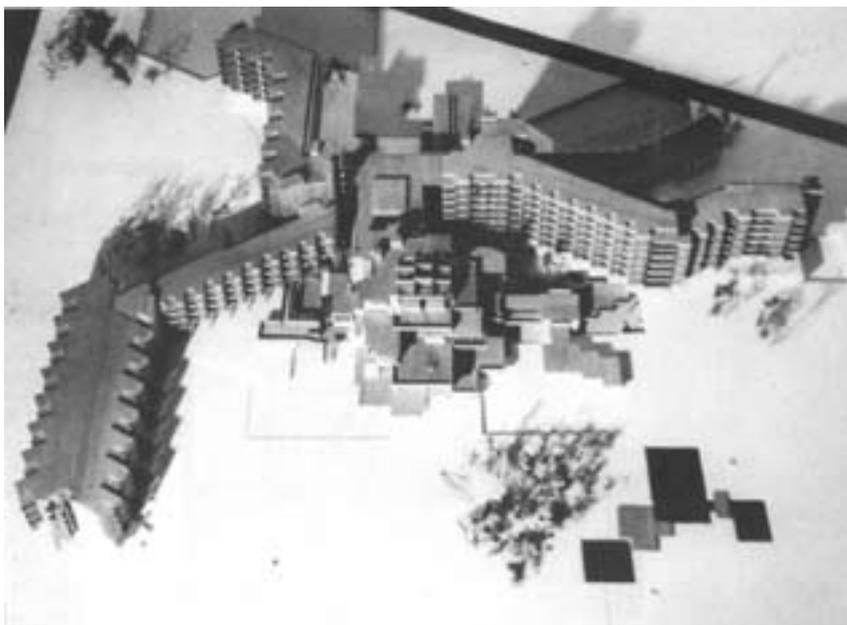


Também o esquema de organização dos quartos é igual ao do Hotel do Mar, definindo uma zona de estar, junto à janela, com conversadeiras e uma pequena mesa de apoio, e a Piscina, implantada na base do terreno, é circular como em Sesimbra.

Hotel Maria Luísa
Perspectiva de um dos Quartos
Conceição Silva e
Maurício de Vasconcellos,
1965-1966
(imagem SILVA, João Pedro
Conceição, SILVA, Francisco Manuel
Conceição, Francisco da Conceição
(organização e coordenação),
Conceição Silva arquitecto: 1922/1982,
Lisboa, SNBA, 1987, p. 95)



Na Urbanização da Balaia, dos dois Hotéis previstos só um seria construído, tal como acontece com os quatro blocos de apartamentos, e, das moradias, apenas o conjunto sobre a falésia, integrado no complexo turístico do Hotel da Balaia. Para esta unidade é realizado, logo em 1964, um primeiro anteprojecto, recusado pela Sociedade Hoteleira da Balaia por causa da sua disposição em “U”, o que não permitia orientar todos os quartos para a vista de Mar. Uma segunda proposta, já incluída no plano de *Urbanização da Praia da Maria Luísa - Expansão Turística*, de 1966, resultaria da adaptação de um outro projecto, desenvolvido, simultaneamente, no Atelier, para um Aparthotel do Grupo Melia, em Quarteira.



Aparthotel, Quarteira
Maqueta do edifício
Fotografias, c.1966
(imagens SILVA, João Pedro
Conceição, SILVA, Francisco Manuel
Conceição, Francisco da Conceição
(organização e coordenação),
Conceição Silva arquitecto: 1922/1982,
Lisboa, SNBA, 1987, p. 88)

Neste outro estudo, são evidentes as influências do projecto definitivo de José Antonio Coderch e Manuel Valls para o Hotel da Urbanização Torre Valentina, em especial no corpo perpendicular ao mar com os quartos dispostos a 45°.

Hotel de Mar,
Palma de Mallorca
Fotografia, c.1964

e
Planta dos Quartos
José Antonio Coderch de

Sentmenat,

1962-1964

(imagens

www.diariodemallorca.es

e FOCHS, Carles (editor), *Coderch*

1913-1984, Barcelona, Editorial

Gustavo Gili, 1989, p. 158)

Mas, também, do Hotel de Mar, em Palma de Mallorca, de 1964, obra de Coderch, que, como o Hotel Torre Valentina, divide o programa em dois núcleos funcionais distintos - o “social” e o “privado” - com desenvolvimentos volumétricos diferenciados - um horizontal e o outro vertical. O que distingue a proposta da Quarteira destes dois exemplos é o facto de o corpo “social” se implantar do lado do Mar, abraçado pelo corpo “privado”, ao contrário do que propõem Coderch e Valls. Na Balaia adopta-se uma lógica de organização idêntica.



O Anteprojecto do Hotel da Balaia, entregue com o plano de *Urbanização da Praia da Maria Luísa - Expansão Turística*, seria aprovado pelo Comissariado do Turismo a 2 de Março de 1966⁵⁹, como confirma o carimbo daqueles serviços em alguns dos desenhos de arquitectura⁶⁰. Não se conhece a *Memória Descritiva* relativa a esta fase, mas uma seguinte, datada de 26 de Julho de 1966, clarifica os princípios estruturais que orientaram a concepção do Hotel:

“Esta unidade hoteleira constituída por 140 quartos ficará integrada num conjunto de outras realizações cujo significado e importância muito virão contribuir para o desenvolvimento turístico local (Olhos d’Água) e de toda a região, cujo principal centro é Albufeira.

(...)

A sua excepcional localização, cerca de 4 km de Albufeira, e a aproximação da característica povoação de Olhos d’Água, leva-nos a admitir que o local seja considerado por um lado, como um centro apoiado pela realidade duma vida turística e por outro por uma povoação que mantém inalteráveis as suas raízes tradicionais.

As condições naturais do local ainda mais justificam a realização deste conjunto que ficará dispondo de duas admiráveis praias bem protegidas e de fácil acesso. A vegetação existente constituída principalmente por pinheiros, garantem ao conjunto o enquadramento vegetal tão necessário à paisagem algarvia.

O Hotel será constituído por dois corpos bem caracterizados correspondendo um ao conjunto dos quartos e o outro às zonas comuns e serviços.

Esta solução permitiu uma correta definição dos espaços e uma opção estrutural que melhor se adaptasse à função de cada uma das principais peças do edifício.

O corpo de quartos francamente exposto a sul e à vista foi resolvido por forma a garantir uma boa insolação e exposição ao mar. Abre-se interiormente sobre um amplo pátio coberto, que permitirá não só fáceis acessos a todos os pisos, como também um franco contacto entre as diversas peças que constituem o edifício. Procurou-se ainda, que este pátio, centro de todas as comunicações permitisse um contacto muito directo com a natureza, conseguido pela sua abertura superior e também pela inclusão de elementos vegetais que preencherão na sua quase totalidade o piso térreo.

⁵⁹ Embora se trate de um Anteprojecto os desenhos desta fase aparecem referenciados como *Hotel da Balaia - Projecto*.

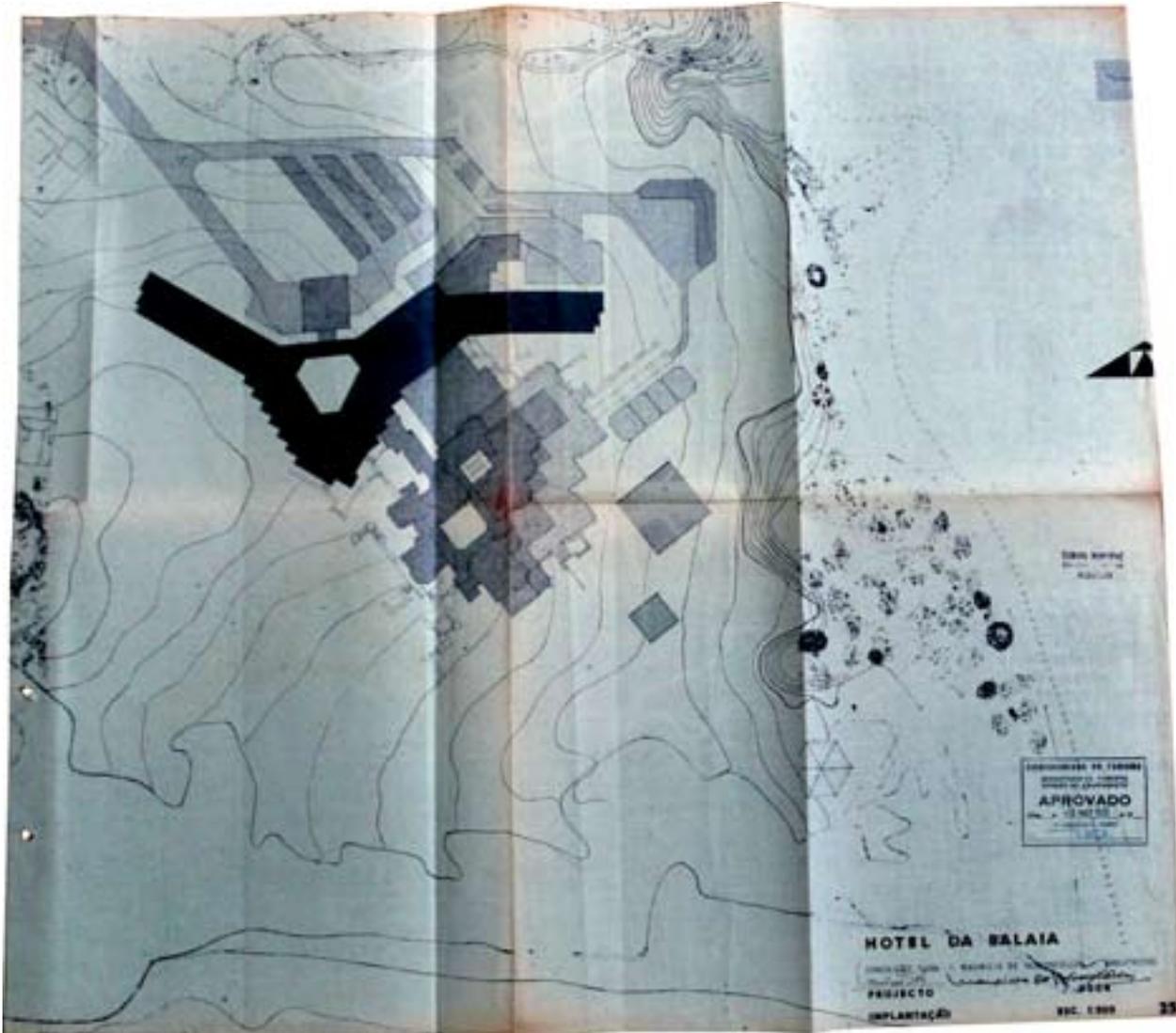
⁶⁰ Apresentam-se, desta fase, nas páginas seguintes, os desenhos 25 - *Implantação*, 35 - *Alçado Norte*, 36 - *Alçado S-E* e 37 - *Alçado S-O*, e, ainda, o desenho 434/2-A - *Quartos C1¹ e C1² Plantas e Cortes*. Deste processo fazem, também, parte as fotografias da Maqueta e das Perspectivas dos espaços interiores do Hotel (Hall, Restaurante, Salas, Bar, Quarto Tipo e *Suite*)

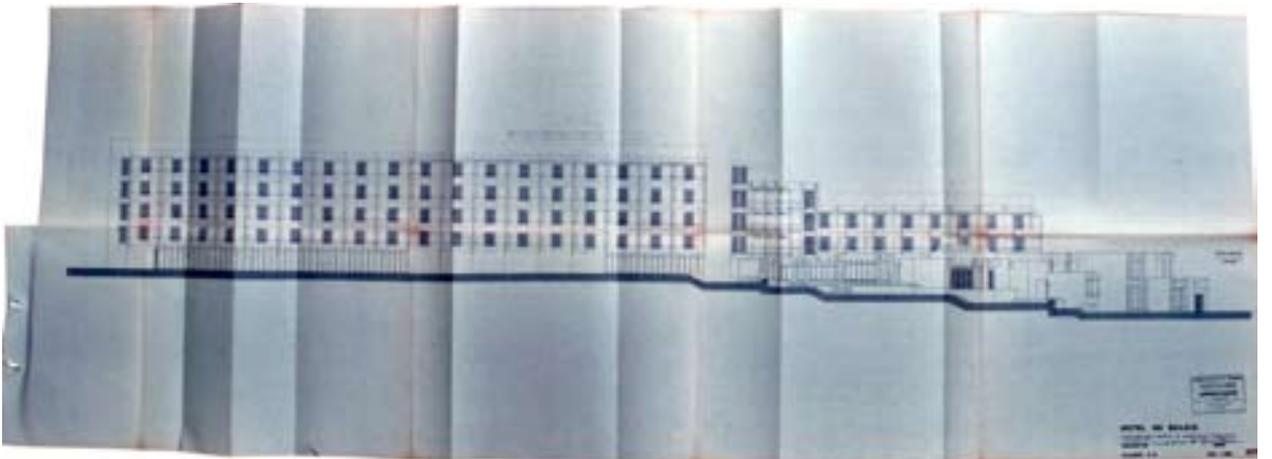
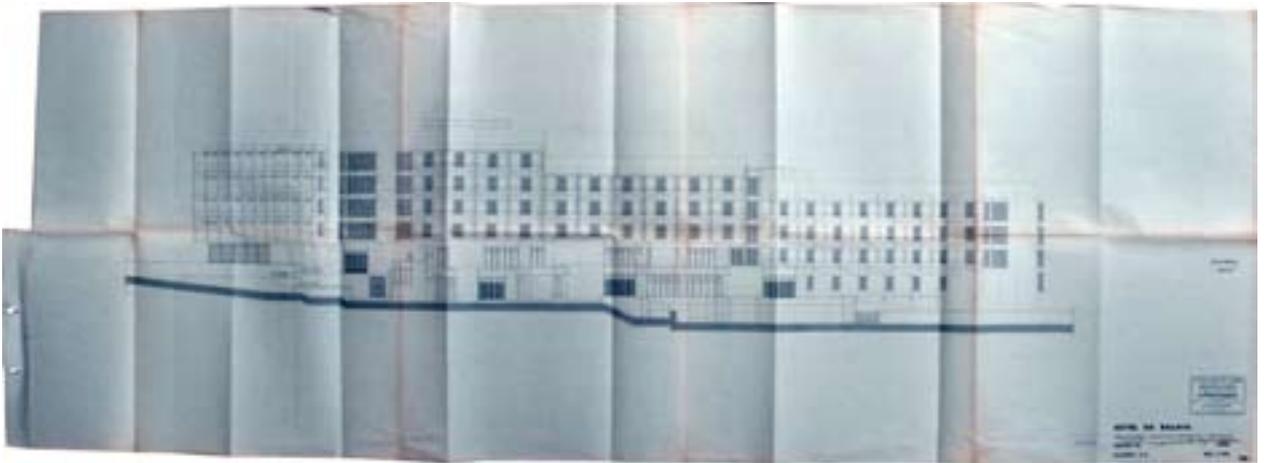
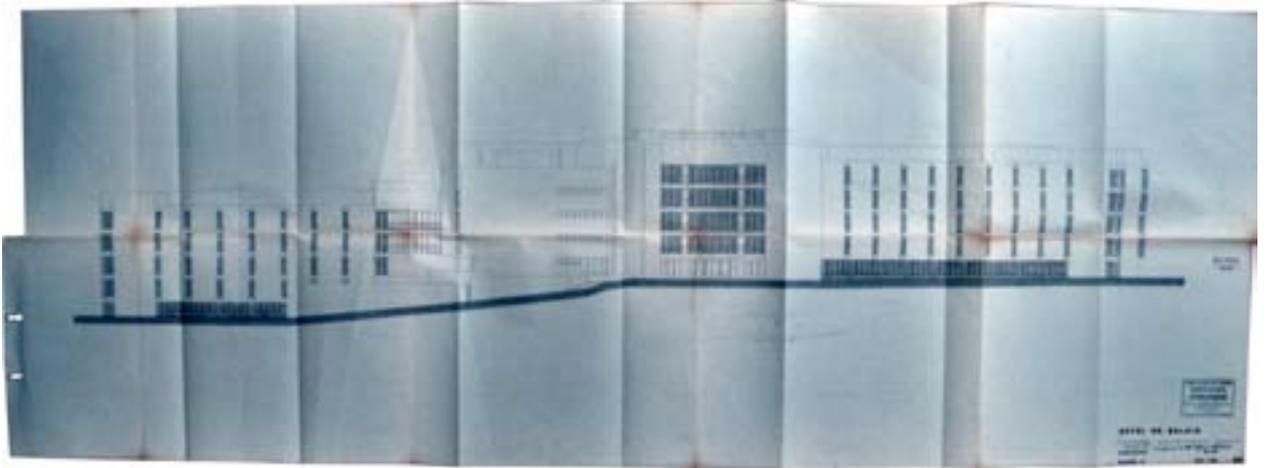
(...) [Este] *vestíbulo largamente ajardinado, constituindo por assim dizer, uma estufa, (...) viverá articulado com a zona das salas por meio de sucessivos planos (também estes ajardinados) contribuindo para o nascimento de caminhos psicológicos e assegurando o acesso à portaria por parte dos hóspedes que se dirigem à piscina, sem colisões com a zona de entrada.*

No que se refere às salas, o pensamento dominante, é caracterizado pela tentativa de criar espaços semi-esteriores ou simplesmente exteriores onde possa ser facilmente encontrada sombra e temperatura amena, para o que se prevê o seu desenvolvimento em pátio.

Parece-nos fundamental o tratamento dos espaços exteriores, não só em relação à entrada como também ao prolongamento das salas que poderão fundir-se em simples elementos ajardinados, porém extremamente importantes para que ressalte bem marcada a zona de influência da piscina onde se prevê de imediato um pequeno conjunto de apoio do qual fazem parte um Lido-bar com uma esplanada protegida, balneários e sanitários para ambos os sexos.”⁶¹

Hotel da Balaia
Projecto
25 - Implantação
Conceição Silva e Maurício de
Vasconcelos Arquitectos, 1966
(imagem
Arquivo Turismo de Portugal)





Hotel da Balaia

Projecto

35 - Alçado N,

36 - Alçado S-E

e 37 - Alçado S-O

Conceição Silva e Maurício de

Vasconcelos Arquitectos, 1966

(imagens

Arquivo Turismo de Portugal)

1439





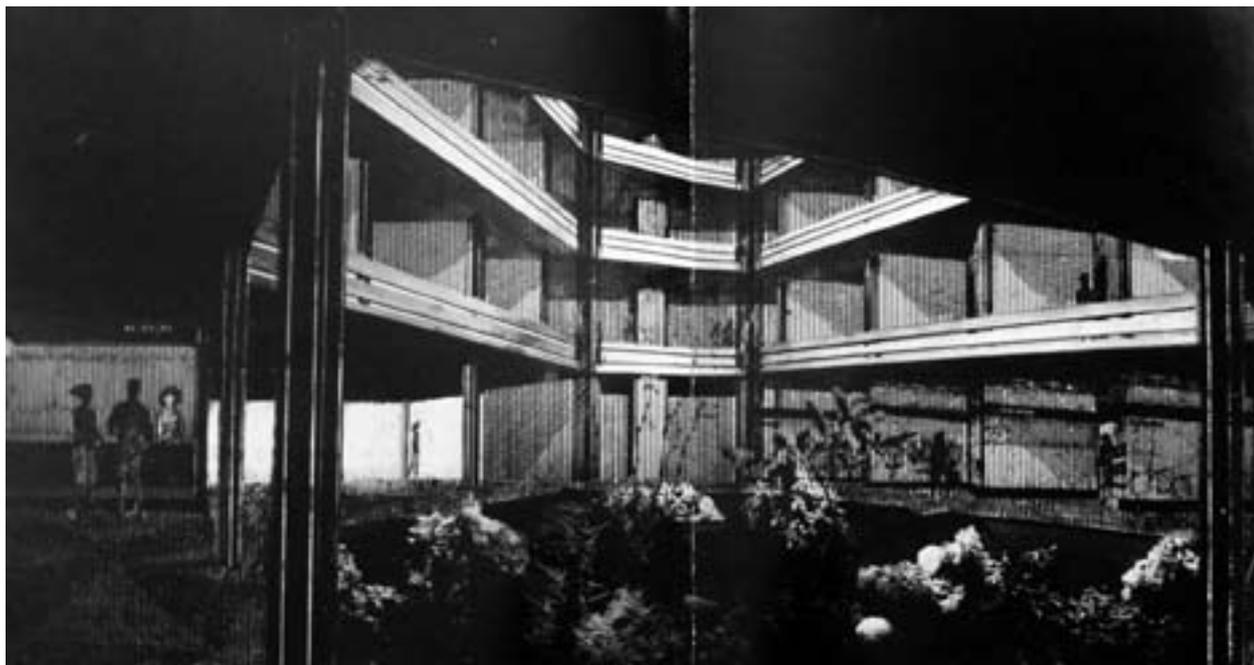
Assim, se, por um lado, os arquitectos têm em atenção a integração do novo equipamento no contexto próximo, natural e construído, por outro, prevalece a preocupação de garantir a coerência do edifício, em si, quer pela clara demarcação volumétrica dos seus núcleos funcionais, quer pela articulação espacial dos diferentes momentos que compõem o seu programa, através de percursos fluídos, trabalhados em contacto permanente com o elemento natural e com a envolvente exterior, contribuindo, desta forma, para a “experiência psicológica” dos hóspedes.

Uma “experiência” que assume, nesta obra, valor como própria condição de projecto:

“A proposta de organização do Hotel da Balaia (...) enquadra[-se] numa perspectiva de valorização do ‘loisir’, no que ele tem de mais profundo ‘A possibilidade de cada um inventar os seus próprios movimentos[’] enquadrado e apoiado por uma peça ou peças arquitectónicas tomadas no seu sentido mais largo isto é, permitindo toda uma ‘liberdade’ de movimentos, fundamental, numa zona com as características do terreno da ‘Balaia’.

Poderíamos ou deveríamos ilustrar mais este ponto, utilizando como termo de comparação hotéis que se encontram integrados em zonas urbanas mais ou menos distintas ou caracterizadas, porém sempre diferentes em relação aquela de que nos ocupamos.

Hotel da Balaia, Albufeira
Maqueta do edifício
Fotografias, 1966
(imagens
Arquivo Turismo de Portugal)



Hotel da Balaia, Albufeira

Perspectivas Interiores

Hall

e

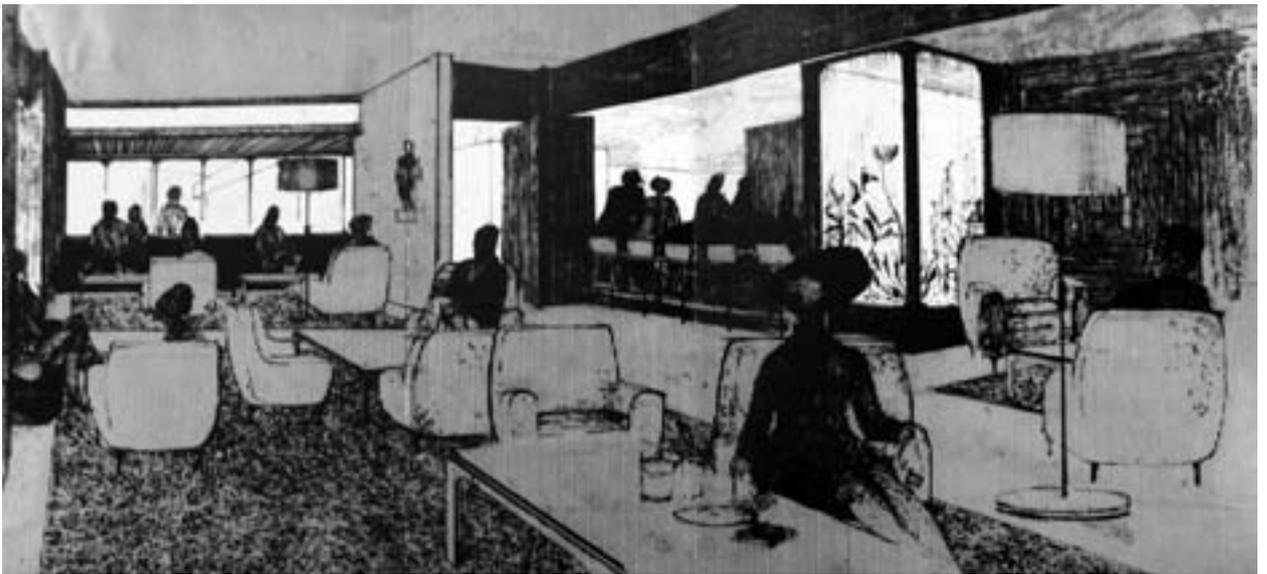
Restaurante

Conceição Silva e Maurício de

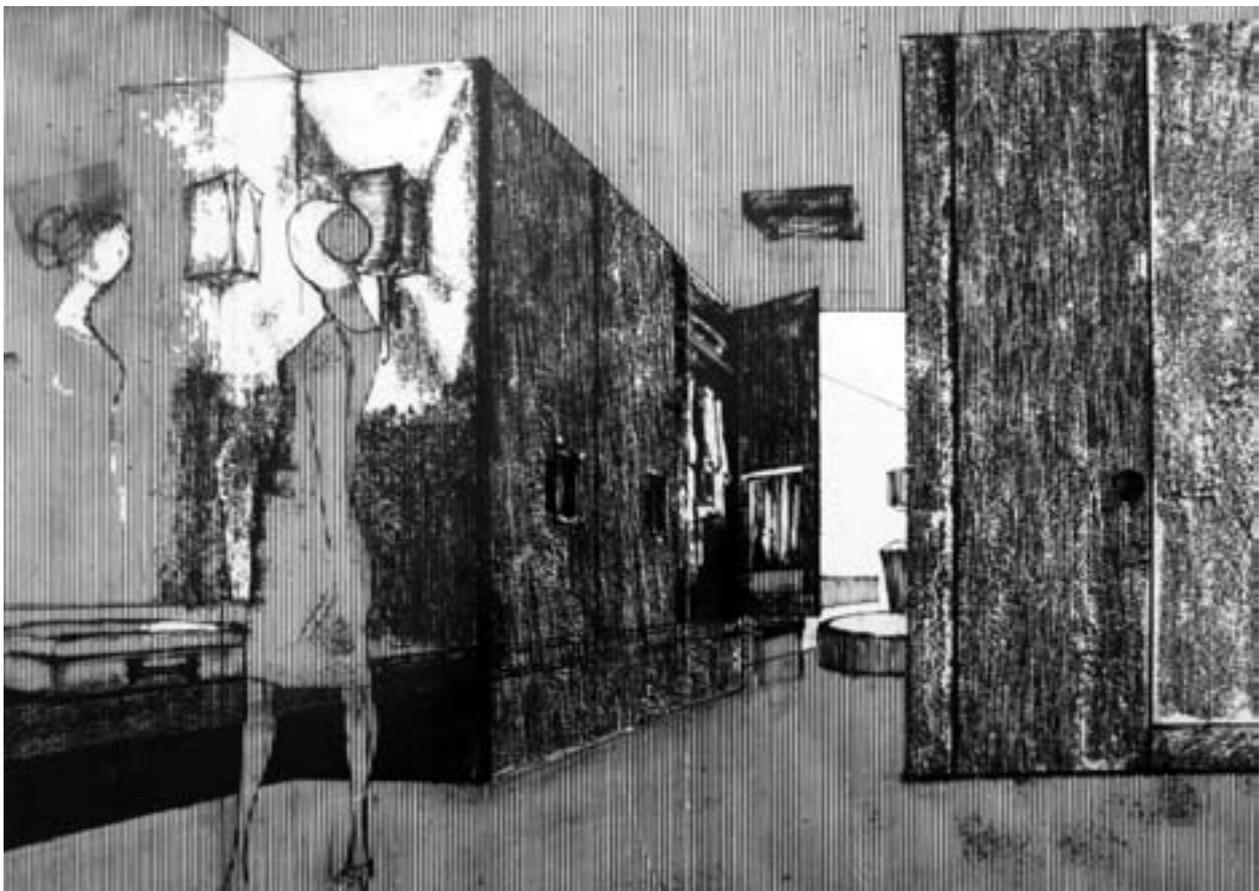
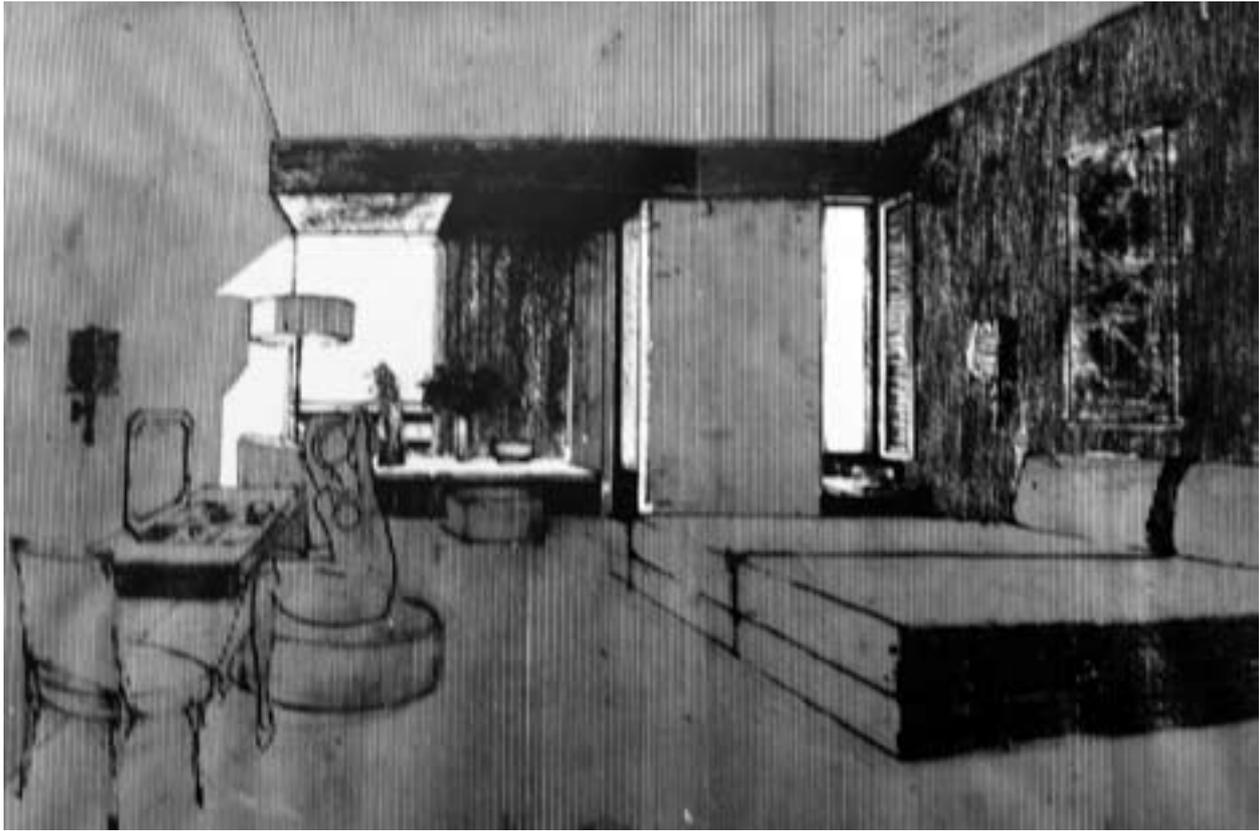
Vasconcelos Arquitectos, 1966

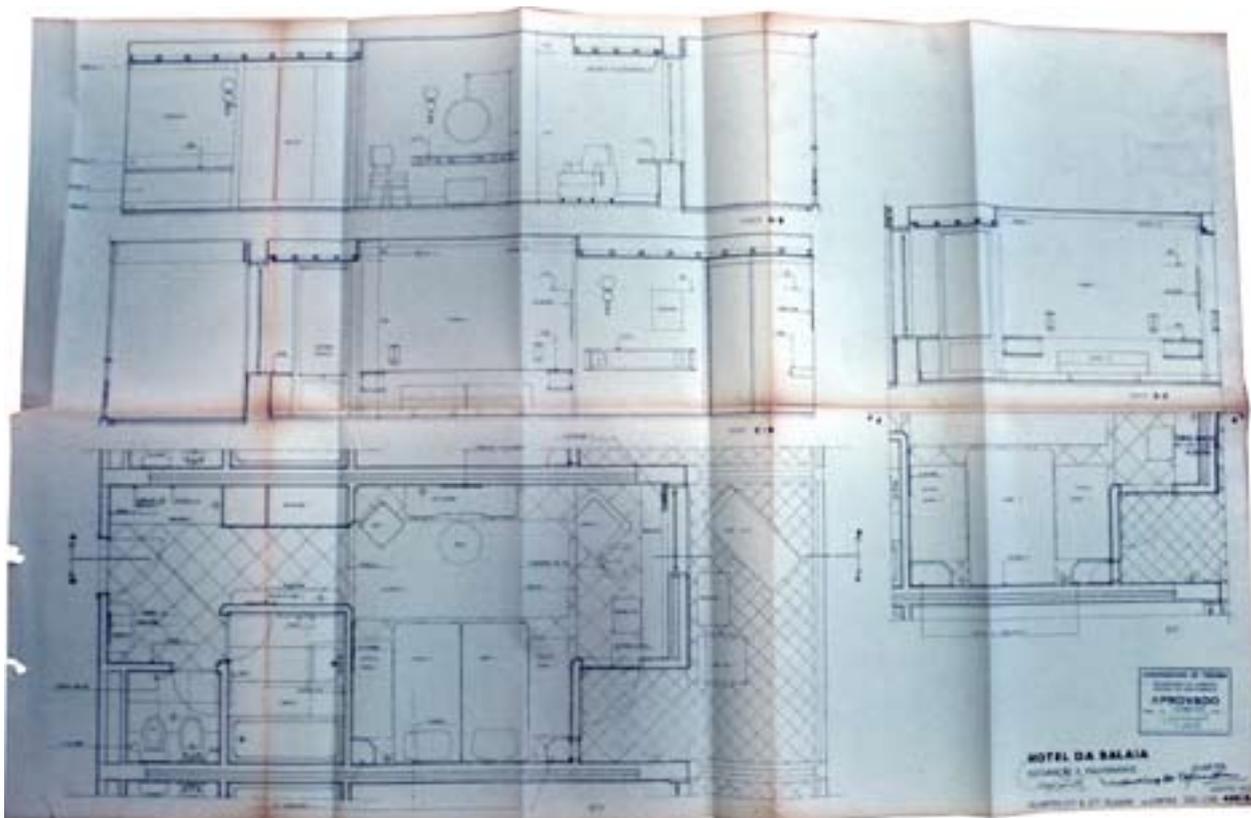
(imagens

Arquivo Turismo de Portugal)



Hotel da Balaia, Albufeira
Perspectivas Interiores
Salas
e
Bar
Conceição Silva e Maurício de
Vasconcelos Arquitectos, 1966
(imagens
Arquivo Turismo de Portugal)





A dialéctica que se estabelece, entre o meio ambiente e a vida do hotel, pode supor uma passividade em relação à 'paisagem' existente, ou uma proposta de organização, que atinja profundamente a vida local. Qualquer destas actividades assume a sua verdadeira importância em zonas ou aglomerados não portadores de um plano urbanístico levado às suas extremas consequências, isto é, potencialmente capaz de articular as forças económicas e sociais através de um processo, quase cibernético, assim, potencialmente inventor das suas próprias alterações ou adaptações.

Sem estas condicionantes os edifícios nascem, por si, sem enquadramentos, vivenciais, suficientemente marcados para assumirem uma importância decisiva na maneira de ordenar o conjunto arquitectónico.

Deste modo ressalta como evidente, que da comparação entre aquilo que constitui a nossa proposta (devidamente documentada) e a paisagem circundante, apesar do arranjo urbanístico do local conter uma base, primordial, de relação com as demais edificações cujas características funcionais, são também fundamentalmente turísticas, ressalta como evidente dizíamos um isolacionismo torturado para o qual contribui a 'paisagem física' figurando um terreno quase plano batido pelo sol, docemente virado para o mar, onde a vegetação, parca e humilde, não possui um conteúdo emocional capaz de alimento psicológico.

Desta ordem de razões nasceu o nosso desejo de permitir ao hotel, através das suas zonas de fruição comum, tais como, salas de estar, bar, restaurante, jogos silenciosos, ou não, parque de crianças ou locais de estar semi-exterores, uma vida intensamente comunicativa, já anunciada pela organização espacial destas zonas onde o isolacionismo próprio,

Hotel da Balaia

Decoração e Equipamento

Quartos

434/2-A - Quartos CI² e CI¹

Plantas e Cortes

Conceição Silva e Maurício de

Vasconcelos Arquitectos, 1966

(imagem

Arquivo Turismo de Portugal)

Hotel da Balaia, Albufeira

Perspectivas Interiores

Quarto Tipo

e

Suite

Conceição Silva e Maurício de

Vasconcelos Arquitectos, 1966

(imagens

Arquivo Turismo de Portugal)

possa ser quebrado, pela articulação íntima de espaços diversificadamente mobilados.

Se nos detivermos naquilo que constitui um hotel integrado numa zona urbana, (...) percebemos que a privacidade respirada nos quartos (como vida íntima ao pessoal) tem o seu contraponto social na vida urbana onde o turista pode integrar-se ou viver marginalmente (...).

Não imaginamos poder suprir a falta de um tal enquadramento, nem será jámais o nosso propósito, temos em mente, porém a invenção de espaços de tal modo vivos sem perda de calma, nos locais que a exigem, de modo a que a vida no hotel possa ultrapassar o isolamento que apesar de tudo existirá, dada a localização do edifício.”⁶²

Embora sem data, este último texto é, aparentemente, pelo seu conteúdo geral⁶³, anterior à *Memória Descritiva* de Julho de 1966. Interessante é que, se, aqui, se assume, francamente, a situação de isolamento do Hotel da Balaia e a necessidade de se criar um certo “ambiente” dentro da própria unidade hoteleira que colmatasse a ausência de atractivos de recreação social nas imediações, no texto seguinte (de Julho de 1966) procura-se amenizar essa falha, reforçando-se a ideia de que, por um lado, esta não era uma iniciativa isolada, mas integrada num complexo mais vasto, devidamente equipado com programas complementares à vida turística, e de que, por outro, a relativa proximidade de Albufeira e, sobretudo, de Olhos de Água asseguravam um contacto com a tradição e a cultura locais.

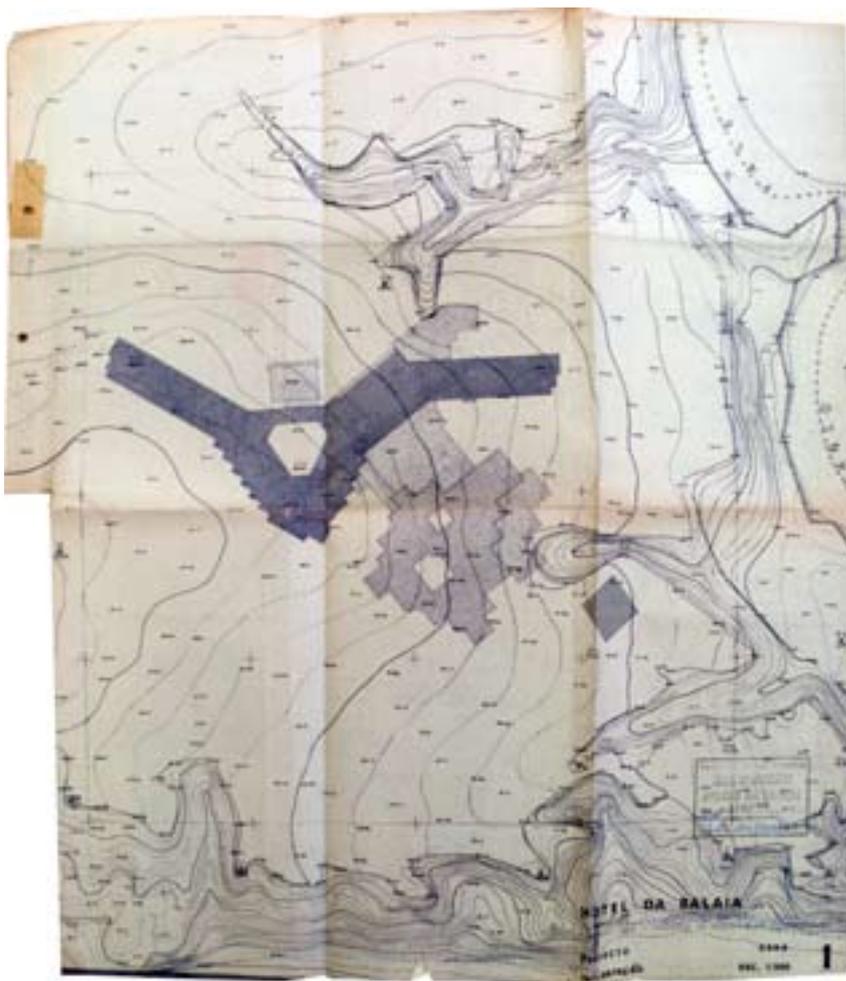
Mais significativo neste texto é, no entanto, o entendimento da Arquitectura não como uma mera resposta funcional às questões de programa, mas como algo de mais profundo, com “vida”.

“Não nos detemos (...) na crítica à proposta de organização geral do edifício, (...), por que em termos semânticos as nossas linguagens diferem fundamentalmente, dum lado encontram-se as razões imediatas puramente funcionais, que não constituem arquitectura, e, do outro, a compreensão do edifício como organismo cuja ‘vida’ ultrapassa em muitos aspectos aquelas razões aprofundando-as apenas ou contribuindo para a sua alteração.”

⁶² SILVA, Conceição, VASCONCELLOS, Maurício de, *Memória Descritiva*, s.l., s.d., pp. 1-3.

⁶³ Em particular pela menção de que o Hotel da Balaia teria cento e vinte quartos, dos quais quatro seriam *suites*, número que corresponde ao programa inicial estabelecido no plano de *Urbanização da Praia da Maria Luísa - Expansão Turística*. Na *Memória Descritiva* de 26 de Julho de 1966, faz-se já referência a cento e quarenta quartos, o que implica um ligeiro aumento na capacidade de hospedagem desta estrutura.

O segundo anteprojecto do Hotel da Balaia seria submetido para apreciação do Comissariado do Turismo a 5 de Agosto de 1966⁶⁴, juntamente com o pedido de declaração prévia de Utilidade Turística, acabando aquele por ser aprovado a 30 de Novembro de 1966, ainda que “sob condição”, e, a 19 de Julho seguinte, é aprovado o projecto definitivo.



Hotel da Balaia
Projecto
1 - Implantação
Conceição Silva e Maurício de Vasconcelos Arquitectos, 1966
(imagem
Arquivo Turismo de Portugal)

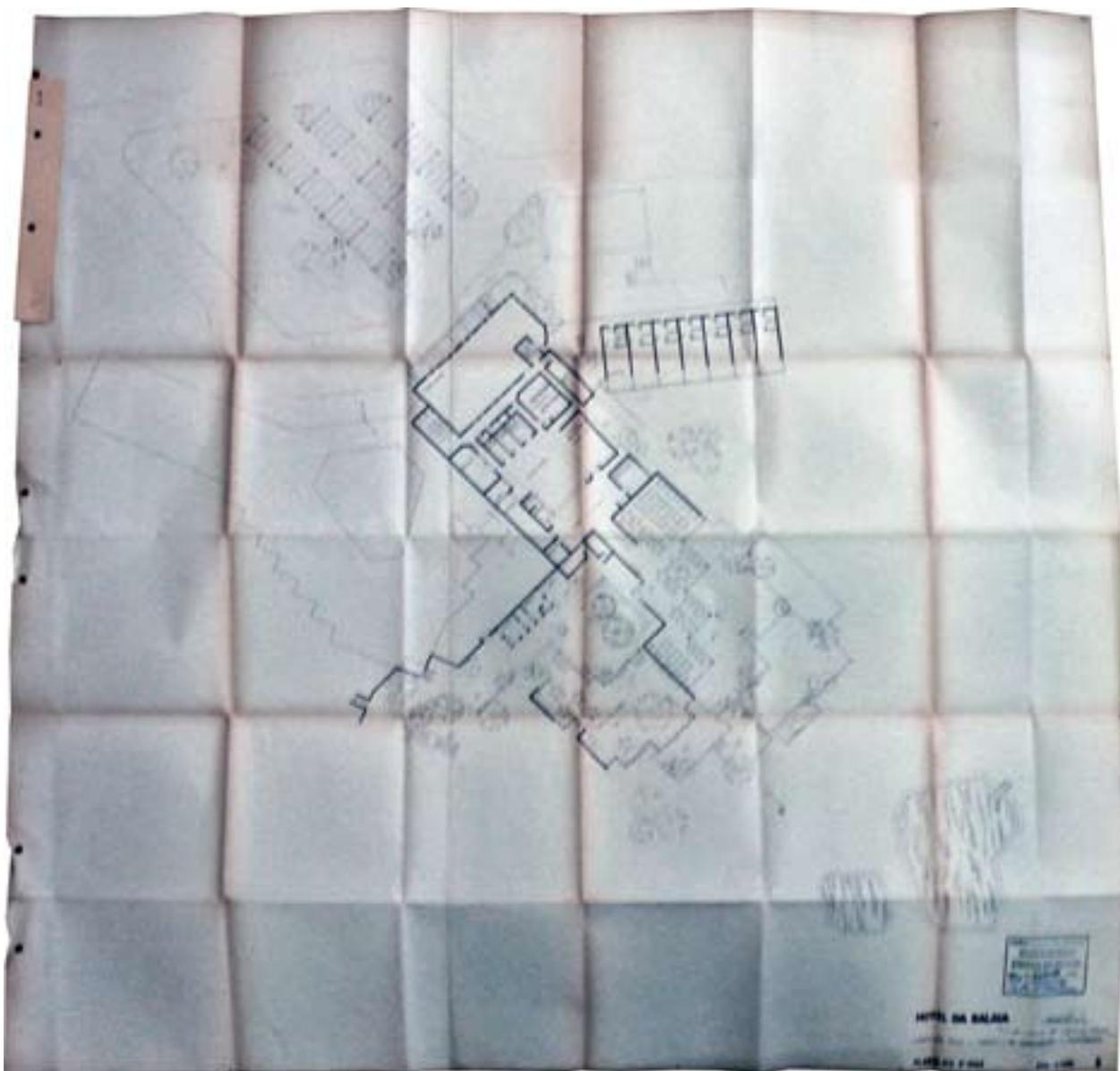
⁶⁴ Curiosamente a mesma data que consta do Ofício N.º 3342 daqueles serviços, relativo à apreciação do anteprojecto realizada pelo arquitecto-adjunto José António dos Reis Pires, no qual este estudo seria “Aprovado sob condição de: 1. Criar uma entrada para bagagens e depósito para as mesmas; 2. Concentrar os acessos verticais (elevadores e escadas) de preferência em local não muito afastado da recepção e de modo a que fiquem quanto possível equidistados das zonas a atingir; 3. Criar uma copa de serviço de apoio à ala poente, a fim de as circulações de serviço não devessem o ‘hall’ principal; 4. As copas de andar deverão comunicar para as galerias e não para o ‘hall’ principal; 5. Prever quarto e instalações sanitárias para a vigilante; 6. Separar a copa do andar da zona dos lixos”. Condições a que os arquitectos só respondem num Aditamento à Memória Descritiva de 26 de Julho de 1966, datado de 20 de Janeiro de 1967. As alterações sugeridas nos pontos 1, 4, 5 e 6 foram atendidas. Quanto aos pontos 2 e 3, os arquitectos consideram que, tanto um como o outro, “contraria[m] o partido geral adoptado na concepção do projecto”. (Cit. ALVIM, Ruy Pereira, Carta ao Gerente da Sociedade Hoteleira da Balaia, Lisboa, 12 Dezembro 1966, pp. 1-2 e SILVA, Conceição, VASCONCELLOS, Maurício de, Aditamento à Memória Descritiva, Lisboa, 20 Janeiro 1967)



Hotel da Balaia
1 - Planta do 1.º Piso
Conceição Silva e Maurício de
Vasconcelos Arquitectos, 1966
(imagem
Arquivo Turismo de Portugal)

Ainda que resultado da adaptação do projecto da Quarteira, o Hotel da Balaia retoma muitos dos princípios conceptuais avançados no Hotel do Mar, em Sesimbra. Baseia-se numa mesma divisão funcional do programa em duas partes, ou momentos, com caracterizações distintas. Uma separação formal que é reforçada, no Algarve, pela definição de dois centros na articulação planimétrica do programa - o *lobby*, triangular, da entrada, no núcleo “privado”, e o pátio no núcleo “social”.

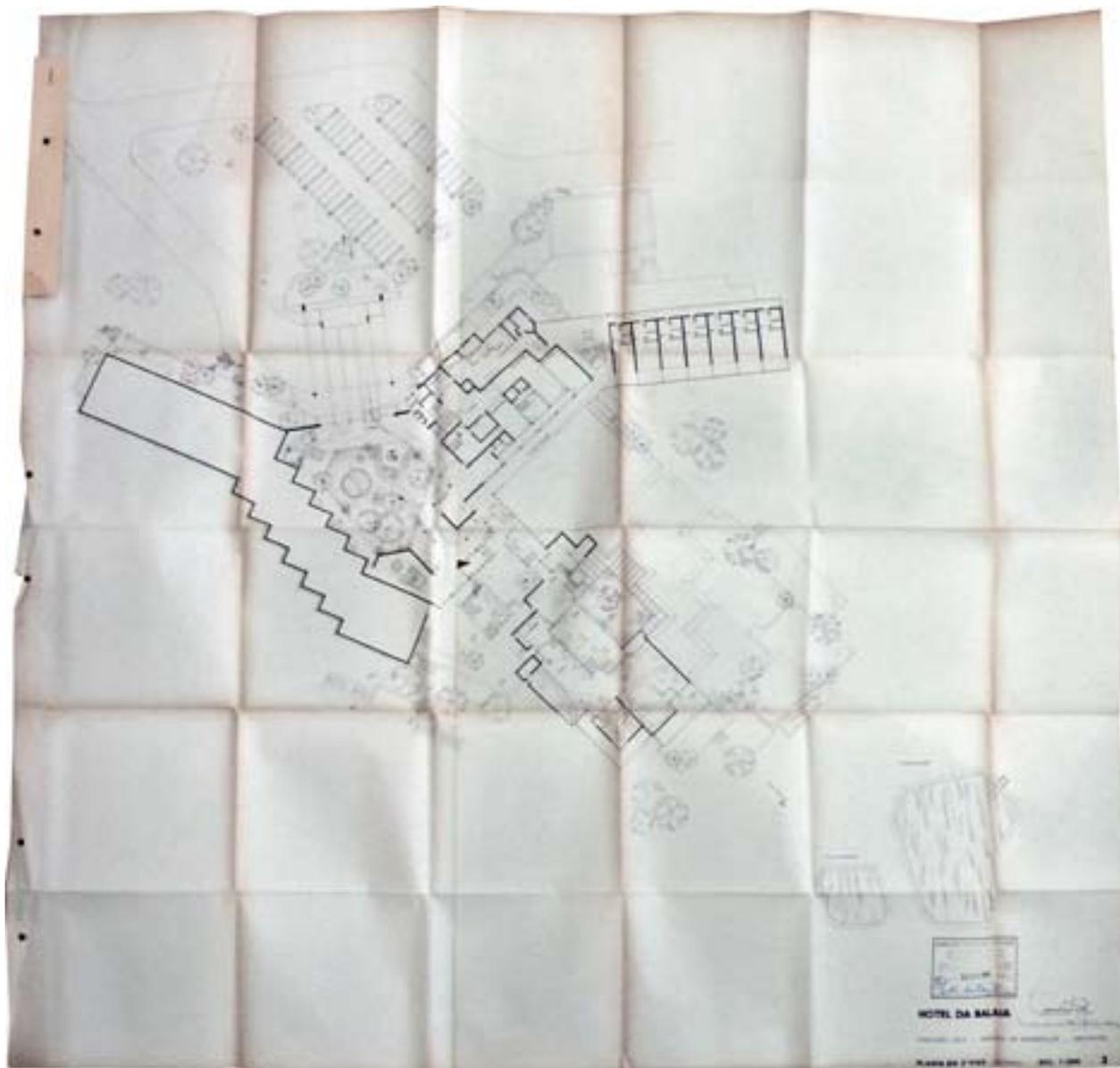
A principal diferença entre o projecto de Sesimbra e o da Balaia reside no papel atribuído a cada um destes componentes na imagem global do edifício.



Se no Hotel do Mar o corpo “social”, ou “público”, assume protagonismo, enquanto que o “privado” é relegado para um segundo plano, adoçando-se à encosta, na Balaia o “privado” é o principal elemento da composição. É aqui que se localiza a entrada do Hotel.

Para além disso, o tema da fragmentação volumétrica adquire, aqui, um maior nível de complexidade, estendendo-se este tipo de abordagem ao tratamento das áreas sociais. O contraste entre o desenvolvimento diagonal das alas dos quartos, próximo da solução adoptada na ampliação do Hotel do Mar, e a grelha ortogonal mais rígida que estrutura os espaços sociais reforça esta perspectiva.

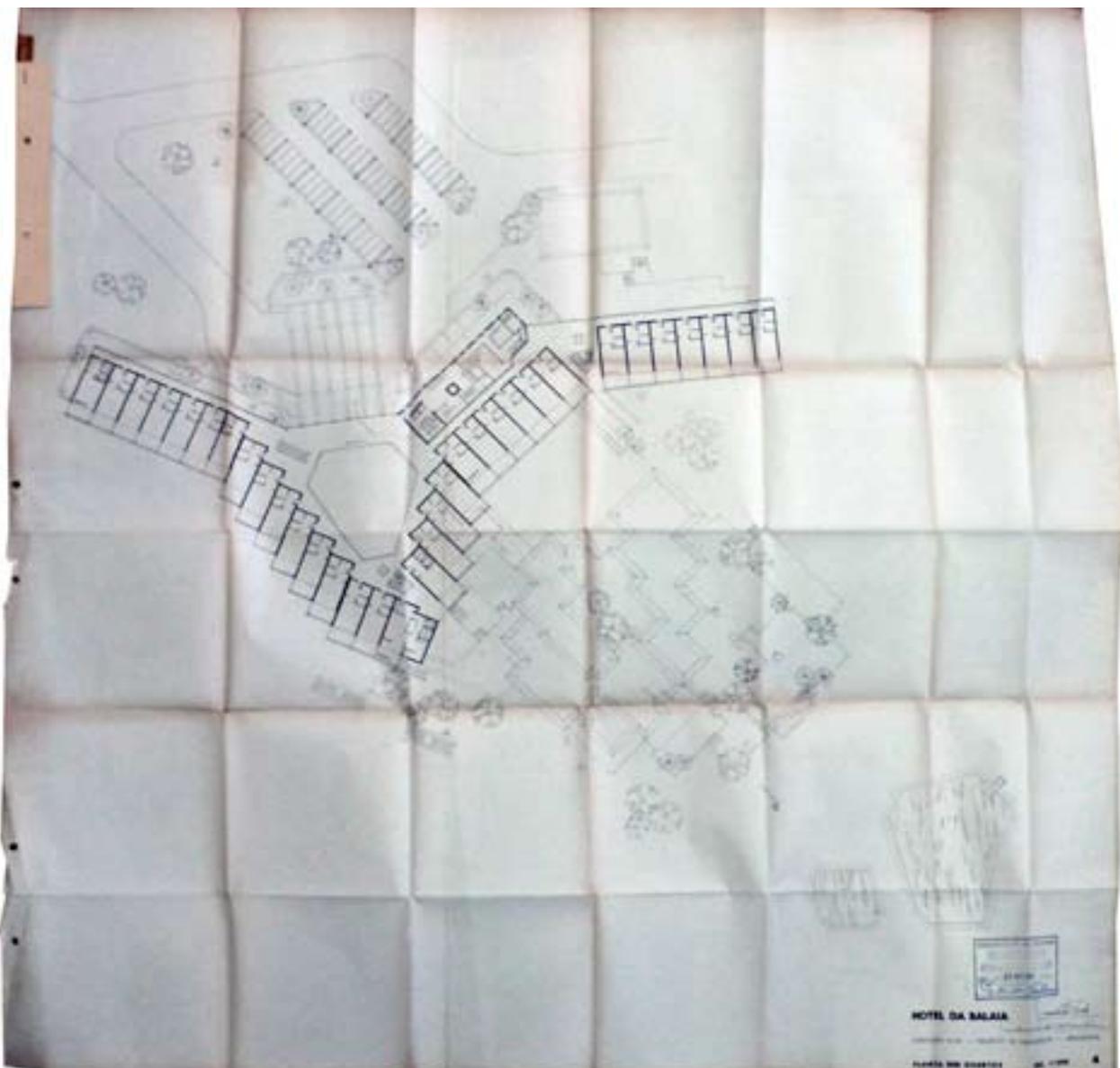
Hotel da Balaia
2 - Planta do 2.º Piso
Conceição Silva e Maurício de Vasconcelos Arquitectos, 1966
(imagem
Arquivo Turismo de Portugal)



Hotel da Balaia
3 - Planta do 3.º Piso
Conceição Silva e Maurício de
Vasconcelos Arquitectos, 1966
(imagem
Arquivo Turismo de Portugal)

E, apesar de podermos estabelecer uma relação entre a composição em planta do Hotel da Balaia com as propostas mais orgânicas de Frank Lloyd Wright, é interessante perceber uma certa afinidade entre a fragmentação volumétrica do núcleo social do Hotel e a abordagem estruturalista de Herman Hertzberger à forma e ao espaço. Esta referência não é de todo fora de lugar se tivermos em consideração que uma das oitocentas e três propostas submetidas, em 1967, ao Concurso Internacional para a Câmara de Amsterdão, na Holanda, é da autoria do Atelier Conceição Silva (e uma das sete da autoria de arquitectos portugueses⁶⁵), no qual

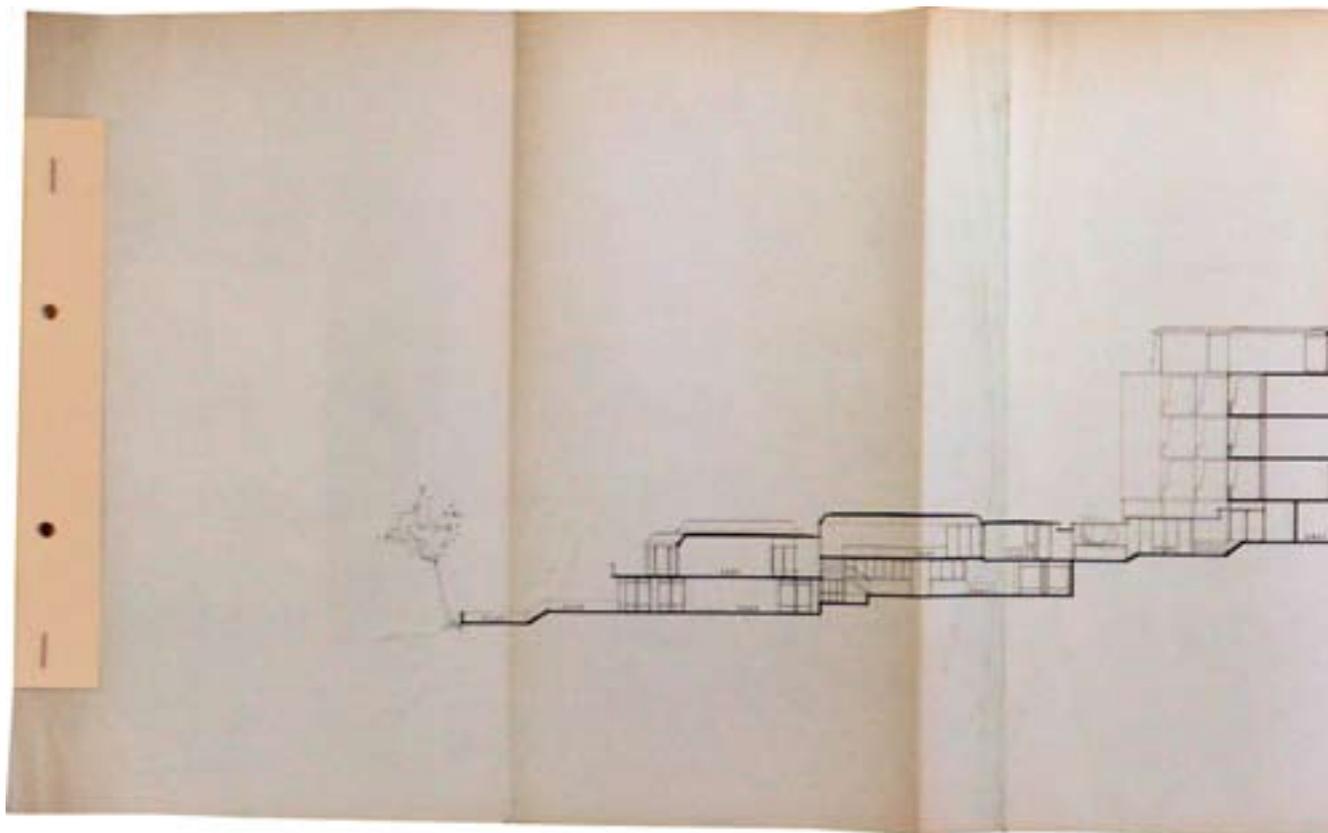
⁶⁵ Ao concurso de Amsterdão concorrem: com o número de entrada 004 - J. Pinheiro, J. Rodrigues e



Hertzberger também participa, com um projecto considerado como o melhor pela revista holandesa *Forum*, de que, na altura, Aldo Van Eyk era o editor. A utilização de elementos pré-fabricados em betão no projecto do Algarve, mesmo que numa estética neo-brutalista, também contribui para esta interpretação, colocando a produção do Atelier Conceição Silva próximo das investigações individuais dos membros do Team X, do qual Coderch também faz parte, a partir de 1960.

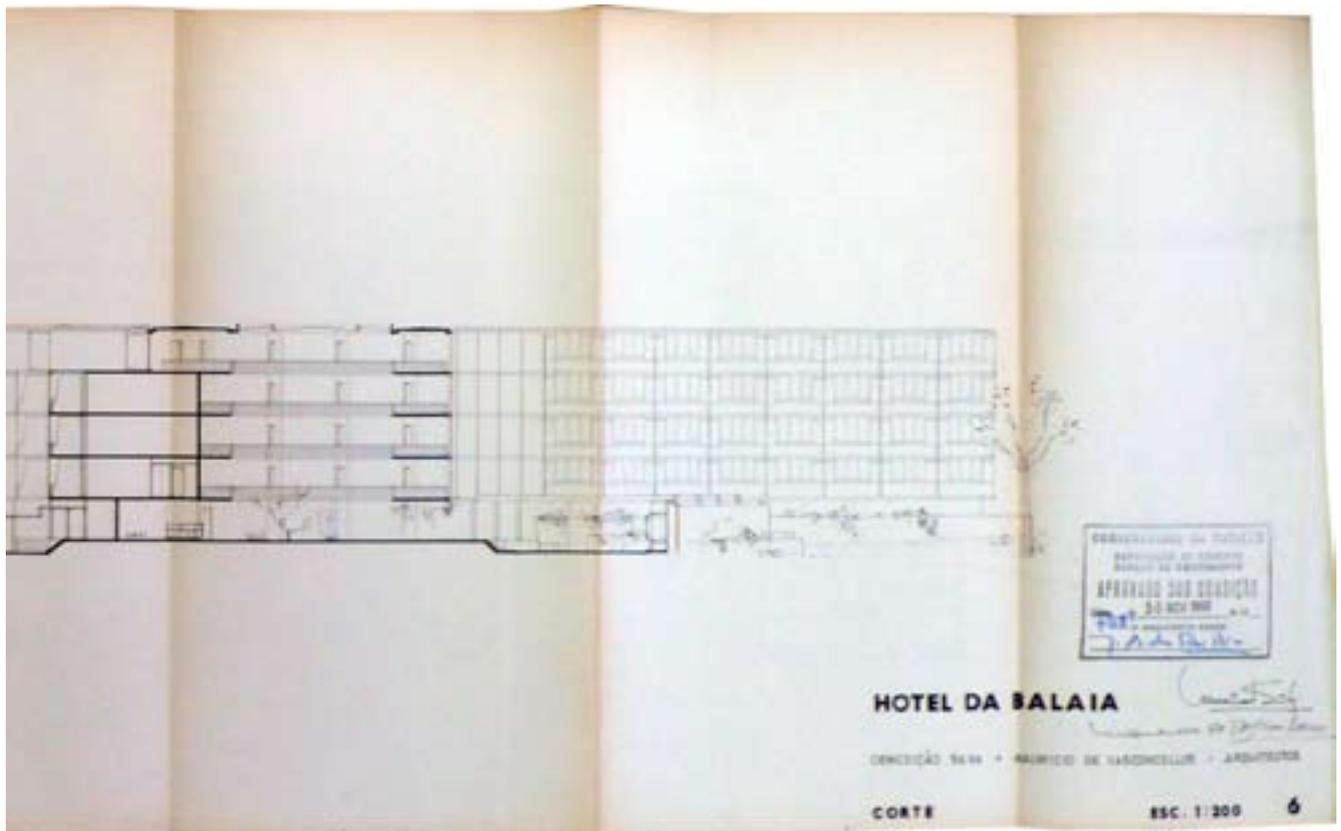
Hotel da Balaia
4 - Planta dos Quartos
Conceição Silva e Maurício de Vasconcelos Arquitectos, 1966
(imagem
Arquivo Turismo de Portugal)

J. Pulido Valente (do Porto); o número 110 - L.M.M.F. Pinto (de Lisboa); o número 271 - P. Vieira de Almeida (de Lisboa); o número 696 - R. Hestnes Ferreira (de Lisboa); o número 732 - A. R. Cabral, F. Conceição Silva e T. Taveira (de Lisboa); o número 750 - B. Costa Cabral e M. Taíña (de Lisboa); e o número 827 - V.M.J. Consiglieri e A. F. Florentino (de Lisboa). (Cf. www.static.nai.nl)



Por fim, a abordagem interdisciplinar à obra de arquitectura, entendida como um todo, garante, quer em Sesimbra, quer na Balaia, a sua unidade ambiental, tanto no interior como no exterior, onde, uma vez mais, o controle sobre o arranjo e equipamento dos espaços e, agora, a intervenção paisagística de Gonçalo Ribeiro Telles contribuem para a integridade global do projecto.

Mas, na procura de uma “identidade” própria, o Hotel da Balaia introduz um novo tema conceptual à experimentação tipológica em torno do “Hotel de Praia”: a “representação”. Inspirado no *atrium building* americano, o *Hall* de entrada da Balaia é concebido como um vazio vertical, de cinco andares, que organiza a distribuição para as galerias de quartos. O impacto desta estrutura espacial no momento de chegada é marcante. Tanto mais que o lanternim em betão, estilizado numa espécie de equilíbrio vitruviano, filtra a luz exterior, criando uma atmosfera quase etérea. Uma “experiência” que deixa uma impressão duradoura no hóspede. Esta é a “imagem” do Hotel.



A “ausência” de uma fachada principal, reforça esta percepção. De facto, funcionando como um biombo que protege a privacidade dos hóspedes, o alçado posterior do edifício é inexpressivo na sua presença cega e linear, o extremo oposto ao jogo dinâmico de volumes que caracteriza o lado do mar. Esta é, de certa forma, uma consequência da mudança na implantação tradicional “Hotel de Praia”: em vez de alinhar “atrás” da Marginal, permitindo o usufruto colectivo do Domínio Público Marítimo, o edifício avança em direcção à linha de costa, privatizando a vista e virando as “costas” à envolvente.

Além disso, ao contrário do Hotel do Mar em Sesimbra, o Hotel da Balaia encontrava-se relativamente distante do centro urbano mais próximo, uma condição que, como vimos, tornava imperativo assegurar a autonomia de funcionamento da unidade hoteleira. Nesse sentido, o programa desenvolvido oferece uma grande variedade de actividades recreativas, que procuram garantir a viabilidade turística do empreendimento.

Hotel da Balaia

6 - Corte

Conceição Silva e Maurício de Vasconcelos Arquitectos, 1966
(imagem
Arquivo Turismo de Portugal)

Sobre este aspecto, o arquitecto Carlos Duarte questionava, no artigo de apresentação do Hotel da Balaia nas páginas da revista *Arquitectura*, a “*política que visa a construção de grandes hotéis em locais isolados da costa, de grande atractivo natural, ou (...) em vilas de pescadores onde nenhum paralelo de investimentos turísticos se verifica.*”⁶⁶

“É sabido que esta política visa atrair uma clientela particular - aquela que, naturalmente, se pode permitir pagar as elevadas diárias que estes hotéis de luxo se vêem forçados a estabelecer, (...).

Mas gozarão estes hotéis dos favores dos turistas estrangeiros, que o mesmo será dizer, responderá o critério seguido às exigências e preferências do turismo actual (englobando aqui, por simplificação, o turismo de massa e o turismo de luxo)? As dúvidas são legítimas, particularmente se compararmos os resultados obtidos até aqui com o que se passa (...) na costa mediterrânica da Espanha.

Boas praias e um clima ameno? Certamente que sim, que os temos. Mas onde estão os elementos de interesse que justifiquem uma estadia prolongada e evitem um tédio progressivo? - as lojas de bom nível, os restaurantes, os bars, os locais nocturnos, o equipamento desportivo e tantas outras coisas (incluindo o ‘espectáculo’ das multidões e o comportamento das pessoas), que correspondem às preferências de europeus e americanos? (...)

Conscientes da situação os responsáveis pelos novos hotéis incluem na sua programação [estes e mais serviços], (...) tendendo à criação de microrganismos atractivos e largamente auto-suficientes.

Mas uma coisa é prever as necessidades no condicionamento de um local fechado sobre si, e outra coisa é oferecer aos hóspedes a variedade de escolha que só uma cidade ou o seu equivalente em tempo de férias podem oferecer.

O carácter quase ‘compulsivo’ daquilo que se oferece diminui o seu interesse e põe em causa o sucesso económico da iniciativa - para muita gente as férias são um período de aventura e descobertas; para a maior parte dos hóspedes de um hotel este é apenas o local onde se dorme e onde se fazem algumas refeições, quando muito, um ponto de apoio para as descobertas de rua, e a animação dos locais de encontro e diversão; recorre-se ao hotel quando nada de mais notável existe, e isto é, na verdade, o que no Algarve se passa. Sob este aspecto o Algarve é uma ‘hipótese’ - e é aqui que a actual política de dispersão se afigura mais discutível, particularmente (...) quando comparada com o critério oposto, de concentração, seguido por espanhóis, franceses e outros com os resultados que se conhecem - e com a possibilidade que propicia de programação de unidades hoteleiras em bases mais modestas e, obviamente, muito mais rentáveis e de mais rápida amortização.

Citaremos, a propósito, as declarações que um arquitecto francês, o sr. Baladur fez recentemente a um redactor do semanário L'Express. Jean Baladur é o autor, com Candilis, de uma das cinco primeiras unidades turísticas em construção no Languedoc-Rossilon, cada uma delas constituindo um conjunto de instalações com capacidade para 50.000 veraneantes.

Interrogado sobre as razões que explicam o critério de construção destas cidades em vez de se ter optado pela criação de pequenos núcleos turísticos ou de hotéis isolados, aquele arquitecto respondeu que assim se fizera porque se verificara que hoje em dias as pessoas já não se contentam em torrar ao sol e se aborrecem nos lugares isolados. Quer dizer, o próprio conceito de férias transformou-se por força de uma evolução de hábitos de vida, deixando de ser aquele tempo do ano em que nada se faz para ser um período em que se fazem coisas diferentes: o 'ski' aquático, o 'motoring', o 'golf', o 'surf', o 'flirt', etc.

(...)

Posto isto, é de crer que só a criação de grandes núcleos turísticos (como seria ou será o caso de Vilamoura) ou o desenvolvimento (que significa transformação radical) das vilas da costa, segundo os modelos de sentido contrário de Torremolinos ou de Cadaqués (...), poderão possibilitar a criação de condições de atracção para o estrangeiro que nos visita (o estrangeiro e número crescente de portugueses cansados da monotonia e falta de graça das nossas praias de banhos). É um critério de planeamento concentracionário de investimentos, instalações e infra-estruturas - o oposto da política seguida até agora."

De certa forma, é no sentido dessa concentração que a Urbanização da Balaia é concebida. Correspondendo ao Grupo A do plano de *Urbanização da Praia da Maria Luísa - Expansão Turística*, este núcleo compreendia, como vimos, desde o início do projecto, em 1964, a inclusão de uma série de outros equipamentos e serviços complementares à exploração hoteleira e residencial, incluindo espaços comerciais e de restauração, de diversão nocturna e de recreação desportiva. Oferta que, no entanto, se revelava, logo à partida, claramente insuficiente para a população, fixa e flutuante, prevista só para este conjunto turístico. Por outro lado, sendo uma iniciativa promovida por interesses exclusivamente privados e envolvendo vários intervenientes, a sua concretização estava dependente da capacidade de concretização de cada uma das partes. Se uma falhasse, a intervenção ficaria comprometida no seu todo. E é precisamente isso o que vai acontecer.



Hotel da Balaia, Albufeira
Logótipo
Espiga Pinto, 1967
(imagem adaptada a partir de um
folheto existente no
Arquivo Turismo de Portugal)

Iniciadas em Agosto de 1966, as obras do Hotel da Balaia estariam concluídas em apenas 16 meses, realizadas sob a supervisão do Atelier e do construtor Domingos Ribeiro da Silva⁶⁷, mas com uma derrapagem de cinquenta por cento no orçamento inicial. De 7 a 21 de Dezembro de 1967, é apresentada na Sociedade Nacional de Belas Artes, em Lisboa, uma mostra das peças de arte encomendadas expressamente para a nova unidade hoteleira, iniciativa promovida por Francisco da Conceição Silva, então Director daquela instituição. Mostra que conta com cerca de sessenta obras de alguns dos mais conceituados artistas portugueses da época, com intervenções plásticas em vários formatos, desde a tapeçaria, à pintura e à escultura⁶⁸. Também o logótipo do Hotel é desenhado, por Espiga Pinto, numa composição estilizada inspirada nas pinturas tradicionais dos barcos de pesca algarvios.



Hotel da Balaia, Albufeira
Edifício em construção
Fotografia, c.1967
(imagem
Arquivo Conceição Silva)

1456

⁶⁷ Com quem Conceição Silva cria, em 1968, a AC - Trabalhos de Arquitectura e Construção.

⁶⁸ O Hotel da Balaia conta com tapeçarias de Charrua, Menez, Pomar, Rogério Ribeiro, Sá Nogueira, Luísa Bastos e Maria José R. Pereira; pinturas de Charrua, Dintel, Espiga Pinto, Maria Velez, Menez, Rogério Ribeiro e Sá Nogueira; esculturas de Conduto, Cutileiro e Graça Cabrla; monotipias de Luísa Bastos; serigrafias de Espiga Pinto; e tecidos desenhados por Minna Toivola. (Cf. LEITE, Inês de Sousa Gonçalves de Almeida, op. cit., Volume II, p. 146)



Hotel da Balaia, Albufeira
Edifício em construção
Fotografias, c.1967
(imagens
Arquivo Conceição Silva)



Hotel da Balaia, Albufeira
Vista Sudeste
e
Vista para a Piscina
Fotografias, 1968
(imagens
Arquivo Turismo de Portugal)



Hotel da Balaia, Albufeira
Vista do corpo dos quartos
Fotografia, 1968
(imagem
TAVEIRA, Tomás, "Hotel da
Balaia. Praia Maria Luísa, Algarve",
*Arquitectura: Arquitectura,
Planeamento, Design, Artes Plásticas*,
Lisboa, 3.ª Série, N.º 108, Março-Abril
1969, p. 65)



A 28 de Fevereiro de 1968, o Hotel abre ao público, depois de uma inauguração oficial, privada, para a qual são convidados os mais altos representantes da administração local, regional e, mesmo nacional, como o embaixador da Holanda, e vários elementos da imprensa. O *Notícias de Albufeira* é um dos periódicos que faz a cobertura do evento, classificando o “*Novo Grande Hotel de Albufeira*”⁶⁹ de “*majestoso, moderno, sugestivo e monumental, elegante e atraente*”, mas lamentando o facto “*de não existir ainda uma estrada em condições para tornar o Balaia muito mais acessível, como bem merece. Graças a Deus - Não choveu no dia da inauguração. Porque se tivesse chovido - com uma estrada daquelas - teria sido o fim do mundo*”. Como habitual, a falta de coordenação entre a iniciativa privada e a intervenção pública, em muito devido à prevalência dos interesses particulares, preocupados apenas com o seu investimento, sobre as reais necessidades de infraestruturização do território, punha em causa o funcionamento da estrutura hoteleira.

Hotel da Balaia, Albufeira
Vista do Mar,
Fotografia, 1968
(imagem
Arquivo Turismo de Portugal)



⁶⁹ “Novo Grande Hotel de Albufeira”, *Notícias de Albufeira*, Ano I, N.º 12, 18 Fevereiro 1968, p. 4.



Hotel da Balaia, Albufeira
Vista do alçado de entrada
Fotografia, 1968

(imagem

TAVEIRA, Tomás, "Hotel da Balaia. Praia Maria Luísa, Algarve", *Arquitectura, Planeamento, Design, Artes Plásticas*, Lisboa, 3.ª Série, N.º 108, Março-Abril 1969, pp. 54-55)

Ainda na revista *Arquitectura*, o arquitecto Carlos Duarte, dá-nos uma impressão geral da sua visita à obra do Algarve:

"Devemos confessar que a primeira impressão colhida desta obra não foi de entusiasmo.

A quem se dirige ao hotel vindo de Albufeira por uma estrada de mau traçado, propositadamente construída, depara-se a fachada do corpo de quartos, que praticamente encobre o corpo de salas virado a sul e constitui um biombo algo pesado e de legibilidade pouco nítida. É o pior ângulo do edifício, na sequência de perspectivas sempre diversas que se desfrutam nos percursos próximos.

Esta primeira impressão dissipa-se quando nos acercamos do coberto de entrada. É formado este por uma poderosa peça em betão, de elementos encastrados em consola (lembrando uma estrutura de madeira) sob o qual corre uma escada de mármore de desenho requintado e lançamento impecável.

O 'hall' de entrada constitui, logo a seguir, a primeira emoção forte desta visita. Grande espaço de convergência, nó de articulação do corpo de quartos, sobre ele se debruçam os vários pisos destes numa perspectiva espectacular rematada por um lanternim de betão armado. Este último, além de constituir uma magnífica peça de escultura (demoradamente ensaiada no atelier pelos autores), contribui para o clima repousante da sala, atenuando numa tonalidade geral os efeitos parciais das restantes fontes de luz.

(...)

Ao 'hall' de entrada sucedem-se, atravessada uma galeria utilizada como local para exposições de arte, as várias salas que, a este nível, constituem a zona de estar e que incluem ainda o bar. A escala monumental da entrada dilui-se aqui numa sucessão de espaços cujos elementos de articulação são constituídos pela grande escada de acesso ao restaurante, no nível inferior, e pelo pátio interior.

Razões [de vária ordem] forçaram a alterações (...) [e a reduções que] deram origem à falta de hierarquia espacial desta zona e impediram a



Hotel da Balaia, Albufeira
Vista do pórtico de entrada e
da Entrada

Fotografias, 1968

(imagens

TAVEIRA, Tomás, "Hotel da Balaia. Praia Maria Luísa, Algarve", *Arquitectura, Planeamento, Design, Artes Plásticas*, Lisboa, 3.ª Série, N.º 108, Março-Abril 1969, p. 58)

concretização de um 'climax' que a monumentalidade da entrada parecia anunciar e justificar.

Esta meia decepção é compensada em parte pelo tratamento rigoroso das salas [e pela] importância do pátio interior, cuja presença dominante, na rudeza dos paramentos de betão e da escultura de Conduto, nos parece justificada para lá da utilização real que possa ter.”⁷⁰



Hotel da Balaia, Albufeira

Hall de Entrada

Fotografia, 1968

(imagem

TAVEIRA, Tomás, "Hotel da Balaia. Praia Maria Luísa, Algarve", *Arquitectura: Arquitectura, Planeamento, Design, Artes Plásticas*, Lisboa, 3.ª Série, N.º 108, Março-Abril 1969, p. 59)

⁷⁰ DUARTE, Carlos, "Hotel da Balaia: Comentário por Carlos Duarte", *Arquitectura: Arquitectura, Planeamento, Design, Artes Plásticas*, Lisboa, 3.ª Série, N.º 108, Março-Abril 1969, p. 69.

Hotel da Balaia, Albufeira
Sala de Estar e Bar
Fotografia, 1968
(imagem
Arquivo Turismo de Portugal)



Hotel da Balaia, Albufeira
Escadas de acesso ao
Restaurante
Fotografia, 1968
(imagem
TAVEIRA, Tomás, "Hotel da
Balaia. Praia Maria Luísa, Algarve",
*Arquitectura: Arquitectura,
Planeamento, Design, Artes Plásticas*,
Lisboa, 3.ª Série, N.º 108, Março-Abril
1969, p. 61)





Hotel da Balaia, Albufeira
Quarto Tipo
Fotografia, 1968
(imagem
Arquivo Turismo de Portugal)

Mas, mais do que uma apreciação do Hotel, em si, interessava ao arquitecto abordar questões mais abrangentes colocadas por esta obra, *“porque o principal interesse de um trabalho deste nível reside mais nos problemas gerais que levanta do que nas soluções particulares que nos mostra”*.

“Uma obra da escala e complexidade da presente levanta muitos problemas e permite muitas especulações. Trataremos dois dos aspectos particulares de entre os muitos possíveis de abordar.

O primeiro refere-se ao carácter único da obra produzida. Realizado num atelier de grandes dimensões e vasta produção (tendo-se em conta o meio em que vivemos), nem por isso este trabalho revela menos personalidade ou inspiração. (...) Entregue a responsabilidade principal do projecto a um jovem recém-formado, usufrui este, não só de ampla liberdade como do apoio experiente dos elementos mais velhos; tudo se passa, neste caso, como se se pretendesse aproveitar dos meios mais vastos de uma empresa estruturada em sólidas bases comerciais sem por outro lado perder as vantagens do experimentalismo do atelier de ‘vão de escada’.

Mais importante ainda, é a mesma empresa a responsável pela construção do edifício tornando assim mais segura a concretização do que no projecto se pretende.

A fórmula é alicianete mas permite algumas dúvidas. Não em relação a este caso, tomado isoladamente, mas como possibilidade de continuidade, como método permanente num atelier submetido às contingências e aos limites que o meio impõe. Levanta também dúvidas mesmo ao nível da metodologia. Um atelier de dimensão apreciável apto a resolver com

eficácia programas deste tipo, poderá ser conduzido a formas de trabalho integrado e racionalizado em termos que nada têm que ver com os ateliers tradicionais. O resultado do seu trabalho poderá ser menos personalizado, é certo, mas manifestar outras características que por se afastarem do conceito de obra única não deixarão por isso de afirmar qualidade. Uma qualidade de outro tipo e um carácter diverso, que não significarão necessariamente perda de personalidade mas outro tipo de personalidade. A fórmula usada permitiu fazer arquitectura, ainda aqui obra de criação individual e a um nível de invenção e pormenorização invulgares (mesmo nos tais ateliers de 'vão de escada'). Mas será isto ainda possível quando a máquina de produção se vê forçada a trabalhar a todo o rendimento, não já na dimensão artesanal das soluções particulares mas dentro de moldes de projecto e construção em que as solicitações e interdependências se vão adensando?

(...)

O outro problema que levantaremos e que se prende ainda a este, é o da responsabilidade integral assumida pelos autores ao nível do projecto, traduzida nomeadamente no arranjo dos interiores e no controlo e fornecimento do equipamento e mobiliário.

(...)

Bem. No caso do Balaia (...) como era de esperar, a integração e continuidade dos arranjos foi plenamente conseguida, podendo-se até dizer que estes não só não se sobrepõem às intenções da criação espacial como se submetem a ela, ou melhor, a arquitectura é um todo, globalmente compreendida nos seus elementos componentes. Sinal positivo a que algumas reservas são possíveis. A principal diz respeito às que se nos afigura um excesso de repetição de alguns elementos (mobiliário, peças decorativas e de equipamento) que por vezes se adaptam menos bem às características especiais de cada espaço; a outra, a uma deliberada parcimónia decorativa que empresta ao conjunto uma certa austeridade. Esta austeridade é contrabalançada no entanto pela vastíssima contribuição dos artistas plásticos, em quadros, tapeçarias, esculturas e objectos vários, contribuição onde predomina um sentido decorativo e um bom-gosto que, limitando por vezes o valor individual das obras acentua as preocupações de unidade e integridade que definem todo o conjunto.”⁷¹

Se por um lado, Carlos Duarte questionava a qualidade do “exercício profissional [pensado] a partir de métodos organizativos da estrutura empresarial, associando o fazer arquitectónico aos novos sistemas de industrialização da edificação [e] valorizando as qualidades formais do objecto arquitectónico como elemento de marketing”⁷², por outro, o projecto “chave na mão” da Balaia,

⁷¹ Idem, pp. 69 e 96.

⁷² PORTAS, Nuno, MENDES, Manuel, *Arquitectura Portuguesa Contemporânea: Anos Sessenta/Anos Oitenta*, Porto, Fundação de Serralves, 1991, p. 14.

em grande parte só possível pela presença de uma estrutura desse tipo, garantia a concepção da obra de arquitectura como um todo, contrariando a prática frequente de se entregar o arranjo interior das obras de vulto a decoradores, resultando, na generalidade dos casos, num divórcio entre as suas intenções e a visão do arquitecto.

Questões de fundo, que implicavam *“um tipo de intervenção profissional que nem todos compartilharão, mas, em qualquer caso, bem significativa do momento cultural que atravessamos e plena de sugestões que indicam outros tantos caminhos possíveis”*⁷³, vão estar por detrás do mais polémico confronto de ideias dentro da classe dos arquitectos portugueses. Confronto de que falaremos a seguir.

Inaugurado o Hotel da Balaia, poucos meses depois, mais precisamente a 6 de Junho de 1968, a sociedade promotora requer ao Comissariado do Turismo a integração de treze moradias naquele “Conjunto Turístico”, como complemento da oferta de camas hoteleiras. Inicialmente, *“supôs-se que as moradias seriam destinadas a directores e administradores do hotel e dentro dessa base surgiu um primeiro ‘approach’*. Porém, mais tarde, quando se tornou necessário aumentar o rendimento do empreendimento este núcleo foi reestruturado no sentido de criar unidades onde fosse possível a vida de uma família durante 5 ou 10 dias”⁷⁴.

Situado a poente da unidade hoteleira “mãe”, este conjunto teria um primeiro estudo geral datado de 1966. Em Janeiro de 1967, completa-se o primeiro projecto, que seria fixado numa versão final, de Abril de 1969, já com as obras em curso. Obras que terminam em Janeiro de 1971.

As moradias são implantadas numa configuração em “U”, formando duas alas de construção em banda em torno de uma clareira central, para onde se viram os espaços sociais de cada habitação.



Moradias da Balaia, Albufeira
34 - *Planta de Localização*
Conceição Silva e Maurício de Vasconcelos Arquitectos
(Tomás Taveira), 1967
(imagem
Arquivo Turismo de Portugal)

⁷³ DUARTE, Carlos, op. cit., p. 69.

⁷⁴ “Moradias na Balaia”, *Arquitectura: Arquitectura, Planeamento, Design, Artes Plásticas*, Lisboa, 3.ª Série, N.º 108, Março-Abril 1969, p. 67.



Hotel da Balaia, Albufeira
Vista aérea
(com o conjunto
de moradias ao fundo)

Fotografia, 1968
(imagem

TAVEIRA, Tomás, "Hotel da
Balaia. Praia Maria Luísa, Algarve",
*Arquitectura: Arquitectura,
Planeamento, Design, Artes Plásticas*,
Lisboa, 3.ª Série, N.º 108, Março-Abril
1969, p. 54)

De acordo com o processo de 23 de Janeiro de 1967⁷⁵, são desenvolvidos três tipos de moradias - A, B e C - a partir do modelo da "casa-pátio". Com uma distribuição espacial idêntica, o que os distingue é a sua localização no conjunto⁷⁶, o número de quartos e a respectiva área de construção⁷⁷. No total, são construídas dez moradias do Tipo A, duas do Tipo B e uma do Tipo C. Esta última corresponde, provavelmente, ao primeiro "approach" mencionado na revista *Arquitectura*, e, por isso, a primeira a ser concluída.

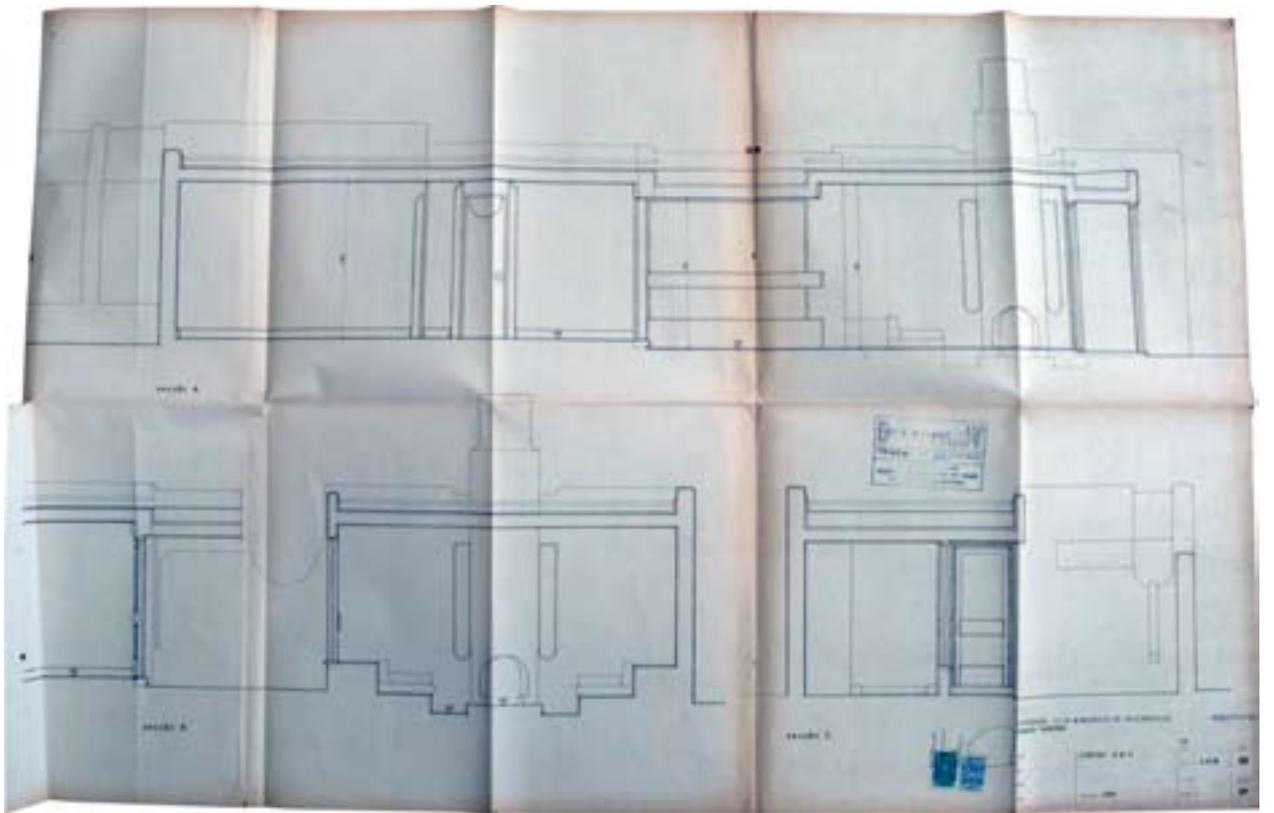
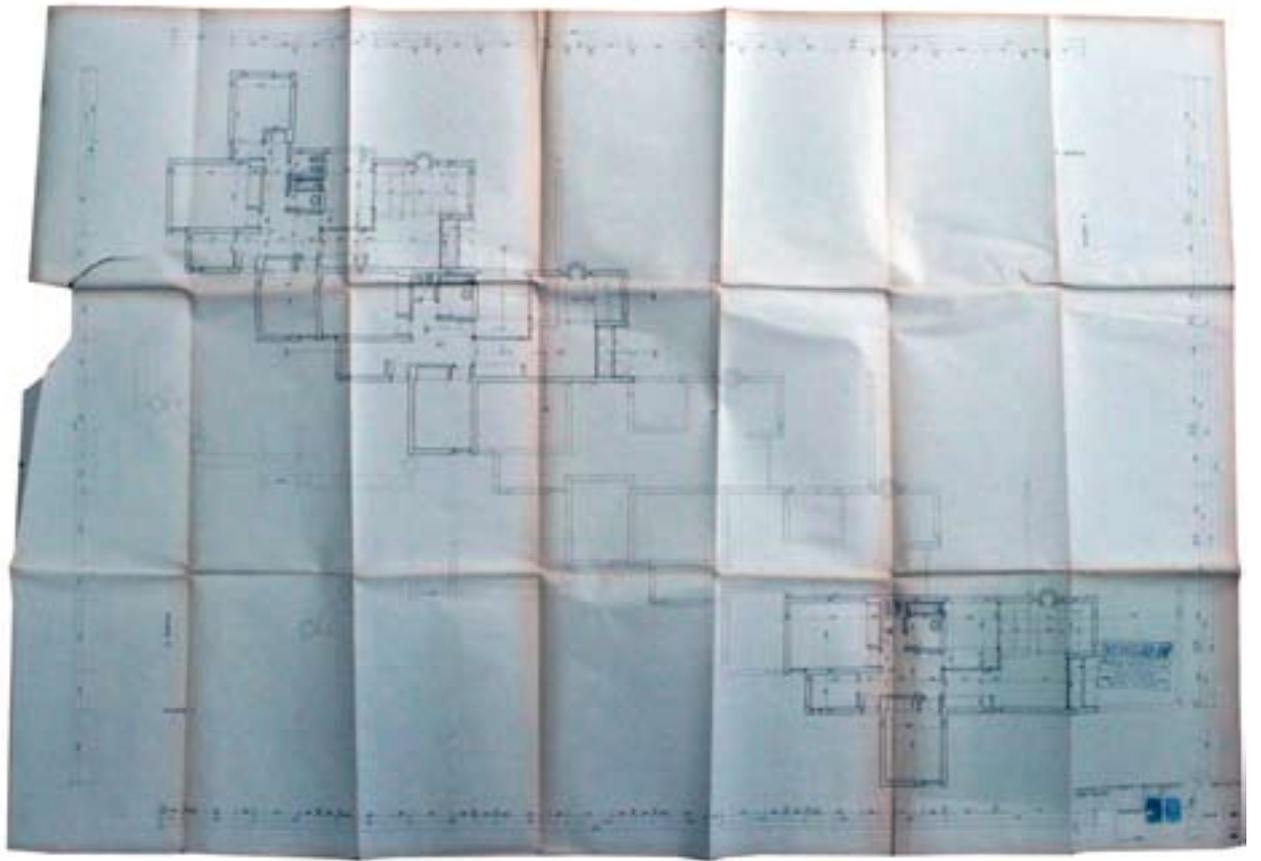
Moradias da Balaia, Albufeira
35 - *Plantas*
e
37 - *Cortes A-B-C*
Conceição Silva e Maurício de
Vasconcelos Arquitectos
(Tomás Taveira), 1967
(imagens
Arquivo Turismo de Portugal)

Trabalhando sobre o mesmo tema da diagonal explorado no corpo dos quartos do Hotel, as moradias são escalonadas horizontalmente, ou seja, desencontradas em planta, mas, ao contrário daquele, em que a construção ganha leveza pela presença das varandas no alçado sul, numa composição animada por uma estrutura metálica preenchida com gelsias de madeira, aqui os volumes assumem um carácter mais meridional, encerrando-se

⁷⁵ Com carimbo da Repartição de Projectos, da Direcção dos Serviços do Património Turístico da Direcção-Geral do Turismo datado de 6 de Junho de 1968.

⁷⁶ O Tipo C aparece isolado, rematando, a poente, o conjunto, e o Tipo B nos topos poente das duas alas de moradias em banda.

⁷⁷ O Tipo A é constituído por sala e dois quartos, ocupando uma área de 85 m²; o Tipo B por sala e três quartos, com 114 m²; e o Tipo C por sala e três quartos, mas com uma área de 135 m². (Cf. *Moradias na Balaia*, Lisboa, 23 Janeiro 1967, pp. 2-3)



no diálogo com o exterior. Essa leitura é reforçada pelo recorte plástico das superfícies brancas contra o azul do céu, num jogo dinâmico de formas puras, marcado pelo ritmo cadenciado das chaminés cilíndricas das lareiras das Salas de Estar.

Moradias da Balaia, Albufeira
Vista geral de nascente
Fotografia, 1968
(imagem
TAVEIRA, Tomás, "Hotel da
Balaia. Praia Maria Luísa, Algarve",
*Arquitectura: Arquitectura,
Planeamento, Design, Artes Plásticas*,
Lisboa, 3.ª Série, N.º 108, Março-Abril
1969, p. 67)



Moradias da Balaia, Albufeira
Vista geral de norte
Fotografia, 1968
(imagem
TAVEIRA, Tomás, "Hotel da
Balaia. Praia Maria Luísa, Algarve",
*Arquitectura: Arquitectura,
Planeamento, Design, Artes Plásticas*,
Lisboa, 3.ª Série, N.º 108, Março-Abril
1969, p. 66)



Numa aproximação ao projecto do Hotel, o pátio estrutura todo o esquema de organização interna das casas, funcionando, simultaneamente, como espaço de estar exterior e principal fonte de luz para as diversas divisões. A sua localização central, associada à área de *kitchenette*, permite separar a zona privada dos quartos da zona social, dividida em Sala de Comer, francamente aberta para o exterior, e Sala de Estar, concentrada à volta da lareira numa vivência mais intimista. A entrada é feita pela zona dos quartos, solução que sublinha o carácter informal da vida em férias.



Moradias da Balaia, Albufeira
Quarto,
Kitchenette,
Sala de Estar
e Vista do exterior
Fotografias, c.1971
(imagens
Arquivo Turismo de Portugal)





Hotel da Balaia, Albufeira
Ampliação
Fotografia, c.1973
(imagem
Arquivo Turismo de Portugal)

Terminada a construção das moradias, ou *bungalows*, a Sociedade Hoteleira da Balaia encomenda ao, agora, Atelier Conceição Silva (sem Maurício de Vasconcellos)⁷⁸, a ampliação do Hotel, de que resultaria a criação de um novo corpo de quarenta e nove quartos, resolvido numa torre de dez pisos. Este novo elemento vai articular-se com a estrutura existente, rematando a ala de quartos a nascente, com a qual define uma inflexão para sul. Esta solução resultaria não “*apenas de uma ideia de morfologia mas também da melhor localização em relação aos serviços de apoio*”⁷⁹, permitindo, simultaneamente, controlar melhor a zona exterior da Piscina, pelo seu encerramento a norte. Em termos de linguagem, a torre adopta uma caracterização idêntica à do edifício anterior, resolvendo-se a fachada sul, das varandas, com o mesmo sistema de venezianas e gelosias em madeira.

⁷⁸ Estabelecido entre 1968 e 1973, o Atelier Conceição Silva passa a englobar departamentos de Desenho, Arquitectura (coordenado por Tomás Taveira e Jorge Soares de Oliveira), Planeamento Urbano (dirigido por Jorge Gaspar), Equipamento/Decoração, Maquetas, Artes Plásticas e Gráficas (mais tarde transformado na ARP - Agência de Realizações Publicitárias), Engenharia, Paisagismo (dirigido por Álvaro Ponce Dentinho), Fotografia, Biblioteca e Coordenação. Conceição Silva fica responsável pela componente de gestão do Atelier e pela relação com os clientes. (Cf. LEITE, Inês de Sousa Gonçalves de Almeida, op. cit., Volume I, pp. 224-238)

⁷⁹ Da *Memória Descritiva* do Projecto de Ampliação, datada de 20 de Agosto de 1971, citado em Idem, Volume II, p. 145.

Do resto do complexo da Balaia, apenas seria construído um dos quatro blocos de apartamentos programados, encomenda de Francisco Alambre dos Santos. Na *Memória Descritiva* do Anteprojecto, de 17 de Novembro de 1966, os arquitectos fazem referência à intenção de “*criar um espaço urbano vivo e participante*”⁸⁰, polarizado em torno do Centro Comercial, que acabaria por não ser edificado. Em contraponto, os blocos de apartamentos são concebidos de forma a garantir o “*recolhimento e individualização [de cada] habitação*”, pela decomposição dos volumes em três momentos distintos, com orientações diferentes, e pelo jogo dinâmico de massas, que avançam e recuam, suavizando a escala da intervenção.

O bloco é constituído por vinte e três apartamentos, distribuídos por três pisos, sendo as habitações do núcleo central da tipologia T2, articuladas em duplex, e as dos corpos de topo das tipologias T2, T1 e T0. A estrutura espacial interna das diferentes tipologias segue uma lógica semelhante, com acesso por galerias exteriores, situadas do lado de “dentro” do bloco, para as quais se voltam as zonas de cozinha, e com as salas, que incluem área de refeições, associadas a varandas-pátios voltadas à paisagem, do lado de “fora”.

Desta forma, os vários tipos de apartamentos “*comungam (...) do mesmo espírito na sua criação espacial em que e insere toda uma circunstância geográfica informadora duma cultura mediterrânica. Assim, em cada apartamento toma especial relevo o ‘pátio’ não totalmente fechado, em que se resolvem amplamente os problemas de intimização e insolação, articulando-se a uma zona de estar, prolongando-a e solicitando uma vida exterior. Em oposição à criação destes núcleos individualizados, mas completando-os, encontramos espaços de convívio dentro do próprio bloco: as amplas zonas de entrada, as galerias e os terraços superiores*”.⁸¹

⁸⁰ Idem, p. 156.

⁸¹ Da *Memória Descritiva* do Projecto de Ampliação, datada de 20 de Agosto de 1971, citado em

Apartamentos na Balaia

Ante-Projecto

Planta do 2.º Piso

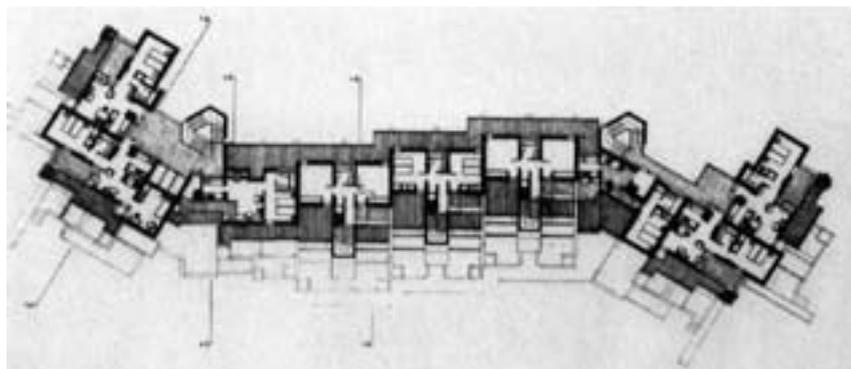
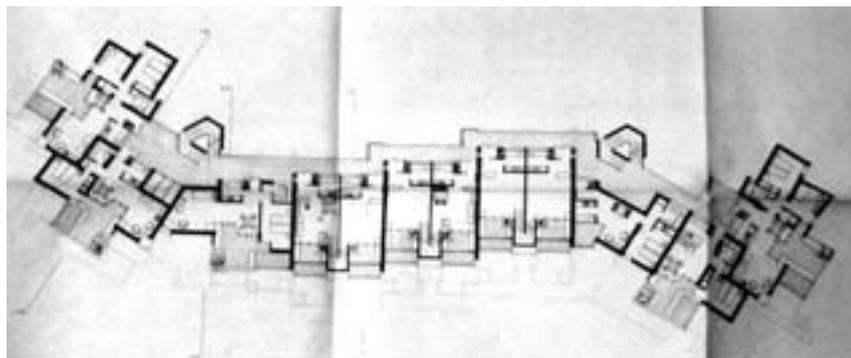
e

4 - Planta do 3.º Piso

Conceição Silva e Maurício de Vasconcellos Arquitectos, 1966

(imagem LEITE, Inês de Sousa Gonçalves de Almeida, *Francisco da Conceição Silva: Para uma compreensão da obra e do grande atelier/empresa - 1946/1975*,

Volume II, dissertação de mestrado em História da Arte Contemporânea, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2007, p. 158)



Apartamentos da Balaia,

Albufeira

Perspectiva

Conceição Silva e Maurício de Vasconcellos Arquitectos, 1966

(imagem SILVA, João Pedro

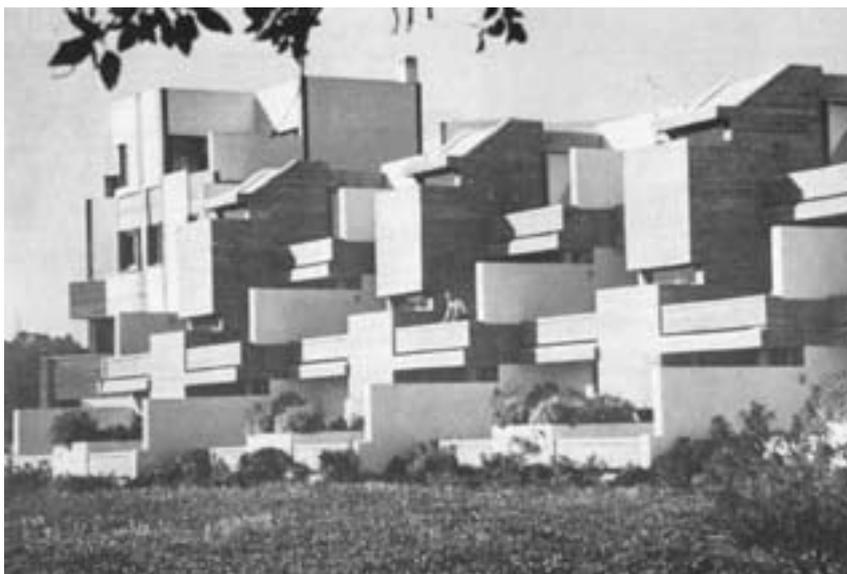
Conceição, SILVA, Francisco Manuel Conceição, Francisco da Conceição (organização e coordenação),

Conceição Silva arquitecto: 1922/1982, Lisboa, SNBA, 1987, p. 83)



O sistema de distribuição por galerias exteriores já havia sido utilizado pelo arquitecto Conceição Silva na Unidade Residencial Porto de Abrigo, em Sesimbra, mas, aqui, ganha maior expressão ao assumir-se, plasticamente, a sua lógica construtiva, deixando o betão descoberto à vista, tanto nas galerias e colunas de distribuição vertical, no alçado norte, como nas caixas de escadas dos apartamentos duplex e nas guardas das varandas-pátios, no alçado sul. Solução que em muito contribui para a imagem do conjunto e que vai buscar, tal como a presença dos “pátios”, relações com o projecto do Hotel.

No início dos anos oitenta, o Hotel da Balaia é vendido ao Dr. Alambre dos Santos, proprietário do bloco de apartamentos e dos terrenos envolventes ao Hotel, passando, em 1986, esta unidade hoteleira para a posse do *Club Mediterrannée*, que, como vimos⁸², havia adquirido o Aldeamento de Pedras d’El Rei, em Tavira, mas, provavelmente, deixa a sua exploração para investir, agora, no “Conjunto Turístico” da Balaia.⁸³



Apartamentos da Balaia,
Albufeira

Vista do lado dos “pátios”

Fotografia, c.1970

(imagem SILVA, João Pedro
Conceição, SILVA, Francisco Manuel
Conceição, Francisco da Conceição
(organização e coordenação),
Conceição Silva arquitecto: 1922/1982,
Lisboa, SNBA, 1987, p. 83)



Apartamentos da Balaia,
Albufeira

Vista do lado das galerias

Fotografia, c.1970

(imagem SILVA, João Pedro
Conceição, SILVA, Francisco Manuel
Conceição, Francisco da Conceição
(organização e coordenação),
Conceição Silva arquitecto: 1922/1982,
Lisboa, SNBA, 1987, p. 84)

⁸² Ver Capítulo 4.2..

⁸³ É já sob a exploração do *Club Med* (iniciada a 8 de Fevereiro de 1986) que, em 1988, é construída uma nova ampliação do Hotel para nascente, materializada num corpo de sete pisos ligado ao existente por uma passagem aérea. Inicialmente, estava previsto que este edifício funcionasse como um Hotel Apartamento (designado Hotel do Golf), mas o projecto inicial, de 1985, seria alterado passando o novo corpo a funcionar como anexo do Hotel. Com esta ampliação, são criados mais 216 quartos e um Restaurante panorâmico. (Cf. LEZANA, Marta, *Informação N.º 147/95*, Lisboa, DGT, 17 Fevereiro 1995, pp. 2-4)

Obra marcante no panorama arquitectónico da época, não só pela qualidade da resposta, mas, sobretudo, pela inovação dos métodos de concepção e de produção que a sustentam, o Hotel da Balaia faz a capa da revista *Arquitectura* no número de Março-Abril de 1969. No “escrito” sem sentimentalismos que acompanha a apresentação do Hotel, o arquitecto Tomás Taveira (responsável, dentro do Atelier, pelo projecto de arquitectura⁸⁴) começa por “falar sobre o início da aventura da criação arquitectónica”⁸⁵, defendendo que “produzir arquitectura num país onde as estruturas de produção só muito recentemente anunciam um caminho relativamente consentâneo com o nível técnico há muito atingido em países igualmente adentro dos esquemas socio-económicos e profissionais semelhantes é um risco ao qual não resiste (...) a visão anárquico-individualista, sobre a qual ainda assenta a filosofia do exercício da profissão liberal”.

E continua:

“O grau de desenvolvimento das diversas técnicas que constituem o ‘background’ da profissão não permite que o exercício do projectar possa ser levado a cabo com eficiência e profissionalismo ‘tout court’ (livre de quaisquer implicações político-sociais que possam vir a lume quando se aborda tal tema; (...)), sem uma integração, só possível ao nível de organizações mais vastas, permitindo a complementaridade do trabalho interdisciplinar que, se não ressalta completamente necessário ao nível dos programas vulgares, revela-se porém imprescindível quando estes se tornam altamente complexos. O objecto arquitectónico é um produto cuja estrutura de concepção assenta, ao nível de pesquisa, numa noção de alta complexidade.”

Do discurso do arquitecto ressalta, não só a alteração de escala que se verifica, a partir dos anos sessenta, nos desafios que são colocados aos arquitectos, com a crescente complexificação e diversificação dos programas, das tecnologias de construção e das próprias equipas de trabalho, onde, agora, especialistas de várias áreas se aliam na concretização das grandes encomendas da

⁸⁴ Segundo a Ficha Técnica apresentada na revista *Arquitectura*. (Cf. TAVEIRA, Tomás, “Hotel da Balaia. Praia Maria Luísa, Algarve”, *Arquitectura: Arquitectura, Planeamento, Design, Artes Plásticas*, Lisboa, 3.ª Série, N.º 108, Março-Abril 1969, p. 53)

⁸⁵ Idem, *ibidem*.

promoção imobiliária privada e do terciário urbano, mas também o entendimento da Arquitectura como “produto”, sujeito às lógicas de mercado e às conjunturas do “gosto” como qualquer outro objecto de consumo de massas.

Perante esta nova realidade, Tomás Taveira *“arrisc[a] afirmar que só a criação de ateliers ‘ou empresas’, com o propósito definido de conseguir um apetrechamento técnico que não está ao alcance do ‘atelier de cão de escada’ a funcionar aos serões, poderá permitir o desenvolvimento da arquitectura até um grau de profissionalismo correcto. Apetrechamento técnico esse que vai desde o aglutinar das infra-estruturas do ‘fazer’ (sala de desenho, maquetas, fotografias, cópias, etc.), às do ‘projectar’, isto é, organizar uma base de interdisciplina imprescindível a uma actividade intelectual e cultural séria (arquitectos, engenheiros, técnicos de geografia urbana, artes gráficas, equipamento, etc.), e, mais ainda, o prever a sua estrutura de molde a poder actuar em paralelo com uma entidade construtora, base material de toda a concepção. (...)*

Alguns dos problemas levantados por esta nova forma de organização do trabalho têm um paralelo semelhante com outras artes (cinema, por exemplo), e obrigam a uma convergência entre as estruturas da produção e da realização. Sobre este tema supomos que seria importante organizar um debate mais vasto, dado que nas estruturas socio-económicas actuais (do nosso país) os problemas morais e culturais da profissão são muitas vezes antagónicos com os do sistema social, não estando portanto, nem ao alcance do indivíduo nem numa empresa fazê-los coincidir”.

E esse debate realiza-se, abrindo fissuras dentro da classe dos arquitectos. Fissuras que se vão traduzir, ideologicamente, no desmembrar da plataforma comum de oposição ao regime afirmada no I Congresso Nacional de Arquitectura, e, fisicamente, na desregulação do próprio território. Interessante é que seria, precisamente, uma “Arquitectura do Turismo” - o Hotel da Balaia - a desencadear esse debate.

“(Des)Encontro de Franciscos”

O Encontro Nacional de Arquitectos (ENA) de 1969 marca um ponto sem retorno para a classe profissional. Vinte anos depois da unidade esboçada em Congresso, o confronto “protagonizado” por dois Franciscos - Keil do Amaral e Conceição Silva - define os termos em que a arquitectura portuguesa atinge a sua maioridade, entre os que tinham o seu caminho traçado - “*ganhar muito dinheiro, fazer muitos trabalhos, ser um próspero chefe de empresa, cultivar relações rendosas*”⁸⁶ - e os que tinham “*outras aspirações na vida e certas dúvidas sobre a excelência dos métodos neo-capitalistas de fazer a felicidade dos povos atafalhando-os de bens de consumo*”. Polémica sem consensos, para Keil “*a única saída [era] pela porta e depressa*”.

Realizado em Lisboa, entre 6 e 8 de Dezembro, o ENA surge na sequência de um encontro anterior, organizado por António Carvalho, Carlos Duarte e Nuno Portas sob a iniciativa da Secção Portuguesa da União Internacional dos Arquitectos (SPUIA), que teve lugar, em Tomar, de 8 a 10 de Dezembro de 1967, ou seja, precisamente dois anos antes. Mas, se no Encontro de Tomar é ainda um único tema que estrutura as sessões de debate - “Unidades Habitacionais: Território comum entre a Arquitectura e o Urbanismo” - traçando uma linha principal de reflexão⁸⁷,

⁸⁶ COSTA, Alexandre Alves, “Três Andamentos”, in COSTA, Alexandre Alves, *Textos Datados*, Coimbra, Edições eldlarq, 2007, pp. 105-106.

⁸⁷ Como fizemos referência anteriormente, o Encontro de Tomar surge na sequência da participação de Nuno Portas (e de Eduardo Anahory) no *Pequeno Congreso* de Tarragona, de Maio de 1967, o oitavo destes eventos desde a sua criação em 1959. Seguindo o modelo espanhol (por sua vez, inspirado na fórmula dos CIAM), o Encontro português adopta um tema base que determina a escolha dos projectos apresentados para discussão (em Tomar são analisados os planos do Campo do Luso, no Porto, da zona central de Aveiro e de Olivais Sul e de Chelas, em Lisboa), procurando estimular, a partir de exemplos práticos, uma reflexão colectiva sobre alguns dos problemas com que os arquitectos portugueses se debatiam na sua actuação profissional. A informalidade que se pretendeu dar à reunião, a ausência, entre nós, de uma cultura de debate disciplinar, activa e aberta ao confronto de ideias - “*há quantos anos não havia uma discussão sobre a arquitectura que se faz, mais larga que o grupo do atelier ou do café?*” - e a presença massiva de arquitectos espanhóis (cerca de quarenta, entre os quais se destaca a vinda de Sáenz de Oiza, Oriol Bohigas, Ribas y Piera, Federico Correa, Eduardo Mangada e Ricardo Boffil), que, habituados a um diálogo incisivo e disciplinado, dominam por completo as sessões acabaram, no final, por condicionar os resultados do Encontro, pondo a descoberto o nosso isolamento em relação ao contexto arquitectónico internacional e um certo conformismo de classe que impedia “*um maior compromisso intelectual e maior acção*”. Mesmo assim, é da opinião geral a importância deste tipo de encontros para a troca de experiências e o estreitar de relações entre os profissionais dos dois países. (Cf. “O I Encontro de Arquitectos em Tomar”, *Arquitectura: Revista de Arte e Construção*, Lisboa, 3.^a Série, N.º 99, Setembro/Outubro 1967, pp. 217-218 e 225 e CORREIA, Nuno, “A crítica arquitectónica, o debate social e a participação portuguesa nos ‘Pequenos Congressos’ - 1959/1968”, *RCCS: Revista Crítica*

no Encontro de 1969 são múltiplas as preocupações que assolam o exercício, agora “livre”, da profissão⁸⁸, condensadas em seis temas: “Tema 1. Sindicalismo”⁸⁹; “Tema 2. Política do Solo”⁹⁰; “Tema 3. A repercussão na actividade do arquitecto das actuais estruturas da sociedade portuguesa e a sua intervenção nessas estruturas”⁹¹; “Tema 4. Participação popular e trabalho do arquitecto no desenvolvimento urbano”⁹²; “Tema 5. A comunicação como contestação”⁹³; e “Tema 6. Arquitectura e Burocracia”.⁹⁴

Segundo José António Bandeirinha, “*da análise dos diversos temas propostos à discussão, ressalta, por um lado, a tentativa de enquadrar a actividade arquitectónica numa perspectiva crítica da estrutura social vigente, daí a vontade de ampliar o conhecimento das condições de exercício da profissão, daí também os insistentes apelos à ‘denúncia’ de situações anómalas. Por outro lado, a*

de Ciências Sociais, Coimbra, N.º 91, Dezembro 2010, pp. 52-54)

⁸⁸ O Encontro Nacional de Arquitectos tem lugar pouco tempo depois das eleições para a Assembleia Nacional, realizadas a 26 de Outubro de 1969, as primeiras após a nomeação de Marcello Caetano como Presidente do Conselho. Aproveitando o clima de relativa liberdade que rodeou a campanha eleitoral e a expectativa, logo gorada, de uma reforma efectiva das estruturas do poder, a Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos, cerceada que estava de encetar qualquer tipo de acção fora do âmbito da sua gestão corrente, incita os seus membros a dar continuidade ao debate iniciado naquele período, aprofundando uma “*consciencialização e dinamização da Classe, em volta dos seus problemas mais prementes*”. É nesse contexto que se realiza o Encontro Nacional, que no seu programa base, intitulado “*Encontro: Uma etapa dum percurso. Momento de reflexão e crítica*”, incita, “*Pela continuidade - Contra o imobilismo*”, a uma “*Tomada de consciência numa óptica colectiva*” e a “*Uma responsabilização perante a comunidade*”, através da “*Exigência de um método - experimental, realizável, vivo, extrovertido, maleável e orientado*” e de “*Uma participação efectiva - em debate aberto e em trabalho de grupos*”. Partindo de uma problemática abrangente - “*As incidências socio-económico-políticas no trabalho dos arquitectos*” - procurava-se, assim, clarificar qual deveria ser o verdadeiro “*papel do arquitecto na sociedade portuguesa actual*” e quais as suas “*formas de intervenção*”, agora não apenas “*de um ponto de vista técnico ou administrativo, mas nas suas perspectivas políticas*”. Objectivo que, no entender da Comissão Preparatória do Encontro, implicava “*o máximo de participação pessoal*” e “*a produção efectiva de trabalho, concretizado em textos conclusivos (sem pretensão de definitivos)*”. Mas, apesar da grande adesão à iniciativa, que conta 273 participantes (entre arquitectos - 139, estagiários - 45, estudantes de arquitectura - 84 e de outras áreas de ensino - 5), o ENA não iria surtir o efeito que os seus organizadores haviam antecipado, “*aplaudindo-se, no final, a ausência de conclusões*”. (Cit. *Programa e textos-base, Encontro - uma etapa dum percurso - momento de reflexão e crítica. Tomada de consciência numa óptica colectiva*, [s.l., s.n., s.d.] e *Encontro Nacional de Arquitectos*, Lisboa, Comissão Preparatória do Encontro, 6 Novembro 1969, pp. 1-2, documentos disponíveis na pasta “Nuno Teotónio Pereira: 1954-1969”, Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra; e COSTA, Alexandre Alves, op. cit., p. 105)

⁸⁹ Tema proposto pelo Grupo de Trabalho constituído pelos arquitectos Artur Pires Martins, Carlos Roxo, Leopoldo de Almeida e Manuel Moreira.

⁹⁰ Proposto pelo arquitecto Francisco Silva Dias e o estagiário Júlio Saint Maurice.

⁹¹ Cujo Relator seria Luís Vassalo Rosa.

⁹² Grupo inicialmente constituído pelos arquitectos Nuno Teotónio Pereira e Pedro Vieira de Almeida, o estagiário Miguel Osório de Aragão, a assistente social Maria Augusta Negreiros, o empregado bancário Manuel Felizardo e o estudante de arquitectura (ESBAL) Arnaldo Grilo.

⁹³ Apresentado por Alberto Oliveira e Manuel Vicente, numa circular-manifesto que anunciava “*Espectáculo permanente para toda a gente: Sessão Especial*”.

⁹⁴ Tema avançado por um grupo de arquitectos de Coimbra: Alves Martins, António Portugal, Carlos de Almeida, Plácido Santos, Rogério Alvarez e Vasco Cunha.

*esperança na possibilidade de associação numa frente de grandes objectivos comuns, que possibilitasse a oposição aos grandes entraves de ordem sociopolítica e económica, impeditivos de uma relação saudável entre o exercício da arquitectura e a sociedade que a irá acolher. Por outro lado ainda, a apresentação dos grandes temas candentes do debate internacional, de entre os quais se destacam a regionalização e a sociabilização do uso do solo e a participação directa das populações nos processos de planeamento”.*⁹⁵

Numa leitura complementar, realizada a partir dos textos apresentados por cada um dos Grupos de Trabalho como preparação para o Encontro Nacional, fica, no entanto, exposto de uma forma mais contundente que a questão central que atravessa verticalmente os vários temas submetidos a discussão é a crítica à crescente influência dos modelos de organização empresarial e dos interesses do capital privado na actividade profissional dos arquitectos. Capital privado que é o grande motor do desenvolvimento urbano, industrial e turístico dos anos sessenta e que vai encontrar espaço para “crescer” sob as políticas de fomento adoptadas pelo governo marcelista, que favorecem a concentração económica nos grandes grupos financeiros portugueses, com ligações à indústria produtora e de exportação, à banca, ao mercado segurador, às colónias e ao capital estrangeiro⁹⁶. Naturalmente, “em todo este processo de rápido desenvolvimento dos grupos financeiros assistiu-se a uma crescente interpenetração dos seus movimentos com o Estado, onde exerce função preponderante uma nova tecnocracia que circula, em funções de responsabilidade, dentro dos grupos e, nalguns casos, entre estes e o aparelho de Estado”.⁹⁷

⁹⁵ BANDEIRINHA, José António, “O Encontro Nacional de Arquitectos em 1969. A reprodução das tensões sociais, culturais e políticas no âmbito profissional da arquitectura”, *RCCS: Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, N.º 91, Dezembro 2010, p. 14)

⁹⁶ Cf. ROLLO, Maria Fernanda, “A ‘nova política industrial’ do marcelismo”, in MATTOSO, José (direcção), ROSAS, Fernando (coordenação), *História de Portugal: O Estado Novo*, Volume 7, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, pp. 466-471.

⁹⁷ SANTOS, Américo Ramos dos, “Abertura e bloqueamento da economia portuguesa”, in REIS, António (direcção), *Portugal Contemporâneo: 1958-1974*, Volume V, Lisboa, Publicações Alfa, 1990, p. 118, citado em idem, p. 470.

Interpenetração de interesses que teria, necessariamente, as suas repercussões no exercício da Arquitectura. De facto, ao longo dos textos-base preparados por cada Grupo de Trabalho do ENA são constantes as alusões à, cada vez maior, interferência das estruturas económicas na actuação profissional do arquitecto: quer enquanto associação de classe - *“o arquitecto ao serviço do Capital é alienado nas suas primeiras funções sociais”*⁹⁸; quer enquanto planeador e factor de valorização do território - *“o arquitecto socializado e a necessidade de disponibilidade nacional de solo [versus] o arquitecto capitalizado e a sua posição em relação à não disponibilidade do solo”* e *“o papel do arquitecto nas variações do custo do solo; a acção valorizadora ou desvalorizadora da intervenção do arquitecto”*⁹⁹; quer enquanto técnico ao serviço das populações - *“o arquitecto deve centrar a sua intervenção como prioridade nos aspectos que afectam grandes massas de população portuguesa e onde as carências são mais graves”, “abandonar sistematicamente os projectos isolados e não exemplares”, “abandonar a obra individual” e “denunciar e suprimir a especulação abusiva em todas as suas formas no que se refere à construção”*¹⁰⁰; quer, mesmo, enquanto cidadão politicamente comprometido - *“Nas condições em que se processa entre nós, o Desenvolvimento Urbano consiste num processo contínuo de expoliação no qual um património comum - o solo - é intensivamente explorado em proveito de uma minoria que dele previamente se apropriou. Tal processo resume-se simplesmente nisto: um território que está a saque; uma paisagem que está a saque; um património cultural que está a saque. Enfim: um país que está a saque, nas extensas faixas do seu território que se urbanizam incessantemente. (...)*

⁹⁸ *Encontro Nacional de Arquitectos. Dez 69. Tema - O SNA ou uma Associação Livre de arquitectos*, documento disponível na pasta “Nuno Teotónio Pereira: 1954-1969”, Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra.

⁹⁹ *Encontro Nacional de Arquitectos. Dez 69. Tema - Política de Solos e actividade do arquitecto*, documento disponível em idem.

¹⁰⁰ *Encontro Nacional de Arquitectos. Dez 69. Tema Proposto - A repercussão na actividade do arquitecto das actuais estruturas da sociedade portuguesa e a sua intervenção nessas estruturas*, documento disponível em idem.

Onde estão e o que fazem os técnicos no meio de tudo isto? Só duas hipóteses lhes são oferecidas: ou são instrumento directo do poder económico, e portanto coparticipantes e cobeneficiários do processo de exploração; ou servem nos serviços públicos, passando então à categoria de instrumentos indirectos. Quer numa quer noutra situação, os técnicos são olhados pelas populações com desconfiança.

Nesta perspectiva, o desenvolvimento de uma actuação comum exigirá (...) da parte dos técnicos um empenhamento de tipo político (ou simplesmente cívico), não como cidadãos comuns, mas enquanto técnicos”.¹⁰¹

No fundo, o que estava em causa era a colagem da prática profissional aos mecanismos e interesses do desenvolvimento capitalista, posta em evidência com o aparecimento, nos anos sessenta, de grandes ateliers de arquitectura, estruturados segundo uma lógica de organização empresarial (fundamentada numa rentabilização do trabalho e da produção em que se distinguem padrões de assalariados) e associados aos programas da especulação imobiliária e da sociedade de consumo de massas (Habitação, Indústria, Serviços, Comércio e Turismo). O Atelier Conceição Silva, criado, especificamente, em resposta à encomenda do Hotel da Balaia e o primeiro, em Portugal, a constituir-se como estrutura multidisciplinar a actuar, simultaneamente, em diferentes sectores de intervenção (promoção imobiliária, construção, projecto de arquitectura e engenharia, *design* de equipamento, publicidade), apresentava-se como paradigma desse modelo.

E embora este tipo de organização se apresentasse como uma “saída” possível para as “Maleitas da Arquitectura Nacional”¹⁰², a abordagem preconizada por Conceição Silva - o arquitecto

¹⁰¹ PEREIRA, Nuno Teotónio, *Encontro Nacional de Arquitectos. Grupo - Participação popular e trabalho do arquitecto*, (s.l.), 8 Dezembro 1969, pp. 1-3, documento disponível em idem.

¹⁰² Numa série de artigos publicados pela revista *Arquitectura*, entre Julho de 1947 e Junho de 1948, Keil do Amaral punha em evidência “As maleitas da Arquitectura Nacional”, “maleitas” ainda bem actuais: “A formação do Arquitecto”, “O arquitecto e o atelier”, “O cliente, as leis e os regulamentos”, “Os materiais de construção”, “O problema da mão-de-obra” e “A mania das pessoas e o dinamismo, seu filho dilecto”.

transformado em administrador e em empresário construtor - não é bem recebida numa classe que se identificava com ideais de esquerda e se apresentava ideologicamente empenhada na defesa da função social do arquitecto. Muito menos vinda de um colega dos tempos de ICAT.

Assim, o que “*estava planeado ser um encontro informal; foi um desencontro formal*”¹⁰³. E isso ficou claro nas sessões de trabalho em grupo e de plenário que presidiram à organização geral do Encontro.

“Falou-se, discutiu-se, agrediu-se. Guerras de palavras, de factos, de conceitos, de posições, de rivalidades. Luta de prestígios (em silêncio), luta de interesses (pouco clara), luta de compromissos (bem alto) - falso problema, deixem-se disso, o inimigo é outro, é o mesmo para todos nós!...”

Houve Encontro, apesar do desEncontro, (...)

Houve desejo de comunicar, de começar alguma coisa. (...)

Começo de uma etapa - é preciso deixar brotar livremente os conflitos, os recalques, as frustrações, as ilusões.

Começo do esclarecimento, da denúncia, do apontar de dedos, começo da consciência de classe trabalhadora.

As fontes do trabalho estão contaminadas. O acesso às fontes do trabalho é viciado. O dia a dia do arquitecto é uma aventura, dentro e fora da profissão - concorrência. Não há uma classe de arquitectos. Não há um sindicato de arquitectos. Há divisão - verdadeira e falsa. Há exploração do homem pelo homem.

Que origem tem tudo isto? (...)

O estudante, o estagiário, o arquitecto patrão, o arquitecto assalariado, não estarão todos ‘comprometidos’? (...)

Haverá gerações com interesses diferentes?

(...) O Encontro foi a paragem e começou-se a olhar para trás - vendemo-nos sim, mas a quem? E porquê?

Ia enganado quem esperava no Encontro a comunicação imediata, o acordo. (...)

Ia enganado quem esperava um confronto geral e radical, de ideias, de factos, de problemas. (...)

Ia enganado quem procurava panaceias, soluções. (...)

Ia enganado quem esperava confissões políticas públicas. (...)

*Vamos pois continuar o Encontro.”*¹⁰⁴

¹⁰³ ALMEIDA, Leopoldo C. de, “Encontro Nacional de Arquitectos, Dezembro 1969: [Depoimento], *Arquitectura: Planeamento, Design, Artes Plásticas*, Lisboa, 3.ª Série, N.º 110, Agosto/Setembro 1969, p. 200.

¹⁰⁴ ROXO, Carlos, “Encontro Nacional de Arquitectos, Dezembro 1969: [Depoimento], *Arquitectura: Planeamento, Design, Artes Plásticas*, Lisboa, 3.ª Série, N.º 110, Agosto/Setembro 1969, pp. 206-207.

Anunciando a diversidade de caminhos, ou de “saídas”, que vão marcar a produção arquitectónica portuguesa nos anos seguintes, as cisões que se clarificam no Encontro são reflexo do próprio contexto político-social do final da década de sessenta, marcado pelo desmembrar da plataforma comum de oposição ao regime. Cisões que se podem sintetizar em duas frentes de actuação antagónicas. De um lado, alinham-se os que pugnam pelo “pequeno atelier”, onde “*os feriados se fazem por votação*”¹⁰⁵, procurando “*satisfações que têm mais a ver com a arquitectura do que com rentabilidade*”, e, do outro, os que abraçam a abertura marcelista aliando-se aos interesses dos especuladores, nacionais e estrangeiros, naquilo que se designa depreciativamente de “*fábricas de projectos*”. Assiste-se, desta forma, a uma clara demarcação de pontos de vista entre os que são contra e os que são a favor de uma “comercialização” da Arquitectura, os primeiros em nome da isenção ética do arquitecto, enquanto agente social e cultural independente dos interesses do capital liberal, e os últimos na perspectiva de “*uma convergência das estruturas da produção e da realização*”¹⁰⁶. Francisco Keil do Amaral e Francisco Conceição Silva personificam os dois lados desse debate.

Interessante é, no entanto, constatar que, apesar de ser uma “Arquitectura do Turismo” a estar na génese deste “desencontro” - de gerações (1910/1920), de formas de organização do trabalho (atelier/empresa) e, sobretudo, de interpretações pessoais sobre o “ser arquitecto” (projectista/administrador) - o fenómeno do Turismo e as suas implicações na sociedade, no território e, conseqüentemente, no exercício da profissão está ausente das preocupações dos arquitectos portugueses. Na verdade, em todo o material produzido para o Encontro não há uma única referência a esse tema e nem sequer uma menção à palavra “Turismo”¹⁰⁷. Uma “ausência” que, paradoxalmente, contrasta com a quantidade de artigos publicados, nesta altura, com obras realizadas nesta área.

¹⁰⁵ COSTA, Alexandre Alves, op. cit., p. 106.

¹⁰⁶ TAVEIRA, Tomás, op. cit., p.

¹⁰⁷ Ao contrário dos seus colegas espanhóis, que em dez *Pequeños Congresos* três são dedicados às relações entre Arquitectura, Urbanismo e Turismo.